

Wellington Teodoro da Silva

**O Jornal *Brasil, Urgente*:
experiência de esquerda no catolicismo
brasileiro (1963 -1964)**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Wellington Teodoro da Silva

Brasil, Urgente:
experiência de esquerda no catolicismo
brasileiro (1963 – 1964)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião do Instituto de Ciências Humanas e de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Religião.

Área de Concentração: Ciências Sociais da Religião.

Linha de Pesquisa: História Social e Cultural da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Ayres Camurça

Juiz de Fora, UFJF / ICHL / PPCIR, 8 de dezembro de 2008

Para Raíssa, Rafaela, Cecília, Gaba e
Yuri, meus sobrinhos.

Para Clarinha e Pedrinho, meus filhos.

Para Luciana, com amor.

Agradecimentos

A escrita dos agradecimentos é das mais complicadas do trabalho. Os adjetivos nunca são suficientes para dizer da nossa gratidão e do nosso bem querer. Esses sentimentos não cabem na palavra. Passaram pela minha cabeça as pessoas que povoaram minha história nesses últimos anos. Tenho a sensação de privilégio. Sou partícipe do convívio de pessoas boas e virtuosas. Por mais que eu tente colocar no papel o sentimento que tenho por cada uma, o texto vai ficar insuportavelmente incompleto. Portanto, serei breve com o escrito e continuarei expressando minha gratidão no cotidiano de nossas convivências.

Agradeço a meus pais, Cornélio e Conceição (os primeiros a me ensinar os caminhos da superação quando a vida parece insistir no não); ao Maurício e à Selma (de maneira especialíssima, por me ajudarem a não deixar que o mal fosse a última palavra para a minha vida, pelo amparo e adoção); aos meus sobrinhos Raíssa, Rafaela, Cecília, Yuri e Gaba; ao padre Henrique de Moura Faria, à Isabel, frei Oswaldo Resende (inteligência fina e saboroso interlocutor); frei Mário Taurinho (pela confiança em me ceder os originais do jornal e de me permitir pesquisar no arquivo da Província da Ordem Dominicana); Mauro Passos (meu sempre professor); Paulo Agostinho (com quem tenho aprendido muito sobre como percorrer os caminhos das grandes estruturas com reflexão crítica); Maria Emília e Rodrigo (pelo convívio profissional alegre e competente e, também, por terem me ajudado nos horários das aulas no curso de direito); ao grande amigo e camarada de vida e lutas José Augusto; aos colegas da Associação Brasileira de História das Religiões e à própria ABHR (minha trajetória acadêmica se confunde, em parte, com ela; a Jackson (funcionário do arquivo da província dominicana); a Marlene (bibliotecária do convento dos dominicanos de Belo Horizonte).

A Maria Olímpia França e Ruy do Espírito Santo, fundadores e diretores do *Brasil, Urgente* por dividir o período de suas experiências no jornal através das entrevistas cedidas para esse trabalho.

A frei Carlos Josaphat pela entrevista e abertura para que nosso diálogo fosse continuado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UFJF.

À PUC Minas pelo Programa Permanente de Capacitação Docente, sem o qual esse trabalho não poderia ser realizado.

Também registro minha grande gratidão ao Marcelo Camurça, meu orientador, pela confiança nesse trabalho e na minha capacidade de realizá-lo.

Com amor agradeço aos meus filhos Pedrinho e Clarinha, sacramentos na minha vida.

À minha esposa, Luciana, companheira que a vida me deu de presente numa generosidade sem par.

A Deus.

“Estava em Belo Horizonte, aí pelos meados de 63, em um instante duro para BRASIL, URGENTE e para sua equipe de direção. Convidaram-me a visitar uma vila de trabalhadores, uma favela que nascera como um protesto contra a exploração imobiliária e crescia como um símbolo da capacidade realizadora de nosso povo. A favela trazia o nome do companheiro que vocês, numa atitude de cavalheirismo e desprendimento, batizaram de “fundador” deste jornal, que vocês lançaram e que pertence ao povo. No meio da favela, já se erguia uma cruz estavam construindo uma escola. Não foi assim que o Brasil despontou?

Debaixo da cruz, novidade de nossos tempos: lá estava um palanque improvisado, onde se debatiam os problemas desta comunidade singela do novo Brasil. Quiseram que eu subisse. Que deslumbramento. As montanhas faziam recortes firmes e escuros no céu vermelhinho. Uma beleza de fogo no horizonte de Minas. Perto de mim, humildes mas destemidas, agrupavam-se mães de família com seus filhinhos nos braços. Os trabalhadores, que tinham vendido mais um dia de seu sangue e de seu suor por um quase nada de salário, vinham chegando para a pequena vila, por eles planejada e construída nas horas de “folga”.

Não era uma marcha artificial. Não havia massa. Era o povo. O meu povo. O nosso povo. Sem slogans. Sem ódios. Sem ressentimentos. Mas firme no reconhecimento de seus direitos e tão cumpridor do seu dever. “Precisamos de casas para alojar nossas famílias. Queremos escolas e pão para os nossos filhos. A terra não é de todos? Cinquenta mil lotes para um, e nem um fiapinho de terreno para outros?”

Meus companheiros, se tudo o mais se perder na história de nosso jornal e de nosso movimento, deixo-lhes um apelo. Guardem esta palavra. É uma exclamação, uma “blasfêmia” aliás, segundo os cânones dos gramáticos. Para nós é uma benção e uma definitiva provação.

“Nós tem Deus no céu. Mas aqui na terra tá faltando justiça, siô padre!” Isso me foi gritado por uma voz decidida, brotada no meio das dezenas de mulheres presentes. E uma outra respondeu, como se fosse uma peça de teatro popular:

“Mas nós tem BRASIL, URGENTE...”

Frei Carlos Josaphat – *Brasil, Urgente* número 55 de 28 de março a 3 de abril, de 1964. última edição do jornal.

Sumário

Resumo / Abstract	p. 09
Siglas	p. 10
Apresentação	p. 12
Capítulo 1- A esquerda católica: ensaios do século XX no catolicismo brasileiro	p. 27
1. 1. Da ação da República à reação católica	p. 27
1. 2. Padre Júlio Maria: um irromper moderno no catolicismo brasileiro.....	p. 34
1. 3. Da reação à esquerda católica	p.37
1. 4. A esquerda católica	p. 44
1. 4. 1. A consciência histórica e a consciência da história	p. 49
1. 4. 2. A fidelidade à grande tradição	p. 57
1. 4. 3. A revolução cristã	p. 66
Capítulo 2 – O movimento <i>Brasil, Urgente</i> : primeira aproximação	p. 97
Capítulo 3 – Primeira fase	p. 118
3. 1. Editoriais	p. 118
3. 2. Artigos de frei Carlos Josaphat	p. 127
3. 3. Política e movimentos sociais.....	p. 142
3. 4. Igreja	p. 173
Capítulo 4 – Segunda fase	p. 189
4. 1. Editoriais	p. 189
4. 2. Artigos de frei Carlos Josaphat	p. 200
4. 3. Política e movimentos sociais.....	p. 209
4. 4. Igreja	p. 221
Capítulo 5 – Terceira fase	p. 247
5. 1. Editoriais	p. 249
5. 2. Artigos de frei Carlos Josaphat	p. 258

5. 3. Política e movimentos sociais	p. 274
5. 4. Igreja	p. 299
5. 5. O jornal por si: o exílio e a crise maior	p. 312
Capítulo 6. O jornal <i>Brasil, Urgente</i> – uma conclusão.....	p. 320
Referências bibliográficas	p. 334
Anexos	p. 345

Resumo

Essa tese é o resultado de nossa pesquisa sobre o jornal *Brasil, Urgente*, que circulou em todo o Brasil entre abril de 1963 e abril de 1964, quando foi fechado pelo golpe militar. Nosso objetivo foi o de investigar uma importante expressão do fenômeno conhecido como “Esquerda Católica”. Acreditamos que essa investigação contribuirá para a compreensão desse setor do cristianismo. Esse tema importa para a história do catolicismo brasileiro bem como para a história política da segunda metade do Brasil republicano. A análise desse jornal de orientação católica romana foi feita em eixos temáticos que apresentamos ao longo da tese. Preocupamo-nos, sobretudo, em criar condições para que o leitor possa ter condições de recriar a identidade de instrumento de combate que o jornal possuía, bem como a sua estrutura, suas estratégias de discurso, seu envolvimento no efervescente período político em que circulou e a compreensão e significação religiosa cristã que ele elaborava acerca da política, da mudança social e da revolução.

Abstract

This dissertation results from a research about the newspaper *Brasil, Urgente*, published in the country from 1963 to 1964, when was closed by the military riot. The goal we searched was the study a very important expression of the political phenomenon at the time called ‘Catholic Left’. We claim that this investigation can improve the comprehension of this segment of Christianity. We also claim that reflections about this subject are important for the history of Catholic Church and the history of the country in the second republican period. The analysis we propose concerning that Roman Catholic newspaper are based on assumptions we will develop during the dissertation text. The idea is to allow to the lector the possibility of recreate its identity as a fighter device from the left, as well as its structure, its discourse strategies, its taking part in this troubled political period and, finally, we aim to show the lector the Christian religion meaning the periodical *Brasil, Urgente* built on Politics, social changes and the revolution.

Siglas

ADEP – Ação Democrática Popular
ALN – Ação Libertadora Nacional
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BU – Brasil, Urgente (jornal)
CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPC – Centro Popular de Cultura
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CUTAL – Confederação Unitária dos Trabalhadores da América Latina
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DCE – Diretório Central dos Estudantes
FMI – Fundo Monetário Internacional
FMP – Frente de Mobilização Popular
IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBAD – Insituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Insituto de Pesquisa e Estudos Sociais
JEC – Juventude Estudantil Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
JG – João Goulart
JK – Juscelino Kubitschek
LEC – Liga Eleitoral Católica
MEB – Movimento de Educação de Base
ONU – Organização das Nações Unidas
PDC – Partido Democrata Cristão
PSB – Partido Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PL – Partido Liberal

PR – Partido Republicano

PUC – Pontifícia Universidade Católica

STF – Superior ou Supremos Tribunal Federal (confirmar)

SUMOC – ver página 35.

SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária (?) governo Goulart já existia.

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

UEE – União Estadual dos Estudantes

UNE – União Nacional dos Estudantes

UPES – União Paulista dos Estudantes Secundaristas

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USA – Estados Unidos da América

USP – Universidade de São Paulo

UDN – União Democrática Nacional

Ponto IV – “Programa de cooperação técnica internacional entre os Estados Unidos e os países latino-americanos proposto pelo presidente norte-americano Harry Truman em seu discurso de posse, em janeiro de 1949. Recebeu esse nome por ser o quarto ponto do discurso presidencial. O Ponto IV no Brasil foi estabelecido através da assinatura de dois acordos com o governo norte-americano: o Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 19 de dezembro de 1950, e o Acordo de Serviços Técnicos Especiais, em 30 de maio de 1953. (...) O Ponto IV foi considerado por muitos políticos, educadores e intelectuais como um instrumento de controle político e ideológico dos Estados Unidos sobre o Brasil. Argumentavam os críticos do programa que os planos elaborados não aproveitavam os técnicos brasileiros, mais afeitos aos problemas nacionais. Chamavam também atenção para as exigências descabidas dos norte-americanos, como a de controle fiscal e a de acesso a informações e documentos oficiais. Finalmente, denunciavam os financiamentos condicionados à compra de material norte-americano, chegando a declarar que os acordos assinados com os Estados Unidos constituíam um atentado à segurança nacional”. (FGV / CPDOC – 1984)

SABU – Sociedade dos Amigos do Brasil, Urgente

Apresentação

A miséria é uma blasfêmia contra Deus.

Dom Jerônimo de Sá Cavalcante
Jornal *Brasil, Urgente*, n.45

A Igreja Católica elaborou uma multissecular tradição de mensagem salvífica. E em suas lidas e lides, busca levar essa mensagem para toda a humanidade. Ela entende que a sua tarefa foi recebida do próprio Deus na história. Sua ação fundamenta-se na palavra e nos sacramentos, que são os momentos de anúncio desse Transcendente e a Sua manifestação. Ela se compreende, em sua missão planetária, como sacramento universal da salvação do mundo.

A sua presença é extemporânea ao ambiente moderno e isso se deve ao fato de se constituir numa estrutura que produz e se reproduz numa compreensão teológica de si e da realidade toda, compreensão esta lastreada numa tradição anterior à modernidade.

Entende-se como peregrina.

Vive a história, mas anuncia a sua consumação.

A história, toda ela, é interpretada pelo catolicismo como história da salvação.

Em sua autocompreensão, distingue-se em igreja militante na terra e igreja triunfante no céu.

Não há sentido de salvação fora da historicidade do humano. A história é o lugar onde a salvação é perseguida, desejada e anunciada. A Igreja existe porque o *Reino* ainda não se realizou. Nesses termos, a *missão* torna-se a grande idéia-força do catolicismo. A militância torna-se, portanto, constituinte da identidade dos católicos. É a ação organizada, planejada e disciplinada para a efetivação de seu fim.

Ela enfrenta, como qualquer instituição, as contingências da história, obrigando-a a assumir preocupações outras, *menos elevadas* que a sua missão original. Ela tem que cuidar, por exemplo, de sua saúde institucional, quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista hierárquico. Afinal, enviar missionários para o mundo inteiro, por exemplo, é algo complexo e caro. Formar esses missionários demora um longo tempo de

estudos. E esses missionários devem partir para as suas missões com um sentido bem claro daquilo que vão anunciar. Ela deve elaborar uma estrutura de plausibilidade densa e coerente o suficiente para que esses missionários não se dispersem do objetivo maior em seus terrenos de missão. Portanto, eles não podem perder o *sentido profundo* daquilo que anunciam.

Essa instituição é, seguramente, sempre um tema da mais alta complexidade para a investigação acadêmica. O investigador deve lembrar, durante todo o percurso de sua investigação, que tem diante de si um tema cuja autocompreensão se elabora num fundamento que está *além* da história. Ela se auto-elabora numa auto-reflexão *teológica* com vistas ao *momento escatológico*. É claro que esse dado não é verificável para o estudioso. Por isso, ela deve ser investigada em suas respostas a esse grande discurso de fé.

Apesar de sua presença intercontinental e de grandes eventos rebeldes, sua unidade se mantém admirável. E é bom lembrar que, contemporaneamente, ela não dispõe do uso legítimo da força física que os Estados Nacionais possuem em seus territórios. Seus caminhos de pressão, condenação e persuasão existem, mas trafegam por diferentes vias. Fundam-se na legitimidade de suas propostas, tanto da fé que se anuncia quanto da sua condição de intérprete legítima e eficiente dessa fé, ainda que o monopólio desse lugar que ela se arroga possa descontentar a muitos dos seus. Essa instituição, 20 vezes secular, movimenta-se numa auto-reflexão que se orienta numa *práxis* que vai muito além da mera reprodução rotinizada e mecânica de si mesma.¹

A Igreja Católica tem sede no Vaticano, que é um Estado autônomo e possui embaixadores em países estrangeiros: os nuncios apostólicos. Entretanto, a natureza do Estado que eles representam não permite uma clara dissociação entre o mero exercício da diplomacia, de um lado, e as suas condições religiosas, de outro. Ainda, a própria Santa Sé utiliza-se dos serviços de sua nunciatura para atos que, em tese, não são atributos de Estado, como a participação do processo de escolha de bispos, por exemplo. Um observador desavisado não saberia definir onde termina a função religiosa do nuncio e onde começa a política. Pensamos que essa natureza desse Estado não permite uma clara

¹ Cf. ROMANO, 1979. p. 12.

dissociação entre ele e a Santa Sé, a sede da Igreja propriamente dita, tanto para um observador externo quanto para os gestores dessa complexa burocracia.

Seus bispos vivem uma obediência a esse centro de poder. Ou, ainda, são escolhidos e devem obediência a um chefe de Estado estrangeiro. Os Estados Nacionais poderiam entender que esses bispos são agentes de um outro Estado? Que suas ações atentam contra a soberania dos Estados onde estão? Que um Estado estrangeiro está ingerindo a consciência de sua população? É interessante pensar nas encíclicas: são documentos que um chefe de Estado propõe para a orientação da *consciência* do episcopado e dos seus *fiéis* habitantes nos diversos Estados Nacionais espalhados pelo mundo inteiro.

Entretanto, na objetividade de seus movimentos e no cotidiano de suas dioceses, ela não opera como Estado: é *Igreja*. Por isso, sua política não deve ser pensada como as demais.

As ciências sociais nos ensinam que a política encontra seu lugar de exercício denso e privilegiado no Estado Nacional, com seus formidáveis monopólios. O Vaticano é um Estado *sui generis*, mas é Estado. Orienta comunidades de fiéis, que funcionam como sociedade civil ou comunidade política organizada, posicionando-se sempre diante dos seus respectivos Estados.

A Igreja Católica possui uma longa trajetória e um aprendizado que se confunde com a própria história do ocidente. A análise dessa instituição, ou de algumas de suas ordens, congregações, monastérios ou movimentos, e a politicidade que os permeia é tarefa árdua e requer, dentro das ciências humanas, um campo temático próprio, como uma história e sociologia do cristianismo.

O tema que investigamos manifesta sua identidade construída na inserção nesse macroambiente altamente complexo e produtor de sentidos existenciais profundos, que se constitui o catolicismo. Nessa inserção, ele encontra o seu capital legitimador e produtor de sentido para a elaboração de suas propostas no religioso, no político, no econômico, no social, na música, no teatro, no cinema. Em todas as manifestações humanas. Isso porque, em sua compreensão, todo o manifesto humano é *ato* que revela a sua condição

de imagem do *Criador*. Portanto, toda manifestação humana é passível de carregar consigo a portentosidade salvífica.

A nosso ver, essa questão ganhava relevância na medida em que há uma coexistência inaugural entre revolução e modernidade. A primeira inaugurou a segunda, ao mesmo tempo e no mesmo movimento histórico em que foi por ela inaugurada. A modernidade, por sua vez, substituiu a *graça divina* como o dado que fundamenta as realidades societárias pela *justiça* promovida pelo humano.²

Nesse evento histórico, houve o movimento do elemento societário estruturante que se funda na fé religiosa, para o elemento que se funda na razão, em sua autonomia em relação às elaborações teológicas. A modernidade, portanto, relaciona-se com a religião como sua antagonista original. O homem moderno, *iluminado*, é definido pela razão e por ela encontrará as vias de sua total realização. A religião, no caso, o catolicismo ultramontano, por sua vez, percebendo os riscos aos quais estava submetida, ocupou-se de condenar a modernidade e suas expressões.

Nossa proposta originalmente elaborada para esse Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, era investigar o projeto de revolução do jornal *Brasil, Urgente*, hebdomadário da esquerda católica. Compreendíamos que esse objetivo de pesquisa, com o qual entramos para o programa de doutorado, era relevante, porque esse jornal foi elaborado a partir de um lugar de legitimação e fundamentação religiosa. Buscaríamos interpretar como ele teria conseguido propor e comportar um projeto revolucionário.

Dentro desse ambiente, pensávamos descobrir se o jornal *Brasil, Urgente* apresentava propostas de superação política e econômica da realidade que pudéssemos reputar como revolucionárias. A seguir, buscaríamos compreender como seria a elaboração de um discurso revolucionário partindo de um ambiente religioso.

Entretanto, a leitura da coleção do jornal mostrou-nos que ele não elabora um discurso estruturado e coerente sobre uma superação revolucionária da realidade ao seu entorno. Muito embora, vale o registro, ele negue as estruturas do seu momento presente e ainda, proponha uma revolução que se funda mais na inviabilidade do capitalismo

² Cf. MICHELET, 1989.

liberal e na necessidade de superar suas estruturas do que como um corpo elaborado e coeso de elaborações.

Perdemos, portanto, o objeto original de pesquisa. Mas, no mesmo momento e ato dessa perda, outro tema surgiu. Percebemos que o jornal permitiria que pensássemos em um círculo muito mais amplo de militância de cristãos. Se, inicialmente, pensávamos em estudar apenas o jornal e o seu discurso revolucionário, posteriormente, percebemos que a sua condição de mídia, de meio, permitiria o estudo de um grande movimento social que tinha nele um espaço para a manifestação de suas idéias, para o anúncio de seus atos de militância e para o ataque a seus inimigos.

O jornal *Brasil, Urgente* revelou-se para nós, durante a leitura, um excelente prisma, através do qual poderíamos ter acesso a um ambiente mais amplo de manifestações religiosas e políticas. E, ainda, por sua natureza e em sua legitimidade, contribuiu para estruturar um amplo movimento de cristãos.

Com esse novo objeto e diante da possibilidade efetiva que esse jornal nos oferece para a investigação, passamos a nos propor ao estudo do movimento do cristianismo da libertação ou cristianismo revolucionário. Nomes dados por Michel Lowy, em seu livro *A guerra dos deuses*³, ao amplo movimento social e político de cristãos católicos e protestantes no Brasil, sobretudo, no início da década de 1960.

O cristianismo da libertação ou revolucionário constituiu-se num amplo movimento social de cristãos que operavam na arena política sob o amparo da legitimação e fundamentação religiosa, segundo Lowy. Esse movimento antecedeu historicamente a Teologia da Libertação e, portanto, não pode ser confundido com ela. A elaboração dessa teologia, como sistema estruturado e coerente, aconteceu tendo o cristianismo da libertação⁴ como um de seus lastros históricos fundantes.

O cristianismo da libertação é um movimento religioso cujas matrizes são católica ou protestante. Ele constitui-se num movimento necessariamente *salvífico*. Entretanto, ao significar todas as estruturas sociais a partir do capital hermenêutico da literatura sagrada,

³ LÖWY, 2000. Ver também LÖWY in RIDENTI e AARÃO REIS, 2007.

⁴ Cf. GUTIÉRREZ, 1979.

ele ganha o estatuto de movimento político, sobretudo por causa do imperativo da condição de religião profética da tradição judaica e cristã.

A empresa política Estado torna-se, portanto, um interlocutor necessário para esse movimento religioso. Essa relação / interlocução / embate é privilegiada para quem se propõe a estudar esse movimento. Esses cristãos assumem a política na sua autonomia moderna, com a qual produziu domesticamente suas regras. Cabe-nos lembrar que na modernidade a política possui dois problemas para resolver, a saber: a conquista e a manutenção dos postos de poder, fundamentalmente. Por outro lado, o cristianismo da libertação possui um problema de outra ordem para resolver na política: a *salvação*.

A matriz católica do cristianismo revolucionário é conhecida como esquerda católica. Dizendo isso, importa-nos esclarecer que doravante trataremos apenas desse setor do catolicismo e o jornal *Brasil, Urgente* como uma de suas expressões.

Esse jornal surge em um dos períodos mais conturbados da história republicana brasileira. Efetivamente, a partir da década de 1950, ou mesmo antes, o Brasil vive sensivelmente o processo de modernização que pôde traduzir-se na fundação de bases produtivas industriais e na urbanização, com a crescente inversão populacional campo-cidade.

No plano político, esse processo alimenta a intensa crise do período ao alterar “profundamente o peso político dos partidos tradicionais, em particular dos partidos conservadores (...) o PTB alargava grandemente seu eleitorado e avançava sobre os votos do interior, caracterizando o que o general Golbery do Couto e Silva, o ideólogo da ditadura militar, denominou ‘tendência esquerdista trabalhista’, fundamentada na industrialização e na urbanização”.⁵

O último ano do governo João Goulart, que coincide com o ano de existência do jornal *Brasil, Urgente*, viveu o paroxismo dessa crise política e o seu desfecho com o golpe militar de 1964. Esse governo experimentou a organização e o avanço das forças progressistas (pró-reformas de base) traduzidas, sobretudo, na defesa das 11 reformas de

⁵ SILVA, 1990. p. 354 - 355.

base. Os setores conservadores (contrários às reformas de base) perceberam que esse avanço significaria a quebra da estrutura política na qual exerciam o mando.

As reformas fariam da democracia um ambiente no qual os conservadores perderiam os lugares tradicionais de poder da sociedade, a saber, o Estado, a Igreja Católica, as forças armadas e o meio rural, por exemplo. É esse o momento em que o jornal *Brasil, Urgente* surge e se apresenta como ator político.

O grupo fundador foi liderado por frei Carlos Josaphat Pinto de Oliveira e formou-se a partir, sobretudo, das missas e dos cursos desse dominicano no Convento das Perdizes, em São Paulo. Esse grupo fez parte dos importantes setores da Igreja Católica do Brasil que acompanharam o desenvolvimento das forças progressistas da sociedade daquele momento. Eles foram os responsáveis por essa instituição ter-se tornado “um renovado e importante protagonista na história contemporânea brasileira”.⁶

Após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo a partir da década de 1950, o catolicismo brasileiro principia uma progressiva sistematização da sua dimensão ética e social, sobretudo os setores que viriam a ser reputados à esquerda. Os católicos elaboram-se como comunidade de fiéis e comunidade política, ao mesmo tempo e numa relação necessária, como força autônoma ao Estado. Efetivamente, os setores que viriam a ser conhecidos como conservadores já principiaram esforço nesse sentido já na Pastoral Coletiva de 1915. A segunda metade do

O papado de João XXIII contribuiu de maneira decisiva para o catolicismo brasileiro, tanto na sua interpretação de si quanto da realidade em profunda transformação, através, sobretudo, das encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*. O impacto dessas encíclicas, em contexto de guerra fria, pode ser melhor mensurado quando descobrimos que políticos brasileiros conservadores afirmaram que elas foram escritas por agentes do comunismo internacional, infiltrados no Vaticano, como demonstraremos nesse trabalho.

Os católicos brasileiros viviam uma grande efervescência e a convicção de que experienciavam um período de transição, de ruptura, de revolução. O fragmento a seguir,

⁶ CAMARGO; SOUZA; PIERUCCI, 1995. p. 345.

de Alceu Amoroso Lima, ilustra a compreensão, comum no período, de que a realidade estava mudando por causa do esgotamento de um período histórico:

Quais foram as notas dominantes da linha Roncalli? Antes de tudo o espírito evangélico, a volta às fontes do cristianismo. O mundo moderno se assemelha, em muitas coisas ao Império Romano em decadência. Estamos em face de uma civilização que se despede e de uma civilização que se projeta, tal como aconteceu com a passagem da civilização *clássica* à civilização dos “bárbaros”. Nessa transição histórica o Cristianismo atuou por três meios – pelo Espírito, pela Paz e pelo Povo.⁷

Devemos, agora, tratar dos lugares epistemológicos nos quais nosso trabalho é elaborado. No doutorado em Ciência da Religião, nos relacionamos com mais de uma área do saber. Devemos, portanto, definir o campo da história como nosso lugar original. Nele encontramos alguns elementos que marcam o estatuto e a identidade desse relevante ambiente de construção de conhecimento relevante. Dentre eles, vale fazer referência à idéia da singularidade dos eventos, em oposição à busca pelas regularidades; ao nível específico de crítica documental e, ainda, à lida com os recursos teóricos e metodológicos da história oral.

Uma vez assumido esse lugar, é necessário reconhecer a necessidade do diálogo com outras áreas de estudo.⁸ A proposta desse trabalho não é fazer uma história sociológica. Não nos parece adequado utilizar a sociologia como adjetivação de algum tipo de história. Essas áreas são portadoras de identidades / alteridades epistêmicas e utilizar uma como adjetivo de outra nos parece uma inaceitável redução epistemológica. Esperamos das ciências sociais contribuições valiosas. Esse diálogo, pela via de um estudo acerca da religião, “objeto clássico”, seguramente oferecerá contributos a essas duas áreas. A história será coberta por uma deficiência acerca de conceitos que ela se vê obrigada a tomar de empréstimo, como o de secularização. Assim, nos incluímos na área da Ciências Sociais da Religião e na linha de pesquisa História Social e Cultural da Religião.

Nosso tema nos coloca diante do campo da história das idéias, área um tanto inconclusa, na medida em que buscaremos descortinar formulações teóricas que buscam

⁷ LIMA, 1966. p. 234.

⁸ Nesse sentido, situamo-nos na perspectiva inaugurada por Marc Bloch, que construiu a idéia da história como problema e apontou a necessidade de uma interdisciplinaridade, sobretudo com as ciências sociais.

oferecer ossatura para a práxis. Nosso empenho se efetivará na descrição analítica do discurso produzido pela militância católica do período em suas contextualizações conjunturais, que, nesse trabalho, não se reduzirá à mera factualidade.

Há uma questão que nos acompanha nesse trabalho e que se refere ao fazer historiográfico brasileiro diante do tema religião. Compreendemos que a nossa tradição historiográfica revela uma particularidade ao lidar com esse tema. Com freqüência, quando a religião e a sua relação com a política são tomadas como objeto pelos nossos historiadores, o resultado tem sido uma história política da religião. Isso ocorre porque, ao estudar as religiões, a história utiliza os instrumentais teóricos próprios da esfera epistemológica do político que são usados para pensar o Estado, os partidos políticos e os sindicatos, por exemplo. Por isso, temos tantos trabalhos de historiadores no Brasil que se ocupam em estudar relações como Estado e Igreja, positivismo republicano e catolicismo, Igreja e democracia, Igreja e revolução e Igreja e modernidade.

Esta carência de um instrumental teórico próprio para o estudo da religião deixa a história numa confusão epistemológica: quando se propõe a pensar este objeto, ela realiza, na maioria das vezes, trabalhos acerca da instituição religiosa, sem considerar que o elemento que a fundamenta é qualitativamente diferente dos elementos que fundamentam todas as outras instituições sociais. Há politicidade no religioso, sem dúvida. Ele, entretanto, não se reduz à práxis societária. É necessário saber que, ao contrário da política moderna e da idéia-força revolução, o fundamento da religião encontra-se num *outro mundo*.

Pensamos, ainda, que nenhum trabalho acadêmico oferece contribuições meramente domésticas, sobretudo quando temos a religião como *objeto* de análise. Acreditamos que todas as áreas do saber acadêmico que possam assumir estudos acerca desse *objeto* obterão ganhos com um trabalho desenvolvido na(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões) que se propõe fundado numa extensa e profunda pesquisa e leitura bibliográfica.

Acerca da Ciência da Religião, é-nos oportuno dizer que, a partir de nosso mestrado, passamos a entendê-la como uma área de confluência, na qual diversos campos do saber produzem conhecimentos que se articulam, embora tensos por muitas vezes. Há

uma co-existência ao entorno do *objeto* e um *locus sui generis* de produção de conhecimento se constitui, embora vias paradigmáticas diferenciadas tendam a centrifugar esforços.

A Ciência da Religião deve conter em si, de maneira sistêmica, um potencial crítico em relação aos eventos sociais. Deve incorporar uma crítica do social no sentido de oferecer a contribuição heurística própria do terreno do religioso como *objeto-relação* de estudo, que encontra lugar privilegiado de investigação na Ciência da Religião. Se, por um lado, podemos identificar mecanismos internos de ordenamento do religioso, podemos, por outro, identificar a lógica interna de outros eventos através do lugar investigativo que se constitui a religião.

Nessa perspectiva, a investigação acerca destes outros eventos ganha densidade a partir da análise da religião como terreno onde os sujeitos produzem significados que saltam para fora do terreno doméstico do sagrado. Essas significações são atos únicos. No nosso trabalho, a política é investigada a partir de um ângulo exclusivo: a partir do lugar do religioso. Acreditamos que essa *janela hermenêutica* oferece uma interpretação singular acerca da política.

Segundo Jacques Le Goff,⁹ devemos aplicar dois tipos de materiais à história: os monumentos e os documentos.

Os monumentos são heranças do passado e os documentos são escolhas do historiador.

Acerca dos monumentos, Le Goff escreveu:

A palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. (...)

O *monumento* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um

⁹ LE GOFF, 2003.

legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.¹⁰

O monumento existe na “função” da memória. Ele é o registro que se mantém, em qualquer nível, de atos situados no passado. Ao se ocupar de eventos passados, o historiador se-vê diante de um grave problema: ele investiga um objeto que não existe. Ele não pode, portanto, fazer ciência. Não há ciência sem objeto. Os monumentos permitem que a história se elabore e elabore um conhecimento relevante acerca do humano no tempo.

As permanências dos monumentos permitem ao historiador construir precariamente seu tema de investigação e uma compreensão dele. Por isso, a história deve ser constantemente reescrita. Os objetos têm que ser continuamente reelaborados e reinterpretados porque nenhuma reconstrução é totalmente eficiente. Elas servem para responder às perguntas inesgotáveis do(s) momento(s) presente(s). As elaborações feitas à guisa de resposta são também inesgotáveis.

O documento, por sua vez, ganha esse estatuto na lida e nas opções do ofício do historiador. O seu trabalho confere ao monumento a condição de documento, que é a janela hermenêutica desse estudioso. É necessário dizer que, a partir, pelo menos, da história dos *Annales*, amplia-se a compreensão sobre os documentos. As ilustrações, os sons, os depoimentos, as imagens, os exames químicos de materiais diversos, a observação do formato de paisagens e outros passam a ser tratados sob esse estatuto.

Em todos eles a condição de documento é estabelecida na investigação e no seu uso como lugar capaz de estabelecer interlocução com o historiador. Nesse diálogo o pesquisador consegue elaborar conhecimento através daquilo que o monumento / documento revela dialogicamente. O documento, portanto, é construído no trabalho e nas opções do historiador. Entretanto, ele não é qualquer coisa que fica do passado; deve carregar registros das ações humanas nas relações de poder, na arte, etc.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado; é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento

¹⁰ LE GOFF, 2003. p. 526.

permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.¹¹

Reputamos ao *Brasil, Urgente* a condição de instrumento. Tivemos a preocupação de mostrar essa condição no corpo do trabalho. Esse jornal surge a partir da necessidade de fundamentar e sistematizar as formulações dos setores progressistas da política brasileira num ambiente de intenso combate político.

A compreensão de que estamos diante de um instrumento é importante para o nosso trabalho. Temos diante de nós uma parte das formulações políticas e teóricas, de compreensão cristã, pelas reformas de base, por exemplo. Saber dessa condição ajuda-nos a cotejar os argumentos. Sabemos que foram construídos numa situação-limite de conflitos e para servir a esses conflitos. Que terminaram com um golpe de Estado.

Em nosso esforço de pesquisa e escrita da tese, acompanhou-nos a idéia de propor um trabalho final que permitisse ao leitor elaborar da forma mais aproximada possível o ambiente das assertivas do jornal. É claro que há o filtro das interpretações do pesquisador, que seleciona aquilo que considera relevante. Portanto, fizemos a opção de trazer para o corpo do trabalho o maior número possível de fragmentos e até mesmo textos completos para permitir ao leitor a possibilidade de não ficar refém da nossa interpretação.

Cumpre-nos, agora, dizer especificamente acerca do tema de nosso estudo.

Nossa lida ocupou-se em tratar do jornal *Brasil, Urgente* como uma das expressões da esquerda católica. Iniciamos esse trabalho propondo uma compreensão acerca dessa esquerda. Procurando situá-lo num arco histórico cujo recuo vai até o fim do padroado, quando o Estado controlava a Igreja. Dessa forma, esperamos melhor compreendê-la dentro de um universo maior de referência da história do catolicismo brasileiro do século XX, até a primeira metade da década de 1960.

Buscamos compreender o universo de propostas que permitiram que esse setor do catolicismo se elaborasse como tal. Para tanto, partimos da literatura clássica de estudiosos do tema e, também, de trabalhos produzidos no período por expoentes dessa

¹¹ LE GOFF, 2003. p. 535 - 536.

esquerda. Nessa análise, fomos levados a acreditar que existem três eixos de propostas e sentidos que compõem o seu núcleo denso. São eles: “a consciência histórica e a consciência da história”, “a fidelidade à grande tradição” e “a revolução cristã”.

A análise do jornal nos deixou sob o risco de nos dispersar em múltiplas e superficiais incursões no ambiente político, econômico e social que ele noticiava e interpretava. Ele permite, efetivamente, uma impressionante incursão nesse ambiente. Para evitar esse risco, estruturamos nossa interpretação em eixos temáticos que elaboramos a partir de nossa análise de toda a coleção. Esses eixos exigiram que nos prendêssemos de maneira verticalizada no *Brasil, Urgente*, ao mesmo tempo em que nos permitiu demonstrar o amplo universo de proposições do hebdomadário. Eles são devidamente citados nos respectivos capítulos.

Ao elaborá-los, fizemos uma desconstrução construtiva. Desconstruímos a estrutura original do jornal para, no mesmo ato, construir uma interpretação dele. Essa lida trans-formadora com o documento é essencial para história.¹²

Ainda, constatamos que o jornal possui três momentos realmente distintos. Compreendemos que eles acompanham o seu processo de maturação e inserção num ambiente político efervescente. Além disso, o próprio catolicismo do período constituiu-se num terreno de conflitos. Essas fases, portanto, foram rearranjos possíveis para responder às necessidades de um momento de embates.

Cabe-nos, por fim, dizer sobre um trabalho que também teve como tema o jornal *Brasil, Urgente*, elaborado originalmente como resultado final de uma pesquisa de doutoramento. Referimo-nos ao livro *A Bênção de Abril – Brasil, Urgente: memória e engajamento católico no Brasil (1963-1964)*, de Paulo Cezar Loureiro Botas.¹³ Tivemos esse trabalho como uma presença constante ao longo de todo o nosso processo de pesquisa.

Entretanto, notamos que nossas matrizes compreensivas distanciaram-nos progressivamente.

¹² Vale a referência de CERTEAU citado por LE GOFF, 2003. p. 533. “Na história, tudo começa com o gesto de *pôr à parte*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outro modo.”

¹³ Botas, 1983.

Por um lado, o método demarcou uma grande diferença de lugares. Botas elaborou uma lida documental fundada num “trabalho de colagem”,¹⁴ segundo o próprio autor. Compreendemos a legitimidade dessa opção metodológica, mas optamos pela via analítica da história, como já deixamos evidente nessa introdução.

Por outro lado, nossos recortes temáticos também foram bastante distintos. Botas procurou elaborar uma memorialística do jornal como um representante dos setores de esquerda do catolicismo dentro de um ambiente de tensas disputas. Adotou, para tanto, uma estratégia descritiva. No nosso caso, buscamos também situar o hebdomadário dentro desse mesmo ambiente de disputas, mas, nos ocupando, sobretudo, em compreender o lugar original do jornal *Brasil, Urgente*: a esquerda católica e o jornal, como uma expressão desse lugar.

O trabalho que apresentamos está dividido em seis capítulos: no primeiro, buscamos compreender a esquerda católica, situando-a no percurso da história do cristianismo católico brasileiro do século XX. Essa análise é feita através de uma bibliografia dividida em dois estatutos. Num primeiro momento, lidamos com estudos sociológicos e históricos e, a seguir, construímos nossa compreensão a partir de três livros que adquiriram o estatuto de fonte documental; referimo-nos aos livros “Cristianismo hoje”, organizado por Thomas Cardonnel, Henrique Cláudio de Lima Vaz e Herbet José de Souza, publicado em 1962; “Evangelho e revolução social”, de frei Carlos Josaphat, cuja primeira edição foi publicada em 1963 e “Os cristãos e a revolução social”, Paulo de Tarso, publicado em 1963. Esses três livros são sistematizações da própria esquerda católica, escritas como atividades militantes e não como esforços acadêmicos de compreensão do fenômeno.

A seguir, fazemos uma breve apresentação do jornal no capítulo 2.

Nos capítulos 3, 4 e 5 lidamos com as três fases do jornal. É necessário dizer que o semanário não se divide formalmente em fases distintas, elas são observáveis pelo estudioso. Botas também identificou esses três momentos do jornal, explicando-os como resultantes da progressiva radicalização do jornal. Concordamos com esse autor, entretanto ele afirma que essa radicalização acompanhou o progressivo envolvimento

¹⁴ BOTAS, 1983. p. 18.

pessoal de frei Carlos Josaphat nas cada vez mais tensas disputas políticas do período. Pensamos que essa afirmação é de difícil verificação. Pensamos que haja maior plausibilidade em dizer que o jornal acompanhou o próprio adensamento das tensões políticas do momento. Quando o dominicano foi exilado o *Brasil, Urgente* seguiu na progressiva radicalização.

Procuramos, no capítulo 6, elaborar a conclusão geral do trabalho. Apresentamos, ainda, as referências bibliográficas e os anexos: fotografias das 55 capas do jornal e uma contracapa com uma crítica em forma de humor da Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Capítulo 1

A esquerda católica: ensaios do século XX no catolicismo brasileiro

tão reais que
se apagaram para sempre
Ou não?

Ferreira Gullar

1. 1. Da ação da República à reação católica

Em 1973, Márcio Moreira Alves escreveu que “as estruturas atuais da Igreja Católica nasceram no Brasil em 1891, quando a Constituição Republicana separou a Igreja do Estado, permitindo ao Vaticano enfrentar as necessidades mais prementes de uma instituição moribunda”.¹⁵ Esta separação representou o desenlace final da lenta agonia do laicato oficial, organizado no Estado, onde o monarca exerce funções próprias da hierarquia católica e cuja origem situa-se ainda no período medieval, na instituição do padroado.¹⁶

A República, ao abolir o padroado, permitiu à Igreja Católica se organizar autonomamente. Ela não era mais um “departamento de Estado”. A esse evento devemos somar o processo de centralização de Gregório XVI (1831 – 1846) e de Pio IX (1846 – 1878). Essa centralização e a liberdade diante do Estado compuseram o ambiente no qual os bispos brasileiros puderam, efetivamente, exercer “uma autoridade perante o clero que eles não conheciam de fato desde os tempos coloniais”.¹⁷

¹⁵ ALVES (1), 1968. p. 17.

¹⁶ Sobre o tema ver TORRES, 1968.

¹⁷ MOURA e ALMEIDA, 1977. p. 328.

Em que pese essa autonomia, a Igreja Católica no Brasil contava, efetivamente, com diversos bispos idosos e doentes. Todos tinham uma mentalidade conservadora e alguns eram declaradamente monarquistas. Dom Antônio de Macedo Costa teve que ter muita habilidade para conseguir a reunião do episcopado brasileiro na pastoral coletiva de 1890, na qual expressavam a aceitação do novo regime.¹⁸

Pode-se afirmar que durante os 30 primeiros anos o decreto de separação entre Igreja e Estado promulgado em abril de 1890 foi mantido rigidamente. Por parte dos líderes políticos, houve um desconhecimento quase completo da ação e da presença da Igreja. Dominava o pensamento liberal e positivista. Por parte da hierarquia católica, continuou o esforço por consolidar a reforma católica, movimento iniciado em meados do século XIX. A Igreja Católica preocupava-se principalmente com a sua organização e vida interna.¹⁹

Nessa sua reorganização, a Igreja Católica no Brasil compreendia-se como uma instituição fundada numa hierarquia centrada no papa. Sobre essa compreensão de si, vale o exemplo da Carta Pastoral “Sobre o Socorro ao Sumo Pontífice”, escrita em 1916, por Dom Silvério Gomes Pimenta, arcebispo de Mariana. Ela exorta os fiéis a contribuírem para a coleta de recursos para a manutenção da Igreja em Roma que, devido à I Guerra Mundial, perdera seus contribuintes europeus regulares.

Essa carta revela que a autoridade da hierarquia se funda na compreensão de que a instituição romana é o veículo único da Salvação. Ela possui o monopólio do anúncio qualificado da mensagem salvífica e da lida com os sacramentos / bens de salvação. E o papa, nesse ambiente, exerce o pontificado. Portanto, deve-se a ele o reconhecimento da máxima autoridade.

O Papa é nosso pai. (...) e o é porque dele recebemos a vida sobrenatural e os meios de a conservar e nutrir. O princípio dessa vida é a fé, a fé que nos coloca em esfera superior a todas as coisas criadas, e nos descortina uma felicidade eterna, em que esperamos entrar um dia; a fé, dom do céu, que Deus em sua misericórdia concede aos filhos mimosos de sua Igreja, essa fé nos vem do Papa.

Os sacramentos, que nos introduzem agora na Igreja, para depois nos introduzirem no céu, nós os recebemos, senão imediata, ao menos mediatamente do Papa, visto como dele vem os Bispos, e dos Bispos

¹⁸ Cf. AZZI (a), 1977.

¹⁹ AZZI (a), 1977. p. 61.

os sacerdotes, sem os quais não existem Sacramentos. É portanto o Papa a fonte secundária desses caudais divinos da graça e da salvação, sendo a fonte primária Jesus Cristo, que os instituiu e fecundou com o seu sangue.

O Papa é justamente cabeça e pedra fundamental da Igreja (...) Enquanto cabeça (...) dele dimana a seiva da vida para todos nós os cristãos; enquanto pedra angular, sustenta a fábrica estupenda da Igreja Católica. Personalidade misteriosa, sobre a qual descansa uma construção viva e vivificadora, cuja extensão iguala os âmbitos da terra, e na duração vencerá os séculos.²⁰

Esse catolicismo hierarquizado também promove os primeiros acenos da reforma litúrgica que viria acontecer a partir de 1933, com o beneditino Dom Martinho Michler. Essa reforma foi um dos eventos-força desse movimento de reelaboração do catolicismo brasileiro.

Sobre a questão da liturgia, Dom Sebastião Leme escreve, em sua carta pastoral de 1916:

Desprovido de instrução, o povo aceita as doutrinas que mais cômodas se lhe antolham. Eis porque não são raros de encontrar transviamentos absurdos na prática da religião. (...) O Santo é tudo, Deus quase que a nada se reduz. Vão à Igreja, visitam todos os altares... só não visitam o Santíssimo Sacramento. Não perdem 'novenas' e 'terços'... esquecem o sacrifício augusto da missa. As quintas ou sextas feiras, de preferência aos domingos, assistem à missa... razoável e útil é o culto dos santos, mas não se confunda com o culto de adoração que só se tributa a Deus. Veneráveis são as imagens; a todas, porém, sobreleva a Eucaristia, onde, não em imagem, mas em real presença, está Nosso Senhor. Valor têm as 'novenas' e 'terços', mas nada vale tanto como o Sacrifício incruento do altar. Ouvir missa, em dia de semana, é acessório; o principal é ouvi-la aos Domingos e dias santos de guarda.²¹

O movimento litúrgico brasileiro fora todo ele influenciado pelo catolicismo europeu, assim como as suas demais transformações do período. Os católicos intelectualizados, sobretudo a partir da década de 1920, foram o duto dessas influências. Eles consideravam desolador, por exemplo, o aparato litúrgico existente, sobretudo, no interior do Brasil. Soares de Azevedo escreveu um artigo, em 1922,

²⁰ PIMENTA. 1916. p. 3 e 4.

²¹ DOM SEBASTIÃO LEME apud SILVA. 1983. p. 34.

na Revista Vozes, sob o título: “Para um bom movimento litúrgico.” Neste o articulista contava sua agradável experiência de um breve contato com o movimento litúrgico da Europa, sobretudo na Alemanha. “Se eu fosse rico” – assim inicia o artigo – “deixar-me-ia ficar uns bons meses na Alemanha, estudando o movimento litúrgico daquele país”.²²

Ele termina o texto expressando o seu desejo de que o “mesmo” movimento aconteça no Brasil.

A Igreja Católica que se reformava e a República que principiava se estranharam mutuamente nas três décadas seguintes ao fim do padroado. Entretanto, esses dois sujeitos foram descobrindo que possuíam compreensões em comum sobre a visão hierarquizada das instituições, da política e da dinâmica societária. Essa coincidência mostrava que um e outro poderiam funcionar solidariamente. Essa compreensão aconteceu mais rapidamente entre políticos mineiros, como Artur Bernades e Antônio Carlos.²³

A partir da década de 1920, com a transferência de Dom Leme para o Rio de Janeiro, inicia-se o movimento da chamada *reação católica*.²⁴ Nela, a Igreja foi conseguindo, progressivamente, êxitos diante do Estado, sobretudo no período compreendido entre o entorno de 1930 e 1945. É comum ver esse projeto ser nomeado pela historiografia como *neo-cristandade* e *concordata não escrita*.

Como exemplo de eventos que revelam o êxito da *reação católica* e do reconhecimento de si pelo Estado, como interlocutora da “nação católica”, vale citar os seguintes pontos:

- 1) Em 22 de abril de 1922, “o arcebispo Dom Leme desfila num carro ao lado do presidente Epitácio Pessoa, no Rio de Janeiro”.
- 2) Em 4 de maio de 1924, “o presidente da República Artur Bernades visita o cardeal Arcoverde no Palácio São Joaquim”.

²² SILVA, 1983. p. 26.

²³ AZZI (a), 1977. p. 100.

²⁴ Nesse momento, a reação efetiva-se diante do Estado. Entretanto, devemos registrar que ela não principia aí. A publicação da Carta Pastoral de 1916, de Dom Sebastião Leme, também foi outro marco desse movimento de reação católica.

- 3) Em 5 de maio de 1924, acontece um “banquete oferecido pelo Itamarati ao episcopado brasileiro pelo Jubileu do cardeal Arcoverde, com discurso do ministro das relações exteriores Felix Pacheco”.
- 4) Em 24 de outubro de 1930, “o cardeal Leme acompanha o presidente da República Washington Luís, na saída do palácio do governo, ao ser deposto pela revolução”.²⁵

E como exemplo da defesa, pelo catolicismo oficial, da ordem temporal hierarquizada, vale citar a exortação que o capuchinho frei João Evangelista do Monte Marciano fez a Antônio Conselheiro, pedindo que este obedecesse ao Estado Republicano. Nesse pedido, o capuchinho lembra que “a Igreja condena as revoltas e, aceitando todas as formas de governo, ensina que os poderes constituídos regem os povos em nome de Deus”.²⁶ Eventos como esse e a rápida reorganização e o aumento notável de sua estrutura fizeram aumentar no catolicismo a condição de interlocutor necessário para o Estado. A Igreja Católica poderia, e efetivamente o fez, reunir os fiéis e fomentar neles uma ação orientada diante do Estado. Os chefes políticos perceberam que essa instituição era ao mesmo tempo “estranha e necessária”.²⁷

O Estado, por ser o portador dos poderes legítimos de uma empresa política, era o interlocutor fundamental para as estratégias do catolicismo brasileiro do período. Nelas, a Igreja Católica buscará fazer com que o poder político seja solidário na promoção e sedimentação da *nação católica*.

José Oscar Beozzo,²⁸ percorrendo o período compreendido entre 1930 e 1945, da Revolução de 1930 à redemocratização, busca entender as articulações entre a Igreja Católica do Brasil, a Santa Sé e o Estado Brasileiro. Sob a liderança de Dom Sebastião Leme, o catolicismo do período traça estratégias nas quais os atos de visibilidade pública ganham destaque. Esperava-se demonstrar que a consciência dos brasileiros era católica e que a Igreja era a tradução institucional legítima dessa consciência. O Estado deveria,

²⁵ AZZI (a), 1977. p. 64 e 65.

²⁶ MOURA e ALMEIDA, 1977. p. 324.

²⁷ MOURA e ALMEIDA, 1977. p. 329.

²⁸ BEOZZO, 1995.

portanto, reconhecer a ambos: a consciência católica do povo e a Igreja: senão o povo não o reconheceria.²⁹

As manifestações de 1931 são precedidas de um acontecimento importante pela força de seu simbolismo. Em toda a década de 1930, a Igreja Católica perseguirá o objetivo de consolidar sua unidade em plano nacional, através de uma centralização e coordenação da direção episcopal e dos apostolados dos leigos. Essa unidade havia sido assegurada durante o período colonial pelos mecanismos do Padroado, onde o Estado detinha o controle da Igreja. O rei e depois o imperador eram virtualmente o chefe da Igreja no país. Proclamada a República em 1889 cria-se um vazio de poder, logo preenchido por Roma, quando fracassam as tentativas dos bispos brasileiros de criarem seus próprios mecanismos de articulação interna, guardando um certo controle sobre a Igreja brasileira.³⁰

As celebrações à Virgem Aparecida aconteceram no final do mês de maio de 1931 e terminaram com a vinda da imagem para ser homenageada na capital da República perante o governo provisório. Celebração religiosa com forte repercussão política.³¹

Segundo Beozzo, a escolha de Aparecida aconteceu, dentre outros motivos, devido ao caráter mariano da devoção e ao fato dela deitar raízes numa tradição anterior à República. Outro motivo importante: ela não estava marcada pela devoção de um setor específico da sociedade, como Sant'Ana (aristocracia rural), Nossa Senhora dos Navegantes ou da Penha, invocada pelo marujos, Nossa Senhora do Ó e do Bom Parto, invocada pelas mulheres grávidas, Nossa Senhora do Carmo, da confraria dos “homens bons”, brancos com posses, a Nossa Senhora das Mercês, dos homens pardos, e Nossa Senhora do Rosário, dos homens pretos.

Aparecida, sendo uma virgem dos mais pobres, poderia ser a virgem de todos.³²

Antes do grande evento público a realizar-se com a chegada da imagem, houve a Semana Arquidiocesana de Nossa Senhora Aparecida. Ao fim dela, Dom Leme pronuncia um discurso no qual traça

²⁹ Essa “ameaça” foi feita por Dom Sebastião Leme nos eventos em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, e na inauguração do monumento ao Cristo Redentor.

³⁰ BEOZZO, 1995. p. 294.

³¹ BEOZZO, 1995. p. 296.

³² BEOZZO, 1995. p. 295.

todo o programa para o catolicismo militante brasileiro no período que se inaugura com a revolução. O projeto é claro: fim do laicismo da República, respeito nas instituições públicas e legislação familiar de acordo com a doutrina da Igreja, impedindo-se a entrada do divórcio na legislação civil.³³

Além do evento em homenagem à padroeira do Brasil, aconteceu, também no ano de 1931, outra grande manifestação pública, por ocasião da inauguração da imagem do Cristo Redentor.

Nesse momento de ofensiva, Dom Sebastião Leme orquestrou a organização da Liga Eleitoral Católica, como estratégia de ação dos católicos na política, e a formação de uma militância leiga entre os intelectuais. Ele entendia que esse setor era estratégico porque nele estavam os dirigentes da nação e os formadores de opinião. Era tema de preocupação o dado de toda a formação superior do país ser agnóstica, positivista e anticlerical.

O ano de 1931 representou o ponto de inflexão para a Igreja Católica no Brasil. A partir dele, ela conseguiu municiar-se de uma estratégia em nível nacional. Isso lhe permitiu uma articulação eficiente para pressionar o Estado. O resultado foi positivo; ela obteve frações dos blocos de poder ao lado das várias elites dominantes, como as antigas oligarquias rurais, a burguesia comercial e financeira e a recém-articulada burguesia industrial.³⁴

Após o término dos trabalhos pré-eleitorais e das eleições, a Igreja experimenta um vazio em sua atuação pública. Ele será preenchido pela organização da Ação Católica, que buscará estabelecer uma ponte entre as esferas privada e pública do catolicismo. Os leigos passam a funcionar como uma correia de transmissão entre a hierarquia e o mundo profano. Eles defenderiam as propostas da Igreja onde o clero e o episcopado não poderiam chegar.

No Estado Novo, a relação entre Igreja e governo continua sendo a melhor possível, apesar da eliminação das chamadas emendas católicas da Constituição de 1934. Essa boa convivência é fruto da amizade e do respeito mútuo que havia entre Dom Leme e Getúlio Vargas. Sobre essa boa convivência vale a citação do fragmento seguinte:

³³ BEOZZO, 1995. p. 296.

³⁴ BEOZZO, 1995. p. 307.

Dom Leme toma conhecimento do texto constitucional antes de 10 de novembro e verifica que este incluía legislação divorcista. “Imediatamente pede a D. Luízinha Aranha, mãe de Oswaldo Aranha, que vá ao Palácio levar ao presidente o seu veemente apelo. Getúlio Vargas sorri, tranqüilizador: ‘Diga a Dom Sebastião, D. Luízinha, que eu só decretarei o divórcio no dia em que receber uma petição nesse sentido, assinada pelo Cardeal Leme e por Dona Luízinha Aranha’.”³⁵

Vale dizer, ainda, que a Igreja Católica compreendia que o comunismo e o capitalismo liberal pervertem o seu modelo ideal de sociedade. Portanto, devem ser combatidos, como mostra o fragmento a seguir, escrito por Dom João Becker:

Um capitalismo egoísta e ateu, lenta e silenciosamente, gerou a injustiça social. Mas se constitui um dever acenar para a presença do capitalismo na origem e na evolução da questão social, urge registrar, igualmente, com espanto e ansiedade, no tratamento comunista dessa crise, a presença da mesma concepção materialista que gerou. Não será pelo comunismo que se há de superar essa angústia coletiva, amplamente desencadeada pelo capitalismo.³⁶

Por fim, importa-nos a constatação de que o catolicismo, após o fim do padroado, elaborou-se numa instituição militante. Sua militância efetiva-se na ação coordenada e disciplinada pela hierarquia centrada em Roma, fonte de toda a autoridade. Ela esperava conseguir nas estruturas do poder político os meios necessários para a realização da nação católica. O Estado constitui-se, portanto, no interlocutor necessário para a Igreja. E essa interlocução torna-se também necessária para pensar o catolicismo.

1. 2. Padre Júlio Maria: um irromper moderno no catolicismo brasileiro

Antes de seguir, sentimo-nos obrigados a fazer o registro de uma matriz do pensamento da esquerda católica. Referimo-nos ao pensamento do padre Júlio Maria. Ele não deve, evidentemente, ser reputado como membro desse setor. Entretanto, nossa pesquisa bibliográfica sobre o catolicismo brasileiro do século XX levou-nos a estudá-lo e pensamos não ser demais afirmar que ele antecipou muitas das proposições que

³⁵ BEOZZO, 1995. p. 324, citando SANTO ROSÁRIO.

³⁶ BECKER, Dom João. *10ª Carta Pastoral – O comunismo russo e a civilização cristã*. (13/09/1930). Em UNITAS, ano XVII, n. 9, set. de 1930 (p. 406-407). Citado por BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 191.

encontramos fartamente em grupos organizados na segunda metade desse século, sobretudo no que se refere ao imperativo de diálogo com o mundo moderno e à aliança com o povo.

Os historiadores ainda não explicaram plenamente a questão que Ralph Della Cava apontou em meados da década de 1970: porque a Igreja católica “parece não ter dado ouvidos para um dos seus pregadores mais brilhantes, que tinha um plano de evangelizar o Brasil ‘de baixo para cima’”.³⁷ Della Cava reputa o redentorista de maneira elevada e lembra que ele afirmava que a Igreja deveria deixar de “bajular” os ricos e os “bem nascidos” e iniciar uma evangelização entre os trabalhadores e camponeses.

Júlio Maria, primeiro brasileiro a entrar para a congregação do Santíssimo Redentor, insistia na necessidade de a Igreja ocupar-se com as causas do povo e com as questões de ordem econômica, política e social. Ele foi um irromper do pensamento moderno e republicano numa Igreja hegemonicamente conservadora e, ainda, monarquista. Apoiou-se, sobretudo, na abertura da doutrina social da Igreja ocorrida no pontificado de Leão XIII e, segundo Riolando Azzi,³⁸ busca recriar parcialmente a defesa de teses do clero liberal de fins do século XVIII e início do XIX.

Como argumento para a defesa da possibilidade de diálogo entre o clero e os republicanos, Júlio Maria lembra a distinção feita por Leão XIII entre formas de governo e legislação. Não há, portanto, por parte do catolicismo, uma oposição às formas de governo, mas uma negação das normas constitucionais que possam atentar contra os princípios católicos. Sua abertura para o diálogo com o novo regime e com as questões liberais e a negação das regalias monárquicas do clero chamaram a atenção de intelectuais brasileiros para a doutrina católica³⁹ e para o catolicismo como espaço de inteligência e de crítica da inteligência. Sua atividade pode ser considerada como precursora da Ação Católica.

Ele deixou considerável obra apologética ressaltando a primazia das questões sociais na nova realidade mundial e brasileira. Fundamentando-se largamente na encíclica *Rerum Novarum*, saudou a República, compreendendo seu alcance e

³⁷ DELLA CAVA, Ralph. 1975. p. 11.

³⁸ Cf. AZZI, 1994.

³⁹ MOURA. p. 43.

conseqüências. Sua reconhecida oratória era permeada pela denúncia da inoperância do clero e do laicato. Avaliava haver apenas duas forças no mundo: a Igreja e o povo. E elas deveriam se aliar. Os leigos e, principalmente, os padres deveria agir no sentido dessa necessária aliança, através da qual se refundaria a nação brasileira.

Falava com grande abertura de espírito. Aceitou o ambiente moderno. Foi um vigoroso crítico de um catolicismo que ainda não havia se recuperado de sua crise após o fim do período colonial e que se acostumara com as pompas monárquicas. Desejava uma religião que saísse para a largueza da construção e crítica intelectual diante da modernidade. Com sua pregação, o catolicismo iniciou seu movimento de *saída da sacristia*.

Hoje, sob o ponto de vista social, só há duas forças no mundo – a Igreja e o povo. Uni-las é o ideal do Papa; concorrer para essa união é, em cada país, o dever dos católicos, principalmente do clero. Nós, porém, não podemos consegui-la nem desviando-nos da rota que a Igreja segue, nem separando-nos do povo.⁴⁰

Ainda, acerca da questão social:

Os católicos e os padres brasileiros já não podem ficar fora do movimento social da Igreja. Consorciar os espíritos; harmonizar as vontades... com os princípios de uma nova ordem de coisas; substituir as questões políticas, enormemente predominantes nos governos, nos parlamentos e nos jornais, a *questão social*, que é a questão por excelência, porque ela afeta os interesses fundamentais do homem e da sociedade.⁴¹

Acerca do mundo do trabalho:

Sujeitar o despotismo do capital às leis da equidade; exigir dele não só a caridade, mas a justiça a que tem direito o trabalho; dignificar o trabalhador; cristianizar a oficina; levar no ensino cristão os supremos postulados da consciência humana às fábricas, onde a máquina absorve o homem, não lhe deixando tempo senão de ganhar dinheiro, queimar carvão ou aperfeiçoar a raça dos animais.⁴²

Antônio Carlos Villaça escreve com visível entusiasmo acerca de Júlio Maria. Reputa-o à condição de símbolo da renascença religiosa do catolicismo brasileiro. O redentorista foi o “grande acontecimento” cujo grande tema foi sempre o catolicismo

⁴⁰ *Gazeta de Notícias*, 13 de março de 1898 apud VILLAÇA, p.117.

⁴¹ Apud AZZI, Op. Cit. p. 112 / 113.

⁴² Apud AZZI, Op. Cit. p. 113

diante da realidade social. Detestava o comodismo do clero e a frivolidade leiga. Exortação militante: propunha o combate.

Que falta aos católicos brasileiros? ‘Pergunta ele.’ A resolução para o combate. ‘E acrescenta:’ Este é o dever que grande parte do clero não compreendeu ainda no Brasil, onde, no regime da liberdade, em vez da pugna valorosa, que poderia ser travada para dar à Igreja o lugar que lhe cabe em nosso movimento social, não vemos infelizmente senão uma devoção mórbida, sem virilidade cristã, uma piedade assustadiça, que se espanta de todos os movimentos do século e foge covardemente desanimada de tantos combates, em que os interesses do catolicismo, para triunfar, dependem apenas que desfraldemos com ardor religioso e intrepidez cívica o estandarte de nossa fé.⁴³

Recebeu de Pio X o título de missionário do Brasil.

Publicou muitos livros e opúsculos, de combate e divulgação doutrinal – *Pensamentos e reflexões*, 1882; *O deus desprezado*, 1895; *A paixão*, 1895; *A caridade*, 1896; *A graça*, 1897; *Apóstrofes*, 1897; *Conferências da assunção* – 4 séries, 1897, 1898, 1899, 1900; *Sete discursos* (inclusive o de posse no Instituto Histórico Brasileiro, em 8 de dezembro de 1899), 1900; *A Igreja e o povo*, 1900, “*A religião*” in Livro de centenário; *O santíssimo sacramento*, 1901; *O decálogo*, 1907; *Os pecados*, 1908; *As virtudes*, 1909; *A paixão*, 1911; *A segunda vinda de Jesus Cristo*, 1913 e *O credo*, 1915.⁴⁴

Padre Júlio Maria morreu no dia 2 de abril de 1916. Mesmo ano da publicação da Pastoral de Dom Sebastião Leme, que veio confirmar em tudo as linhas-mestras de onde partia suas críticas acerca do catolicismo brasileiro.

1. 3. Da reação à esquerda católica

Segundo Thomas Bruneau,⁴⁵ a Igreja Católica no Brasil enfrentou o século XX, após a Segunda Guerra, com um modelo de influência pelo menos cem anos atrasado. Por causa desse atraso, ela se viu em defasagem diante da sociedade brasileira que principiava um processo de democratização. Seus esforços para diminuir esta defasagem entre ela e a sociedade fê-la iniciar um processo de intensas transformações, tanto no

⁴³ Apud VILLAÇA. Op. Cit. p. 122.

⁴⁴ VILLAÇA, 2006. p. 113.

⁴⁵ Cf. BRUNEAU, 1974. p. 160.

nível da sua organização quanto de sua ideologia, sobretudo a partir da década de 1950. Essa sua capacidade de mudar garante-lhe a condição de “um renovado e importante protagonista na história contemporânea brasileira”.⁴⁶

Sob o ponto de vista da análise da hierarquia, a década de 1940 foi um período de relativa estagnação. O episcopado brasileiro se ocupava em repetir princípios vaticanos sobre a realidade européia, apologéticos, sobretudo, que soavam vagos para a sua realidade doméstica. Segundo Camargo,⁴⁷ essa estagnação deveu-se à ausência da liderança de Dom Leme. O vácuo deixado com a sua morte impedia que as questões brasileiras fossem pensadas numa grande e coerente estratégia comum e a partir delas próprias.

Em vez de desenvolver novas estratégias e táticas de influência, retornou ao modelo antigo, desenvolvendo a forma de neocristandade depois de ter feito, com sucesso, o acordo com o regime de Vargas. O grande sucesso de Dom Leme nos anos de 30 só serviram para agravar o problema da mudança quando se iniciou a “Revolução Brasileira” vinte anos mais tarde.⁴⁸

Nos primeiros anos após a morte de Dom Sebastião Leme, a Igreja Católica no Brasil vê-se, portanto, sem uma liderança que consiga orientá-la e que lhe dê condições de superar a lógica diocesana de poderes locais e atomizados. A sucessão de Dom Jaime Barros Câmara não conseguiu manter a mesma coesão ao entorno de um grande projeto comum.

Dispersa em poderes locais e sem os privilégios de Getúlio Vargas, a instituição se viu obrigada a tatear “nas novas sendas, inseguras, da redemocratização que soltava as massas, sobretudo urbanas, ao livre jogo das disputas partidárias e à livre circulação de idéias”.⁴⁹ Essa nova realidade é assumida num viés conservador buscando, num primeiro momento, conseguir que fossem garantidas a indissolubilidade do matrimônio e as demais questões do mesmo foro, além da questão da educação e do ensino religioso.

⁴⁶ CAMARGO, 1995. p. 345.

⁴⁷ CAMARGO, 1995.

⁴⁸ BRUNEAU, 1974. p. 107.

⁴⁹ CAMARGO, 1995. p. 348.

Seguindo sua estratégia tradicional de se acomodar ao Estado sempre que fosse possível, a Igreja teve que mudar para manter um bom relacionamento com os governos democráticos. Teve que diminuir a ênfase na autoridade, na ordem e na disciplina de modo a manter-se em dia com as mudanças na política nacional. A sociedade se mostrava mais participante e mais democrática e tornava-se mais difícil para uma instituição que esperava representar todas as classes sociais permanecer tão hierarquizada e autoritária quanto fora antes.⁵⁰

Ainda segundo Mainwaring, a Igreja Católica no Brasil apenas preocupou-se com sua missão pastoral quando percebeu a perda de privilégios com a crise da *neocristandade*. Segundo Bresser-Pereira, essa perda a leva ao descomprometimento com a ordem estabelecida.⁵¹ Sobre suas perdas vale dizer que “sua atuação no sistema educacional se esvaziou, a competição com outras seitas e religiões foi se ampliando quando alguns valores católicos tradicionais ruíram”.⁵² Ainda, a expansão do protestantismo e do espiritismo, que deveriam ser combatidos, tornou evidente que a Igreja não estava atingindo as massas.

Por volta de 1945, a Igreja brasileira havia realizado muitos objetivos, mas ao preço de evitar mudanças mais profundas na sua eclesiologia e na sua orientação política. Numa sociedade que se modernizava com rapidez, os esforços da Igreja para combater a secularização eram atávicos. A Igreja da neocristandade modernizou as estruturas institucionais, aprofundou sua influência e trocou sua aliança primordial com os proprietários rurais por uma aliança com a burguesia urbana e com a classe média, mas sem modificar realmente seu conteúdo.

O sucesso do modelo de neocristandade dependia de sua capacidade de combater a secularização, de usar o Estado para exercer influência sobre a sociedade e de manter um monopólio religioso. No período pós-guerra, ele não foi capaz de satisfazer essas condições. A sociedade brasileira modificava-se rapidamente e nenhuma ação da Igreja poderia evitar que isso ocorresse. Qualquer instituição que resiste a tendências irreversíveis condenava-se a um declínio, como começou a perceber um grande número de líderes católicos. Por volta de 1945, o antimodernismo se tornara insustentável para uma instituição que tinha a pretensão de ser universal e que se preocupava especialmente em influenciar o Estado e as elites. Ao opor-se à secularização, a Igreja abandonava-se à sorte ao lado de grupos de importância decrescente.⁵³

⁵⁰ MAINWARING, 2004. p. 55.

⁵¹ Cf. BRESSER-PEREIRA, 2006.

⁵² MAINWARING, 2004. p. 53.

⁵³ MAINWARING, 2004. p. 53.

Nesse novo momento de sua história a Igreja passa a considerar o capitalismo com a desconfiança “contida no *Syllabus* de Pio IX (1864), nas encíclicas *Libertas* (1888) e *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, e *Quadragesimo Anno* de Pio XI”.⁵⁴ Ela passa a elaborar, portanto, críticas a esse sistema, mas, sem ataques frontais, “como manda o figurino romano”.⁵⁵

No entanto, as desconfianças contra o capitalismo não a levam a reputá-lo como um mal intrínseco. O episcopado pensava que ele pudesse ser reformado e, por sua vez, a doutrina social da Igreja Católica oferecia os parâmetros morais necessários para que a boa reforma acontecesse. O comunismo, por seu lado, é eleito o inimigo do catolicismo. O anátema definitivo do comunismo foi lançado pela Encíclica *Divini Redemptoris* (1937) de Pio XI.

Esse documento compreendia o comunismo como um tipo de inimigo da espécie humana. As críticas a ele lastreiam-se, sobretudo, no seu ateísmo militante. Inimigo ativo da religião. Extraordinariamente perigoso por causa de seu grande poder de atração por sobre as massas pauperizadas. Nessa disputa, a instituição Igreja Católica elabora a sua estratégia de *reconquista*. Ela organiza os católicos para atuarem nos meios sociais onde se encontram naturalmente: no mundo do trabalho, na universidade, nas escolas secundárias. E eles devem assumir o combate militante contra o comunista materialista e desagregador da ordem social cristã. Esse empenho exigiu a formação de uma elite leiga.

Existem, portanto, reparos a fazer no sistema econômico vigente no Brasil. Mas é a crítica ao socialismo, assimilado ao comunismo, assimilado ao bolchevismo, que se concede o lugar mais importante nos discursos da hierarquia católica neste imediato pós-guerra. E é aí que o anátema assume todo o vigor de um ataque feroz e absoluto. Rejeita-se a luta de classes, desconhecendo-a como processo de desenvolvimento de uma sociedade dividida em classes antagônicas. A luta de classes não é um dado objetivo; ao contrário, constitui um meio tático e violento de instaurar definitivamente a desordem e o caos, algo provocado intencionalmente pelos agentes do mal. “A luta de classes é abominável aos olhos de Deus porque divide os homens sob o signo do ódio, violência e a morte”, proclama o *Manifesto do Episcopado Brasileiro sobre a Ação Social*, em 1946”.⁵⁶

⁵⁴ CAMARGO, 1995. p. 346 e 347.

⁵⁵ CAMARGO, 1995. p. 247.

⁵⁶ CAMARGO, 1995. p. 347.

A década de 1950 registra mudanças substantivas na Igreja Católica no Brasil. A ausência de unidade, decorrida com a morte de Dom Leme, é suprida pela fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1952. Ela consegue tornar-se mais operosa e ofensiva “nas mais diversas frentes, fechando-se desse modo o ciclo meramente defensivo ou de ofensiva puramente verbal”.⁵⁷

O catolicismo mudou no mesmo movimento de mudança da sociedade brasileira que se urbanizava. A grande massa de católicos sentia a penetração do capitalismo industrial e saiu da condição passiva para a operosidade reivindicativa. Os católicos passaram a ser disputados por correntes adversárias, como o protestantismo, o espiritismo e o comunismo.

Esse processo revelou as suas diferentes matrizes. A questão rural, por exemplo, é um bom caso para pensar essas diferenças. Essa questão possuía, basicamente, duas assertivas.

A primeira queria defender o homem do meio rural dos males advindos da cidade. Ela era o lugar responsável pela ruína do grande edifício social e de mentalidade na qual o catolicismo existia hegemonicamente fundando e legitimando as relações todas. O meio rural, por seu lado, ainda não estava desagregado. Mantinha uma pureza necessária de se proteger.

A segunda, por sua vez, tinha uma visão menos idealizada do meio rural e da vida das pessoas nesse ambiente. Sobre essa segunda posição, Camargo cita o exemplo do bispo de Campanha, Minas Gerais, Dom Inocêncio Engelke, que, em 1950, via a carência de direitos e de condição de vida dos trabalhadores rurais.

Ao passo que o trabalhador das cidades já se vê amparado por leis que lhe garantem uma remuneração adequada e protege as suas fadigas e esforços, o trabalhador rural, num país onde 70% da população vive das nobres atividades do cultivo da terra, não possui nenhuma garantia para o seu futuro e para o de seus filhos, ao mesmo tempo que as suas condições presentes de vida indicam um padrão muitas vezes infra-humano. (...) Uma enorme massa de trabalhadores sem terras e enormes áreas sem trabalhadores.⁵⁸

⁵⁷ CAMARGO, 1995. p. 355.

⁵⁸ ENGELKE citado por CAMARGO, 1995. p. 356 e 357.

Entretanto, essa segunda visão funda-se numa mentalidade conservadora ao defender os direitos desses trabalhadores rurais. Deve-se protegê-los; melhorar as suas condições de vida, moradia e trabalho para evitar as sublevações e que o comunismo pudesse encontrar terreno fértil para sua ação. Há, nesse entendimento, uma coincidência com os comunistas na constatação da miséria, e entretanto, há divergências quanto às causas e às soluções. Para os bispos, a condição de miséria não seria superada através dos conflitos, mas pela cristianização de todos, inclusive dos patrões.

A questão rural revela que a Igreja e o Estado possuem preocupações em comum. Ela passa a conferir-lhe legitimidade por considerá-lo, ainda, o parceiro necessário para o combate contra o comunismo e no custeio de seus projetos de superação da pobreza, sobretudo no Nordeste. E ele, por seu lado, compreende a utilidade da Igreja como sua chanceladora ideológica e do uso de seus quadros em projetos que também lhe interessam, como os de educação desenvolvidos no Nordeste.⁵⁹

Segundo Camargo, os católicos que agiam no meio rural, sobretudo no Movimento de Educação de Base - MEB, compreendiam que estavam levando o desenvolvimento para esse lugar. Afirma que esse movimento de educação⁶⁰ foi determinante para a queda da antiga ordem de dominação. Nesse momento, essa ordem acabara por ser absorvida pelo capitalismo monopolista do centro-sul.⁶¹

Ao mandar seus quadros, leigos ou não, sobretudo advindos dos movimentos da Ação Católica, para os trabalhos de educação no meio rural, a Igreja Católica do Brasil pretendia, também, conter o comunismo. Entretanto, esses quadros encontraram, na operosidade de suas ações, com o “temido inimigo”. Dialogaram com ele de maneira direta. Compreenderam a natureza de suas críticas e puderam identificar possíveis más interpretações acerca do comunismo produzidas pela alta hierarquia.

A década de 1950 termina e a de 1960 inicia, portanto, com setores do catolicismo experimentando um renovado sentimento anticapitalista, dessa vez iluminado pelas experiências efetivas dos setores da ação católica e de seus contatos, na operosidade da

⁵⁹ Candido Procópio Camargo cita Werneck Viana e diz que na década de 1950 há uma concordata não escrita entre a Igreja Católica e o Estado. Cf. CAMARGO, 1995.

⁶⁰ Sobre o MEB ver Kadt, 2003.

⁶¹ Cf. CAMARGO, 1995. p. 367.

militância com os comunistas que eles deveriam combater. Esse contato permitiu-lhes maiores refinamentos no entendimento do “militante do ateísmo”.

O catolicismo envolveu seus setores mais politizados nas tarefas de educação de base. Para esses grupos católicos, as condições de pobreza eram insuportáveis. Pensavam que os comunistas acertaram no diagnóstico da sociedade, mas erraram nas ações para a superação da pobreza. A Doutrina Social da Igreja era a resposta. A Igreja no Nordeste foi a primeira a despertar para essas questões sociais e políticas, por força da maior intensidade da pobreza nessa região e, o mais importante, por força da sua politização que essa pobreza gerava.

Não é por coincidência que as práticas pastorais mais progressistas da Igreja, durante os anos 50, tenham envolvido camponeses e estudantes, pois ambos os grupos eram altamente politizados. Nem é sem motivo que a Igreja do Nordeste, marcada por uma pobreza gritante, tenha sido a primeira a tratar com seriedade os problemas sociais. Os camponeses viviam em condições funestas há décadas, e a Igreja permanecia em silêncio, mas, quando os camponeses se organizaram, isso mudou. Não foi a existência da pobreza, mas, sim, a politização dessa pobreza que fez com que alguns setores da Igreja repensassem o seu conservadorismo político.⁶²

Ao iniciar a década de 1960, o catolicismo brasileiro encontrou um ambiente social, político, econômico e cultural de múltiplas disputas. Nesse meio, os católicos se dividem em posições antagônicas, sem, no entanto, efetivar-se num cisma efetivo.

Externa e internamente à Igreja no Brasil, a situação dos primeiros anos da década de 60 não transpirava mais a calma relativa dos anos anteriores. De uma parte, a situação social (política e econômica) do país reforçava a percepção dos riscos, a curto prazo, dos diferentes compromissos táticos assumidos pelos setores progressistas da hierarquia e do laicato. De outro lado, o clima de debate franco e legitimado, aberto no interior da Igreja pelo Concílio Vaticano II, desfazia a frágil unidade de pensamento que o triunfo do neotomismo, como sistema pontificalmente privilegiado, havia conseguido estabelecer junto ao clero brasileiro, que se ultramontanizara já no decorrer da primeira metade do século XX. Toda essa efervescência ideológica, interna e externa, favorecia enormemente a produção de discursos, desta vez dissonantes, críticos em relação à postura anterior, relativizada pelo clima de tensão instalada no interior dos templos, dos conventos e dos seminários, dos encontros e reuniões de bispos, de padres e de leigos. Por

⁶² MAINWARING, 2004. p. 55 e 56.

outro lado, a unificação de esforços e a canalização de recursos pastorais, iniciada com a criação da CNBB em 1952, começavam então a traduzir-se em planos de ação pastoral conjunta, sob a liderança dos setores mais esclarecidos do episcopado (*Plano de Emergência*, em 1962, *Plano de Pastoral de Conjunto*, em 1965), alterando significativamente a relação de forças no interior do aparelho eclesiástico e aumentando o próprio peso relativo do episcopado no conjunto das forças sociais no Brasil. Afirma-se cada vez mais a unidade organizacional do alto clero, ao mesmo tempo que se desfaz a aparência de sua unidade ideológica basicamente quanto a temas referentes às “realidades terrestres”.⁶³

A publicação em 1961 da Encíclica *Mater et Magistra* coloca as questões sociais na ordem do dia de maneira mais densa. O episcopado brasileiro a saúda como necessária e devida ao momento. Ela ajuda a aumentar a compreensão de que a Doutrina Social Cristã possui toda a condição de guiar a transformação da sociedade para humanizar as relações econômicas e evitar o colapso civilizacional representado pelo comunismo.

A Encíclica *Pacem in Terris*, por sua vez, publicada em 1963, como uma atualização da anterior, afirma a necessidade do diálogo com os não cristãos: os erros não devem ser confundidos com as pessoas que erram. Isso pôde ser compreendido como a possibilidade do diálogo com os comunistas, causando desembaraços para os setores católicos que se colocavam mais à esquerda.

1.4. A esquerda católica

A esquerda católica foi constituída através dos meios católicos que reagiram contrariamente à “concordata não-escrita” e à “neocristandade”, que por sua vez, foram elaboradas pela reação católica a partir da década de 1920 e efetivada a partir de 1930.⁶⁴ A condição de avalista moral da ordem temporal estabelecida perdera a legitimidade. Entretanto, esses setores não se viam como os promotores de “uma nova estrutura de Igreja”.⁶⁵ Ao contrário, elaboraram um combate pelo patrimônio simbólico da fé cristã traduzido pelo catolicismo romano. Legitimaram-se legitimando a tradição.

⁶³ CAMARGO, 1995. p. 365.

⁶⁴ Sobre essa afirmação ver OLIVEIRA. Em SANCHIS, 1992. p. 42.

⁶⁵ OLIVEIRA. Em SANCHIS, 1992. p. 47.

Essa esquerda coexistiu num conflituoso esforço contra-hegemônico diante outros grupos e mentalidades dentro do catolicismo. Para melhor defini-los e situá-lo diante dos demais, as tipologias elaboradas por Scott Mainwaring e Danièle Hervieu-Léger são bastante úteis.

Mainwaring identifica três grupos distintos dentro do catolicismo brasileiro, a partir de meados da década de 1950. São eles: 1) os tradicionalistas, que continuaram na defesa do projeto de neocristandade e no combate à secularização; 2) Os modernizadores conservadores, que acreditavam que o catolicismo deveria mudar para poder enfrentar com maior eficácia as questões do mundo moderno; eles se preocupavam com a secularização, com o avanço do protestantismo e com o comunismo e 3) Os reformistas, que se preocupavam com o trabalho pastoral mais intenso e com uma educação religiosa mais eficaz; enquanto “os conservadores modernizadores enfatizavam a necessidade de lutar contra o comunismo, os renovadores se preocupavam mais com a mudança social como um fim em si. Durante a década de 50, esse grupo iniciou alguns experimentos que inspiraram outras inovações posteriores”.⁶⁶

Luiz Alberto Gómez de Souza cita o trabalho de Danièle Hervieu-Léger sobre estudantes franceses. Ela se propõe, segundo Gómez de Souza, a descobrir tipos de combinações entre os estudantes católicos diante da questão da política e do mundo moderno. Nesse esforço, Hervieu-Léger distingue três tipos:

a) “*cristianizar a sociedade* (o religioso contra a política): ‘estender a Igreja até as extremidades da terra’”; b) *evangelizar o meio* (humanizar a sociedade): penetrar a sociedade com valores cristãos, transformar as relações sociais cristianizando as mentalidades; c) *construir o reino* (criar uma sociedade): ‘a utopia política aparece ao mesmo tempo e inseparavelmente como a versão sacralizada do projeto político’”.⁶⁷

A análise tipológica é sempre redutora, entretanto, pode ser bastante útil para elaborarmos uma compreensão do grupo que estudamos. Essa utilidade é maior quando um tipo é colocado ao lado de outro que lhe é diferente ou, ainda, que são mutuamente excludentes. Os tipos elaborados por Mainwaring e Hervieu-Léger revelam simetrias

⁶⁶ MAINWARING, 2004. p. 57.

⁶⁷ Cf. GÓMEZ de SOUZA, 1984. p. 100.

bastantes significativas, em que pese o dado de terem sido elaboradas pensando o catolicismo em países diferentes.

O terceiro tipo das duas definições importa-nos de maneira especial porque descobrimos nele a compreensão que constitui o universo de assertivas da esquerda católica brasileira. Ela passa da problemática apologética para a propositiva. Este setor do catolicismo fundou-se nas efervescentes elaborações acerca da idéia de que a história, o grande ato do drama humano, é o lugar onde principia a salvação. A “bandeira do humano” é empunhada e torna-se o objeto de sentido e coesão da esquerda católica, que nega que o Cristo seja um mero episódio sem conseqüências para todos os tempos do homem e para o homem todo em todos os tempos.⁶⁸ Essa esquerda propunha que o Cristo era alcançado na medida em que se avançava na direção do drama do humano. Se a revolução se impõe como único ato eficiente no sentido da emancipação humana, ela torna-se o ato privilegiado para a marcha em direção ao Cristo.

Segundo Pedro Ribeiro de Oliveira,⁶⁹ o uso propriamente sociológico do termo “esquerda católica” foi feito por Cândido Mendes de Almeida em 1966,⁷⁰ “para designar o posicionamento político, até então inédito no Brasil, de grupos e intelectuais católicos em favor de teses capazes de provocar uma ruptura na estrutura sócio-econômica que mantinham o país no subdesenvolvimento.”⁷¹ Ainda, segundo Oliveira, antes do trabalho de Cândido Mendes, essa “expressão era usada pelo pensamento conservador para desqualificar aqueles grupos e intelectuais, porque, no contexto de combate religioso ao ‘comunismo ateu’ quem fosse de ‘esquerda’ não poderia ser autenticamente católico.”⁷²

Esse setor do catolicismo é melhor compreendido quando o situamos dentro de um mundo em efervescência. O catolicismo todo sentiu os grandes eventos-força desse período. Internamente, o papa João XXIII anuncia o Concílio Vaticano II e publica as encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*. Externamente, os impactos da revolução cubana e a sua pedagogia: o Estado pode ser tomado das mãos das seculares oligarquias. No plano da política brasileira havia a luta pelas reformas e as ligas camponesas.

⁶⁸ Cf. SOUZA em CARDONNEL; VAZ E SOUZA, 1962. p. 100.

⁶⁹ OLIVEIRA em GÓMEZ DE SOUZA, 2007.

⁷⁰ Cf. ALMEIDA, 1966.

⁷¹ OLIVERIA em GÓMEZ DE SOUZA, 2007.

⁷² OLIVEIRA em GÓMEZ DE SOUZA, 2007.

Descobria-se que o marxismo fazia constatações plausíveis da realidade. Vale lembrar, ainda, o padre Camilo Torres, que foi, segundo Bresser-Pereira,⁷³ o maior herói revolucionário da América Latina, depois de Che Guevara.

Esse autor ajuda-nos a compreender melhor o profundo processo de transformação da Igreja Católica no mundo todo e particularmente na América Latina. Ele defende que essa mudança se deve ao seu descomprometimento

com a ordem estabelecida e com a adoção de ideologias e de práticas políticas que vão desde o pleito por reformas profundas na sociedade latino-americana até a defesa da revolução socialista e a sua prática na conscientização popular e na guerrilha.⁷⁴

Esse processo se estabelece ao mesmo tempo em que a Igreja Católica no Brasil vai perdendo os privilégios que ela julgava merecer pelo seu apoio ao sistema.

À medida que esse fenômeno de descomprometimento vai ocorrendo, a Igreja vai se tornando uma fonte de críticas do sistema. A intensidade dessa crítica varia muito. Se entendermos a Igreja em um sentido restrito, definindo-a como uma hierarquia de padres e freiras, burocraticamente estruturados, então teremos que limitar grandemente o alcance dessa crítica. O máximo que uma organização burocrática consegue ser é reformista. Sua crítica pode ser severa, mas jamais é revolucionária. Uma burocracia é um sistema social racionalmente organizado, que não pode se aventurar a uma revolução. Muitos são os interesses constituídos em torno de uma burocracia. E quando ela é milenar, como é o caso da Igreja Católica, além dos interesses que a rodeiam, é preciso lembrar que sua estrutura formal tende a possuir grande inflexibilidade, dificultando o processo de renovação.⁷⁵

O descomprometimento permite ao catolicismo constituir-se, portanto, numa força reformista dentro da sociedade. Não obstante o seu peso inercial e burocrático, de seu meio surgem movimentos de reforma e revolução. Seus setores à esquerda passam a negar o então ambiente social econômico e político, bem como a situação do operário e do trabalhador rural. Eles passaram a propor a superação do capitalismo como sistema econômico.

⁷³ BRESSER-PEREIRA, 2006.

⁷⁴ BRESSER-PEREIRA, 2006. p. 107.

⁷⁵ BRESSER-PEREIRA, 2006. p. 108.

Ainda segundo Bresser-Pereira, esse processo de mudança no catolicismo teve um caráter exemplar no Brasil. Sua idéia-chave era a *conscientização*. E muitos dos seus objetivos convergiam com o dos marxistas: defesa da reforma agrária, nacionalização de empresas e a resistência ao imperialismo. Entretanto, os católicos tinham uma postura crítica diante dos regimes socialistas existentes, sobretudo no que se refere à questão das liberdades.

Essa palavra “conscientização” foi inicialmente proposta, no começo dos anos 60, pelo educador brasileiro católico Paulo Freire, que desenvolveu um extraordinário e revolucionário método de alfabetização de adultos baseado nesse princípio. Seu método, que se constituiu em uma das principais bases teóricas do importante movimento de Educação de Base, (...) e, principalmente, do movimento de cultura popular do Recife, alcançou uma profunda repercussão no Brasil. Com a Revolução de 1964 seu autor e o próprio método foram banidos sob a acusação de subversivos (...).⁷⁶

Segundo Bresser-Pereira, o método Paulo Freire não era, em si mesmo, subversivo. Entretanto, ele constituía-se numa ameaça à ordem estabelecida.

Em primeiro lugar, o método era eficiente, e isso já o tornava perigoso. Educar rapidamente e em massa adultos, que, depois de alfabetizados, não encontrariam na estrutura econômica e social do país oportunidades de progresso, era arriscado. Por outro lado, a filosofia pessoal do grande educador católico, embora não fosse marxista, nem pregasse a revolução, caracterizando-se por um reformismo básico, tinha afinal um sentido revolucionário dentro de seu humanismo.⁷⁷

O livro *Educação como prática de liberdade* de Paulo Freire “revela uma filosofia católica particularmente influenciada por autores como Alceu Amoroso Lima, Emmanuel Mounier, Gabriel Marcel, Karl Jaspers e Simone Weil”.⁷⁸ Sobre a conscientização, Bresser-Pereira afirma, em seu trabalho, cuja primeira edição data ainda dos anos 60:

Esta concepção de conscientização proposta por Paulo Freire é provavelmente, hoje, a estratégica política revolucionária por excelência da esquerda católica na América Latina. Nascida de um católico, ela tem grande apelo nos meios católicos. O humanismo cristão que a inspira, seu caráter ao mesmo tempo neutro e ideológico, sua ênfase na liberdade e na responsabilidade, seu claro relacionamento com a “conversão”, a

⁷⁶ BRESSER-PEREIRA, 2006. p. 124.

⁷⁷ BRESSER-PEREIRA, 2006. p. 125.

⁷⁸ BRESSER-PEREIRA, 2006. p. 126.

prioridade que dá à mudança de mentalidade, ao invés de mudança das estruturas. Todos esses aspectos têm um forte apelo para os católicos e ajudam-nos a explicar a adoção da conscientização como sua estratégia básica”.⁷⁹

O jornal *Brasil, Urgente* é uma das expressões da esquerda católica. Antes, entretanto, de iniciar a discussão específica sobre ele, é adequado compreender melhor este setor do catolicismo. Para tanto, concentraremos nosso esforço intelectual em três eixos, ou idéias-chaves nativas de suas próprias compreensões mas por nós sistematizadas. A primeira refere-se à consciência histórica e à consciência da história; a segunda trata da inserção na grande tradição do cristianismo católico e a terceira, por sua vez, trata das idéias acerca da revolução.

1.4.1. A consciência histórica e a consciência da história

O dominicano frei Thomas Cardonnel foi uma pessoa de notável influência para os movimentos de esquerda católica, sobretudo os de juventude. Segundo Gómez de Souza,⁸⁰ Cardonnel morou poucos meses no Brasil. Entretanto, sua passagem causou forte impacto e ajudou a distinguir duas gerações. Ainda, segundo Gómez de Souza, o dominicano

inaugurou o debate e quebrou a monotonia de uma reflexão que se fixava nos mesmos temas e autores. Desconhecia-se praticamente no Brasil as obras de Mounier, Lubac, Rahner, Guardini (deste o conhecimento era parcial)... Maritain, filósofo de visão larga, entre nós perdia suas forças, por obra de um “maritainismo” sem originalidade nem renovação. (...) Sua preocupação central: lutar contra um deísmo abstrato, afirmando a existência do Deus Vivo. Retoma assim a tradição católica mais autêntica e a meditação que vem de São Paulo, hoje desenvolvida por Guardini, Leclercq e que atualmente empolga Congar. (...) Seus artigos, traduzidos do francês, nem sempre com um rigor extremo, não são considerados o documento-base da nova corrente, mas um de seus começos. Seu papel foi profético, lançou a semente, como ensina a parábola do Evangelho.⁸¹

Thomas Cardonnel compreendia Jesus Cristo como um “fato” histórico que os cristãos deveriam abraçar. Nesse movimento de adesão, o cristão não se orienta por uma

⁷⁹ BRESSER-PEREIRA, 2006. p. 128.

⁸⁰ GÓMEZ DE SOUZA em CARDONNEL, VAZ, e SOUZA. 1962.

⁸¹ GÓMEZ DE SOUZA em CARDONNEL; VAZ e SOUZA. 1962. p. 10.

série de princípios vagos. Ele abraça um acontecimento histórico salvífico: a própria manifestação de “Jesus Cristo”⁸². Esse dado impõe ao cristão o necessário envolvimento com a história com vistas à salvação. O cristianismo pede uma ação que elabora um sentido profundo e transcendente da história.

Segundo Cardonnel, a fé impõe conseqüências na efetividade da realidade humana, abrangendo sua vida inteira. A ação do cristão na história é a sua divinização. Portanto, o pecado, por excelência, do cristão é admitir a sua condição mortal. Ele deve “vencer todas as formas de morte”.

Deus destrói o princípio de todas as separações, a morte, de forma que, o pecado por excelência para o cristão seria a resignação ao fato de ser mortal. É preciso, a partir da ressurreição de Cristo, vencer todas as formas de morte, as diversas condições de escravidão dos homens, os proletariados, os subproletariados, a prostituição, a submissão no luxo e na riqueza, os diversos tipos de colonialismo econômico e político, sem esquecer a servidão do homem a si mesmo, como indivíduo que recusa a abolição de seus próprios limites.⁸³

Segundo o dominicano, “Jesus Cristo é a tradução histórica do fundamento ontológico do universo”.⁸⁴ Nesse entendimento, toda a história humana é envolvida pelo cristianismo que lhe confere sentido. O evento Jesus Cristo não é meramente um parêntese de bondade que se manifesta para o humano. Portanto, o cristianismo não se constitui um conjunto de princípios ordenados, ele é a

emancipação a ser realizada. Ele é a história, o único fundamento de uma transformação radical da história, para que não haja mais, como diz São Paulo, “nem judeu nem grego, nem escravo nem homem livre, mas que todos sejamos um em Cristo Jesus”.⁸⁵

Cardonnel propõe em seus textos que Deus e o humano mantêm uma relação de mútua afirmação. Um se afirma na afirmação do outro. Negando-se o homem, nega-se a Deus. Entretanto, o “Criador” não intervém na história de maneira mágica para resolver todos os problemas. Ele acompanha a “criação” em sua história: “Deus não se impõe a

⁸² CARDONNEL; VAZ e SOUZA. 1962.

⁸³ CARDONNEL em CARDONNEL; VAZ e SOUZA. 1962. p. 29.

⁸⁴ CARDONNEL em CARDONNEL; VAZ e SOUZA. 1962. p. 29.

⁸⁵ CARDONNEL em CARDONNEL; VAZ e SOUZA. 1962. p. 29.

nós, ele não nos ensina, não tem respostas às nossas questões. Ele apenas vem conosco, Deus conosco, o Emanuel”.⁸⁶

A história torna-se o ambiente da divinização do humano: “O infinito tornou-se zero, para que o zero se torne infinito.”⁸⁷ Portanto, o cristianismo não aparece aí como uma religião de sujeição, mas da salvação que principia na história, na emancipação humana em todos os níveis, incluindo o político e o econômico.

Em vez de se originar na confissão de uma sujeição, a história da salvação abre-se por um acontecimento concreto, uma libertação nacional, um libertação popular. Deus está sempre sintonizado, instintivamente diríamos, com os seres humilhados, e considerados sem nenhuma importância.⁸⁸

Importa-nos, ainda, a seguinte citação de Cardonnel:

Cremos que Deus se revela primeiro como um Libertador. Aquele que liberta de uma opressão concreta. Foi preciso que Israel esperasse muito tempo a época do exílio para que, à luz do Êxodo, os autores inspirados concentrassem sua reflexão sobre uma libertação mais maciça, mais radical, universal, cósmica. Deus nos liberta do nada, e o acontecimento central da história humana, a ressurreição de Cristo, cumpre o nosso destino de conjunto: a passagem do nada ao ser, historicamente concretizada para os homens pela passagem da opressão à liberdade, em vista da passagem para todos e cada um, da morte à vida. Esta é a única Páscoa, aquela que devemos anunciar com todo o nosso ser, em palavras e atos. Quando nos criou, e também quando criou os espíritos puros, Deus não nos podia criar senão livres.

(...)

É em um sentido muito preciso que podemos escrever: “Deus se quer a si mesmo tanto Participante como Participado.” Porque nos esquivamos ao seu projeto, Deus nos diviniza por ocasião de uma libertação.⁸⁹

Segundo Gómez de Souza,⁹⁰ após o impacto causado por frei Cardonnel, a juventude universitária procurou novas pistas concentrando seu interesse ao entorno da “solidez e maturidade” do padre jesuíta Henrique de Lima Vaz,⁹¹ cujos textos, segundo Gómez de Souza, são indispensáveis para a compreensão daquele “movimento nascente”.

⁸⁶ CARDONNEL em CARDONNEL; VAZ e SOUZA. 1962. p. 37.

⁸⁷ CARDONNEL em CARDONNEL; VAZ e SOUZA. 1962. p. 38.

⁸⁸ CARDONNEL em CARDONNEL; VAZ e SOUZA. 1962. p. 44.

⁸⁹ CARDONNEL em CARDONNEL; VAZ e SOUZA. 1962. p. 47.

⁹⁰ GÓMEZ DE SOUZA em CARDONNEL; VAZ e SOUZA. 1962.

⁹¹ GÓMEZ DE SOUZA em CARDONNEL; VAZ e SOUZA. 1962. p. 10.

Seu texto “Consciência cristã e consciência histórica”,⁹² principia afirmando que aquele momento exigia “uma ampla colocação do problema nos termos de um confronto entre a consciência histórica dos tempos modernos e as estruturas permanentes da consciência cristã”.⁹³

Ao contrário do pensamento conservador, a esquerda católica reconhecia a legitimidade da história como um ambiente dinâmico, impermanente. A modernidade não era simplesmente condenada, mas tornava-se uma interlocutora dos cristãos num mútuo confronto. Portanto, não havia a compreensão de um tempo-modelo em algum lugar do passado que deveria ser atualizado.

A história em suas contingências deveria ser confrontada dialeticamente com os valores permanentes do cristianismo. O cristão deve operar na política consciente de que esse ato é uma ação na história, que se constituía em lugar da salvação. Esse lugar, naquele momento, segundo padre Vaz, passava por uma inflexão: “Tentarei simplesmente, numa primeira parte, apresentar a gênese daquela que podemos considerar ‘consciência histórica’ dos tempos modernos, realçando nelas os traços que parecem significativos de uma *nova idade de cultura*”.⁹⁴

Essa nova idade seguia impondo aos cristãos o imperativo da opção histórica. Para tanto, eles deveriam ter uma melhor compreensão acerca da “história” e, no mesmo movimento intelectual, da “consciência histórica”, para se situarem *historicamente* como sujeitos.

Penso que a análise das formas em que se exprime a consciência histórica de uma idade de cultura – sobretudo da sua forma filosófica – impõe-se como o caminho a ser percorrido na hora em que o aprofundamento crítico dessa mesma consciência é a tarefa preliminar de uma imperativa e inevitável opção histórica. A “consciência”, portanto, não se apresenta aqui abstratamente vazia ou desenraizada da história – na paz histórica das utopias ou no sono repousante da “boa consciência” – mas como sujeito concreto das significações e valores que definem para o homem seu “mundo histórico”. Como tal, ela é a matriz primeira de toda inteligibilidade histórica. A “consciência” é histórica não só porque pensa a história, mas porque ela mesma existe historicamente, ou

⁹² VAZ em CARDONNEL, VAZ e SOUZA. 1962. Essa discussão foi determinante na história da JUC. Ver BEOZZO, 1984 e GÓMEZ DE SOUZA, 1984.

⁹³ VAZ em CARDONNEL, VAZ e SOUZA. 1962. p. 69.

⁹⁴ VAZ em CARDONNEL; VAZ e SOUZA. 1962. p. 69. Grifo nosso.

seja, porque se revela como instauradora de uma dimensão histórica no ser que é, propriamente, o mundo do homem. Penso não ser possível dar conteúdo real a um problema de inteligibilidade histórica como é, precisamente, o que agora nos preocupa (em que sentido definir a opção histórica do cristão no tempo presente?) senão na forma de uma dialética da consciência no seu desenvolvimento histórico, vale dizer, nas formas efetivas de sua realização.⁹⁵

A seguir, padre Vaz afirma que o cristianismo não propõe um “ideal histórico” porque ele não se degrada nunca em uma “ideologia”. Efetivamente, o cristianismo é “uma ‘consciência histórica’ e sua originalidade reside precisamente nas razões últimas do prodigioso dinamismo histórico que sua aparição deflagrou no mundo ocidental”.⁹⁶

Uma consciência histórica surge e se afirma quando uma crítica radical põe em questão todo um mundo de cultura e uma nova “imagem do mundo” começa a ser buscada. (...) A consciência histórica é, então, a consciência de que a história se desenrola num tempo empírico cuja substância é dada pela ação do homem como iniciativa histórica, que transforma o mundo.⁹⁷

O jesuíta segue propondo que o cristianismo “descansa sua consciência histórica na certeza da presença do Absoluto no mais íntimo da trama histórica, num segmento empiricamente constatável do tempo, que é a existência histórica do Cristo”.⁹⁸ A história, portanto, é o lugar da manifestação do Sagrado. Não há aí contradição alguma entre o tempo secular e a compreensão sacralizada da realidade. O cristão continua, lastreado no evento “Jesus Cristo” e em sua memória, a ação sacralizante e salvífica no tempo, com a consciência de que nesse lugar efetiva-se a co-laboração e co-elaboração da salvação. O cristão torna-se co-partícipe da sacralização da história e de sua salvação. “Estamos, pois, diante da mais audaz promoção do homem como sujeito da história”.⁹⁹

A absoluta novidade do monoteísmo bíblico consiste em assumir a história humana como reveladora do ser e da ação de Deus, como atravessada por um sentido que se decide a cada passo no terreno da ação humana. O termo da ação criadora de Deus não é o universo como “todo perfeito” (categoria de base da cosmologia grega, mas desconhecida do pensamento hebraico), mas um mundo em processo permanente de

⁹⁵ VAZ em CARDONNEL; VAZ e SOUZA. 1962. p. 70.

⁹⁶ VAZ em CARDONNEL; VAZ e SOUZA. 1962. p. 71.

⁹⁷ VAZ em CARDONNEL; VAZ e SOUZA. 1962. p. 72.

⁹⁸ VAZ em CARDONNEL; VAZ e SOUZA. 1962. p. 82.

⁹⁹ VAZ em CARDONNEL; VAZ e SOUZA. 1962. p. 83.

desenvolvimento histórico, impelido como é pela ação do homem para uma plenitude final. (...) Não é preciso insistir em que, nesta perspectiva, uma importância capital é atribuída ao tempo como seqüência dinâmica de eventos, ou seja, como história: mas é o homem que constrói esta história, que lhe dá, digamos, a sua densidade ontológica, que precipita seu ritmo.¹⁰⁰

A história é legítima por ser ato humano e, ainda, existe apenas no humano, que é o único ser capaz de transformar o seu mundo. Nesses termos, o cristianismo não encerra o debate sobre o homem no mero plano do progresso linear dos instrumentos e das obras humanas. Ele faz suas opções num ambiente em que o dilema da liberdade é o dilema da salvação ou da perdição, de afirmação ou de recusa da transcendência. A transcendência não impõe a negação da história. Pelo contrário, a sua interpelação é respondida pelo humano num ato que afirma sua condição de ser histórico e construtor da história. Portanto, o conservadorismo torna-se o grande pecado.

Sendo assim, o grande pecado do cristão será hoje o pecado da omissão histórica. Será o entregar-se à fixação infantil que o prende a um ideal mundo cristão do passado, um pequeno mundo de paisagens tranqüilas, de sinos de aldeia, de poéticas procissões em místicos crepúsculos.¹⁰¹

Frei Carlos Josaphat, por sua vez, também oferece elementos para o estudo desse tema constituinte da identidade da esquerda católica. Sua análise de teólogo se harmoniza com a compreensão de seu confrade Thomas Cardonnel e do filósofo padre Henrique Vaz.

Josaphat avalia que naquele momento se fazia necessário “formular e viver uma espiritualidade evangélica, ampla como as dimensões do mundo e aberta às conseqüências históricas”.¹⁰² A interlocução com a história é importante, uma vez que “Cristo” anunciou um “Reino” num ponto historicamente situado. Esse anúncio deve se adaptar a cada momento histórico, “transformando todas as épocas com seus problemas específicos”.¹⁰³ As várias conjunturas históricas devem ser analisadas em seus próprios termos para que o Evangelho possa ser adaptado, sem perder aquilo que ele tem de

¹⁰⁰ VAZ em CARDONNEL; VAZ e SOUZA. 1962. p. 80.

¹⁰¹ VAZ em CARDONNEL; VAZ e SOUZA. 1962. p. 86.

¹⁰² JOSAPHAT, 2004. p. 10.

¹⁰³ JOSAPHAT, 2004. p. 16 / 17.

definitivo. Portanto, o evangelho não leva o cristão a procurar um tempo perfeito em algum lugar do passado.

Segundo esse autor, na segunda metade do século XX, a engenhosidade humana já havia se desenvolvido a ponto de conseguir saber que não existiam pobres, mas empobrecidos. Essa condição era compreendida como conseqüência de situações econômicas, políticas e sociais historicamente construídas. Portanto, a caridade, “que é a fonte de todas as virtudes”, impunha ao cristão a ação por sobre essas situações produtoras da condição de empobrecidos. O cristianismo é social e sua mensagem deve inserir-se em todos os momentos da história. Sua vivência autêntica leva o fiel a viver “o amor realista ao próximo”. Esse amor se empenha na efetivação do bem, eliminando ou atenuando o mal. Essa é, segundo Josaphat, a base da exigência evangélica.

Segundo Josaphat, os cristãos dos últimos séculos não se ocuparam no empenho das realidades sociais efetivas. Ao contrário, eles “aparentam um ‘fixismo’ e um imobilismo em sua compreensão do mundo e do homem” somado a um pessimismo e conformismo diante de uma aceitação da realidade “como resultante de um desígnio divino”.¹⁰⁴ Não era de se admirar, portanto, e segundo o frade, que o marxismo passasse a exercer fascinação por sobre “todas as camadas da sociedade”. Isso acontecia porque ao assumir o imperativo do movimento da história ele adquire “a magia de uma escatologia mais acessível e mais humana do que a mensagem da esperança cristã”.¹⁰⁵

Diante dessa inoperância, esse autor propõe uma nova espiritualidade cristã, “fiel ao nosso tempo”, que incorpore “uma visão da história humana” como primeiro elemento. Essa espiritualidade também compreendia a história como o lugar da salvação, com um sentido último. Entretanto, os cristãos não poderiam esquecer que ela adquiriu uma dimensão profana com a qual eles devem dialogar.

Nada de mais instrutivo para nós do que essa visão da história da salvação, em todas as suas vicissitudes, com o seu caráter progressivo no bem e no mal, pois nela se desenvolve e se revela o duplo mistério: o “mistério da graça” e o “mistério da iniquidade”, até que cheguemos ao

¹⁰⁴ JOSAPHAT, 2002. p. 26.

¹⁰⁵ JOSAPHAT, 2002. p. 26.

desenlace escatológico, ao derradeiro combate, coroado pela plena vitória de Deus em Cristo e na Igreja.¹⁰⁶

(...)

a história da salvação está inserida na história da civilização, mas está longe coincidir com ela, em sua orientação, em seu crescimento e em sua consumação. Essa história do desenvolvimento do homem em suas virtualidades propriamente humanas, das suas conquistas científicas, técnicas e artísticas, da promoção ou decadência social, dos acontecimentos e instituições políticas, tudo isso constitui uma série de elementos observáveis, interpretáveis; oferece um sentido, cuja investigação vem a ser tentador objeto das ciências e da filosofia da história.

Deixando de lado problemas secundários para nossa reflexão, como sejam o da relatividade da certeza histórica, ou o da multiplicidade das filosofias que pretendem sistematizar e justificar o sentido profundo da história, coloquemos a questão central: a da urgência duma visão cristã da história em sua dimensão profana.¹⁰⁷

Essa relação entre a dimensão profana da história com a sua dimensão salvífica coloca problemas complexos para os cristãos, segundo o dominicano. Sobre esse tema, Josaphat constata duas posições antagônicas. A primeira, “escatologia temporal”, possui uma visão escatológica na qual a “História da Salvação confunde-se com a história profana, absorvendo-a”. Compreende que todos os acontecimentos do mundo “são tolerados pela paciência divina” e desaparecerão quando Deus intervir.¹⁰⁸ A segunda posição é da “escatologia intemporal”:

É a escatologia totalmente transcendente, sem repercussão temporal, o Reino de Deus a progredir no escondido dos corações, segundo o secreto ritmo da Graça, no alheamento, para não dizer “alienação”, em relação às estruturas sociais e às vicissitudes da civilização.¹⁰⁹

O teólogo dominicano recusa as duas compreensões acima. Ele afirma que a salvação cristã acontece na interpelação e compreensão da história profana como um dado que não se pode meramente negar. Deve ser assumido numa síntese. Ele nomeia essa assertiva com o título “Visão progressiva da história na escatologia cristã”.¹¹⁰ Essa posição compunha o ambiente de sentido da esquerda católica. Entretanto, frei Josaphat

¹⁰⁶ JOSAPHAT, 2002. p. 29.

¹⁰⁷ JOSAPHAT, 2002. p. 29 e 30.

¹⁰⁸ Cf. JOSAPHAT. 2002. p. 30.

¹⁰⁹ JOSAPHAT, 2002. p. 31 e 32.

¹¹⁰ JOSAPHAT, 2002. p. 41.

afirma que essa síntese teológica ainda não havia sido feita, nem mesmo pelo gênio de Santo Tomás de Aquino. Entretanto, mesmo na ausência dessa síntese, os cristãos poderiam viver esse sentido na fidelidade à tradição.

1. 4. 2. A fidelidade à grande tradição

Ao longo de toda a sua história, o catolicismo constitui-se numa tradição em constante re-invenção. Essa grande tradição constitui-se num grande capital que serve aos católicos como fortíssimo poder legitimador. A esquerda católica também serviu-se desse capital buscando-se inserir naquilo que ele compreendia como sendo a sua *verdadeira* compreensão. Entretanto, ao elaborar essa inserção, a tradição é, mais uma vez, re-inventada.¹¹¹

Os católicos de esquerda pensavam-se como os legítimos representantes e promotores do catolicismo real e da autêntica compreensão e promoção “do Deus Vivo”.¹¹² Gómez de Souza, enquanto um membro desse setor, afirmou que esse movimento não representava um ponto de partida de uma heresia. Eram católicos que se inseriam na Igreja “que existe na história”. Eles não procuraram criar fissuras na tradição do catolicismo romano. Tampouco buscaram refundá-lo. Reconheciam o caráter salvífico da instituição e a sua missão na história e, importante, a autoridade máxima do papa. Esse reconhecimento é particularmente importante porque o catolicismo de esquerda fundamenta-se privilegiadamente nas encíclicas. Ainda, esses católicos

se recusam também a contentar-se com a situação presente e, com o Papa João XXIII, pedem uma Igreja “sem manchas e sem fissuras”, que tem que ser “posta em dia”. Adesão ao Cristo só pode ser, hoje, adesão na Igreja, continuação visível do Cristo. E adesão visível é *bene sentire in Ecclesia*, em união com seu Magistério e num trabalho adulto de renovação.¹¹³

O católico Paulo de Tarso, deputado pelo PDC e ministro da educação do governo João Goulart, oferece-nos ricas possibilidades para a compreensão da relação da esquerda

¹¹¹ HOBBSAWN e RANGER, 1997.

¹¹² Cf. GÓMEZ DE SOUSA em CARDONNEL e outros, 1962. p. 12.

¹¹³ GÓMEZ DE SOUSA em CARDONNEL e outros, 1962. p. 14.

católica com setores da hierarquia. Seu livro *Os cristãos e a revolução social*¹¹⁴, foi escrito a partir de conferências que ele proferiu ao longo dos anos de 1962 e 1963. Convém lembrar que Vamireh Chacon¹¹⁵ considerou Tarso como um dos leigos de maior repercussão da esquerda católica.

O Jornal *Brasil, Urgente* noticiou o lançamento desse livro, ocorrido no mosteiro de São Bento, em São Paulo, após a missa de Natal dos estudantes.

O cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, redigiu, de próprio punho e num papel com o timbre do seu arcebispado, uma carta saudando esse livro. Ela foi publicada como a apresentação dessa obra e revela a boa vontade desse membro da alta hierarquia com o autor e com suas propostas.

O prelado informou que apenas acrescentaria o seu testamento às afirmações de outros prelados brasileiros acerca do autor. Escreve que Tarso é sempre fiel “para com a doutrina e para a prática da doutrina da nossa Santa Madre Igreja Católica Apostólica Romana”.¹¹⁶ Afirma, ainda, que o livro em questão fora escrito “sob a responsabilidade da minha autoridade eclesiástica, de há vinte anos, nessa arquidiocese, onde Vossa Excelência tem residência e constitui sua família, de exemplar piedade cristã”.¹¹⁷

Segundo o cardeal, o autor seguia o ensinamento da Igreja Católica em todos os seus escritos e atos da vida pública. “Entretanto, nos assuntos afirmativos, não definidos categoricamente sob o ponto de vista da verdade ou dos costumes, Vossa Excelência tem usado daquela liberdade, que é um dom que Deus nos deu – *‘qua libertate Christus nos liberavit’*, no dizer do apóstolo S. Paulo”.¹¹⁸

A carta afirma que o autor é fiel ao ensino oficial da Igreja Católica ao ponto de tê-lo interiorizado num nível que permite-lhe ser fiel mesmo em questões não previstas. Essa fidelidade também traduz-se na defesa dos interesses da instituição, no modelo clássico da Ação Católica, sob a liderança de Dom Leme:

¹¹⁴ TARSO, 1963.

¹¹⁵ CHACON, 1981.

¹¹⁶ MOTTA em TARSO, 1963. s/p.

¹¹⁷ MOTTA em TARSO, 1963. s/p.

¹¹⁸ MOTTA em TARSO, 1963. s/p.

Ora bem, Vossa Excia, no Parlamento Nacional, foi sempre um porta-voz dos mais sagrados direitos da Igreja de Deus.

E na defesa dos ministros de Deus.

Eu que o diga; e que, de público, lhe agradeça, o magnífico discurso que, (...) pronunciou na Câmara dos Deputados Federais, em defesa do Cardeal Arcebispo de São Paulo. Entretanto, no Ministério da Educação, V. Excia tem feito o máximo de justo e de equitativo em favor dos Institutos Católicos. Quanto ao que de mal inventam contra V. Excia. os seus gratuitos adversários, lembramos as seguintes palavras de Leão XIII, na Encíclica ao clero francês, em 8-9-1899: “Não dê ouvidos a esses homens nefastos que, se dizendo cristãos e católicos, lançam a cizânia na messe do Senhor, atacando e mesmo muitas vezes caluniando”.

A introdução desse livro foi escrita pelo monsenhor Enzo Campos Gusso, assistente da JUC – Juventude Universitária Católica. Ela também nos demonstra que a esquerda católica existia e se legitimava, sem propor rupturas, na instituição do catolicismo, após esse ter elaborado exitosamente o seu processo de romanização. O ambiente de proposições dessa introdução gira ao entorno de afirmações como a seguinte: “Não há outro Cristo numa diocese senão o seu Bispo”.¹¹⁹ Gusso defende, ainda, a necessidade de os cristãos utilizarem dos mecanismo sociais intermediários, como os partidos políticos, para atender aos imperativos dos princípios cristãos.

Para quem entende que Cristianismo é Revelação de Deus ao Homem e não partido político nem ideologia política; para quem percebe que Doutrina Social Cristã não é planejamento político-social-econômico, ou o que mais se quiser, mas se situa no nível dos princípios da moral cristã e do direito natural, sem descer, como Doutrina Social Cristã, a opções concretas e definidas de atuação política, social ou econômica; para quem ao menos suspeita que os princípios sociais cristãos são de âmbito universal e não se destinam concretamente a nenhuma região específica; torna-se claro que os cidadãos cristãos, possuem, dentro dos limites dos princípios cristãos o direito e o dever de optarem por soluções concretas político-partidárias, econômicas, sociais, etc., nas regiões do mundo em que vivem, segundo os ditames da própria consciência moral e histórica.¹²⁰

Após a apresentação e a introdução terem criado o ambiente da autoridade da hierarquia, Paulo de Tarso segue apoiando-se no magistério oficial da Igreja Católica. Não esperávamos encontrar um número tão grande de citações de documentos papais numa obra de um leigo da esquerda católica. A rejeição ao capitalismo, por exemplo, é

¹¹⁹ GUSSO em TARSO, 1963. p. 16.

¹²⁰ GUSSO em TARSO, 1963. p. 16 e 17.

elaborada basicamente a partir das encíclicas *Libertas*, *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno* e *Mater et Magistra*.

O autor afirma que a doutrina social do catolicismo ganhou maior projeção a partir de Leão XIII, entretanto, ela está situada numa tradição muito mais longa, que se confunde com a própria história da Igreja Católica, com raízes que se deitam por sobre a tradição do antigo testamento. O livro nos informa que a “doutrina social cristã é um conjunto ordenado de princípios e ensinamentos, baseados na razão, completada pela Revelação e pela Tradição da Igreja, com o objetivo de orientar a realização do bem comum”.¹²¹ Ele reconhece, ainda, que “os documentos oficiais da Santa Sé são fontes autênticas, com autoridade própria, da Doutrina Social Cristã”.¹²²

Paulo de Tarso recorre a Santo Tomás de Aquino como um lugar legítimo e legitimador da compreensão cristã da realidade. E, a seguir, ampara-se nas três espécies de justiça, elaboradas pelo Santo.

Geral ou social, que tem por objetivo o bem comum; distributiva, que visa a distribuição dos encargos e vantagens, conforme a função e utilidade de cada um; comutativa, que tem por objeto os direitos absolutos de cada pessoa, ligados às exigências legítimas da natureza humana.¹²³

Por fim, sobre esse político, militante e autor católico, importa-nos dizer que ele afirma que os ensinamentos sociais dos papas se preocupam em afirmar uma política que oriente a economia segundo a inspiração cristã, subordinada aos valores cristãos da justiça, que ele compreende segundo o pensamento de São Tomás de Aquino. Ao Estado cabe, portanto, garantir essas condições, tomar para si a propriedade dos meios de produção, caso isso seja necessário para a promoção do bem comum. Entretanto, ao fazê-lo, isso ele deve fugir à tentação totalitária.

A propriedade coletiva dos meios de produção, que Tarso lembra ser diferente da propriedade estatal, aparece como forma privilegiada de propriedade. Segundo o autor, o papa João XXIII defende o “gênero” propriedade privada, e não uma de suas expressões:

¹²¹ TARSO, 1963. p. 89.

¹²² TARSO, 1963. p. 90.

¹²³ TARSO, 1963. p 91.

a propriedade individual. Portanto, ele cria as bases para que o liberalismo possa ser recusado. A propriedade “comunitária ou grupal” é um outro gênero de propriedade privada.¹²⁴ Sobre essa afirmação, o autor faz a seguinte citação da encíclica *Mater et Magistra*:

O que fica dito não exclui, como é óbvio, que também o Estado e outras entidades públicas possam legitimamente possuir, em propriedade, bens produtivos, especialmente quando estes chegam a conferir tal poder econômico, que não é possível deixá-los nas mãos de pessoas privadas, sem perigo do bem comum.

(...)

A época moderna tende para a expansão da propriedade pública do Estado ou doutras coletividades. O fato explica-se pelas funções, cada vez mais extensas, que o bem comum exige dos poderes públicos.¹²⁵

O livro “Evangelho e Revolução Social”,¹²⁶ de frei Carlos Josaphat, foi uma das obras que ajudaram a esquerda católica a iniciar sua sistematização. Essa obra foi toda ela pensada a partir da encíclica *Mater et Magistra*, de João XXIII. O frade, dispendeu um grande esforço de interpretação e filiação à grande tradição católica romana. Esse livro teve três edições: a primeira em 1962, esgotada rapidamente, a segunda em 1963 e a terceira foi publicada no ano de 2002, como homenagem aos 80 anos do autor e 40 anos da obra.

Sobre as conferências desse dominicano, não sabemos dizer se elas foram as primeiras, mas, seguramente, constituíram-se em importantes experimentos de sistematização teológica do movimento da esquerda católica.

A elaboração final dessa obra aconteceu após um curso ministrado pelo autor em um encontro de formadores dos seminários católicos brasileiros, em Porto Alegre. A motivação para que ele fosse publicado partiu do próprio cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta.

Seguem fragmentos de uma entrevista de frei Josaphat sobre esse tema:

¹²⁴ TARSO, 1963. p. 100.

¹²⁵ TARSO, 1963. p. 102. As citações da encíclica *Mater et Magistra* são, respectivamente, dos parágrafos 113 e 114.

¹²⁶ JOSAPHAT, 2002.

Esse livro nasceu de uma forma polêmica. Nós começamos a lançar uma interpretação da *Mater et Magistra* e isso foi penetrando nos seminários, na Igreja, entre os jovens padres. Os responsáveis pela formação se assustaram com a doutrina nossa, a doutrina das conferências. Nesse tempo, vários padres e eu, particularmente, tínhamos uma certa irradiação. Uma vez me disseram que estava perturbando a formação dos seminários.

Houve uma reunião do clero em Porto Alegre, com centenas de padres encarregados da formação nos seminários do Brasil, e eu me ofereci a fazer uma exposição para esses formadores. Levei uma série de teses, propondo a eles que eu as expusesse durante dois dias, e eles levantariam perguntas para que entrássemos num acordo. Fiz esse trabalho, discutimos, e vim com as teses aprovadas por eles. Redigi essas teses e mostrei a Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, que me disse: “Por que você não publica isso?”

Procurei o frei Benevenuto, da Editora Duas Cidades, e que estava na mesma casa que eu. Ele disse: “Você me dê esse texto, eu publico esse livro em vinte dias”. E aí a gente já se entusiasmou. O livro saiu para responder àqueles que estavam se escandalizando, porque essa doutrina perturba a consciência.

Eu fiz as conferências e veio o estímulo do cardeal, que se entusiasma. Isso foi por agosto, setembro e, no fim do ano de 1962, o livro saiu. Logo nós tivemos uma segunda edição, em 1963, quando ainda dava, em 1964 não dava mais.

Eu estava muito dependente dos teólogos mais avançados da época e a síntese que fiz continha os elementos da Teologia da Libertação, sem empregar a palavra. Gustavo Gutiérrez, que em setembro de 2001 entrou para a ordem dominicana, fazendo sua primeira profissão dominicana, publicou em 1971 o livro que chamou de *Teologia da Libertação*. Em 1968, ele faz as conferências que viriam a ser material de base do livro. A verdade é que o nosso movimento é anterior e visava essa tese, tem uma doutrina, a que o livro do Gutiérrez viria a dar nome, fazendo essa síntese doutrinal.¹²⁷

Encontramos, no prefácio dessa obra, a expressão “com audácia e com humildade”. Ela é contraditória e pareceu-nos, num primeiro momento, uma mera estratégia de retórica do autor, que é mineiro. Entretanto, acabamos percebendo que essa afirmação carrega em si a tensa dialética experienciada pela esquerda católica: ela estava ao mesmo tempo filiada à hierarquia, sobretudo nos movimentos de Ação Católica, e inserida na efervescência política do período, altamente emancipatória e com a revolução em seu horizonte de possibilidades plausíveis. Esses católicos se situavam entre a subversão e a subserviência: audazes e humildes.

¹²⁷ Entrevista com Frei Carlos Josaphat em BETTO; MENEZES e JENSEN (orgs.), 2002. p. 487e 488.

Por fim, sobre esse tema, vale o registro do texto “Juventude Cristã Hoje”, de Herbet de Souza, o Betinho, publicado no livro *Cristianismo hoje*. Nesse texto, o autor informa que está prestando o depoimento de muitos de sua geração. Ele principia apresentando o ambiente de conflito experienciado por esse grupo: eram acusados de heréticos, materialistas, cripto-comunistas, inocentes úteis e ateus. Na singularidade da dinâmica desse conflito, religioso-político, fortalecia-se entre os jovens católicos de esquerda a compreensão de que o cristianismo era uma força revolucionária na/da história. Essa convicção era municiada pela exigência do estudo para responder às críticas desse denso ambiente de combate. Para essa geração, estudar era um ato de militância.

Muitos tentaram de diversos modos fazer-nos heréticos, marxistas ou indiferentes à mensagem cristã, ao sentimento vivo e exigente do Evangelho. Por mais que tentassem só conseguiram deixar em nós a convicção profunda de que o Cristianismo é a fonte de uma revolução radical na História do homem e que jamais poderá ser utilizada com a finalidade de ocultar a verdadeira face do homem e da sociedade, o drama de seu existir e dos caminhos de sua liberdade.¹²⁸

Betinho também afirma que a compreensão religiosa da realidade não representava, para eles, uma fuga do mundo. Eles propunham que a humanidade vivia, naquele momento, uma realidade dramática.¹²⁹ Esse “drama do humano” deveria ser assumido e a bandeira do humano empunhada. A história era uma realidade para se afirmar com vistas à salvação. Não se constituía num vale de lágrimas, num degredo.

Segundo Betinho, os jovens que compunham a esquerda católica não estavam inaugurando uma tradição. Eles viam-se como parte de uma tradição já existente e que remontava aos tempos bíblicos. A compreensão de que estes valores não foram construídos por este grupo, mas que foram bíblicamente revelados, confere às suas assertivas um denso capital legitimador.

Há, no entanto, uma outra atitude fundamental de nossa geração: a adesão ao drama do homem, de todos os homens, a luta pela

¹²⁸ CARDONNEL, VAZ e SOUZA, 1963. p. 99.

¹²⁹ Essa idéia de “drama” encontra lastro no livro do dominicano J. L. Leuret, “*O drama do século XX – miséria, subdesenvolvimento, inconsciência e esperança.*” Traduzido por Frei Benevenuto de Santa Cruz, o.p., e por Fátima de Souza.

universalização concreta da Redenção colocada, não no plano de uma visão dualista, mas de uma concepção do homem como um todo, indissociável, organicamente definido. Quebramos definitivamente a perspectiva aristocrática e classista da Salvação e nos voltamos à perspectiva universal do Cristianismo: todos os homens e o homem todo são objetos do amor e da Salvação. O Cristianismo é incompatível com qualquer perspectiva que, de qualquer forma, faça um homem senhor e outro escravo, um sujeito universal de direitos, outro sujeito relativo a determinadas condições restritivas. Não descobrimos por nós mesmos esses valores. Somos o prolongamento de outras gerações, a partir da Geração inicial do Novo Testamento. O Novo Testamento nos dá conta de uma geração universal de um lado, o cristão portador de uma mensagem universal, concreta de Amor, e de uma geração particularista, separatista, discriminadora, do outro lado, o fariseu, o falso profeta, o individualista, o apegado aos seus bens, à sua Salvação. “Quem quiser salvar sua alma, perdê-la-á”. Estranho paradoxo.¹³⁰

Herbet de Souza informa, ainda, que nem todos os membros dessa geração de cristãos se iniciaram nos movimentos da Ação Católica, mas, muitos tiveram neles os momentos iniciais de uma compreensão do cristianismo que envolvia toda a realidade da vida, sem exigir uma ruptura com uma “vida normal”:

No princípio, era uma JEC animada por jovens assistentes entusiastas. Nessa experiência se evidenciou que se poderia ser normal e cristão ao mesmo tempo, que o cristianismo não era uma escola para a formação de efeminados e histéricos pregadores do inferno e do anticomunismo. Ensinava-se uma mensagem positiva, um Absoluto a testemunhar. Pela fé, Cristo significava para muitos de nossa geração um forte apelo a uma dupla revolução: a superação em nós da negação do amor, o comodismo, a indiferença pela sorte da humanidade, do outro. Não é sem razão que a essa altura os livros de Corção exerceram sobre nós uma influência benéfica: a descoberta do outro, a superação da subjetividade que isola. Hoje, lamentamos o autor que certamente não saberia escrever um livro que tivesse por título: a descoberta dos outros... Enfim a superação em nós de velhas e deformadas visões de um cristianismo místico, supersticioso e formal.¹³¹

Betinho faz referência, também, ao encontro de dez anos da JUC,¹³² ocorrido em 1960, como o momento de inflexão dos universitários para “uma nova posição diante do social, como exigência fundamental da própria fidelidade ao Evangelho”.¹³³

¹³⁰ CARDONNEL; VAZ e SOUZA, 1963. p. 100.

¹³¹ CARDONNEL; VAZ e SOUZA, 1963. p. 100.

¹³² Sobre esse tema ver BEOZZO, 1984 e GÓMEZ DE SOUZA, 1984.

¹³³ CARDONNEL, VAZ e SOUZA, 1963. p. 101.

Ao tratar do capitalismo, esse autor o condena legitimando-se na grande tradição romana:

Não inovamos nada. Repetimos, com todos os Papas, a condenação do capitalismo, a necessidade de uma estrutura mais justa e humana, em que a propriedade social substituísse a propriedade privada da estrutura liberal. E assim passasse a ser a função efetiva do que tantos gostam de chamar de bem-comum.¹³⁴

Ainda:

Não é por acaso que todos os documentos oficiais da Igreja condenam o capitalismo: trata-se de um sistema que estabelece, por princípio, a desigualdade de oportunidades. Pressiona o homem a ser um competidor para o outro, e separa o mundo social e econômico do mundo real dos homens, promovendo, assim, a economia do lucro contra a economia da necessidade. É por coerência que condenamos o capitalismo.¹³⁵

Herbet José de Souza informa que esses movimentos religiosos emancipatórios do cristianismo eram muitos e que nem todos eram conhecidos, nem os de dentro nem os de fora do catolicismo. Ele faz referência, também, aos jovens protestantes, com os quais houve trabalhos em conjuntos marcados por uma mútua compreensão. Ecumenismo de esquerda. Podemos falar, portanto, de um cristianismo de esquerda. Seu texto, informa-nos, como outros do período, que esses setores compreendiam que vivia-se num ponto de inflexão na tradição: “Nesse sentido, somos uma geração cristã, germe de gerações cada vez mais cristãs”.¹³⁶

¹³⁴ CARDONNEL, VAZ e SOUZA, 1963. p. 101.

¹³⁵ CARDONNEL, VAZ e SOUZA, 1963. p. 104.

¹³⁶ CARDONNEL, VAZ e SOUZA, 1963. p. 106.

1. 4. 3. A revolução cristã

A revolução foi uma idéia-força¹³⁷ constituinte da esquerda católica e das suas compreensões e propostas para a realidade. Ela seduziu essa esquerda, fazendo-a adensar as questões da modernidade e do século XX no interior do catolicismo brasileiro.

Os setores de esquerda do catolicismo compreendiam que a revolução constituía-se em morte e ressurgimento de estruturas e mentalidades novas e historicamente situadas. Ela existe de maneira forte na matriz cristã que lida com a idéia da ressurreição que traduz-se na superação da morte na direção de uma realidade nova situada no Absoluto. A revolução, para esses setores, encontrava uma correspondência no ato ressurreição. Ambas superam uma dada realidade e inauguram outra que supera em tudo a anterior. O ato revolucionário é mais propriamente cristão do que marxista, para esses católicos. Cumpram-lhes, portanto, devolvê-lo ao seu lugar original.

Efetivamente, essa idéia-força possibilitou diálogos com outros setores militantes do período. Dentre eles importa, sobretudo, os marxistas. Sobre esse diálogo vale citar a matéria “Os católicos devem meditar sobre as palavras do Padre Lebret”, publicada pelo *Jornal do Povo*, órgão do Partido Comunista Brasileiro, editado na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na sua edição de 2 de setembro de 1947. Ela revela-nos que os primeiros movimentos da inteligência da esquerda católica no Brasil assumiram os marxistas como dialogantes privilegiados. Esse início foi cumprido pelo dominicano Benevenuto de Santa Cruz, que se dedicou em tornar conhecidas as idéias de seu confrade francês.

Segue um fragmento da matéria:

Os católicos devem meditar sobre as palavras do padre Lebret

No seio da própria Igreja surge, no momento, aqueles católicos que compreendem o sentido dos novos tempos em que vivemos e que não comungam com o ponto de vista daqueles que pregam a intolerância e se lançam violentamente no anticomunismo. O padre Lebret (...) série de

¹³⁷ Usamos aqui a categoria *idéia-força* segundo Pedro Ribeiro de Oliveira que a usa “no sentido de idéias carregadas de valor e por isso capazes de conferir sentido ao agir humano – para escapar da ambivalência contida na categoria ideologia, que pode ser entendida como uma justificativa racional dos interesses de um grupo ou classe.” (OLIVEIRA em GÓMEZ DE SOUZA, 2007)

conferências no Rio, representa este pensamento progressista, pois, em lugar de pregar crua e nuamente contra o marxismo, compreende a justiça dos seus princípios. Considerou Marx um gênio e teve a coragem de afirmar que os comunistas querem o bem-estar da humanidade.

Agora, o frei Benevenuto de Santa Cruz acaba de pronunciar uma série de conferências em Belo Horizonte, divulgando o pensamento do padre Lebret.¹³⁸

Essa matéria interpreta que o pensamento de Padre Lebret compreende bem os “sentidos dos novos tempos”. Isso significa que ele reconhece as legitimidades de algumas, pelo menos, das proposições principais da modernidade. E isso se traduz no reconhecimento da relevância do pensamento marxista. Nesse mesmo movimento dialógico, os comunistas de Belo Horizonte reconhecem a legitimidade do catolicismo representado pelo dominicano. Fundam-se as bases do diálogo, um e outro se reconhecem como plausíveis, sem se reduzirem mutuamente em simplificações de ataque.

Frei Benevenuto apresenta outros eixos que também nortearão as assertivas futuras da esquerda católica e que constituem-se em lugares de diálogo com os marxistas. Dentre eles encontramos a idéia de que é necessário assumir as lides contra os problemas temporais como condições para as lidas com as questões espirituais. O trabalho espiritual aconteceria na realização do trabalho de superação dos problemas econômicos, políticos e sociais. A “misericórdia” cristã acontece na via da ação. A efetivação dessas lides pelos católicos, segundo a matéria, acontecia na organização de setores específicos da sociedade. Esses católicos coincidiam com os marxistas na compreensão de que o drama da opressão vivida pelo humano possuía matrizes econômicas e que apenas seriam superados estruturalmente.

Vale dizer, ainda, que o jornal comunista de Belo Horizonte e a esquerda católica entendiam que o drama dos trabalhadores impunha a necessidade de se colocar em suspensão alguns juízos ideológicos para o esforço comum e premente de defendê-los da opressão capitalista. Ambos propunham, também, a necessidade da superação do capitalismo pela via revolucionária em direção ao socialismo. Entretanto, esse segundo sistema político e econômico era proposto com muita cautela pela da esquerda católica. As experiências reais existentes não eram assumidas em sua totalidade por esses cristãos.

¹³⁸ *Jornal do Povo*, 02 de setembro de 1947. Coleção Linhares. Biblioteca Central da UFMG.

O socialismo que se esperava era completamente novo. Esses católicos criticavam tanto o capitalismo quanto o comunismo, ambos materialistas, e procuravam construir uma alternativa de um socialismo possível dentro dos marcos definidos pelos papas.

O deputado Paulo de Tarso inicia essa questão já na introdução do seu livro,¹³⁹ no qual constata que as elaborações sobre o capitalismo e o comunismo não estavam formuladas de maneira suficiente pelos cristãos. As formulações ainda estavam abstratas e algumas máximas existentes serviam mais para criar um clima de alarme e medo do que para definir as posições claras.

Dizer que somos contra o comunismo que esmaga a liberdade, contra o capitalismo que nega a justiça, e que lutando por uma “terceira força” para a construção de um mundo melhor constitui, sem dúvida, um bom propósito, mas é insuficiente como fixação de rumo. Quantas vezes essa “terceira força” não tem sido uma maneira cômoda de fugir aos problemas reais em que se afirma vigorosamente o que não se é, para calar na hora da definição positiva e concreta?¹⁴⁰

Ele reconhece que as diversas posições do catolicismo estão ancoradas nas doutrinas sociais. As encíclicas são, acima de tudo, partes privilegiadas da compreensão cristã da vida, segundo Tarso. E elas “ensinam” que o cristianismo propõe que o leigo deve passar da teoria à prática.

No capítulo “Capitalismo”, Tarso afirma que todas as referências pontificias acerca desse sistema econômico são feitas em termos bastante severos. Ele cita as encíclicas *Libertas*, de 20 de junho de 1888, e *Rerum Novarum*, de 15 de maio de 1891, do papa Leão XIII.

Leão XIII estabelece uma identificação entre o liberalismo, de um lado, e o naturalismo, de outro, para, em seguida, condenar o liberalismo em termos definitivos, e criticar sobretudo a moral independente que leva cada indivíduo a considerar-se juiz absoluto do bem e do mal.

Ora, o capitalismo é a expressão econômica desse liberalismo. Ao homem, ilhado em seu egoísmo, seguiu-se a empresa como centro da economia, isolada na preocupação exclusiva do próprio lucro. À “moral independente” que, como lembra Leão XIII, “conduz o homem a uma licença ilimitada” seguiu-se, no plano econômico, a separação absoluta

¹³⁹ TARSO, 1963.

¹⁴⁰ TARSO, 1963. p. 21 e 22.

entre moral e economia, entregue esta ao livre jogo de leis consideradas naturais.¹⁴¹

O autor cita, ainda, a sexta aula de um curso ministrado por frei Carlos Josaphat sobre a encíclica *Mater et Magistra*,¹⁴² que, segundo ele, ensina que o capitalismo não é intrinsecamente mal, mas um processo de realização histórica. O papa Pio XI também é citado por Tarso como um defensor dessa tese. Entretanto, essa avaliação desses papas não significa que esse sistema seja desejável. Essa tese deve ser situada no momento histórico no qual foi formulada. Os cristãos deveriam levar em conta, ainda, a definição de capitalismo que esse papa tinha em mente: “sistema que ordinariamente uns contribuem com o capital e outros com o trabalho para o comum exercício da cidadania.”¹⁴³

O drama desse sistema está centrado na livre concorrência e as suas relações de competição são incapazes, por sua própria natureza, de produzir o bem comum. O liberalismo econômico no qual funda-se o capitalismo constitui-se, portanto, no inimigo a ser combatido. Ele é contrário à natureza e à concepção de vida cristãs, fundadas na comunitariedade, segundo o papa João XXIII, citado por Paulo de Tarso.

O capitalismo é a institucionalização do desrespeito ao plano da Providência, no qual a humanidade é a destinatária dos bens criados que devem ser essencialmente destinados à “subsistência digna de todos os seres humanos”.

Atualmente ganha relevo a dimensão internacional do capitalismo. Ao domínio do homem pelo homem, no plano interno, corresponde o domínio das nações subdesenvolvidas ou em fase de desenvolvimento.¹⁴⁴

As questões impostas por esse sistema econômico são de grande monta. E, “do ponto de vista cristão,”¹⁴⁵ ele não será resolvido em atos de superfície: o sistema é materialista e todo ele é condenável. Uma reforma não conseguiria fazer as mudanças que o magistério exige: a passagem “do lucro para a importância inestimável de cada

¹⁴¹ TARSO, 1963. p. 34 e 35.

¹⁴² Esses cursos de Frei Carlos Josaphat foram sistematizado nos livro *Evangelho e revolução social*, como dissemos anteriormente.

¹⁴³ TARSO, 1963. p. 37.

¹⁴⁴ TARSO, 1963. p. 39.

¹⁴⁵ TARSO, 1963. p. 40.

pessoa,¹⁴⁶ como eixo de funcionamento do sistema. Na elaboração dessa interpretação do ensino dos pontífices, Paulo de Tarso cita Emmanuel Mounier, que afirma que o problema do capitalismo não deveria ser diminuído, pois trata-se de agir num sistema democrático decadente e numa estrutura econômica inaceitável.

Tarso atenta para o equívoco dos cristãos que se aliavam à defesa do capitalismo como forma de se oporem ao comunismo. Eles os orientam a tomar o cuidado de não deixar um materialismo e cair em outro.

O capitalismo dissimula seu materialismo buscando confundir-se com o cristianismo. O comunismo, por sua vez impõe o seu materialismo e nega a religião. Isso confundia os cristãos, segundo Tarso. Eles chegam a pensar que o comunismo era o único sistema político e econômico que se orienta a partir de fundamentos ateus. Esse autor afirma que o capitalismo também opera segundo um ateísmo estrutural e fundante. Mais do que isso, ambas estruturas negam os valores cristãos e devem, portanto, ser negados pelos cristãos. Esses não deveriam se render nem à lógica do livre mercado e da livre empresa do capitalismo e tampouco ao totalitarismo do Estado comunista.

Esse capítulo sobre o capitalismo chega ao fim propondo que a revolução não é monopólio do comunismo marxista e que os cristãos não deveriam rejeitar “o desafio da revolução de nossos dias” e nem ignorar “que o cristianismo autêntico é revolução há 20 séculos”.¹⁴⁷ Ele interpreta, portanto, o cristianismo como uma matriz revolucionária.

No capítulo “Comunismo”, Paulo de Tarso faz uma breve descrição do marxismo-leninismo e informa que a oposição entre o humanismo cristão e o humanismo marxista é absoluta. Eles se opõem porque o cristão não pode aceitar a tese da crítica da religião do marxismo, que a reputa à condição de realidade necessariamente alienante. Nessa perspectiva, “o comunismo fecha-se no temporal pregando o ateísmo e o desaparecimento da religião”.¹⁴⁸ Entretanto, o ateísmo do comunismo traduz-se num “ateísmo positivo”, porque acontece na sobrevalorização do homem: não há mais espaço para Deus porque o humano adquiriu valor supremo, tornou-se o ser supremo.

¹⁴⁶ TARSO, 1963. p. 40.

¹⁴⁷ TARSO, 1963. p. 43.

¹⁴⁸ TARSO, 1963. p. 59.

Vemos, portanto, que o endeusamento que a heresia liberalista fez do homem, tornando-o único senhor do bem e do mal, autor exclusivo de sua moral independente, também está, como já dissemos, na base do “humanismo” materialista e do ateísmo militante do comunismo. Nesse sentido é que se pode dizer que o comunismo e o capitalismo liberal são verso e reverso do materialismo contemporâneo. Isto explica a alta estima em que Lênin tinha a obra de filósofos materialistas franceses do fim do século XVIII, como Claude Adrien Helvetius.¹⁴⁹

O comunismo torna-se, portanto, uma religião sem Deus. E ao absolutizar as dimensões relativas da realidade ele transforma-se numa *mística* materialista.

Sobre a rejeição cristã ao comunismo, Paulo de Tarso cita Maritain, segundo o qual essa rejeição não se deve à sua economia, que pode ser aceita pelos cristãos e, que ainda existe entre eles, mas, deve-se à sua rejeição sistêmica à transcendência divina.

Como doutrina, é irreformável e logicamente ligado ao ateísmo. Se fosse apenas um sistema econômico, poder-se-ia conceber, qualquer que fosse o valor intrínseco de tal sistema, um compromisso cristão. Viu-se qualquer coisa de parecido nas primeiras comunidades cristãs, como hoje em dia nas ordens religiosas. O comunismo, porém, não é apenas um sistema econômico: é uma filosofia de vida fundada sobre uma rejeição coerente e absoluta da transcendência divina, uma ascética e uma mística do materialismo revolucionário integral.¹⁵⁰

Negando a existência de Deus, o comunismo se propõe a libertar a consciência humana dos preceitos e das superstições religiosas que impedem o ser humano de se realizar em todo o seu potencial criativo. A religião constitui-se no divórcio entre o homem e a realidade. Portanto, cria as condições para que a opressão pudesse se perpetuar, através da falsa promessa do além-tempo. Além desse ateísmo professo e militante, Tarso informa que o papa Pio XI, através da encíclica *Divini Redemptoris*, identifica ainda outro erro no marxismo: o materialismo evolucionista.

Como toda a esquerda católica, Paulo de Tarso preocupa-se em evitar que a crítica ao comunismo caísse na aceitação do capitalismo. Ele afirma que o cristão deve ser solidário ao proletariado e procurar caminhos de superação da opressão fora da lógica da luta de classes. Fundando-se nessa lógica, a revolução levaria à ditadura do proletariado.

¹⁴⁹ TARSO, 1963. p. 60.

¹⁵⁰ MARITAIN, J. *Democracia e cristianismo*. 2ª ed. São Paulo: Agir, s/d. Trad. Alceu Amoroso Lima citado por TARSO. 1963.

Tarso afirma, entretanto, que a revolução deveria fugir à lógica das ditaduras. Nenhuma delas poderia ser assumida pelos cristãos. Os regimes ditatoriais possuem uma natureza de violência e uma indefinida duração que os deslegitimam diante do cristianismo.

Há ainda o dado de os cristãos sofrerem perseguições nos “países comunistas.” Enquanto o comunismo nega a Deus para criar uma sociedade justa, Paulo de Tarso cita João XXIII, que afirma que é exatamente em Deus que existe a única possibilidade de se edificar uma ordem humana fundada na justiça.¹⁵¹

Não obstante, cristãos e comunistas concordam na crítica à falsa liberdade do liberalismo,

que colocou o fraco à mercê do forte, estabilizando a miséria, sob o falso pressuposto de uma igualdade artificial entre os homens desiguais. Mas, para atingir o objetivo de garantir a todos o direito ao uso dos bens materiais, acaba o comunismo negando os valores humanos pela subordinação do homem ao Estado, entregue ao arbítrio do partido único, que, em nome dos interesses da classe proletária, passa a considerar-se o único sujeito da história.¹⁵²

No capítulo “Socialismo”, o autor esforça-se em elaborar um argumento plausível e que se inserisse na tradição católica romana acerca da possibilidade de o socialismo ser uma alternativa ao comunismo e ao capitalismo, ambos reputados como sistemas materialistas. Nesse empenho, Tarso procura inserir seus argumentos dentro do ambiente de propositivos da doutrina social da Igreja Católica Romana. Seus argumentos procuram encontrar um porto legitimador nas encíclicas papais, na autoridade pontifícia.

Nesse interesse e nessa estratégia, esse capítulo inicia-se afirmando que Leão XIII combateu o socialismo sem qualquer distinção, considerando-o causa de servidão para todos os cidadãos.¹⁵³ A seguir, informa que, quatro décadas mais tarde, Pio XI retoma essa questão e lembra que na época de seu antecessor o socialismo podia-se “dizer uno, pois defendia uma doutrina bem definida e reduzida a sistema.”¹⁵⁴

Salientou Pio XII que a evolução do socialismo, a partir de Leão XIII, não foi “menos profunda que a da economia”, tendo-se o sistema

¹⁵¹ Cf. TARSO, 1963. p. 67.

¹⁵² TARSO, 1963. p. 65.

¹⁵³ Tarso cita a encíclica *Rerum Novarum*.

¹⁵⁴ Citação da encíclica *Quadragesimo Anno* feita por Tarso.

dividido em duas facções principais: de um lado, o comunismo, “partido da violência”, “iníquo” e “impiedoso”, que se caracteriza pela defesa extremada de duas teses: “guerra de classes sem trégua nem quartel e completa destruição da propriedade privada”. De outro lado, uma “facção mais moderada, que conservou o nome de socialismo”.¹⁵⁵

Entretanto, mesmo a facção mais moderada, se conservar a condição de “verdadeiro socialismo”, torna-se incompatível com os princípios cristãos. Essa afirmação foi feita também por Pio XI, que compreendia que a fidelidade à verdade socialista impunha a compreensão materialista da realidade.

O papa João XXIII, por sua vez e segundo Tarso, confirma essa assertiva de Pio XI. Segundo o pontífice da *Pacem in Terris*, os católicos não poderiam aderir ao socialismo moderado, porque ele também foi construído numa concepção de vida fechada no temporal e, ainda, porque fomenta uma organização social, tendo a produção como o fim único, com grande prejuízo para a liberdade humana.

Tarso preocupa-se em não entrar em desacordo com essas afirmações papais e, ao mesmo tempo, esforça-se em propor o socialismo como a possibilidade ideal. Ele inicia esse esforço com a seguinte questão: há a possibilidade de existir um socialismo que não se fundamente, de maneira necessária, na compreensão materialista da realidade? Essa é uma pergunta retórica. Ao elaborar sua resposta, o texto afirma que, “independente da questão vocabular, pode o cristão aceitar um socialismo que, buscando a justiça social, evite esses pontos de atrito taxativamente enumerados nos textos pontifícios que citamos”.¹⁵⁶

O autor afirma que o socialismo democrático é plenamente compatível com o cristianismo. A defesa dessas propostas é feita a partir da distinção entre “programa socialista” e “doutrina socialista”. Essa distinção é feita citando o padre jesuíta George H. Dunne, que foi senador pelo Estado de Goiás:

Roma não se engana. Compreende a diferença entre o “programa socialista” e a “doutrina socialista”. O que determina a atitude de um católico não é que um partido se chame socialista, senão que se dedique

¹⁵⁵ TARSO, 1963. p. 73.

¹⁵⁶ TARSO, 1963. P. 74 e 75.

ou seja inspirado pela doutrina socialista. A Santa Sé compreende isso muito bem.¹⁵⁷

Para fortalecer o seu argumento, cita também Van Gestel:

O abismo que separa o socialismo do catolicismo não se situa tanto no domínio social, mas nas suas concepções de vida. Para suprimir este abismo, o socialismo deveria começar por proclamar sua fé na vida eterna, como faz o adulto que pede o batismo antes de transpor o limiar da Igreja. Porque nossa concepção social está na função dessa perspectiva de eternidade. A aspiração pela justiça, neste mundo, a qual, sem dúvida, vive e se exprime no socialismo, não se acharia diminuída, muito ao contrário. O sentido do social encontra no cristianismo impulsos sobrenaturais e uma justificação divina.¹⁵⁸

Tarso resolve, portanto o problema do engajamento do cristão no socialismo sem desobedecer aos papas através da distinção entre “programa” e “doutrina”. O cristão pode assumir o “programa” socialista sem assumir a “doutrina” socialista.

Esse programa, ainda segundo o ex-ministro de Goulart, possui pontos que coincidem com questões previstas pelas encíclicas, como a estatização dos meios de produção, quando necessário para fins de promoção do bem comum.

A doutrina socialista, por seu lado, impunha a todos o materialismo marxista.

Quando a Quadragésimo Ano renovou a condenação da Igreja ao socialismo, o cardeal Bourne apressou-se a declarar que ela não atingia o Labour Party. E a razão desta exceção, diz Van Gestel, “é que o socialismo inglês é puramente pragmático, ao contrário daquele do Continente, e resta inteiramente neutro no plano filosófico e religioso”.¹⁵⁹

Nesses termos, o autor retira o monopólio do “socialismo” daqueles que se orientavam pelo materialismo marxista, da mesma forma que lhes recusa o monopólio da revolução. Na obediência a Roma, defende que o Brasil deveria promover um programa

¹⁵⁷ TARSO, 1963. p. 75. O autor não fez referência ao lugar de onde retirou essa citação.

¹⁵⁸ VAN GESTEL, C. *A Igreja e a questão social*. Rio de Janeiro: AGIR, 1956. Tradução Fernando Bastos de Ávila, SJ. P. 353 - 354 *Apud* TARSO, 1963. p 75 - 76.

¹⁵⁹ TARSO, 1963. p. 83. A citação de Van Gestel está em *Les socialismes et la religion, la pensée Catholique*. Bruxelas, 1959 – segundo o TARSO.

que superasse o capitalismo e que não caísse no desvio neo-capitalista,¹⁶⁰ nem no comunismo e nem no socialismo científico marxista.

Um movimento que surja no Brasil com a preocupação de superar nossa estrutura capitalista, sem ficar no desvio neocapitalista, sujeitando ao mesmo tempo a fórmula comunista pela aplicação concreta e corajosa de soluções que partam das necessidades reais do país, centrado numa perspectiva de primazia do homem sobre as coisas e de libertação dos homens dominados, será a resposta mais imediata aos desafios que surgem em nossa luta pela superação do subdesenvolvimento. Num país como o nosso, com estruturas sociais ainda em formação, uma centralização organizada parece indispensável – centralização que não implica poder arbitrário e não-representativo. Isso faria com que o movimento social brasileiro se inscrevesse no esforço socialista dos povos em via de desenvolvimento.

Semelhante luta não conseguiria ser eficiente sem apoio do proletariado e de certas camadas das elites intelectuais do país, especialmente dos estudantes. Ora, para mobilizar esses apoios, a expressão socialismo seria de grande valia. E nada teria de artificial porque socialismo, no sentido mais amplo, deve exprimir, hoje, uma “reação humana contra o capitalismo, enquanto sistema inumano”, como lembra o Padre Lebret.¹⁶¹

Na conclusão desse capítulo, o autor lembra que a evolução do socialismo ainda não havia chegado ao fim. E que, à medida que os socialismos forem deixando seus desvios materialistas, os cristãos poderiam elaborar, progressivamente, soluções econômicas e políticas sem desobedecer aos ensinamentos dos papas. A fim de afirmar que os cristãos e os socialistas experimentam grandes convergências, cita o dominicano padre Lebret:

Poder-se-á, pois, pensar que, excluindo o espírito anti-religioso de alguns tipos de socialismo, a oposição entre socialistas e cristãos é – pelo menos materialmente – menos profunda do que em ambos os lados se pensou até agora.

A votação de leis sociais foi, em muitos países, obtida pelo apoio de socialistas e de cristãos, empenhados no campo social. Socialmente, muitos cristãos estão em posição mais avançada que muitos líderes ou mesmo que a massa socialista.

Desde que o socialismo supere suas posições anti-religiosas e reconheça a importância das responsabilidades pessoais efetivas, deixará, sem

¹⁶⁰ O neo-capitalismo manteria a estrutura do capitalismo.

¹⁶¹ TARSO, 1963. p. 79.

dúvida, de ser considerado pelos cristãos como uma força necessariamente inimiga.¹⁶²

Após cotejar o comunismo, o capitalismo e os socialismos, o autor escreve o capítulo “Os cristãos e a revolução social”, no qual afirma que é dos leigos a responsabilidade da aplicação da “doutrina social cristã”. Afirma, entretanto, que eles têm sido tímidos nessa tarefa. Segundo o texto, essa timidez deve-se ao dado de confiarem freqüentemente na progressiva “evolução natural da história e numa lenta formação das mentalidades”.¹⁶³

Essa confiança funda-se, segundo Tarso, numa má compreensão da história e do humano. Segundo ele, a história demonstra a natureza decaída do humano, implicando a formação de estruturas econômicas e sociais de grande egoísmo, de abuso de poder, além da satisfação do “desejo de domínio de uns sobre os outros”.¹⁶⁴

Referindo-se à esquerda católica, o autor afirma que a raiz do movimento que “está surgindo no Brasil”¹⁶⁵ está na preocupação de dar uma estrutura filosófica “realista e não materialista”¹⁶⁶ para a negação da efetividade histórica da dominação do homem pelo homem e da necessidade de alcançar “a libertação da miséria”.¹⁶⁷

Paulo de Tarso elenca os objetivos desse movimento de cristãos que principia e enumera as condições que justificam uma insurreição. Seu argumento é de que a doutrina social cristã não condena a subversão de modo absoluto. Esse dado é importante, porque ele compreendia que para mudar as estruturas econômicas e políticas vigentes era necessária uma insurreição capaz de produzir a revolução das estruturas. Entretanto, essa doutrina cria “condições de ferro” para que o ato insurrecional aconteça.

A seguir, Tarso escreve que a encíclica *Pacem in Terris* foi escrita “para um mundo pluralista”¹⁶⁸ Ao dizer isso, ele busca compreender que os cristãos não possuem a

¹⁶² LEBRET, J. L. *Manifesto por uma civilização solidária*. p. 34. Citado por TARSO, 1963. p. 84.

¹⁶³ TARSO, 1963. p. 109.

¹⁶⁴ TARSO, 1963. p. 109.

¹⁶⁵ TARSO, 1963. p. 110.

¹⁶⁶ Essa é uma citação que Paulo de Tarso faz de um artigo do Padre Henrique de Lima Vaz, publicado na *Revista SPES*, n. 14.

¹⁶⁷ TARSO, 1963. p. 109.

¹⁶⁸ TARSO, 1963. p. 117.

verdade como um valor privado. Portanto, eles não são os únicos promotores da justiça social.

Por isso não falamos de transformação social cristã, mas revolução de inspiração cristã, da qual participariam cristãos e não cristãos. A lição dessa abertura para com os outros nos dá o grande pontífice João XXIII. As linhas doutrinárias aqui traçadas brotam da própria natureza das coisas e, as mais das vezes, pertencem à esfera do direito natural. A aplicação delas oferece, por conseguinte, aos católicos vasto campo de colaboração tanto com cristãos separados da Sé Apostólica, como com pessoas sem nenhuma fé cristã, nas quais, no entanto, está presente a luz da razão e operante a honradez natural.¹⁶⁹

Para legitimar essa proposição, ele faz referência ao parágrafo 157 da encíclica *Pacem in Terris*, para defender que o dominante deve ser combatido em sua condição de dominante, sem desrespeito à sua dignidade humana. Não se deve confundir o erro com a pessoa que erra.

O objetivo do combate não é aniquilar alguém, é remover a injustiça, o ódio e a miséria que fazem causa comum na conspiração contra a autêntica felicidade contra a paz verdadeira, segundo frei Carlos Josaphat, em *Evangelho e Revolução Social*.¹⁷⁰

Por fim, Tarso afirma que a revolução social de inspiração cristã é a única forma “válida de aplicar o cristianismo social em toda a sua plenitude, na luta de libertar o homem do jugo de outros homens”.¹⁷¹

Frei Carlos Josaphat, por sua vez, elabora um dos núcleos densos da compreensão da esquerda católica acerca do tema/ato revolução. Esse tema principia no prefácio do livro *Evangelho e revolução social*, que informa que a politicidade que ele observa – ao mesmo tempo em que ajuda a sistematizar – entre os católicos de esquerda, elabora-se num ambiente de compreensão diferente das oposições tradicionais, capitalismo X comunismo. Esse novo lugar compreensivo funda-se na chamada concepção integral do humano. O cristão de esquerda deve observar a política situando-se “acima dos mitos da

¹⁶⁹ TARSO, 1963. p. 117.

¹⁷⁰ Tarso. 1963. p. 118.

¹⁷¹ TARSO, 1963. p. 118.

direita e da esquerda, superando a exploração capitalista e a opressão comunista; essa concepção integral do homem constitui o elã animador da atual renovação cristã”.¹⁷²

A posição do católico deve fundar-se na plena “Caridade”, evitando-se a sua deteriorização. O frade atenta para o dado de que o seu sentido comum tem sido “apenas um de seus elementos mais do que secundários: a esmola ao indigente”.¹⁷³ Segundo o dominicano, Cristo propôs, com seu exemplo, a caridade como doação, que pode incorrer até no sacrifício da própria vida, quando no empenho da promoção da felicidade de todos. Essa caridade visa proporcionar ao outro o que lhe é necessário no plano espiritual e no plano material, valorizando e elevando “sua dignidade de imagem e de filho de Deus”.¹⁷⁴

Após essa afirmação, cita o seguinte fragmento do evangelho de João:

Foi assim que ficamos conhecendo o Amor: Ele deu a sua vida por nós. Também nós havemos de dar a nossa vida por nossos irmãos. Se alguém possui riquezas deste mundo e, vendo seu irmão na miséria, lhe fecha o coração, como o amor de Deus pode nele permanecer?¹⁷⁵

Segundo Josaphat, a “Caridade” impõe a busca das “profundas” causas das condições que atentam contra a “dignidade de imagem e filho de Deus”. Essa busca deve ser “honesta”, “lúcida”, “inteligente” e “técnica”. A engenhosidade humana já havia se desenvolvido o suficiente para saber que o empobrecimento era uma realidade decorrente de estruturas historicamente construídas. Portanto, a caridade, “que é a fonte de todas as virtudes”, impunha ao cristão a ação por sobre essas estruturas produtoras da condição de empobrecidos.

A caridade, segundo o texto, anima a justiça social e não existe sem ela. E o sentido da justiça é a preparação obrigatória para a “Fé no novo reino que o Cristo haveria de proclamar”, que se inicia na história humana:

Perguntavam-lhe a multidão: “Que devemos fazer?” Ele respondeu: “Quem tem duas túnicas dê uma aos quem não tem; e quem tem o que comer faça o mesmo”. Também publicanos vieram para ser batizados e perguntaram-lhe: “Mestre, que devemos fazer?” Ele respondeu: “Não exijais mais do que vos foi ordenado”. Do mesmo modo os soldados

¹⁷² JOSAPHAT, 2002. p. 9 e 10.

¹⁷³ JOSAPHAT, 2002. p. 17.

¹⁷⁴ JOSAPHAT, 2002. p. 17.

¹⁷⁵ 1 Jo 3, 16-17 (*sic*) em JOSAPHAT, 2002. p. 16.

perguntavam: “E nós, que devemos fazer?” Respondeu-lhes: “Não pratiqueis violência nem injurieis a ninguém; e contentai-vos com o vosso soldo.”¹⁷⁶

Sobre a idéia de que o “Reino de Deus” deveria principiar na história, Josaphat cita, novamente, o evangelho de Lucas. Esse fragmento citado descreve as primeiras comunidades cristãs: “solidárias na participação dos bens espirituais e na repartição dos bens materiais”. Esse ideal comunitário foi um paradigma ao entorno do qual gravitou a esquerda católica em seu esforço de construir uma alternativa revolucionária às opressões capitalista e comunista.

A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém dizia que eram suas as coisas que possuía: mas tudo entre eles era comum. Com grande coragem os apóstolos davam testemunhos da ressurreição do Senhor Jesus. Em todos eles era grande a graça. Nem havia entre eles nenhum necessitado, porque todos os que possuíam terras ou casas vendiam-nas, e traziam o preço do que tinham vendido e depositavam-no aos pés dos apóstolos. Repartia-se a cada um deles conforme a sua necessidade.¹⁷⁷

No capítulo “Reforma das pessoas e das instituições”, o autor afirma que “a renovação cristã é interna e externa. A pregação evangélica visa à convicção e à opção, atitudes fundamentais da consciência individual, mas estende-se às estruturas de todas as dimensões: pequenas, médias e grandes”.¹⁷⁸ Ele propõe, ainda, que o cristão deve experimentar um princípio existencial chamado pelo frade de amor realista do evangelho. Esse amor exige “a reforma do homem e de tudo o que é humano e nos impele a reconhecer que as instituições devem ser justas em si mesmas, de maneira objetiva, assim como as pessoas o devem ser em seu íntimo e em seu comportamento.”¹⁷⁹

Frei Carlos Josaphat acrescenta, ainda, que, para o “comum dos homens”, a virtude apenas será possível num quadro social que lhe possibilite um clima de “conforto,

¹⁷⁶ Evangelho de Lucas 3, 10 a 14, citado por JOSAPHAT, 2002. p. 19.

¹⁷⁷ JOSAPHAT, 2002. p. 19.

¹⁷⁸ JOSAPHAT, 2002. p. 19 e 20.

¹⁷⁹ JOSAPHAT, 2002. p. 20.

de paz e estímulo para o bem”.¹⁸⁰ Este é um ensinamento clássico da espiritualidade cristã, que,

sintetizado por santo Tomás, vem sendo repetido com insistência pelos últimos papas, de Leão XIII a João XXIII:

“O Estado, cuja razão de ser é a realização do bem comum na ordem temporal, não pode manter-se ausente do mundo econômico; deve intervir com o fim de promover a produção duma abundância suficiente de bens materiais, cujo uso é necessário para o exercício da virtude.”¹⁸¹

No tópico “Espiritualidade cristã e ideologias modernas”, o autor afirma que não se pode contestar o dado que o evangelho leva o fiel a uma “espiritualidade integral, lealmente empenhada em assumir a tarefa da criação de uma ordem social justa e solidária”.¹⁸² Ele reconhece que os cristãos deixaram de viver, por muitos séculos, essa espiritualidade. Entretanto, a geração que está surgindo, a esquerda católica, está despertando para esse imperativo vital do cristianismo, no mesmo momento em que “as ideologias surgem tentadoras”, sobretudo o marxismo.

O texto identifica, naquele momento, pelo menos duas ideologias: a conservadora e a revolucionária. O cristianismo não deveria, contudo, elaborar-se numa “ideologia cristã” que viesse a justificar uma posição conservadora ou revolucionária. Isso seria reduzir o estatuto do cristianismo.

Josaphat propõe que as questões de cada época devem ser analisadas no “sentido dos mistérios divinos e na sensibilidade dos problemas humanos”. A rigor, o cristianismo pode ser uma força conservadora ou revolucionária. Ele deve conservar uma dada realidade histórica que seja boa e que promova o bem comum. Por outro lado, deve levar à revolução uma realidade que impeça a promoção do humano.

Frei Josaphat não se admira com o fato de o marxismo exercer fascinação por sobre “todas as camadas dinâmicas da sociedade”. Ele contém o imperativo do movimento da história. “Ele tem a magia de uma escatologia mais acessível e mais

¹⁸⁰ JOSAPHAT, 2002. p. 20.

¹⁸¹ JOSAPHAT, 2002. p. 20 e 21. A citação entre as aspas foi retirada da encíclica *Mater et Magistra* de João XXIII, n. 19, citando a *Rerum Novarum* de Leão XIII e o *De regimine principum*, I, c. 15, de santo Tomás, já mencionado por Leão XIII. Segundo Josaphat.

¹⁸² JOSAPHAT, 2002. p. 21.

humana do que a mensagem da esperança cristã.”¹⁸³ O motivo de admiração e espanto é o “fixismo” dos cristãos nas suas compreensões do homem e do mundo.

Diante das interpelações do marxismo, Josaphat afirma que a sua matriz compreensiva da história não foi elaborada por ele. Segundo o frade, esses fundamentos geradores dessa elaboração da história é um princípio secularizado do cristianismo. Ele lastreia essa afirmação citando o papa Pio XI, que, na encíclica *Divini Redemptoris*, de 19 de março de 1937, identificava no comunismo essa imitação laicizada dos grandes dogmas cristãos.

Já o papa Pio XI, encíclica *Divini Redemptoris*, de 19 de março de 1937, assinalava no comunismo essa imitação ou simulação laicizada dos grandes dogmas cristãos. Na construção marxista encontra-se uma escatologia, isto é: uma visão da história como orientada para um desfecho paradisíaco, mediante lutas entre forças antagônicas; fala-se de redenção das massas, do proletariado, etc.¹⁸⁴

A seguir, elabora uma compreensão do marxismo considerando-o como uma radicalização humanista: a fé total na capacidade revolucionária do homem como o único responsável pela sua redenção na história. O fascínio que ele exerce é compreensível, sobretudo, diante do imobilismo e pessimismo dos cristãos dos últimos séculos. Essa compreensão fundamenta os ataques dos setores da esquerda católica aos discursos anticomunistas do período. Ainda que o marxismo estivesse equivocado no seu materialismo, ele não deveria ser condenado como um mal em si, ou um inimigo da espécie humana. Ele exclui o transcendente ao radicalizar a valorização da história e do humano. Essa compreensão não é o grande mal a ser combatido. Diante dela o cristão deve propor o diálogo, valorizando a história, o humano e o transcendente. Assim o cristianismo resgataria o seu estatuto de fonte de compreensão e consciência da história.

Para a filosofia marxista, a consumação ou a redenção de que a *praxis*, atividade revolucionária consciente, já assegura como um antegozo uma antecipação, realiza-se não além da história, mas sim na história; não desce do céu, mas é uma conquista do homem – por meio do trabalho e da luta. Seria um desacerto identificar o comunismo com um materialismo grosseiro, com um sensualismo interesseiro; a fascinação da revolução marxista está nessa aliança de realismo e idealismo, de

¹⁸³ JOSAPHAT, 2002. p. 26.

¹⁸⁴ JOSAPHAT, 2002. p. 26 e 27. Em nota de pé-de-página.

empirismo confiante no presente e de firme esperança no futuro, e particularmente do desinteresse e da doação de si mesmo, com a certeza quase tangível da vitória de uma causa superior, mas ao alcance dos esforços do homem. Compreende-se assim o fascínio simultâneo exercido pelo marxismo sobre os sonhadores e os realistas, sobre os intelectuais e os trabalhadores. Ele é um humanismo grandemente satisfatório: exaltação do homem em sua dupla dimensão, terrena e histórica.¹⁸⁵

A seguir, no tópico “Desfazendo velhos equívocos”, frei Josaphat pergunta se os cristãos não estariam “reagindo numa dialética defensiva reafirmando quase exclusivamente os aspectos transcendentais da escatologia evangélica”¹⁸⁶ diante da tentação do otimismo construtivo do imanentismo histórico marxista. Os cristãos não estariam respondendo com o velho imobilismo e pessimismo histórico voltado para um transcendente fatalista?

Frei Carlos defende que os cristãos deveriam construir suas respostas sem evasões da história, mas na compreensão de que a fidelidade ao evangelho supõe a fidelidade ao tempo presente. O transcendente afirma a história e seus movimentos.

Instruídos pela experiência histórica, inclusive pelos fracassos representados pelos atrasos da consciência cristã nas fases de mutações violentas, cumpre-nos sermos fiéis ao Evangelho e ao nosso tempo. Guiados pelos grandes ensinamentos sociais do magistério eclesial e solidários com as aspirações do homem comum, teólogos e líderes cristãos não devem se empenhar na elaboração de uma espiritualidade integral, na qual se explicitem as dimensões históricas e sociais do cristianismo, sem com isso se comprometer, bem ao contrário, realçando-se vigorosamente sua transcendência sobrenatural e o caráter primordialmente pessoal da vocação do homem à posse definitiva de Deus.¹⁸⁷

A idéia de escatologia de frei Carlos Josaphat nos é importante em nosso esforço de compreender a revolução social e os cristãos. Segundo ele, a compreensão da escatologia cristã “pode e deve fundar uma espiritualidade de marcha para Deus e uma presença ativa no mundo.”¹⁸⁸ O “reino” que o cristianismo anuncia “atinge e transforma o homem todo, em sua dimensão pessoal, em seu coração, mas igualmente em sua

¹⁸⁵ JOSAPHAT, 2002. p. 27.

¹⁸⁶ JOSAPHAT, 2002. p. 27.

¹⁸⁷ JOSAPHAT, 2002. p. 28.

¹⁸⁸ JOSAPHAT, 2002. p. 32.

dimensão social, histórica, exigindo e possibilitando estruturas sociais segundo a Justiça e o Amor”.¹⁸⁹

Ele lembra que o cristianismo situa-se em uma tradição profética, na qual um dos temas recorrentes “é a sede de justiça na terra; justiça plena nos costumes, nas mentalidades e nas instituições”.¹⁹⁰ Segundo Josaphat, muitos dos trechos dos profetas “são oráculos contra aqueles que se munem da religião a fim de guardar a boa consciência e prolongar sua boa vida. Com grande sofrimento pessoal, os profetas combatem essa religião que se torna baluarte da injustiça e da exploração”.¹⁹¹ Eles representam uma ruptura com uma “falsa ordem estabelecida” e conseguem firmar o ideal de um povo solidário, sem pobreza, exploração e nem lucros por empréstimos de dinheiro. E acreditam que o messias “inaugurará para o mundo o reino da Justiça e da Paz”.¹⁹²

A seguir, dominicano afirma que, “Cristo” veio para realizar os anúncios dos profetas “com perfeição”.¹⁹³ E, também, que “segundo a escatologia cristã, uma vez inaugurado o Reino, pelo dom da graça, pela difusão do Espírito Santo nos corações, a justiça e a paz, em todos os setores humanos, devem brotar para o mundo, *por meio da vida e da atividade dos cristãos*”.¹⁹⁴ O individualismo cristão é um escândalo porque revela que “o Reino de Deus” não chegou onde deveria chegar: no plano social. O cristão coexiste indiferentemente com a ausência de equidade, por um lado, e com a sede de justiça, de outro. A atividade histórica dos cristãos na promoção do bem comum é, efetivamente, uma força dinâmica da história e ato salvífico.

Segundo frei Josaphat, a crítica da militância cristã reputa como otimismo ingênuo a compreensão profana de história, elaborada pelo marxismo,¹⁹⁵ devido à “sua certeza ‘profética’ e suas simplificações unilaterais”. Essa afirmação lastreia-se na encíclica *Mater et Magistra* que “rejeita as concepções sociais errôneas porque estreitas e

¹⁸⁹ JOSAPHAT, 2002. p. 32.

¹⁹⁰ JOSAPHAT, 2002. p. 33.

¹⁹¹ JOSAPHAT, 2002. p. 33.

¹⁹² JOSAPHAT, 2002. p. 33.

¹⁹³ JOSAPHAT, 2002. p. 33.

¹⁹⁴ JOSAPHAT, 2002. p. 34. Grifo do autor.

¹⁹⁵ JOSAPHAT, 2002. p. 41.

incapazes de abranger o homem em todas as suas dimensões: positivas e negativas, pessoais e sociais, transcendentais e históricas”.¹⁹⁶

No tópico “Da condenação à superação da luta de classes”, frei Carlos Josaphat recusa a oposição simplista que, por um lado, reputa aos comunistas as responsabilidades pelo fomento à luta de classes e pela desarmonia social. E, por outro lado, afirma que o cristianismo prega o amor, a harmonia entre as classes e a paz social. Josaphat afirma que a paz que o cristianismo prega e tende a instaurar não é a aceitação de qualquer situação estabelecida. O dominicano cita o papa Pio XI e a encíclica *Quadragesimo Anno* para afirmar que a paz do cristão é fundada na ordem, que, por sua vez, é fundada na justiça. E propõe a espiritualidade da reivindicação para superar, de maneira positiva, toda a tentação da luta de classes.

Essa espiritualidade, segundo Josaphat, se constitui no ensinamento da tradição cristã, formulada pelos seus grandes mestres. Dentre eles o texto destaca Santo Tomás de Aquino, no qual o cristão encontra “dados fundamentais para a espiritualidade cristã, capaz de dirigir e animar uma autêntica luta social”.¹⁹⁷

Segundo Josaphat, Tomás de Aquino, ao referir-se à genuína noção de paz, demonstra

que a paz é mais do que a simples concórdia ou acordo entre as pessoas. Ela pressupõe a unidade interior de cada pessoa e a união efetiva profunda entre os indivíduos que se relacionam no convívio social. Mostrando depois, em oposição a uma visão dialética das coisas, que o universo é como que providencialmente atravessado por um grande anseio de paz, evidencia Santo Tomás que muito particularmente a vida cristã tende à paz perfeita no céu e procura, desde a terra, inaugurar uma paz imperfeita, isto é: a paz que seja compatível com as contingências da vida humana atual. Finalmente, ensina-nos o santo teólogo dominicano, qual a fonte dessa paz cristã. Sua doutrina pode ser assim condensada: a paz cristã, perfeita unidade interior do homem e sua união com Deus e com os demais semelhantes, é um fruto direto da caridade, mas é preparada pela justiça. A justiça remove os obstáculos à paz, reconhecendo a cada pessoa e a cada comunidade os seus legítimos direitos; a violação de qualquer direito, qualquer injustiça impede a paz; combater a injustiça é a atitude inicial de quem procura efetivamente a paz. O amor está na raiz desta sede de justiça: ele sustenta a luta até que

¹⁹⁶ JOSAPHAT, 2002. p. 41. Nota de pé-de-página.

¹⁹⁷ JOSAPHAT, 2002. p. 57.

possa unir as partes do litígio, se ambas se dispuserem, pela aceitação da justiça, à verdadeira paz.

Daí a audácia com que Santo Tomás preconiza a necessidade para o cristão de se opor à má concórdia, de perturbar a falsa paz, desmanchando a tranqüilidade dos acordos injustos. Traduzimos literalmente essa bela passagem:

“Fomentar a discórdia pela qual se rompe a boa concórdia, fruto da caridade, é pecado grave, como ensina a Sagrada Escritura [cita-se Pr. 6, 16-19] [...] mas causar a discórdia para quebrar uma concórdia má, isto é: um acordo fundado na vontade má é atitude louvável. Disso nos dá exemplo o apóstolo Paulo (cf. At 15-39) e o próprio Senhor diz de si mesmo: ‘Não vim trazer a paz, mas espada’. (cf. Mt. 10-34)”¹⁹⁸

Para completar essa imagem do cristão animado pelo amor e por isso lutador pela paz, mediante a procura pela justiça, será instrutivo ler igualmente em seu contexto a questão consagrada a uma virtude anexa à justiça: a *Vindicatio*, que eu sugiro se traduza por “Reivindicação”. Nessa parte de sua síntese moral empenha-se Santo Tomás em descrever todo o conjunto de atitude que deve aperfeiçoar o homem justo. Qual será o seu comportamento em face do mal, em face da injúria aos seus direitos, aos direitos do próximo ou à honra de Deus? A resposta de santo Tomás tem em conta, de uma parte, as exigências da misericórdia para com o pecador e o dever de perdoar a quem nos ofenda; mas, de outra parte – é o ensino formal da questão –, realça ele fortemente o dever de nos opor ao mal, de castigá-lo, de exigir reparação da injustiça e de afastar eficazmente, da sociedade e da Igreja, as ameaças ao seu respectivo bem comum, social ou espiritual.”¹⁹⁹

O texto segue afirmando que a moderna reivindicação social deve inserir-se no prolongamento dessa teologia clássica. Ela constitui-se em atos da caridade e da justiça.

O dever da solidariedade efetiva, da associação profissional ou sindical, da atuação nas organizações de classes, sempre que se trate da defesa da justiça. De si, a omissão no plano social é mais grave do que no plano individual. A aceitação passiva por parte do conjunto dos cristãos de situações injustas, de contratos salariais iníquos ou de condições desumanas de trabalho vem a constituir formas de cooperação (negativa) na injustiça, muitíssimos graves, pois seus efeitos repercutem por toda uma região ou setor social e se prolongam por largo espaço de tempo.

Seguindo na leitura do livro, encontramos sugestões de uma “espiritualidade para a ação”. O autor afirma que o cristianismo é fecundo em “espiritualidades adaptadas às necessidades do tempo, em consonância com as justas aspirações de cada época”.²⁰⁰ Os

¹⁹⁸ AQUINO, Santo Tomás. II-IIae, q. 37 art. 1, ad. 2m. Citado por JOSAPHAT. 2002. p. 59.

¹⁹⁹ JOSAPHAT, 2002. p. 58 e 59.

²⁰⁰ JOSAPHAT, 2002. p. 67.

cristãos conseguem adaptar e corrigir desvios de mentalidades individuais e coletivas. Josaphat afirma que é possível observar, “nos diversos setores da renovação cristã”, elementos promissores de uma espiritualidade característica de nossos dias, marcada pela fidelidade ao Evangelho e ao nosso tempo.²⁰¹

Essa espiritualidade vem a enriquecer e alargar as “perspectivas no tempo e no espaço”²⁰² dos projetos e dos sonhos de um mundo melhor. O frade afirma que projetos e atos revolucionários sem “Cristo e sem Deus”, fundados no materialismo, são estreitos. Não têm a largueza da perspectiva do horizonte cristão. Esse horizonte é mais amplo porque eleva-se ao transcendente absoluto, e não a uma anêmica transcendência meramente histórica.

À medida que o mundo crê na mudança e que ela torna-se um imperativo do momento histórico, o cristianismo se vê diante de uma renovação evangélica que consegue responder e animar com “fecundidade” o social. O amor cristão deve colocar a inteligência a serviço do “aprimoramento de todas as estruturas que condicionam a vida do homem contemporâneo”.²⁰³

A caridade cristã, que outrora suscitou hospitais, leprosários, orfanatos, mil modalidades de obras de misericórdia, pode hoje ter a lucidez e a coragem de descer até a principal raiz dos males e misérias: as injustiças generalizadas, as estruturas sociais viciadas ou inadequadas, as instituições e as atividades políticas, consciente ou inconscientemente colocadas a serviço dos grupos, de regiões, de classes, em detrimento de dedicação total, racional e planificada ao bem comum dos países e da humanidade.²⁰⁴

Sobre esse assunto, o texto conclui citando o tema do *Corpo Místico de Cristo* lembrado pela encíclica *Mater et Magistra*. Portanto, toda humanidade deve ter sua dignidade elevada e defendida. E a espiritualidade da ação do cristão no mundo é “um prolongamento do trabalho de Jesus”. A ação a serviço do *Corpo Místico de Cristo* é um trabalho em comunhão com o Cristo. Compreendemos, portanto, que para Josaphat a politicidade traduz-se num ato redentor.

²⁰¹ JOSAPHAT, 2002. p. 67.

²⁰² JOSAPHAT, 2002. p. 68.

²⁰³ JOSAPHAT, 2002. p. 67.

²⁰⁴ JOSAPHAT, 2002. p. 67.

O tópico “Evangelho e revolução social” é um dos últimos do livro. O jornal *Brasil, Urgente* publicou uma matéria de frei Carlos Josaphat sobre esse tema e com os mesmos argumentos. Ele principia informando que Marx havia definido a sua felicidade numa única palavra: “lutar”. O cristão, por sua vez e de maneira paradoxal, recebe do evangelho a mensagem da paz e a missão da luta.

A paz interior, familiar e social constituem o ideal evangélico. A militância, a luta contra os inimigos da paz em nós mesmos e na sociedade não constitui a felicidade evangélica, mas “uma exigência para quem está em busca da bem-aventurança”.²⁰⁵ Esse combate não tem por objetivo eliminar ninguém, mas remover a injustiça, o ódio e a miséria. O autor afirma que esse postulado vale para todas as conjunturas históricas.

Frei Josaphat avalia que os regimes então existentes deveriam receber dos cristãos o inconformismo e o repúdio. E deveriam ser revolucionariamente superados. Importa aqui dizer que frei Carlos Josaphat também ocupa-se em retirar a revolução do monopólio marxista.

Até fins do século XIX, o termo revolução encerrava um conteúdo predominantemente político e implicava, sobretudo, o recurso à rebelião armada. Na mentalidade comum, ainda hoje, predomina tal representação do processo revolucionário: um golpe militar, acompanhado de um conjunto de violências, suspensão da ordem legal, ameaça ou instauração da anarquia. Mas o termo revolução vem se definindo ultimamente, numa acepção bem distinta do levante militar ou da guerra civil: significa primordialmente a mudança radical das estruturas econômico-político-sociais, incluindo como caracterização essencial a mutação qualitativa no processo social vigente. Enquanto a evolução exprime um progresso lento e homogêneo por parte das instituições e de todo sistema por elas constituído, um crescimento orgânico de uma ordem jurídico-legal em consonância, ao menos substancial, com os fatos sociais, a revolução vem a ser a mudança brusca, postulada sempre que se verifique um hiato entre o dinamismo social e as estruturas. A revolução será uma necessidade sempre que se verifique um atraso, um retardamento no processo evolutivo, ou quando um aceleração no progresso, sobretudo no setor econômico, estabeleça um desequilíbrio, um desajuste entre as necessidades e as aspirações do conjunto do povo e a ordem jurídico-política vigente. Não há assim identidade entre revolução social e guerra civil, que apenas ocasionalmente pode iniciar um processo revolucionário, como igualmente pode estar a serviço das forças revolucionárias. O recurso às armas será apenas uma etapa, meramente

²⁰⁵ JOSAPHAT, 2002. p. 70.

preparatória para as reformas estruturais ou institucionais que, estas sim, constituem a essência da revolução.²⁰⁶

Após a definição dos possíveis caminhos para a revolução, o dominicano se ocupa em definir quais as exigências cristãs para que esse processo se inicie. Nesse esforço, ele afirma que as armas dos cristãos são a verdade, a bondade e o amor. Ele não crê na violência como expediente para a mudança profunda do homem e nem para elaborar instituições duradouras.

Entretanto,

Se os meios de persuasão estão fechados ao cristão, se impera a tirania disfarçada ou aparente dos monstros econômicos e de seus tentáculos publicitários, se essa ditadura inutiliza a influência, ao menos, social, do Evangelho, se as armas “ofensivas” especificamente cristãs, que visam a transformação espiritual, são neutralizadas; *não poderá o cristão se defender?* Ou melhor, defender os direitos mais sagrados do que a legítima defesa: os direitos da verdade, da justiça e do amor? Não poderá, não deverá empregar meios eficazes e fortes, em vista de dismantelar a máquina opressora, de libertar os homens, seus irmãos, da pior das escravidões?²⁰⁷

O dominicano afirma que sim. Entretanto, o cristão deverá escolher suas armas segundo uma escala de valores. Ele deve visar o maior bem, “orientando-se para o Supremo Bem”,²⁰⁸ e deve preocupar-se em causar o menor mal possível. Antes do recurso à violência, o cristão deverá tentar todos os meios de pressão moral e de resistência passiva, sempre que eles tiverem probabilidade e eficácia. Apenas no limite extremo ele poderá aplicar a força física para a mudança de estruturas iníquas.

Num ambiente histórico em que a palavra revolução era recorrente e no qual a realidade parecia estar a caminho desse ato, frei Carlos procurou atender a uma demanda da esquerda católica. Ela desejava compreender e situar o cristianismo diante dessa palavra mágica. Além disso, havia o interesse de convencer os demais setores da esquerda acerca da legitimidade, necessidade e até obrigatoriedade desse evento partir dos cristãos ou, pelo menos, contar com os seus apoios e participações efetivas, ainda que, em último caso, ela pudesse assumir caminhos violentos. Os cristãos deveriam ser a

²⁰⁶ JOSAPHAT, 2002. p. 71 e 72.

²⁰⁷ JOSAPHAT, 2002. p. 75 e 76. Grifo no original.

²⁰⁸ JOSAPHAT, 2002. p. 76.

vanguarda, pois o seu horizonte é mais amplo, uma vez que opera em atenção a uma realidade universal e absoluta e sagrada.

O dominicano esquematiza as fases da luta cristã: primeiro: ela deverá recorrer ao plano especificamente doutrinal e de persuasão, por todos os meios ao seu alcance; segundo: falhando a etapa anterior ela deverá fazer pressão moral e social. Deve conduzir ao ridículo e ao menosprezo da opinião pública as estruturas iníquas; terceiro: os meios de resistência passiva: greves que visem atingir os responsáveis pela ordem iníqua.

Finalmente, deve-se aplicar à moderna conjuntura o que a teologia clássica, tomista,

ensina sobre o direito e mesmo o dever de rebelião contra a tirania: diremos que a rebelião armada pode ser o recurso extremo para remover uma estrutura iníqua e possibilitar o início de uma renovação social radical e duradoura. Esse apelo à força física, essa fase militar da revolução social, só deve ser utilizado na impossibilidade ou na falha dos outros meios, quando se tem certeza moral da vitória sobre a situação iníqua e, mais que tudo, sobre o caos ou a anarquia que ameaçam sempre um processo revolucionário.

Só a inércia, a omissão e a demorada cumplicidade dos cristãos em regimes injustos e opressores podem levar a esses extremos da revolução armada. E, então, se os cristãos foram omissos e ineficientes quando menos difícil e menos heróica se apresentava a sua resistência, como poderão dominar um processo violento de convulsão social? Quase sempre outras forças revolucionárias mais aguerridas e mais preparadas passarão a conduzir a revolução, iniciada, quem sabem, sob os aplausos e com a participação de todas as correntes sadias da nacionalidade.²⁰⁹

Por fim, nesse tópico sobre a esquerda católica e a revolução, devemos dizer acerca das assertivas do livro *Cristianismo Hoje*.²¹⁰ Logo em sua introdução, esse eixo de sentido e propostas desse setor do catolicismo aparece como tema tratado por Luiz Alberto Gómez de Souza.

Efetivamente, para esse autor-militante, a revolução como idéia-ato-força surge como um imperativo da consciência do significado e sentido do próprio cristianismo. Gómez de Souza recusa o distanciamento dos cristãos das questões impostas pelas estruturas sociais, econômicas e políticas historicamente construídas. Ele nega as

²⁰⁹ JOSAPHAT, 2002. p. 78 e 79.

²¹⁰ CARDONNEL, VAZ e SOUZA, 1962.

dicotomias expressas, sobretudo, na oposição “mundo x reino”. E afirmava que ser cristão é assumir o real histórico, estar no “real mais real”. O cristianismo impunha um vigor intelectual e de sentido profundo ao exigir o empenho da consciência histórica e a co-elaboração do “Reino”, da “Salvação”.

Sobre essas compreensões vale a citação a seguir:

O ponto central e primeiro, o eixo fundamental, distingue imediatamente essa reflexão de todas as concepções ateísticas ou pseudo-ateísticas, de um imanentismo ou de um transcendentalismo puros: a adesão vital a Jesus Cristo Filho de Deus Vivo. Recusa-se ver no cristianismo uma simples doutrina à qual se adere apenas pela inteligência fria e distante. “O que faz com que o cristianismo não seja nem um mito, nem uma filosofia, nem mesmo pura teologia, diz Guittou, é a relação do fato e da idéia com a unidade de uma pessoa, real e histórica”. Impossível distinguir um deus pai vingativo de um deus filho salvador – erro maniqueísta. O ato da redenção se liga ao da criação. Logo, essa visão se opõe a uma visão jansenista de mundo criado. Esse mundo é o caminho da construção do Reino de Deus, na história. Sem cair num otimismo ingênuo, tem a perspectiva do otimismo trágico a que se refere Mounier. A história testemunha a luta do homem contra o homem e os teólogos aí reconhecem o pecado. Mas ela caminha por Deus que, com a participação dos homens, procura superar as divisões e comunicá-los entre si. E em seu ápice está Jesus de Nazaré, Deus-homem. As conseqüências são enormes. Crer na história é negar-lhe o absurdo e descobrir-lhe o sentido, a linha axial da criação para o seu “ponto ômega”. Descobrir o sentido é construí-lo, impõe-se assim o compromisso com o real. Ser cristão é “colocar-se no coração do real mais real, como Deus está no coração de todas as coisas” (Lubac). O real, para nós, é o Brasil, país subdesenvolvido e explorado. Nossa missão, lutar, aqui e agora, contra tudo o que tolhe as possibilidades do homem – de todos os homens – crescer. O compromisso essencialmente com os que estão fora do quadro do poder, com o pólo dominado, os pobres e oprimidos. Aqui se reencontra a perspectiva evangélica: o amor de predileção de Jesus era para com os humildes. E indo à conseqüência lógica de uma tal atitude, a opção será pela transformação radical do Brasil, pelo que se chama corretamente de revolução brasileira. A meditação sobre a história, em documentos futuros deste grupo, mostrará, através de estudos precisos da realidade, como tudo leva a posições claras no plano econômico-social ou político. Denuncia-se o pólo dominante que mantém o poder e perpetua a exploração do homem pelo homem. Exige-se a transformação de quadros sociais que, em lugar de serem elos de comunhão, traçam barreiras, são mediações inautênticas entre os homens: propriedades, manipulação de mercado, opinião pública, etc.²¹¹

²¹¹ GÓMEZ DE SOUZA em CARDONNEL; VAZ e SOUZA, 196. p. 12 e 13.

Frei Thomas Cardonnel, em seu texto, como Tarso e Josaphat, trata do tema comunismo e capitalismo como questão obrigatória e necessária para se abordar o tema revolução. O texto “Deus não é mentiroso como certa paz social” se ocupa em combater o anticomunismo histórico, comum no meio católico. Ele afirma que o mal não reside de maneira privilegiada no Leste.²¹² Ao contrário de muitos que “localizavam geograficamente satã”, esse autor-militante afirmou que o mal poderia ser encontrado vigorosamente no ocidente capitalista.

Segundo ele, o capitalismo liberal reduz a pessoa na lógica atomizante do indivíduo. O comunismo, por seu lado, o sufoca num coletivismo indisfarçado. O cristianismo, por sua vez, recusa um e outro, porque compreende que os homens são todos irmãos. Essa é uma categoria religiosa que supõe um criador, “pai”, de toda a humanidade. Essa categoria, no entanto, não leva os cristãos a excluírem a politicidade do humano. Ela afirma que o humano está aberto ao transcendente, ao “criador”. A política não é a natureza-fim do homem. É um meio privilegiado para que o humano realize todo o seu potencial de ação histórica com vistas à salvação. Essa categoria religiosa não poderia conviver com o indivíduo liberal e tampouco com o coletivismo proletário, refém das grandes e impessoais forças históricas.

Efetivamente, a mudança necessária para o “florescimento” de todos deveria acontecer na superação das estruturas tanto do capitalismo quanto dos socialismos existentes. Sobre essa questão importa-nos a leitura do fragmento abaixo:

Não se trata de mudar os titulares do poder, mas a natureza mesma do poder, que não mais deve ser de dominação, mas de participação unânime. A luta é menos de uma classe contra a outra do que pela substituição de uma forma de relações mútuas de opressão por laços de justiça e de amizade mútua entre os homens. Essa perspectiva exige que sejam destruídos os monopólios que impedem o florescimento de uma sociedade humana.²¹³

Cardonnel identifica e ataca aquilo que ele chama de “perigo idealista”. Segundo ele, o cristianismo não é uma religião que contempla idealisticamente uma vaga idéia de Deus.

²¹² Devemos lembrar o ambiente de guerra fria.

²¹³ CARDONNEL em CARDONNEL; VAZ e SOUZA, 1963. p. 22.

Ora, no centro do Cristianismo não descobrimos a ligação a uma vaga idéia de Deus, mas a adesão a um acontecimento ou fato histórico: Deus se torna homem para que todos os homens possam se tornar Deus. (...) O cristianismo não é a contemplação de uma verdade intemporal, mas a história de um Deus que ensina a viver como homens para despertar nos homens o gosto de uma vida de deuses.²¹⁴

No artigo “A verdade não se contempla, mas faz”,²¹⁵ o também dominicano Cardonnel analisa aquilo que ele chama de cultura fragmentária e propõe a necessidade dos homens compreenderem a si e ao mundo como uma mesma realidade criada, que possui uma unidade que fundamenta e confere sentido. Ela faz referência à capacidade e ao desejo de engajamento que descobriu na juventude brasileira. Nessa observação, ele cita a grande repercussão da passagem de Sartre pelo Brasil, em 1960. As repercussões dessa visita foram muito significativas porque, segundo o frade, “independente da metafísica atéia do filósofo francês, não se pode conceber seu pensamento sem um engajamento”.²¹⁶

O engajamento seduzia. E era precisamente essa a sedução que o comunismo exercia. Ele se constituía em “uma doutrina de ação, que quer dar sentido dinâmico à história toda”. As políticas e filosofias do engajamento atendiam a uma demanda existencial do período.

O “Manifesto do Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica” do Rio de Janeiro também foi publicado nesse livro. E ele também contém fortes referências acerca da revolução. Já em seu início, o Manifesto proclama a convicção de que se vivia um momento de inflexão histórica. E a participação nesse ambiente de transformação e rupturas, fomentando-as, era o ato da afirmação do humano, em sua condição particular de construtor de si e de mundos. Negar e combater a efetividade da transformação constituía-se em grave pecado. Seria negar a condição humana e a própria história. Ambos, o humano e a história, legitimados pela “encarnação” de Jesus Cristo. Era imperativo ao cristão ser a vanguarda da história.

A história continua rendendo suas guardas. Num mundo em que a transformação é o próprio sentido da existência, e em que essa transformação ainda não cedeu seus últimos momentos, a única atitude

²¹⁴ CARDONNEL em CARDONNEL; VAZ e SOUZA, 1962. p. 22.

²¹⁵ CARDONNEL em CARDONNEL; VAZ e SOUZA, 1962.

²¹⁶ CARDONNEL em CARDONNEL, VAZ e SOUZA, 1962. p. 28.

possível é a da participação nestas mudanças. Participação que se define como o oposto da passividade e que implica pensamento e ação.

Não temos dúvida de que, em nosso século, a rendição da guarda vigente se fará proximamente; e proximamente seremos chamados a julgar o passado e a projetar o novo futuro. Principalmente neste projeto, não poderemos faltar. Muito mais quando trazemos conosco princípios que, sabemos, não são episódicos. Princípios do próprio Cristianismo que assumimos como um compromisso dualmente histórico e eterno.

Neste sentido consideramos que a mensagem cristã é a revelação do próprio homem, sua história e seu fim. Somente através dela poderemos compreender a significação da aventura humana. Assumimos o compromisso cristão e, deste modo, não poderemos faltar, de forma alguma, com seus pressupostos e suas conseqüências. A primeira delas é a de participar da vanguarda do mundo, entendendo por vanguarda o que se colocaram com a história em nome da libertação do homem.²¹⁷

No subtítulo “Missão do Cristão”, o manifesto situa os lugares de seus autores: jovens estudantes que vivem numa sociedade em que uma das contradições mais importantes é a do subdesenvolvimento. Eles arrogam-se o dever de denunciar “uma estrutura liberal-burguesa, pressionando *até as últimas conseqüências* seus dirigentes e responsáveis”.²¹⁸ Esses estudantes interpretavam que o poder constituído se estabelecia através de “aparelhos” que funcionavam como agências “de uma classe ou de grupos dominantes”. Eles defendiam que a verdadeira democracia ainda não estava concretizada. Essa idéia também foi tratada por Alceu Amoroso Lima, em matérias do jornal *Brasil, Urgente*.

O manifesto informa que os seus autores se recusam ao jogo que opõe interesses e que se empenha na manutenção daquilo que eles chamam de privilégios anti-sociais e estruturas anacrônicas, negando as “legítimas aspirações” das massas em ascensão. Esse jogo e essas estruturas deveriam ser superados através de radicais transformações econômicas.

Pela via da transformação econômica uma “nova sociedade” seria construída e nela deveria vigorar uma nova concepção de propriedade. A propriedade privada capitalista deveria ser superada para provocar, na efetividade histórica, “o advento

²¹⁷ MANIFESTO DO DCE DA PUC DO RIO DE JANEIRO em CARDONNEL, VAZ e SOUZA, 1962. p. 89.

²¹⁸ MANIFESTO DO DCE DA PUC DO RIO DE JANEIRO em CARDONNEL; VAZ e SOUZA, 1962. p. 92. Grifo nosso.

daquela ‘propriedade humana’ diversificada de que fala E. Mounier. Situar a produção dos bens na linha de uma propriedade participada, em escala sempre mais vasta, por todo o corpo social, é imperativo que se impõe para a livre sobrevivência da nação.”²¹⁹

Esse texto também afirma a assertiva de que o cristão deveria situar-se na “vanguarda”, no “passo mais largo”. Essa condição é exigida pela história. Esse “passo” constitui-se na “promoção das classes operárias-urbanas e campezinas-rurais.” Essa missão efetiva-se a partir da compreensão da história “dentro de uma razão divina”. Esses estudantes estavam convictos de que aquele momento precisava “ser superado dentro do processo de humanização do mundo e da caminhada majestosa da humanidade para seu destino divino”.

Esses autores se compreendem numa condição de privilégios. Por isso, sentiam-se com maiores responsabilidades *históricas*. Nesse momento de inflexão da história, arrogavam-se o papel da denúncia e da formação das consciências, no sentido de superar a alienação e a interpretação burguesa da realidade. Eles afirmam que a universidade brasileira não cumpria a função exigida pela sua natureza: promover o desenvolvimento e a promoção das massas e da nação. Ela estava servindo, efetivamente, apenas para a promoção social das classes mais favorecidas e na manutenção de seus privilégios. Aos universitários cristãos cabia, portanto, o dever de:

- 1) Levar aos homens o Cristianismo e sua mensagem histórica e eterna, seu descomprometimento com as estruturas vigentes injustas, sua perspectiva do encontro com Deus através do reconhecimento fraternal entre os homens e a humanização da natureza pela ação do homem; 2) agir em ordem a colaborar para que as massas assumam a consciência dos seus direitos e do imperativo histórico da sua ascensão; e, 3) dar a esta consciência das massas o verdadeiro sentido da realidade nacional e do seu compromisso universal e humano.²²⁰

Por fim, o manifesto conclui afirmando que o universitário tem apenas a bandeira do homem a empunhar e que a presença de Cristo se manifesta a cada passo dado em direção ao homem através ação societária, histórica.

²¹⁹ MANIFESTO DO DCE DA PUC DO RIO DE JANEIRO em CARDONNEL; VAZ e SOUZA, 1962. p. 93 e 94.

²²⁰ MANIFESTO DO DCE DA PUC DO RIO DE JANEIRO em CARDONNEL, VAZ e SOUZA, 1962. p. 96.

Ainda sobre o eixo temático revolução, importa-nos tratar do texto “Juventude Cristã Hoje”, escrito por Herbet José de Souza – Betinho.²²¹ A trajetória de Betinho, segundo Gómez de Souza,²²² confere-lhe autoridade para falar em nome de muitos de sua geração. E, efetivamente, é assim que ele inicia o seu texto: “Presto o depoimento de um grupo. Tenho a pretensão de falar por muitos de minha geração.”²²³

Quando Betinho fala de geração, ele fala dos jovens dos movimentos específicos da Ação Católica, sobretudo da JUC. Ele informa que esses jovens eram acusados de heréticos, materialistas, cripto-comunistas, inocentes úteis e ateus. Entretanto, nesse ambiente de conflito, fortalecia neles a compreensão de que o cristianismo era uma força revolucionária na/da história. Essa convicção era municiada pelo estudo, que era uma exigência sentida por eles. Estudava-se muito. Essa geração tinha assessores teólogos e filósofos de refinado nível, como o jesuíta Henrique de Lima Vaz e frei Romeu Dale. A atividade intelectual era ato de militância. Buscavam compreender a realidade para melhor se situarem como cristãos e traçarem melhores estratégias de intervenção na política. O estudo tinha também o fim de compreenderem o cristianismo e as suas “exigências”.

Betinho entendia que a história passava por uma realidade dramática.²²⁴ O cristianismo, por sua vez, não impunha a evasão dessa história. Pelo contrário, os católicos de esquerda compreendiam que esse drama deveria ser “abraçado” e diante dele a bandeira do humano seria empunhada. Isso significava combater as estruturas econômicas, políticas e sociais produtoras da exploração e da fome. Elas impediam que todo o humano se desenvolvesse em suas potencialidades criativas.

Vale repetir que ele não compreendia a história como um mero “vale de lágrimas”, um degredo. Pelo contrário, nela deve principiar o “Reino de Deus”. A revolução, para a esquerda católica, é ato salvífico ao afirmar o humano por sobre as impessoais estruturas políticas e econômicas. Ela anteciparia na história, de maneira

²²¹ SOUZA em CARDONNEL; VAZ e SOUZA, 1962.

²²² CARDONNEL; VAZ e SOUZA, 1962. p. 11, 12 e 13.

²²³ SOUZA em CARDONNEL; VAZ e SOUZA, 1962. p. 99.

²²⁴ Essa idéia de “drama” encontra lastro nas idéias do dominicano J. L. Lebret, sobretudo no seu livro *O drama do século XX – miséria, subdesenvolvimento, inconsciência e esperança*. Traduzido por Frei Benevenuto de Santa Cruz e por Fátima de Souza.

precária, tudo o que se compreendia como realidade do “Reino de Deus”. “Nele” não há fome, injustiça, opressão, classes, nem senhor e escravo. O vale de lágrimas poderia ser revolucionado. Para esses cristãos, ser “sal da terra” traduzia-se em ser revolucionário.

Por fim, nos é tentador pensar esse eixo temático a partir da afirmação de Jules Michelet de que a Revolução Francesa “Não adotou nenhuma Igreja. Por quê? Porque ela própria era uma Igreja”.²²⁵ Esse evento fundante da modernidade, ao mesmo tempo em que é fundado por ela, no mesmo movimento dialético, assume ares religiosos. A esquerda Católica, por seu lado, afirma que o cristianismo não combate a idéia-ato-força revolução: ele a exige, sendo ele próprio a matriz revolucionária da história. Nessa reviravolta hermenêutica, esses católicos propunham que a revolução, que é morte e ressurgimento de estruturas e mentalidades novas, embora nunca ideais, apenas pode existir na matriz do cristianismo, que é morte e ressurreição para uma realidade nova situada no “absoluto”. Essa compreensão inaugurou a modernidade e o século XX no catolicismo brasileiro.

A esquerda católica no Brasil principia como um movimento de idéias já na década de 1940, através das conferências do Padre Le Bret e de frei Benevenuto de Santa Cruz. Como movimento organizado num corpo coerente de assertivas, ela surge a partir da segunda metade da década de 1950. Entretanto, no início da década de 1960 ela consegue apresentar-se com contornos mais observáveis para o estudioso. O seu fim, como movimento, acontece por volta de três anos após o Golpe Militar de 1964.²²⁶

A esquerda católica compunha-se, fundamentalmente, dos movimentos da Ação Católica, o MEB e, podemos arriscar dizer, a AP e o próprio método Paulo Freire. O *Jornal Brasil, Urgente* também foi um desses movimentos. E é sobre ele que empenharemos todo o nosso esforço de trabalho a partir do próximo capítulo.

²²⁵ MICHELET, 1989. p. 29.

²²⁶ OLIVEIRA em SANCHIS, 1992. p. 44.

Capítulo 2

O movimento Brasil, Urgente: primeira aproximação

Nossa consciência social expandia-se e pedia passagem

Maria Olympia França

Influenciado por esta onda de anticomunismo, um elegante senhor dirigiu-se a uma igreja para surpreender o marxismo na pregação. E, depois, comentava: “Sim senhor, marxismo e luta de classe até na hora da comunhão.” O homem ouvira cantar: “Depor os poderosos do seu trono... Exaltou os humildes”. Era o magnificat. Até o Nosso Senhor já era comunista.

Jornal *Brasil, Urgente*, edição de número 1, 17 de março de 1963.

O jornal *Brasil, Urgente* foi lançado em São Paulo, no dia 17 de março de 1963, e durou até abril de 1964, quando foi fechado pelo golpe militar. Ao todo foram 55 números, e manteve, ao longo de toda a sua duração, o formato tablóide e uma média de 20 páginas. Contou com diversos colunistas nas áreas de política brasileira, cultura, economia, política exterior e humor. Havia uma equipe fixa e outros que escreviam eventualmente.

Frei Carlos Josaphat, em entrevista para nosso trabalho, informou que o jornal foi, originalmente, inspirado na imprensa católica clandestina durante a França ocupada pelos nazistas. Esperava-se que o impresso brasileiro fosse, portanto, um jornal da *libertação* de um povo que não tinha uma imprensa. Havia outras pessoas e movimentos, ainda segundo Josaphat, que interessavam, como referências, ao movimento fundador: Emmanuel Mounier e sua perspectiva humanista personalista e comunitária; Jacques

Maritain; o movimento de economia e humanismo ligado ao padre Lebret e “todos os movimentos de renovação francesa”²²⁷, como a renovação bíblica, ecumênica e litúrgica.

Nessa entrevista, soubemos ainda que o movimento *Brasil, Urgente* também foi influenciado pela renovação das relações entre a Igreja e a sociedade, como o movimento de cristãos no mundo do trabalho, feitos, sobretudo, pela JOC e pelos padres operários. Esses movimentos não levavam mensagem ao mundo do trabalho operário. Elas eram elaboradas a partir desse lugar, participando “da luta dos trabalhadores”.²²⁸

Segundo frei Carlos esses movimentos tinham

uma compreensão de que o evangelho não deveria apenas ser uma doutrina religiosa apresentada aos trabalhadores, mas ir ao encontro deles para ajudá-los na luta libertadora, que não devia ser feita pelo ódio, pelo comunismo, etc., mas por uma inspiração humana, cristã.²²⁹

Dentre os colunistas e demais pessoas que contribuíram para o jornal, destacamos Dorian Jorge Freire, Ruy do Espírito Santo, Roberto Freire (coluna “Gente como (e contra) a gente), frei Carlos Josaphat, Paulo Emílio (Cinema), Carlos Fernandes (TV), Walter Negrão (TV), Aracy Amaral (artes plásticas), Arapuã e Claudius (humor), Franco Paulino (música popular), Paulo Mendonça (teatro), Luis Lopes Coelho, Fábio Konder Comparato, Carlos Heitor Cony, Alceu Amoroso Lima, Dorothy Day (“Uma católica americana na ilha de Fidel”), Rui Costa Duarte (repórter), Francisco Ferreira Whitaker (cartilha da reforma agrária), Dom Jerônimo Cavalcante, OSB, padre Jaime Snoek, Antônio Abujamra, Pompílio Diniz (“Operário, batente e patrão”), Lígia Fagundes Telles, Oswaldo Resende Júnior, Vitor Rego, Glezio Rocha, Hilário Correia (repórter), Fausto Figueira de Melo, Barbosa Lima Sobrinho, Zélia Ladeira Veras, Padre Milton Amaral, A. F. Cesarino Júnior, Luiz José de Mesquita, Alfredo Bosi, Ecléa Bosi e Murilo Mendes.

O movimento de cristãos que se traduziu no jornal *Brasil, Urgente* iniciou-se em 1961, com as palestras de frei Carlos Josaphat, no convento dominicano das Perdizes, em

²²⁷ Entrevista com frei Carlos Josaphat, que realizamos no dia 2 de março de 2007, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

²²⁸ Entrevista com frei Carlos Josaphat, que realizamos no dia 2 de março de 2007, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

²²⁹ Entrevista com frei Carlos Josaphat, que realizamos no dia 2 de março de 2007, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

São Paulo. Delas participavam políticos e representantes da intelectualidade paulistana e, ainda, contavam com ouvintes de outros estados em passagem por São Paulo. Dentre os participantes, podemos citar o governador de Pernambuco Miguel Arraes e o deputado e ministro de João Goulart, Paulo de Tarso. As missas dos dominicanos também eram muito concorridas. Suas homilias e palestras eram ouvidas por cerca de 1.000 pessoas.

Além das palestras, o dominicano ministrava cursos sobre temas teológicos, sobre a Bíblia, a doutrina social da Igreja Católica e as encíclicas sociais do Papa João XXIII. Dentre esses cursos vale citar um sobre o Evangelho de São João, que resultou em um livro.²³⁰ Também importa dizer que o livro *Evangelho e revolução social* também foi um resultado de cursos de frei Josaphat, como já dissemos anteriormente.

A organização efetiva do jornal começou no ano de 1962. As bases para esse grande projeto foram construídas ao longo desse ano. A principal tarefa empreendida foi a reunião de 8.000 acionistas para a constituição da sociedade anônima Veritas, que é o lema da Ordem dos Dominicanos. Entre os meses de abril de 1963 e abril de 1964 ele funcionou como jornal semanal presente nas bancas de todo o país. Ele tinha edição de 60.000 exemplares, com venda de 80%, ou seja, 48.000 exemplares do jornal eram vendidos em todo o Brasil.²³¹

O movimento *Brasil, Urgente* teve, portanto, dois anos de vida: o primeiro de sua gestação, em 1962 até março de 1963, e o segundo da sua circulação como jornal semanal, de março de 1963 até abril de 1964.

O jornal, em todo o seu período de duração, preocupou-se em dizer aos leitores que ele sobrevivia com dificuldades e caminhava pela “contramão”. Ele afirmava não fazer parte da “grande e saudável” imprensa. Pelo contrário, propunha-se a realizar uma imprensa alternativa a estes jornais regulares que, por seus lados, se constituíam nos porta-vozes dos interesses de grupos econômicos dominantes, segundo seus diretores. O *Brasil, Urgente* não era, portanto, uma imprensa alternativa como aquelas que se especializavam em um setor cultural específico, como o teatro ou a poesia.

²³⁰ Trata-se do livro *O evangelho da unidade e do amor*. Ele foi publicado pela Editora Duas Cidades, no ano de 1966, mas, na introdução, o autor informa que o escreveu no ano de 1963.

²³¹ Dados informados na edição de número 9, de 15 de maio de 1963. Ver também Botas, 1983. p. 21.

Esse movimento surge a partir da constatação e da negação ética de uma estrutura social, política e econômica existente no Brasil e no mundo, no início da década de 1960, e da compreensão de que essa realidade podia ser superada com a construção de novas estruturas que permitissem um progresso que incluísse a possibilidade de desenvolvimento de todas as pessoas, em igualdades de condições. Portanto, o seu triplo movimento constitui-se em constatar, negar e superar, imposto pela sua autocompreensão de jornal do povo a serviço da justiça social.

Frei Carlos Josaphat descreve o evento que precipitou a fundação do jornal numa entrevista publicada no livro *Utopia urgente*, organizado e publicado em homenagem aos seus 80 anos.

O fato que marca o início de *Brasil, Urgente*, a gota d'água, foi quando o grupo do movimento participou de uma greve. Os participantes eram o Dom Jorge, o Mário de Carvalho de Jesus, que estava na Frente Nacional do Trabalho, eu e o grupo. Nós fomos a Perus onde havia uma greve, aconteceu uma grande violência. Nós chegamos de repente e assistimos. Foi dito que um dos operários havia atacado a polícia e os jornais deram essa notícia. Nós protestamos, mas eles não levaram em conta ou então nos ridicularizaram, dizendo que estávamos de mau humor, que não gostávamos da polícia, esse tipo de coisas. Foi daí que fizemos uma assembléia e alguém disse: "Vamos então fundar um jornal, é preciso fundar um jornal."²³²

A necessidade de se fundar um jornal surge a partir da compreensão de que era impossível fazer um movimento social sem a opinião pública. A mídia seria o veículo de construção da hegemonia em círculos cada vez maiores de formação de opinião. O jornal *Brasil, Urgente* aparece como um projeto de mobilização social. Propunha ser o veículo de fomento da mobilização dos demais setores da sociedade. Seu núcleo fundador acreditava que suas repercussões teriam longo alcance, que produziria grandes impactos na política e na economia do Brasil. Ele seria o porta-voz e, ao mesmo, o espaço de convergência desse muito amplo movimento social.

A idéia inicial dos fundadores era transformar o jornal o quanto antes num jornal diário, que publicasse semanalmente edições culturais e políticas mais densas. Dessa forma, cumprir-se-ia o objetivo de informar e formar opinião, ampliando o alcance para

²³² BETTO, MENESES, JENSEN, 2002. p. 476.

os diversos setores sociais em suas particularidades, como os estudantes, os profissionais liberais, os operários, as donas de casa e outros grupos. O jornal diário manteria a característica de ser o espaço dinâmico da informação cotidiana e às demais publicações caberia a responsabilidade da formação mais sólida.

Maria Olympia França, uma das fundadoras e diretora do jornal, informa uma palavra que nomeia o espírito das pessoas envolvidas no denso processo do *Brasil, Urgente: Acreditávamos*.²³³ Essa palavra é uma chave hermenêutica de todo o amplo movimento social que tomava forma e conteúdo a partir da segunda metade da década de 1950 e início dos anos 60 – período carregado de trânsito cultural, político e econômico. Esse momento produziu grande encantamento e sensação de poder com a descoberta de que os povos poderiam se autodeterminar. A experiência cubana de 1959 mostrou aos latino-americanos que lhes era possível refundar suas estruturas econômicas e sociais. Havia uma frase muito comum entre os militantes dos movimentos sociais: “O processo é irreversível.” Eles experienciavam a consciência de que se vivia em um período de transição, no qual uma dada realidade social, político, econômico e cultural estava em seus momentos finais.

Segundo Maria Olympia França, o movimento fundador elaborou alguns pontos que tornavam legítimas, plausíveis e necessárias as asserivas do *Brasil, Urgente*, a saber:

- Havia um povo e pessoas dirigentes ainda interessados em construir e lutar, sem interesses pessoais, pelo Brasil.
- Havia um espaço vazio de lideranças que aglutinassem as forças construtivas e éticas em seus desejos na melhoria do Brasil. Essas forças e desejos, se mobilizados, por uma crescente participação social, trariam como consequência a recuperação da identidade individual e social então perdida no estado de confusão moral e política que então se encontrava o Brasil.
- Era preciso e possível prosseguir. Os percalços da vida, se transformados em desejos e desafios ou gincanas, ganham um quê de lúdico.
- Fica evidente que, apesar da situação caótica de ideologias no Brasil, situação essa que preconizava uma perda de valores morais, éticos e sociais, poderia haver uma contramão nesse desfazer de valores, desde que fosse apresentado aos cidadãos um “o que construir”. Pelo menos uma parte da população, as então chamadas classes médias, aspiravam ao resgate de seus valores para a constituição de suas identidades. Para

²³³ FRANÇA p. 435. em FRANÇA in BETTO, MENESES e JENSEN, 2002.

tanto, era necessário coragem de denunciar os focos de desmoralização do auto-respeito infligidos em todos nós pelas forças individualistas, as quais tentavam, cada uma a seu modo, ficar com o filão maior do bolo.

- Para denunciar o pântano subjacente ao pretenso crescimento social e ideológico do Brasil, era preciso chegar aos meios de comunicação sem comprometimentos de qualquer ordem. Daí nascer a idéia de um jornal independente, sem compromisso com os privilégios. Era a tentativa de fazer nascer uma práxis que contivesse em seu interior o saber real produzido pelas ideologias de cunho autocrático, dogmático e conservador.
- O perfil de um líder – o cidadão civilizado – vida e antvida.²³⁴

Havia uma dupla condição objetiva que oferecia a convicção necessária para a viabilidade do *Brasil, Urgente*. Por um lado, acreditava-se que havia pessoas com as qualidades necessárias ao militante virtuoso e, por outro lado, havia vácuos nos círculos de liderança política capazes de reunir as forças virtuosas da sociedade. A ação era o imperativo desse movimento, que acreditava, em seu ambiente fundante, na história como uma realidade impermanente e na força transformadora do militante virtuoso. Aquele que age visando apenas à construção do bem comum, sem motivações individuais.

Em seus movimentos, o grupo fundador do *Brasil, Urgente* buscava elaborar o ato religioso do *anúncio* e o ato político da *denúncia*. Esse esforço acontecia, sobretudo, através da tradução qualitativa da realidade através das lentes legitimadoras das Encíclicas Sociais de Ângelo Roncalli.

João XXIII ateara o fogo com suas encíclicas e pelos Concílios I e II (*sic*). A tocha, uma vez acesa, nos dava direito a vôo. O vôo levantado, podíamos perceber horizontes outros, abertos por setores que até então nem sempre eram vistos como “dignos de confiança”. Essa possibilidade de saída do feudo clerical talvez tenha sido o fruto mais valioso para o grupo inicial, fundador do jornal, nascido em berço cristão. Arrepia-me pensar que possamos ter feito parte daqueles para os quais “fora da instituição Igreja não há solução” ou, presunçosamente, nos pensarmos como escolhidos. Ah, antes esse preconceito estivesse somente juntos à moral ou no certo ou errado das ideologias!...²³⁵

Nesse momento, o Concílio Vaticano II estava na sua segunda sessão. O modelo tridentino de Igreja e seus paradigmas estavam em questão. No plano político, o Brasil vivia as disputas pelas reformas de base. O Jornal *Brasil, Urgente* surge, vale repetir,

²³⁴ FRANÇA, Maria Olímpia. p. 441/442. In BETTO, MENESES, JENSEN, 2002.

²³⁵ FRANÇA, Maria Olímpia. p. 436/437. In BETTO, MENESES, JENSEN, 2002.

nessa efervescência. Este momento exigiu que ele definisse sua identidade para si e para seus leitores. Nesse ambiente, frei Carlos Josaphat escreveu o Credo Social Cristão, que se constituiu na definição da identidade do jornal e, ainda, num eixo definidor de identidade da esquerda católica e do movimento amplo do cristianismo da libertação.

O Credo Social Cristão é o sumário de fé elaborado para definir o eixo que fundamenta e organiza a identidade do grupo, seu referencial religioso e a partir daí a sua práxis. Possui 16 definições de fé independentes entre si, mas que formam um corpo coerente de definições cujo alcance envolve a política e a economia, envolvendo-as e significando-as religiosamente. Para o grupo que o produziu, ele oferece a orientação que fundamenta e orienta seus integrantes internamente em sua dinâmica de grupo coeso e, ainda, orienta esses membros na relação com os demais grupos religiosos e políticos.

A estrutura do Credo Social Cristão é composta por definições curtas, sem desenvolvimento temático de suas partes. É um conjunto de anúncios. E cada um parece ter sentido em si. Cada parágrafo é um símbolo na medida em que comunica uma realidade sem o desenvolvimento temático de cada *verdade* anunciada. Isso confere ao Credo um estatuto de manifesto que orienta a ação fundada na fé religiosa, que não se constitui num conjunto de certezas mensuráveis. A fé é o misterioso posicionar-se diante da realidade que se funda numa *outra* realidade que não se vê e que, por definição, não pode ser organizada pela razão. É viver a história significando-a numa realidade que a ultrapassa e diante da qual a história humana adquire sentido e constitui seu *nomos*. O sentido da história não se esgota em si para o sujeito que a significa a partir da fé religiosa.

Essa sistematização foi um dos primeiros movimentos fundantes do paradigma da teologia da libertação. Elabora-se numa compreensão religiosa do ser humano todo (saúde física, afetividade, trabalho, moradia, etc) e da realidade toda (política, econômica, social e cultural). Nessa compreensão o ser humano é partícipe da criação, da vontade divina. É chamado a co-criar, a edificar na terra aquilo que é fundamental no reino: a

solidariedade e a justiça. O fim da realidade social toda deve ser a produção do bem comum para o homem todo.²³⁶

O Credo Social nega o capitalismo e a compreensão marxista da história e nisso há uma continuidade com o pensamento católico brasileiro precedente, como o expresso pelo padre Leonel Franca. Ele reconhece que a propriedade é legítima apenas na medida em que cria condições para que a pessoa viva os seus direitos.

A realização dos direitos propostos pelo Credo Social impunha a quebra da estrutura de propriedade das empresas do capitalismo liberal. Isso exigiria um outro sistema econômico ou, pelo menos, uma reforma profunda no atual. Entretanto, ele não apresenta qual o sistema que superaria o atual e nem quais suas características. Mas vai apontando as características que esse novo sistema não deveria ter.

A reunião desses elementos revela que o capitalismo liberal é um sistema econômico que nega os fundamentos salvíficos do cristianismo, como por exemplo: o bem comum, em oposição ao acúmulo; a cooperação, em oposição à livre competição e outros. A salvação, para esse pensamento católico, segundo inferimos na leitura do jornal, é a afirmação da vida. Portanto, na história o cristão deve defender um sistema econômico, político e social que garanta a todos as condições objetivas e subjetivas para produzir e reproduzir a vida.

A condição primeira e fundamental do ser humano é a sua realidade de criatura, ao mesmo tempo espiritual e corpórea de Deus. Essa condição não é eticamente indiferente porque o criador não é eticamente indiferente.²³⁷ Dessa forma, exige-se que o cristão assuma uma postura ativa diante da história, que é, por sua vez, totalmente inserida no grande ambiente cósmico da salvação.

O cristão deve se abrir para o diálogo; deve calejar as mãos.

Apresentaremos a seguir o conteúdo de algumas matérias do primeiro número de *Brasil, Urgente*. Ele ilustra para o leitor da época e para o estudioso de hoje, o eixo

²³⁶ Segundo Frei Josaphat, o “Credo Social” foi proclamado por líderes e movimentos sociais nesse ambiente de luta por reformas de base e contra o Golpe Militar que se organizava. Ver em: <http://www.dominicanos.org.br/textos/artigos/fcarlos/credo%20social1.htm>

²³⁷ OTTO, 1992.

militante que persistirá até o fechamento do jornal pela ditadura militar. Esse número informa, ao longo de todo o seu corpo, qual é o jornal que se pretende produzir.

A capa do *Brasil, Urgente*, de 17 de março de 1963, mostra com o máximo destaque, o título da matéria principal: “Remédios matam o Brasil.” É uma matéria muito grande, que, em tom de denúncia, investiga as indústrias farmacêuticas do país. Revela seus grandes lucros, suas remessas para o exterior e a estrangeirização destas indústrias. Defende a indústria nacional. Apresenta uma tabela de participação de capital estrangeiro na indústria brasileira, com percentuais por áreas de atividades e a relação dos países que são destinos dos lucros etc. Essa matéria central produziu fortes impactos, inclusive nos aparelhos do Estado ligados à saúde, como pudemos verificar durante a leitura das demais edições do jornal.

O *Brasil, Urgente* registra em sua estréia o tema do movimento operário, que será uma continuidade ao longo de todo o seu período de existência. O título da matéria é “Perus: greve é guerra”. Ela trata da greve ocorrida na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, que já durava dez meses e se constituía no movimento reivindicatório mais longo da história do país, segundo o jornal.

O título dessa matéria traz a afirmação do líder operário da categoria, João Breno Pinto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Cimento, de que esta greve se transformara em uma guerra. Esse movimento teve experiências dramáticas devido à sua longa duração. O momento de maior drama aconteceu no natal de 1962, quando os operários e suas mulheres iniciaram uma greve de fome que durou vários dias. Essa matéria retrata aquilo que o jornal propõe para o mundo do trabalho.

Constatando a legitimidade desse movimento grevista e expressando solidariedade aos trabalhadores em greve, *Brasil, Urgente* ataca o grupo industrial de J. J. Abdalla, dono da fábrica. Informa que ele tornou-se famoso por ser mau pagador e mau cumpridor dos seus deveres legais. Fraudava leis. Era grande devedor de impostos. Não respeitava os mais elementares princípios de higiene e segurança do trabalho em suas fábricas e chegava a atrasar o pagamento em até três meses.

Diante de toda a circunstância de crise que a fábrica de Perus vivia, fora proposto ao Estado o encampamento da fábrica – ela seria entregue à administração de uma

cooperativa de empregados. Esta proposta seria bastante significativa porque passaria para o operário o controle dos meios de produção e isso seria pedagógico para o movimento operário, porque anteciparia o novo estatuto da estrutura produtiva que superaria o do capitalismo.

O jornal abre espaço para receber doações para os grevistas.

A contabilidade do movimento de greve era feita por três missionários, do Instituto Missionário Cristo Operário, que contribuíram para garantir a manutenção das famílias dos operários enquanto o movimento grevista persistisse.

Nesse primeiro número, *Brasil, Urgente* elabora duas entrevistas. A primeira foi feita com o general Osvaldo Alves Ferreira, comandante do I Exército, cujos boatos de prisão corriam no início de 1963.²³⁸ O título da entrevista é: “General Osvaldo: intranqüilidade decorre da injustiça e da miséria!” A entrevista revela o nacionalismo do general, que acredita que a realidade política apenas mudará e encontrará estabilidade através da emancipação econômica. Portanto, o Brasil deveria alcançar, o mais rápido possível, sua independência econômica pela via democrática e constitucional. A constituição é, segundo o general, o instrumento excelente de que dispõe a nação para se resguardar de qualquer extremismo, de qualquer despotismo, de qualquer imperialismo. Ainda, o entrevistado defende a Reforma Agrária como necessidade inadiável.

A segunda entrevista foi feita com Vinícius Caldeira Brant, presidente da União Nacional dos Estudantes. O título da entrevista é “UNE: aliança povo-estudantes assusta classe dominante”. Ela analisa o movimento estudantil e a realidade social, política e econômica brasileiras do período.

Segundo Brant,

se analisarmos a realidade brasileira atual (...) com o desenvolvimento econômico capitalista, feitos às custas dos desequilíbrios que o caracterizam, e a progressiva integração da burguesia na área imperialista, veremos que os problemas do povo só se resolverão através de transformações mais profundas. As classes dominantes procuram encontrar esquemas para corrigir o desequilíbrio, esperando com isso amainar as tensões e manter a estrutura. Ora é o moralismo, propondo-se fortalecer a autoridade do Estado; ora são as reformas de base, que hão

²³⁸ Cf. GORENDER, 1987. p. 56

de passar sem tocar na estrutura; ora são os planos de estabilização monetária. Mas o desequilíbrio e as tensões são próprias do desenvolvimento capitalista e pouco valerão as medidas superficiais que se pretendam adotar.

Sobre o cristão na política, Brant nega o pensamento da esquerda e da direita que supõem a fé religiosa como essencialmente alienantes ou apolíticas. Essa compreensão permitia que houvesse as afirmações, comuns no período, de que o cristão na política era um inocente útil, ou, ainda, que eram comunistas usando um biombo cristão.

Considero (...) que a perspectiva fundamental da vida de um cristão leigo, no século XX, é a do engajamento histórico. Nossa participação no campo temporal, que especificamente nos cabe, é um instrumento de aproximação de todos os homens com Cristo e sua mensagem. Não é uma atividade propriamente apostólica no campo confessional, mas que se desenvolve através da cristofinalização de que nos fala Congar. A participação na vida política nacional (...) torna-se, assim, um dever que decorre precisamente do engajamento cristão.

Brant, com 22 anos, revela na entrevista uma grande informação teológica, necessária para o esforço de articular a missão do cristão leigo diante dos imperativos das questões da realidade. Segundo ele, a não-participação da vida política significava assumir uma postura egoística incompatível com a vida cristã. A política é uma decorrência da missão do cristão. Essa afirmativa é de um militante oriundo da Juventude Universitária Católica e nos ajuda a compor horizonte de elaborações da esquerda católica nesse período.

O jornal apresenta, ainda, a coluna “Notas e Informações”, que comunica pequenas notícias como as que se seguem:

- O deputado federal Rubens Paiva (PTB – SP), que acompanhou o ministro Almino Afonso em recente viagem ao Nordeste, foi solicitado pela unanimidade da imprensa pernambucana a se pronunciar sobre a “Aliança Brasileira para o Progresso”, idealizada pelo senhor Adhemar de Barros. O deputado declarou, invariavelmente, que considerava a “Aliança” um comitê eleitoral do governador paulista, acentuando que esta não é a maneira de São Paulo colaborar com o Nordeste.
- O ex-deputado José Costa, usineiro pernambucano que recentemente assassinou cinco camponeses, que integrando uma comissão foram à sua usina exigir o pagamento do 13 mês, foi denunciado pelo promotor da Comarca onde ocorreu o crime por “delito de rixa” – e nada mais.

- Um ex-seminarista, a serviço de um matutino do estado de São Paulo, recebeu de um grupo de senhoras da alta sociedade a incumbência de criticar em público o livro *Evangelho e revolução social*, de frei Carlos Josaphat, que não conseguiram ler, mas que julgavam muito pernicioso. Foi articulada a palestra que acabou não se realizando. Conclusão: ou o ex-seminarista também não o conseguiu ler (pelas mesmas razões que as citadas senhora) ou, quem sabe, após a leitura, converteu-se ao cristianismo”.
- A “Canção do Subdesenvolvimento”, de Carlos Lyra e Francisco de Assis, não pôde ser gravada, pois a censura considerou-a subversiva e antiamericana, em sua recente viagem aos Estados Unidos, Carlos Lyra andou cantando a “canção proibida” para os norte-americanos, em inglês. Resultado: recebeu proposta para gravá-la. Para a nossa censura, portanto, os norte-americanos devem ser subversivos e antiamericanos.”
- Voltando de Roma, um velho bispo lamentava-se aos seus padres: “Rezem, meus irmãos! O diabo está no Concílio. Só se fala em renovação, em modernização, em adaptação...” Momentos depois, chega seu jovem bispo coadjutor. “Meus irmãos – diz ele – que beleza. O Espírito Santo está presente no Concílio. Só se fala em renovação...”

Há, também, um pequeno artigo sobre o cardeal Motta, arcebispo de São Paulo, com o título “Cristo também foi chamado de endemoninhado” e a seguinte legenda, abaixo de uma foto do cardeal: “Não devemos ter receios de ser qualificados de comunistas.” Essa pequena matéria foi feita por ocasião do primeiro aniversário da encíclica *Mater et Magistra*. A matéria informa que num “comício”, na Praça da Sé, o cardeal “compõe o conhecido compromisso social cristão”; leu-o “acompanhado de grande multidão”.

A reportagem de *Brasil, Urgente* perguntou ao cardeal sobre uma carta de um eclesiástico qualificando de comunistas os elementos cristãos empenhados em levar à prática a doutrina social do Evangelho. Ao que o cardeal respondeu: “Não devemos ter receios de ser qualificados de comunistas. Afinal, Jesus Cristo não foi chamado de endemoninhado? O discípulo não pode pretender ser maior que o mestre.”

O cardeal Motta comentou, ainda, a visita do genro de Krushev ao Papa João XXIII. Disse que essa atitude era a ideal por ser um ato de “firmeza na afirmação da verdade e caridade suave, compreensão magnânima em relação às pessoas, mesmo quando colocada em campo oposto ao mesmo”.

Essa matéria busca legitimar o jornal diante da sociedade civil, da comunidade de fiéis católicos e da hierarquia. A legitimidade é dupla: por um lado, o apoio do cardeal significava o apoio da instituição Igreja Católica. Tal apoio seria capaz de formar um biombo poderoso contra investidas adversárias ao mesmo tempo em que abriria novos ambientes de penetração do jornal. Por outro lado e para além da legitimidade institucional, há a legitimidade religiosa propriamente dita.

Ao citar a resposta do cardeal de São Paulo dizendo que Cristo também fora chamado de endemoninhado, *Brasil, Urgente* antecipa sua resposta aos seus potenciais críticos, que seriam identificados com o farisaísmo, enquanto o jornal se manteria numa posição de fidelidade evangélica. Nesse caso, a crítica do inimigo levaria o criticado a se identificar com o fundador da religião. Buscam-se nesse ambiente discursivo uma reatualização e uma revivificação dos movimentos arquetípicos do cristianismo.

Na coluna da página seguinte há uma matéria sobre uma conferência de Dom Hélder Câmara em São Paulo. Há um foto dele durante um discurso. O título da matéria é “Já passou a era dos bonzinhos” é uma frase dita por Dom Hélder em seu discurso. O tema da palestra foi o plano de emergência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Na conferência, Dom Hélder se reportou ao pedido do Papa João XXIII: “Quero – disse ele – que os bispos da América Latina preparem um plano de emergência e outro a longo prazo.”

O desejo papal de que se realizassem esses dois planos revela a necessidade da melhor articulação das instâncias internas da Igreja e de sua tomada de consciência da necessidade da ação sobre a realidade social e econômica. A Igreja Católica não deveria se fechar diante do mundo moderno e de suas questões. Ela precisava adaptar melhor as suas estruturas ao seu ambiente externo, social e político, como membro ativo dessa realidade. O plano de emergência possuía duas partes:

- 1) Pastoral – tendo sido destacados pelos bispos a) renovação paroquial, b) renovação do ministério sacerdotal, pregações, c) renovação de educandários, d) pastoral de conjunto, essa fundada na compreensão de que todos os problemas do mundo devam ser encarados em escala mundial.
- 2) Problemas sócio-econômicos, que se subdividem em a) formação de líderes nos colégios, sobre a qual disse dom Hélder: “a era dos

bonzinhos já passou e temos de desenvolver os que discordam e discutem” e b) sindicalização rural.

A matéria “Assistência Social de São Paulo patrocina tráfico de miséria – Depósito de condenados na pensão do desespero” é uma reportagem sobre uma casa utilizada para abrigo de doentes crônicos e noticia, com fotos, as condições terrivelmente inumanas que essas pessoas enfermas viviam. A denúncia será uma presença constante durante todo o período de existência do jornal.

A matéria seguinte, “Subdesenvolvimento explode em guerrilhas!”, analisa o surgimento de guerrilhas na América Latina. Seu texto revela que elas são conseqüências de uma realidade social, política e econômica, cujo funcionamento sistêmico opera na exclusão e na produção da pobreza de massas cada vez maiores. E, ainda, analisa a economia latino-americana e a brasileira, identificando as quedas no seu desenvolvimento. Essa matéria inicia com o parágrafo seguinte, em forma de epígrafe.

“Os historiadores do futuro definirão nossa época como a época revolucionária mais intensa e mais extensa que o homem já conheceu.” Essas palavras do senador chileno Radomiro Tomich refletem com precisão a gravidade da situação na América Latina: época revolucionária, sim; ao contrário do que ocorria há pouco, não são mais as quarteladas que ameaçam as estabilidades dos governos – quarteladas que traduziam a luta travada entre facções em geral representativas de interesses alienígenas. Agora são as próprias estruturas que são postas em xeque por revoltas e agitações generalizadas. Já não se condenam os governantes, mas as instituições. Já não são apenas isolados os protestos de letrados que apontam as falhas e injustiças do sistema vigente. É o próprio povo que, mediante uma participação ativa nos movimentos políticos, reclama a instauração de melhores condições de vida, sinal certo de que o ciclo colonial na América Latina se aproxima do seu fim. Estamos diante de revoluções nacionais. Este é o dado novo do problema.

O texto faz uma análise da guerrilha venezuelana como se fosse um estudo de caso, de uma realidade que poderia com muita possibilidade acontecer no Brasil e em toda a América Latina. Ele informa a existência de terrorismos, sabotagens e núcleos de guerrilhas. Esse país vivia uma profunda crise. Houve, em 1960, dezenas de motins populares com a participação de estudantes e operários e, em 1961, dois levantes militares. Em 1962, outros dois motins militares e guerrilhas na Sierra Del Toro, que continuavam até o momento em que a matéria foi escrita.

Durante a leitura da matéria, descobrimos que ela busca legitimar a guerrilha ou, pelo menos, dar-lhe plausibilidade. Esforça-se por retirá-la das raias do absurdo e do sem sentido. O argumento para tal é simples e firma-se no dado de que o guerrilheiro não consegue manter-se sem uma rede de apoio da população civil. Ela dá aos guerrilheiros o seu apoio porque vê legitimidade em suas propostas de ação em seus projetos para o país. O apoio que a população concedia à guerrilha é o sustento suficiente de sua legitimidade. No mesmo movimento, esse apoio revela a profunda crise que se encontrava a Venezuela – essa crise é estrutural. Como afirma o fragmento: “A persistência das guerrilhas venezuelanas demonstra que o povo as protege, abrigando-as e defendendo-as das investidas governamentais. Que melhor prova de insuficiência do sistema político-social venezuelano?”

A matéria informa, ainda, que na Colômbia havia um movimento semelhante, a ponto desse país ter feito um convênio de ajuda mútua com a Venezuela para o extermínio dos combatentes. O artigo também chama os guerrilheiros de combatentes. Pensamos que chamá-los também dessa forma é uma tentativa de valorizá-los, retirando o peso negativo que a palavra guerrilheiro possuía. As propagandas dos governos latino-americanos contra esses sujeitos se faziam chamando-os de guerrilheiros e terroristas. O artigo, por sua vez, chama-os de guerrilheiros e combatentes.

A Argentina e o Peru também são citados como países que assumem uma postura impeditiva de convivência democrática, tolhendo o povo do exercício dos direitos formais da democracia, “sob pena de dissolução da estrutura social”. A “verdadeira democracia” acarretaria a dissolução das estruturas autoritárias da América Latina, segundo a matéria.

Continuando a crítica às estruturas aos sistemas sóciopolíticos latino-americanos, o texto cita, também, o caso da ditadura de Stroessner, no Paraguai, que apenas conseguia se manter graças ao apoio dos Estados Unidos. Informa, ainda, o caso do Panamá. Nesse país havia um dos mais agudos focos de revolta, apesar da presença maciça dos Estados Unidos, cujo Departamento de Estado promovia oficialmente o treinamento antiguerrilhas, segundo o jornal.

O texto conduz o leitor para a idéia de que o fenômeno da guerrilha e de outras formas de lutas violentas não é uma contingência localizada em um ou dois países. Esse evento acontecia na grande maioria dos países da América Latina, de maneira sistêmica. A diferença seria apenas gradual. Ele inclui as ligas camponesas brasileiras nesse ambiente afirmando que “No Brasil, as Ligas Camponesas já têm sido responsável por numerosos choques armados, mais vezes que a imprensa diária deixa perceber”.

O texto interpreta as causas dos movimentos guerrilheiros partindo da seguinte questão: “Donde proviria tamanho furor revolucionário que não encontra, praticamente, exceções em toda a América Latina?” Após negar que as causas se devem à infiltração comunista ou à agitação promovida por Moscou ou Cuba, ele envereda pela enunciação e análise de dados econômicos, considerando que neles estão as causas efetivas.

Após propor que o subdesenvolvimento é a causa dessas revoltas, o artigo apresenta e nega a teoria da “Economia Retardada”, que entende o subdesenvolvimento de uma economia como o resultado do retardo dos meios de produção e da insuficiência de recursos de investimentos. Essa explicação desconsidera o caráter estrutural dependente do subdesenvolvimento dentro da economia mundial. Ela propõe que a solução seria apenas injetar recursos nos setores deficientes da economia para que o país superasse a condição subdesenvolvida. Essas teorias, segundo a matéria, eram incapazes de lograr êxito, porque uma economia subdesenvolvida é uma economia internacionalmente bloqueada. A estrutura econômica internacional “existe para os desenvolvidos”. Esse argumento propõe que as economias dependentes não se desenvolverão dentro do quadro econômico internacional, ela é uma antevisão da teoria da dependência.

A teoria que, segundo a matéria, seria capaz de compreender as estratégias de superação do subdesenvolvimento não é descrita com os pormenores da anterior. Apenas afirma que ela existe e que encara o tema em todos os seus aspectos – político, social, econômico e psicológico. O problema do subdesenvolvimento pode ser superado pela ação conjugada de todos esses aspectos. O que nos chama atenção é essa ausência de descrição dessa teoria que pudesse fazer superar o subdesenvolvimento. Achemos que o autor da matéria fazia referência às experiências do socialismo real. Entretanto, por falta

de consenso entre o grupo do jornal ou por melindres diante dos leitores, ele não discorreu com maior vagar e nem a nomeou.

Também é importante citar a resenha do livro *Evangelho e revolução social*, de frei Carlos Josaphat escrita pelo próprio dominicano e assinada por Ruy do Espírito Santo, um dos fundadores e diretores do *Brasil, Urgente*. Segue o primeiro parágrafo da resenha:

Não foi por simples coincidência que o aparecimento de *Brasil, Urgente* foi precedido pelo lançamento do livro *Evangelho e Revolução Social* de frei Carlos Josaphat. Para os organizadores deste jornal e particularmente para a equipe que o dirige, o livro do teólogo dominicano é absolutamente fundamental. Para nós, que acompanhamos o processo político-social brasileiro e sentimos a força renovadora do cristianismo autêntico, a síntese doutrinal oferecida por frei Carlos nos soa assim como um manifesto daquilo que é indispensável para a nossa militância na batalha contra a miséria e a injustiça.

Esse livro é a sistematização de um trabalho de doutrinação social, segundo a resenha. Foi o resultado dos cursos que frei Carlos Josaphat ministrou no segundo semestre de 1961, logo após a publicação da encíclica *Mater et Magistra*, do Papa João XXIII. Participaram destes cursos cerca de 2.000 pessoas. O autor da resenha diz que essas séries de conferências foram muito debatidas e marcantes. Representaram, senão o início, pelo menos a intensificação do movimento que está na origem de *Brasil, Urgente*. “As dez conferências foram reunidas em um opúsculo modesto, sob o título *A Justiça Social na Bíblia e no Ensino Social da Igreja*.”

A resenha considera o livro como imprescindível para todo homem de ação, além de obra oportuna e necessária. Ela apresenta algumas conclusões: “Uma sociedade estruturada em vista do enriquecimento ou dos privilégios de alguns é simplesmente uma sociedade pagã, mesmo que os seus componentes tenham sido levados pelo batismo cristão.” Afirma que o cristão deve ter um profundo sentido da história.

Segundo a resenha, frei Carlos prolonga a “Revolução Personalista e Comunitária”, de Emmanuel Mounier, e oferece ao leitor, nas páginas finais do livro, um programa de vida e de luta. A primeira edição do livro foi praticamente esgotada em três meses.

Por fim, o editorial deste primeiro número do *Brasil, Urgente* informa objetivamente o estatuto do jornal que então principia. Afirma com grande ênfase para o leitor que ele não “nasceu de interesses econômicos”. Sua existência deve-se aos seus oito mil acionistas, todos eles movidos pela consciência da necessidade de “um Jornal livre, a serviço exclusivamente da verdade e da justiça social”. Afirma que ele será independente de grupos financeiros, trustes, etc, para poder ter a liberdade de dizer “a verdade. A verdade sobre os homens. Sobre as instituições. Sobre a conjuntura nacional e internacional” e cumprir a sua *missão*, orientada pelas palavras “liberdade, verdade e justiça. Custe o que custar. Doa a quem doer”.

Esse jornal compreende-se como movimento social desde seu primeiro número. Isso o obrigará a agir e reagir diante das questões sociais, políticas, econômicas e diante das questões do mundo trabalho urbano e rural. *Brasil, Urgente* torna-se um ambiente de ressonância dos demais movimentos sociais. Sua condição de mídia funciona como um espaço legítimo e legitimador que os diversos movimentos sociais utilizam para defender suas posições diante de situações concretas, como uma greve ou o embate pelas reformas de base. Ele recebe opiniões e manifestações desses movimentos através de cartas, visitas ou artigos escritos por seus representantes e, por outro lado, vai até eles fazer entrevistas, buscar informações para realizar matéria, etc. Outra tarefa do *Brasil, Urgente*, segundo seu editorial, será a de monitorar e investigar os trabalhos das câmaras, as comissões do congresso e os poderes Executivo e Judiciário. Também informa que estará presente no mundo do trabalho e afirma que poderá proclamar: “Trabalhador, aqui está o seu jornal!”

Para o grupo fundador, a efervescência social e política daquele momento histórico significava um “novo pentecostes”, uma nova inspiração para a compreensão e a mudança do mundo, renovando todas as estruturas em profundidade. Promoveriam a mudança do sistema e não apenas meros retoques na sua superfície. O *Brasil, Urgente* foi um movimento social ao lado de muitos outros, num ambiente histórico, político e culturalmente efervescente que compreendiam o mundo como uma realidade em mudança.

Experienciava-se o trânsito.

Essas mudanças pareciam-lhes como uma segunda natureza, a ordem “natural” das coisas. Esse sentimento alimentava-se de vários eventos observáveis. No plano econômico, o capitalismo não era compreendido como uma fatalidade insuperável. A mera existência dos países do bloco socialista era uma suficiente manifestação de que o capitalismo era uma realidade transitória. O processo do desenvolvimento científico e tecnológico, por sua vez, impactou a realidade sociocultural e contribuiu para profundas e rápidas mudanças no período.

Em sua autocompreensão como *movimento*, o editorial informa que seu empenho será o de “estimular em todas as camadas a fome e a sede de justiça” e apontar as possibilidades efetivas de desenvolvimento brasileiro. Ainda sobre sua condição de movimento social, vale a seguinte citação sobre o amplo alcance e mobilização conseguidos para sua fundação:

Milhares de brasileiros uniram seus esforços para que semelhante Jornal fosse possível. Muitos milhares de outros, do Norte e do Nordeste, do Centro, do Oeste e do Sul, a nós se juntarão para que ele cresça e exerça sua missão construtiva e, por isso, revolucionária, porque será um Jornal livre, um Jornal do Povo a serviço da Verdade e da Justiça Social.

O texto do editorial apresenta a *missão Brasil, Urgente* como um caminho árduo de lutas.

Não desconhecemos o preço da liberdade, num mundo aparentemente liberal. Nem alimentamos ingênuas ilusões face às engrenagens, pesadas ou sutis, que estrangulam ou amordaçam os meios publicitários, escravizando-os, de maneira por vezes disfarçada mas sempre terrível às ditaduras das forças econômicas.

Distinguindo nitidamente a sua dupla função, informativa e opinativa, BRASIL, URGENTE não será omissa nem neutro diante das causas nacionais, continentais, internacionais ou humanas. Mas saberá manter-se objetivo na apresentação dos fatos, por mais relevantes e apaixonantes que sejam. Por que nos irmanar aos que imaginam ou apregoam quer infernos, quer paraísos no lado Oriente ou do Ocidente? Renunciando à mania dos mitos da direita e da esquerda, procuraremos levar ao conhecimento dos leitores os dados, os números e os fatos que eles têm deveras vontade e necessidade de saber. Quais as reais condições de trabalho e qual o nível de vida do Nordeste Brasileiro, o que vem a ser a Reforma Agrária de Fidel Castro, que tem realizado a Aliança pelo Progresso, qual a originalidade do socialismo iugoslavo ou qual o significado do cooperativismo dos países escandinavos. Honestas

reportagens deste tipo não hão de faltar em nenhum de nossos números. Se isso é ser esquerda, somos esquerda.

Lutar com lucidez e coragem pela Justiça Social há de ser o terceiro aspecto complementar de nosso programa. Divulgaremos sempre as grandes linhas da doutrina social cristã, tal qual vem compendiada em Documentos como a Encíclica *Mater et Magistra* do Papa João XXIII. Mas a doutrina deve ser confrontada com os fatos e a eles aplicada. Daí a necessidade da análise destemida e profunda do atual processo de desenvolvimento brasileiro, em seu conjunto e em suas peculiaridades, em suas características regionais, bem como em suas implicações continentais e internacionais.

O jornal informa que sua proposta central era oferecer contribuições para a total realização da democracia. Para que ela fosse plenamente realizada seria necessária uma opinião pública bem informada. De outro modo, a democracia se tornaria “solene palavra morta, se a opinião pública não é bem informada. Pior ainda, se é deformada”.

Numa carta enviada imediatamente após a publicação do primeiro número, mas publicada apenas na edição número 6, de 21 de abril de 1963, Alceu Amoroso Lima escreve sobre o programa de *Brasil, Urgente* expresso em seu editorial.

Para Amoroso Lima, esse programa era belo e correspondia perfeitamente às exigências do então momento universal e brasileiro e estava dentro do mais autêntico pensamento democrático e cristão. Durante a leitura que ele fez desse primeiro número, voltava à sua memória todas as decepções que marcaram sua trajetória de católico militante. Pergunta, com esperança, se seria desta vez que se teria um semanário autenticamente livre que pudesse atender às exigências daquele momento histórico.

Na análise de Amoroso Lima, o maior drama político social do Brasil naquele momento era a dissociação crescente dos extremos, a partir da renúncia de Jânio Quadros. Sobre a revolução brasileira ele descreve aquilo que seria para o *Brasil, Urgente* a realização máxima da democracia: “Se tem algum sentido falar em ‘revolução brasileira’, está certamente em promover uma reforma tão profunda, ‘nos costumes e nas instituições’, como exigia Pio XI na encíclica ‘Quadragesimo Anno’, que implique mesmo superação dessa antítese radical”.

Com relação à questão de o *Brasil, Urgente* ser de esquerda, Alceu escreve que a postura assumida pelo jornal não é de esquerda nem de direita, porque traduzia-se na

libertação, na verdade e na justiça, “com princípios conjugados e trazidos para o terreno dos fatos concretos, na crítica deveras construtiva e justa à nossa política e à nossa economia dominantes, nos meios imobilistas ou reacionários”.

Capítulo 3

Primeira fase

Deus não é mentiroso como certa paz social.

Frei Thomas Cardonnel

A primeira fase do jornal *Brasil, Urgente* compreendeu os seus 24 primeiros números. Ela apresentava um temário amplo e diversificado, como qualquer jornal convencional. Versava sempre sobre política, economia, movimentos sociais, matérias de frei Carlos Josaphat, Coluna de Dorian Jorge Freire, denúncias, notas sobre o cotidiano da política (*Brasília, Urgente*), resenhas de livros, artes plásticas, cinema, televisão, caderno feminino, esporte (futebol, sobretudo) e humor.

Frei Carlos Josaphat aparecia como membro de seu conselho de direção.

Nessa fase, encontramos matérias que podem ser agrupadas aos seguintes eixos: “editoriais”, “artigos de frei Carlos Josaphat”, “política e economia”, “movimentos sociais”, “Igreja”. Como dissemos na apresentação desse trabalho, esses eixos temáticos foram por nós definidos para os fins da pesquisa. O jornal não apresenta suas matérias agrupadas nesses títulos. Através delas, *Brasil, Urgente* inseria-se nos ambientes das contradições sociais, políticas e econômicas para interpretá-las e noticiá-las.

Apresentamos abaixo algumas matérias segundo a reunião desses eixos temáticos.

3. 1. Editoriais

O primeiro editorial foi apresentado no item anterior. Apresentaremos, portanto, a partir do editorial do segundo número, que traz o título “Com Reforma Agrária não se brinca”. Ele informa que, uma vez estabelecido o sistema presidencialista no Brasil, o presidente João Goulart destacou a necessidade de se colocar em pauta a questão das reformas. Os líderes do congresso apoiaram essa proposta de pauta. A reforma agrária

fora anunciada unanimemente, por eles, como tema a ser resolvido. O editorial pronuncia-se a favor dessa reforma.

O editorial da edição de número 3, por sua vez, trata da “grande” repercussão “em círculos responsáveis” do país da matéria “Remédios matam o Brasil”, publicada na primeira edição do jornal.

Seguindo no tema das reformas, o editorial da edição de número 4, de 7 de abril de 1963, trata dos anteprojetos das reformas “necessárias para o país” e identifica os “setores notórios” da vida pública contrários às reformas. A unanimidade identificada no editorial da segunda edição do jornal não é mais constatada. Os “setores” contrários às reformas entendiam que elas prejudicariam seus interesses. Propunham, portanto, a suspensão da ordem democrática como o meio mais eficaz de inviabilizar as reformas. Portanto, esse texto identifica as intenções golpistas da direita um ano antes do golpe militar. O governador da Guanabara era um dos notórios representantes desse grupo. Entretanto, Carlos Lacerda não é apontado como o único responsável por esse intransigente ataque às reformas. Por detrás

do presidente da UDN e de outros líderes das belicosas alas direitistas, há um complexo de interesses e privilégios que as reformas estruturais ameaçam. Tenta-se arrancar o Brasil da órbita constitucional-democrática, através do agravamento da confusão interna, da intriga tecida em bastidores internacionais, para evitar possa o Congresso Nacional, em clima de serenidade e lucidez, oferecer à Nação aquelas reformas que ela está exigindo e apontando como inadiáveis.

Denunciamos os preparativos de um golpe que vitorioso encaminharia o Brasil às sobras de uma ditadura neofacista, tornando este país uma *banana republic*, sensível às arruaças e quarteladas; queremos deixar claro que os motivos que inspiram os conspiradores é impedir as reformas de base, com as quais poderemos chegar à emancipação econômica e ao fim da dolorosa *via crucis* de país subdesenvolvido e, num segundo capítulo, a instalação de um poder tirânico em mãos de homens nacional e internacionalmente comprometidos com os grupos que sustentam o periclitante liberalismo econômico.

O editorial da edição de número 5 defende a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores e condena os argumentos que afirmam que a CGT seria um ensaio para uma “república sindicalista”. O jornal afirma que esse é um argumento fundado na “má-fé”.

Nossa posição é de simpatia à idéia. Desejamos uma Confederação Geral dos Trabalhadores, legal, forte, verdadeiramente eficiente, posta a serviço das causas operárias e dos interesses brasileiros, contribuindo para o aperfeiçoamento do diálogo democrático (...)

Acreditamos que no dia que a CGT existir, teremos dado um passo à frente na democratização do Brasil, terminando uma política de privilégios que fomenta a miséria e açula a luta de classes. A exemplo do que ocorre na França e em outros países, tão ou mais democráticos que o nosso, teríamos uma central operária dando organicidade à luta dos trabalhadores e em condições de assumir responsabilidades definidas sobre as suas atividades.

Sob o título “A decadência dos partidos”, o editorial da edição de número 6 , de 21 de abril de 1963, afirma que o Brasil vivia uma crise partidária. Segundo ele, os partidos políticos constituíam-se em grupos de interesses privados e simples legendas úteis para os momentos de eleição e conclui: “Não se pode esperar muito de uma democracia que assegura a pluralidade partidária, mas cujos partidos foram transformados em imensos vazios e já não são mais do que simplórias legendas, cada vez mais desacreditadas diante da opinião pública.”

O editorial “IBAD e IPES: peças de subversão” apóia a iniciativa do deputado Paulo de Tarso de pedir uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES – e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD. O jornal *Brasil, Urgente* acusa essas entidades de serem instrumentos de intranqüilidade, de terrorismo político, econômico e social. Com dinheiro de origem desconhecida, estes institutos promoviam a indústria do anticomunismo. Recaía por sobre essas duas entidades, ainda, a suspeita de envolvimento em ações terroristas creditadas ao Movimento Anticomunista - MAC.

O editorial “União pelas reformas” trata da convenção da União Democrática Nacional – UDN –, ocorrida em Curitiba. Carlos Lacerda defendeu a posição majoritária desse congresso, contrária a qualquer reforma constitucional. O jornal conclama o povo a ter a mesma operosidade dos adversários e unir-se para a luta pelas reformas. O texto enfatiza que o país estava num momento de tensões entre interesses divergentes que se defendiam às claras.

O editorial “Congresso e o povo” informa que o Congresso Nacional decidiria sobre a emenda ao parágrafo 16, do artigo 141 da Constituição. Sem a alteração deste parágrafo a Reforma Agrária “autêntica” não seria possível. O texto afirma que o Congresso passaria, nesse evento, por uma prova política que mostraria de que lado ele efetivamente estava: do povo ou da elite. Nessa prova, os congressistas se revelariam politicamente para o país. O Editorial afirma que a reforma agrária é uma das principais reformas que o Brasil precisava e que, diante dela, todos estavam mobilizados: o “povo” e os seus “inimigos”. O jornal identifica o ambiente de conflito, insere-se nele e o intensifica.

As edições de número 10, 11 e 12 trazem os editoriais com os seguintes títulos, respectivamente: “Pressão popular é legítima”, que defende a legitimidade da pressão popular por sobre congresso; “Brasil quer reformas”, que afirma que todo o Brasil queria as reformas de base, sendo que apenas a elite não as desejava e “Imprensa e pressão econômica”, que trata da pressão de grupos econômicos por sobre a imprensa.

O editorial “Do desrespeito à calúnia”, por sua vez, refere-se à afirmação do governador de São Paulo de que havia uma conspiração comunista em marcha no Brasil. Segundo o jornal, Adhemar de Barros acusou a encíclica *Pacem in Terris* de inspirar a ação bolchevique e de ter sido escrita por pessoas a serviço do comunismo internacional. O texto informa que o presidente João Goulart repreendera o governador paulista, por estar inquietando o país.

Disse o senhor Adhemar de Barros que há uma conspiração comunista em marcha, que o seu comando foi tirado do sr. Luis Carlos Prestes pelo Kremlin e entregue à responsabilidade do governador Miguel Arraes e do ministro Almino Afonso. Disse ainda que a encíclica *Pacem in Terris*, do chorado Papa João XXIII, foi redigida e inspirada por quem nutria a intenção de confundir a humanidade, a serviço do comunismo internacional. O sr. Adhemar de Barros disse mais: afirmou que a conspiração bolchevista em São Paulo, feita com base na “*Pacem in Terris*”, era realizada por frei Carlos Josaphat, homem divorciado do pensamento católico. E concluiu, com os mesmos ares de policialismo, o governador de São Paulo, pela afirmação de possuir dossiês que provam a autenticidade de sua denúncia.

O jornal *Brasil, Urgente* considera graves e falsas tais acusações. Sobretudo, quando vem de alguém apontado pouco antes como envolvido numa conspiração golpista

e de ter inaugurado uma “caixinha para compra de armas para a defesa das indústrias contra as maltas operárias”. Essa denúncia revela, ainda, o amplo alcance do jornal *Brasil, Urgente* e da militância de frei Carlos Josaphat.

Essa acusação é feita pelo governador do Estado mais rico do país e revela o pensamento presente no centro da direita brasileira. A acusação de que frei Josaphat era um líder bolchevique torna plausível o seu argumento, em entrevista para esse trabalho, de que o seu “exílio”, anterior ao golpe de 1964, tenha acontecido por ação da direita brasileira, através da pressão dos capitalistas diante da nunciatura apostólica.

Notemos os discursos acerca da *Pacem in Terris*. Alceu Amoroso Lima, em artigo publicado no *Brasil, Urgente*, também fez referências a políticos que consideram essa encíclica como produto de comunistas infiltrados no Vaticano a serviço de Moscou. A partir dos setores conservadores, podemos também afirmar que as encíclicas papais foram importantes para a legitimação e a formação de setores da esquerda católica que compunham o movimento.

O editorial da edição de número 15, de 23 a 29 de junho de 1963, revela o momento em que o jornal começa a desconfiar da posição de João Goulart diante das reformas. O texto informa que o presidente da República poderia transformar-se no “grande mistificador, porque promete as reformas. Quer as reformas. Pensa nas reformas. Mas não reforma. Culpa o Congresso. O Ministério”.

Entretanto, ainda havia a esperança de que as reformas se realizassem porque o presidente havia feito, há pouco, uma reforma ministerial e escolheu nomes como Paulo de Tarso, Darci Ribeiro, Evandro Lins e Carvalho Pinto. Todos defensores das reformas. Nesse ato, João Goulart estava, possivelmente, preparando o caminho para seguir rumo às reformas de base. O editorial manifesta a esperança de que Jango seguisse por esse trajeto.

O editorial “As duas pregações” afirmou que a sociedade política do período estava dividida em duas posições antagônicas. Cada uma produz uma pregação na defesa de seus propósitos. De um lado:

Vinícius (Caldeira Brant), D. Jerônimo (de Sá Cavalcante), Padre Alípio, (José) Serra, Padre Lage, sacerdotes, líderes sindicais, representantes de

todas as camadas sociais e de todas as correntes políticas. Todos preocupados com o próximo. Com o brasileiro caído à margem da estrada que aguarda o bom samaritano.

De outro:

Temos o IBAD o IPES. Movimentos democráticos. Escorados com milhões de cruzeiros. Promovem reuniões milionárias como a de sábado último no Pacaembu, onde cinco canais de televisão e imensa rede radiofônica levaram a todo o país a sua “pregação”.

O primeiro grupo é comparado ao bom samaritano, que é uma referência bíblica de virtude. Esse grupo tem objetivos que incluem o povo. Caminha ao lado dos pobres e defendem seus interesses. O segundo grupo, por sua vez, percorre o caminho da riqueza e defende os interesses dos grupos econômicos. A disputa entre esses dois grupos era uma briga de Davi contra Goliás, segundo o jornal.

O poder econômico do segundo grupo transforma-o no Goliás. Por causa dessa diferença de poder, o editorial defende também a reforma partidária no país e chama “a todos” para a união pelas reformas.

O jornal *Brasil, Urgente* expressa, nesse momento, a compreensão de si como uma caixa de ressonância das vozes de todos os lugares que clamam pela “Justiça” e que pregam pela “Verdade”: “Vozes que vão rompendo a cadeia da escravidão imposta pelo poder econômico.”

O editorial “Lacerda: farsa e traição” explica e legitima aos leitores os motivos de sua oposição e dos comentários sempre ácidos contra o governador da Guanabara Carlos Lacerda. Essa explicação se fez necessária em função de críticas de leitores católicos que consideravam como falta de caridade esse nível de posicionamento.

O texto do editorial informa que essas críticas não se dirigiam à pessoa de Lacerda, mas à sua mistificação. Essa oposição deve-se ao dado de ele colocar a sua inteligência e grande capacidade de tribuno a serviço exclusivamente de seus interesses pessoais na política, e não ao bem comum. A seguir, o texto elabora uma narrativa de eventos na qual Lacerda aparece como um sujeito que trai e age segundo seu interesse pessoal.

Se, por um lado, o governador da Guanabara encontra-se nesse “erro”, por outro, o jornal *Brasil, Urgente* afirma seguir “Cristo no sacrifício redentor da humanidade e na multiplicação dos pães”.

As encíclicas papais são novamente citadas como fonte legitimadora da política. O lugar delas é tão significativo que até mesmo a referência ao Evangelho que esse editorial fez aconteceu pela via encíclica. Segundo o jornal, os caminhos do Evangelho são claros e as mensagens de caridade e de amor, que são virtudes evangélicas, são apontadas pelas encíclicas *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno*, *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*.

O editorial afirma que os papas mostraram os caminhos seguros dos evangelhos de maneira evidente, por isso, afirma que o *Brasil, Urgente* não pode acompanhar “quem quer que seja pelo caminho da impostura, da farsa e da traição”.

Sobre a separação que esse editorial fez entre os erros de Lacerda e a sua pessoa, vale lembrar que essa distinção foi feita no parágrafo 157, da encíclica *Pacem in Terris*. Esse parágrafo deu lastro para o diálogo com os não-cristãos, inclusive os marxistas. E, como acabamos de observar, para as críticas ácidas e combates radicais a inimigos políticos. Segue o parágrafo:

157. Não se deverá jamais confundir o erro com a pessoa que erra, embora se trate de erro ou inadequado conhecimento em matéria religiosa ou moral. A pessoa que erra não deixa de ser uma pessoa, nem perde nunca a dignidade do ser humano, e portanto sempre merece estima. Ademais, nunca se extingue na pessoa humana a capacidade natural de abandonar o erro e abrir-se ao conhecimento da verdade. Nem lhe faltam nunca neste intuito os auxílios da divina Providência. Quem, num certo momento de sua vida, se encontre privado da luz da fé ou tenha aderido a opiniões errôneas, pode, depois de iluminado pela divina luz, abraçar a verdade. Os encontros em vários setores de ordem temporal entre católicos e pessoas que não têm fé em Cristo ou têm-na de modo errôneo, podem ser para estes ocasião ou estímulo para chegarem à verdade.²³⁹

O editorial “Consciências não calam” informa que aqueles a quem o movimento *Brasil, Urgente* chama de forças do conservadorismo lançam mão de todas as armas possíveis no combate pela defesa de seus privilégios. As armas do momento são as

²³⁹ Papa João XXIII. Carta Encíclica *Pacem in Terris*.

calúnias e injúrias feitas a pessoas como o bispo Dom Jorge Marcos de Oliveira, o beneditino Dom Jerônimo Cavalcante e Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, cardeal arcebispo de São Paulo.

O editorial da edição de número 19, “Afirmção da juventude”, informa aos leitores que a UDN defende a idéia de que o Brasil não pode pensar estratégias para o seu desenvolvimento a partir de sua realidade nacional, porque o seu futuro depende dos EUA. O jornal nega essa compreensão e aponta a juventude como uma força política densa o suficiente para afirmar que o país tem capacidade de desenvolver-se a partir de seu próprio esforço e virtude.

Seguindo na defesa da juventude como força política, o editorial “O Congresso da UNE” condena aquilo que ele reputa como incapacidade “da despreparada, alienada e medíocre” elite brasileira de compreender o que “há de mais puro, autêntico e melhor nas manifestações da nossa juventude”.

Os editoriais “Transigência e mistificação” e “Reformar para salvar” tratam do tema da reforma agrária.

O primeiro afirma que a reforma agrária não sairia naquele momento, com aquela legislatura, ainda que a maioria do povo a quisesse. Analisa projetos apresentados e denuncia manobras para evitá-la.

O editorial de 11 a 17 de agosto de 1963 revela o clima de tensão no país que, segundo ele, já conhece a intenção golpista da direita. Entretanto, ele afirma que o golpe não aconteceria, ainda que já estivessem acontecendo diversas revoltas no país. O Brasil estava dividido em interesses antagônicos que disputavam, cada qual, o seu futuro. O texto reconhece, ainda, que os problemas nacionais se avolumaram e que o governo estava encontrando dificuldades de resolvê-lo.

A leitura desse texto causa a impressão de que ele esperava criar no leitor a idéia de que o país vivia um clima pré-revolucionário ou, pelo menos, de consciência profunda da necessidade de se reformarem as estruturas. Os contrastes se evidenciam cada vez mais: a classe média que se empobrece, a classe baixa já vivendo miseravelmente e a classe alta beneficiando dessa realidade toda.

Sobre o ambiente social e político descrito, esse editorial cita a encíclica *Divini Redemptoris* de Pio XI, que, sintomaticamente, parece descrever a realidade daquele momento no Brasil. Tanto o papa quanto o *Brasil, Urgente* afirmam que de uma realidade terrível como a descrita podem surgir conseqüências imprevisíveis e incontroláveis:

Multidões de indigentes realmente oprimidos pela miséria, por motivos alheios à sua vontade e do outro lado, perto deles, muitos que se divertem despreocupadamente, e em coisas inúteis gastam enormes somas.

O discurso que o jornal *Brasil, Urgente* produzia sobre as reformas afirmava que elas deveriam acontecer nas estruturas, e não apenas ser rearranjos que mantivessem a mesma ordem política, econômica e social. Observamos esse nível de discurso no fragmento abaixo retirado do editorial, que foi uma reação a uma idéia que dizia que a reforma realmente necessária era a “reforma interior” do ser humano.

Os que falam em reformar os homens, antes de alterar as estruturas caducas que emperram a vida do Brasil, em todos os seus setores, dentro de um moralismo pessoal farisaico e de fachada, não estão querendo resolver a dramática situação, mas pensam ainda em salvar uma ordem de coisas que não merecem estima, porque intrinsecamente injustas, desumanas e vis.

Por fim, esse editorial defende que a reforma agrária é a mais urgente das reformas e conclui afirmando sobre as reformas o mesmo que o papa Leão XIII disse sobre a questão operária, na *Rerum Novarum*: “Tal é a questão que hoje se trata: será resolvida pela razão ou sem ela”.

“Lacerda mentiu” é o título do editorial da edição de número 23 do jornal. Ele se refere ao depoimento de Carlos Lacerda a uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigava pressões sobre o Congresso Nacional. O governador da Guanabara afirmou que o jornal *Brasil, Urgente* era financiado total ou quase totalmente pela Petrobrás. O editorial desafia Lacerda a provar o que disse.

Esse evento nos faz considerar que esse jornal conseguira um alcance político muito grande. Nessa CPI outros jornais, tais como O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Diários Associados, Última Hora, Correio Brasiliense e O Semanário, de grande circulação e relevância para a política nacional,

também foram acusados e tiveram que se defender ou defender alguns de seus funcionários.

Por fim, o editorial “Paulo VI e a impostura publicitária” é uma resposta ao jornal O Estado de São Paulo, que afirmara que o Papa Paulo VI havia condenado os “católicos progressistas. A matéria do Estadão “fulminava todos aqueles que vinham divulgando entre nós os ensinamentos sociais da *Mater et Magistra* e da *Pacem in Terris*”. O editorial afirmou que o Estadão interpretara de maneira voluntariamente equivocada um pronunciamento do papa.

3. 2. Artigos de Frei Carlos Josaphat

No primeiro número do jornal *Brasil, Urgente* frei Carlos Josaphat escreveu o artigo “Diálogos por cima dos muros”. Ele trata do encontro de 18 minutos que o genro e a filha de Kruchev tiveram com o Papa João XXIII. Esse encontro aconteceu após um longo e discreto contato da diplomacia vaticana e do Secretariado para a União dos Cristãos com representantes do Kremlin. Desse diálogo resultaria a libertação do arcebispo ucraniano Dom Josef Slipyj, feito prisioneiro por 18 anos, até aquele momento.

Segundo frei Josaphat, esses eventos faziam a opinião pública internacional ter maiores esperanças nas possibilidades efetivas de entendimento num mundo em plena guerra fria. Ele diz que a humanidade poderia estar entrando numa era de mútuas compreensões e que era possível haver, ainda, um encontro entre o papa e o líder soviético. O papado fora colocado como um lugar privilegiado e legítimo para o diálogo. O jornal traz, num número seguinte, uma charge na qual João XXIII aparece puxando as orelhas do presidente norte-americano Kennedy e do primeiro ministro soviético. Os dois líderes políticos estavam montados em mísseis.

Nesse artigo, o dominicano faz referência ao Concílio Vaticano II, que se desenvolvia então:

Num plano menos sensacional mas bem mais profundo, o Segundo Concílio do Vaticano vem se desenrolando num clima cordial mas intenso de diálogo entre

líderes religiosos de todos os continentes, de todas as cores e mentalidades. Sob a bondosa orientação desse Papa tão providencialmente universal, a Igreja não se resigna a ser ocidental. Ou oriental. Ou latina. Ou grega. A primeira proclamação conciliar ao mundo não foi contra adversário algum. Não foi anticomunista. Não foi antiprotestante. Foi, isso sim, um apelo à Paz entre todos os homens. É uma denúncia das “misérias e injustiças sociais”, fonte das discórdias e das guerras.

Já seria possível, ao observador, apontar o acontecimento mais importante deste Segundo Concílio do Vaticano, tão mais sereno, mais positivo e mais universalista do que pode ser o Primeiro, há pouco menos de um século? Vamos arriscar destacar uma data: 20 de novembro de 1962. os “Padres Conciliares”, com a aprovação e sob a liderança do Secretariado pela União dos Cristãos, rejeitam o “Esquema” proposto pela “Comissão Teológica” porque este projeto carecia do “espírito ecumênico”, fecharia a porta “ao diálogo com os não-católicos”, exprimia-se numa linguagem “alheia à mentalidade de nosso tempo”.

Para frei Josaphat, a Igreja se fazia portadora do convite ao diálogo em um mundo que ansiava por transformações pela fraternidade, na justiça e na compreensão. Esse convite surge num momento de relações mundiais tensas. As violências armadas entre Estados e entre eles e as suas sociedades civis eram realidades cotidianas e expressões dos combates entre os dois blocos promotores da guerra fria.

Em seguida, o texto alertou para que o otimismo não fosse exagerado. Esse diálogo ainda não era o ponto de chegada. Constituía-se num bom ponto de partida para a construção de uma civilização solidária a que todos os homens aspiram e que certamente decorre, segundo Josaphat, das exigências do Evangelho.

O texto faz, ainda, uma análise da conjuntura das relações políticas e econômicas, nas quais persistiam grupos que propunham os meios de repressão e compressão. Todos que apregoam reforma ou revolução eram vítimas potenciais de entidades que possuíam a “democracia” apenas como uma figura de retórica. A democracia desses grupos era tímida e insegura e não era um bom instrumento para a promoção das massas trabalhadoras. Servia, de maneira efetiva, para a manutenção dos sistemas que garantem os privilégios de “barões ou tubarões”.

Esses amedrontados democratas poderiam se curar do “pânico mesquinho, lucidamente denunciado por Emmanuel Mounier”, segundo Josaphat.

Segundo o artigo, a violência não é a única forma de se evitarem as ditaduras e as subversões. “É a capacidade de renovação, é a luta pacífica, mas incansável, contra todas

as formas de miséria e de injustiça” feitas por uma camada social contra outra camada social ou por uma região contra outra região.

O autor termina o texto fazendo um paralelo entre a democracia e a “cristandade” (*sic*). A democracia não deveria temer a abertura para o diálogo assim como a “cristandade” não a estava temendo, naquele momento de anúncio e funcionamento do Concílio Vaticano II.

No artigo “Democracia e farisaísmo”, frei Carlos Josaphat aponta um dado que, segundo ele, perverte a democracia. A esse dado ele dá o nome de “farisaísmo”, entendido como a “mentira”, a “falsidade” e a “impostura”. Afirma que nada é mais triste do que uma sociedade “farisaicamente cristã”. Segundo Josaphat, essa “dura expressão” foi empregada por Jacques Maritain no seu empenho de oferecer ajuda para um “exame de consciência coletivo”. Essa mesma preocupação também inspirou Lebreton em “Suicídio ou sobrevivência do Ocidente”. Nesse livro, o dominicano francês aponta “o equívoco de uma civilização que invoca valores e nomes sagrados para conestalar crimes e omissões”.

A impostura expressa-se em eventos, como a greve de Perus que completara então 10 meses, sem o pronunciamento de qualquer autoridade. “Os modernos Pilatos lavam as mãos. Deixam de saber. Mas trazem a boca cheia de ‘respeito à ordem jurídica’ e ‘preservação da paz social’. E, solenemente, invocam os intagíveis ‘princípios da civilização cristã’”. Esse é um terrível exemplo daquilo que é denunciado pelo Evangelho sob o nome de farisaísmo”.

Josaphat não compreende o farisaísmo como um fenômeno da fragilidade meramente pessoal. Se assim o fosse, deveria ser “compreendida e indulgenciada”. Ele é, efetivamente, um mal social. O endurecimento das camadas apegadas aos seus privilégios, interesses e prestígios. A socialização da mentira. O farisaísmo é reputado como a máxima corrupção da religião e também o principal risco contra a democracia.

Após definir o farisaísmo, o artigo traz alguns exemplos:

- Vejam só! Proclama-se a livre iniciativa. Mas o que domina são os monopólios de todos os tipos.

- Os direitos dos proprietários são resguardados com imenso carinho, sob mil e uma minúcias jurídicas, ao passo que os direitos dos trabalhadores permanecem teóricos.
- Participação nos lucros? Sem dúvida. Direta e obrigatória, reza a Constituição. Mas para inglês ver e nunca regulamentada.
- Previdência social? Organizadíssima. Mas para cabides de empregos. Ou para financiar obras luxuosas, públicas ou privadas.
- Legislação trabalhista? “A mais perfeita do mundo”. Sua aplicação, porém, morosa, custosa, dentro de uma burocracia legal, onde imperam a chicana e o dinheiro.

Frei Josaphat conclui o artigo afirmando que a força da democracia é a Verdade e a Justiça, que são valores evangélicos. Ainda, que o nascimento da democracia aconteceu através de uma inspiração humana de fraternidade universal, com a queda dos privilégios e a extensão dos direitos para todos. Por fim, a democracia triunfará no Brasil e no mundo à medida que for capaz de “vomitar todo o farisaísmo”.

A democracia é pensada segundo uma compreensão religiosa da realidade na qual o Evangelho é assumidamente o *locus* produtor dos critérios de sua elaboração, significação e legitimação. Ela é, portanto, pensada como um valor que se significa a partir do valor transcendente. Nesse artigo, e em outros, a teologia produz uma engenharia política. Uma política que opera com vistas à *salvação*.

No artigo “Reformas de base sem medo nem imposturas”, frei Josaphat avalia que o país já estava maduro para as verdadeiras reformas de base. Entretanto, afirma que existiam duas posições sobre essa questão. A primeira era a dos grupos conservadores, que não defendiam uma reforma profunda, porque elas atentariam contra seus privilégios. A segunda posição era defendida pelos demais setores organizados da sociedade civil. Nela encontravam-se todos aqueles que representavam os trabalhadores urbanos e rurais. Esses grupos defendiam uma reforma de base efetiva e em profundidade e capaz de mudar estruturalmente a política e o mundo do trabalho no país. O autor se posiciona ao lado desse segundo grupo.

A edição n. 4 foi publicada na Semana Santa de 1963 e trouxe o artigo “Semana ‘Santa’”. Nesse título, a palavra *Santa* aparece entre aspas e Josaphat segue constatando aquilo que ele chama de “farisaísmo social” e afirma: “Quanto cristianismo sem Jesus

Cristo! (...) Aliás, o cristianismo é mais cômodo de se carregar do que seu Fundador, com suas exigências radicais. Particularmente, com essa história de amar os homens de carne e osso. E de amar até a morte.”

Segundo o dominicano de Abaeté, as estruturas políticas, sociais e econômicas haviam aprisionado Jesus Cristo. Elas apresentavam apenas uma anêmica silhueta desse fundador. Existia, efetivamente, um cristianismo sem Jesus Cristo. Segundo Josaphat, a sociedade nomeava-se cristã, mas não vivia a fidelidade a “Jesus Cristo”.

Josaphat afirma que o “realismo histórico” do cristianismo é a sua real força. É ele que permite reputar a uma dada realidade histórica a condição de cristã ou não.

O artigo afirma, ainda, que a ressurreição, evento central do cristianismo e que confere-lhe o estatuto de religião, foi uma resposta de Deus a uma vida de doação total. De luta contra as imposturas e injustiças. Contra o farisaísmo:

A Ressurreição de Jesus Cristo é a resposta de Deus a esta vida que se doou totalmente, no testemunho da verdade, na inspiração do amor e na luta contra a impostura e a injustiça. Com a pregação de Cristo ressuscitado, começou o mundo novo, cujas dimensões se estendem desde o íntimo dos corações até a complexidade das estruturas políticas e sociais.

A história é o ambiente dos eventos singulares. As compreensões acerca da vida, da morte e da ressurreição de “Jesus Cristo” são reproduzidas nessas singularidades. A idéia da citação acima é um registro da compreensão do jornal *Brasil, Urgente* acerca do alcance do cristianismo, que se estende desde a intimidade “dos corações” até as complexas “estruturas políticas e sociais”. Essa compreensão fundamenta as apreensões da esquerda católica e do cristianismo da libertação. Frei Josaphat esteve no núcleo denso da fundação de uma tradição de interpretação do Evangelho que fundamentava, promovia e dava sentido à militância política de cristãos.

O artigo “Caridade e agressividade” segue no tema do anterior e afirma que na Semana Santa “que passou a cristandade meditou ou fez de conta que meditou sobre o amor de Jesus Cristo que o levou à morte”. Ele pergunta sobre as conseqüências que o evento Jesus Cristo teria para aquele momento em que o mundo estava “tão acostumado com as misérias e injustiças, tão afeito a mentiras e imposturas. Pior ainda, acumpliciado

com engrenagens em que a exploração não mais aparece como iniquidade, e sim como normalidade rotineira”.

Para Josaphat, o cristianismo não negocia posições intermediárias. É assumido ou negado em totalidade. “Ou o cristianismo é uma farsa ou é o amor realista a todos os homens. É fraternidade universal pra valer. Uma família em que Deus é invocado como Pai, mas exige igualdade de tratamento entre os irmãos todos. Os grandes e pequenos. Pretos, brancos e amarelos.”

Então, como interpretar um mundo de exploração do homem pelo homem e de imperialismos? O que fazer diante dessas constatações a partir da interpelação do Evangelho? Para Josaphat, Jesus não colocou a condenação do mal em uma tese abstrata. Ele foi, sobretudo, operoso contra as injustiças de seu tempo. E cita os capítulos 23 a 25 de São Mateus: “E a cada momento da história é preciso que a cristandade contemple Jesus Cristo tal qual ele é. Lágrimas nos olhos e chicote nas mãos.” O seguimento desse evento fundador exigia, portanto, cristãos politicamente operosos.

Na edição de número 6, de 21 de abril de 1963, sob o título “Direito de Propriedade”, o dominicano afirma com segurança que o Brasil vivia um processo de transformação. Entretanto, ele não sabia precisar em que sentido essa transformação estava acontecendo: se era uma reforma ou uma revolução. Em qualquer caso, a propriedade e o seu direito seriam temas de disputas.

Esse artigo apresenta uma discussão fundada em documentos pontifícios que defendem o direito à propriedade para uso e a afirmação pessoal, familiar e política de todos os homens. Ao mesmo tempo, esses documentos definem que a Igreja Católica não se identifica com nenhum sistema de governo, segundo Josaphat. Portanto, em caso de manutenção de uma lei que atentasse contra o interesse de todos, ela deveria ser desobedecida e o governo que a defendesse derrubado.

Ele argumenta que o direito de propriedade existe para a promoção do gênero humano. Não serve, portanto, para a defesa particular de interesses de grupos e/ou classes sociais. O governo que não se orienta na promoção do bem comum deve ser legitimamente destituído do Estado. Devemos notar a distinção entre governo e Estado. O

governo pode ser derrubado do poder, caso perca a legitimidade e não consiga promover o bem comum. O Estado, por seu lado, é sempre um lugar legítimo de poder.

O teólogo dominicano discute a reforma da Constituição, necessária para a promoção da reforma agrária. A Constituição de 1946 previa que essas indenizações deveriam ser pagas em dinheiro, mas, o Estado não teria o dinheiro suficiente para pagar por todas as indenizações de todos os terrenos que deveriam ser desapropriados para fins de uma efetiva reforma. Debatia-se, então, se a Constituição deveria passar por reformas ou não.

Seguindo nesse tema, o artigo que frei Josaphat publicou na edição seguinte do jornal *Brasil, Urgente* defende a supressão da exigência constitucional do pagamento em dinheiro das indenizações para as propriedades desapropriadas, mas, não defende o não pagamento. Propõe que as indenizações sejam pagas em títulos da dívida pública. A reforma da Constituição torna-se um ponto relevante dentro das propostas políticas do teólogo.

O artigo “Reformas e Imposturas”, da edição de número 9, de 12 de maio de 1963, diz que esse mês se apresentava como decisivo para a democracia, pois o Congresso examinaria os projetos da Reforma Agrária. A questão central do artigo é se haveria reformas profundas ou se permaneceria a posição dos setores conservadores. Josaphat afirma que se fosse antevisto que as reformas fossem acontecer profunda e efetivamente, a direita daria um golpe político. Se, por outro lado, elas não acontecessem, o descontentamento popular poderia atingir níveis insustentáveis para o governo, provocando, igualmente, riscos para a ordem política.

A edição de número 10 traz o texto *Amarás!* Nele, Josaphat revela a “mística” do movimento *Brasil, Urgente*. Ele ajuda a compreender, junto com o credo social, a identidade desse jornal e, ainda, da esquerda católica.

Amarás!

*“Amarás o Senhor teu Deus de todo o seu coração,
de toda a tua alma, com todas as tuas
forças e todo o seu Espírito. E amarás o
teu próximo como a ti mesmo” (Lc. 10, 27)*

Amarás o Senhor teu Deus

Com todas as tuas forças
Com inteligência e com sensibilidade
Com lucidez, com técnica, com imaginação,
Pois tolice, atraso, rotina
Comprometem o Reino de Deus.

Amarás o senhor teu Deus
Nos seus servos mais humildes, mais largados,
Nos seus filhos, teus irmãos

Amarás
Não te contentes em suportar, agüentar, aturar
Que são verbos de meias medidas

Amarás
Não é questão de bons sentimentos
De veleidades mais ou menos piedosas
Mas de dar a vida
De se gastar com eficiência
Incansavelmente
Pela felicidade dos outros
Comparecendo, participando, lutando,
Estando em todas
As jogadas
Pela justiça:
Não serás bobamente do contra.

Amarás
Com teu consciente, com teu inconsciente
Com teus nervos
Com tuas glândulas, com teu ser
Todo unificado
Se possível pacificado
Na fecunda tensão
De servir aqui e agora
Fincando no chão e no tempo.
Pois a este rude teste de amor
De pés, de mãos e peito
Rasgados

Com realismo se deu
O teu mestre, o teu Senhor
Para que não fosse palavra vazia
Através da História
E na tua vida
O seu primeiro mandamento
Amarás!

Frei Carlos Josaphat publica na edição de número 11 do jornal o artigo “Deus e a Revolução”, dividido em três momentos.

No primeiro momento, há um relato de uma viagem que ele fez com um casal de militantes. Ele apresenta um fragmento do diálogo que se estabeleceu entre eles. Nele, a militante, atéia, afirma o que segue:

O carro desliza veloz, com vontade de chegar, cortando a costumeira neblina dos crepúsculos paulistanos.

Após um dia de viagem, a conversa já tinha rompido, de há muito, o limiar do convencional. E vai atingindo aquele ponto de intimidade, em que cada um diz o que pensa. Nem se escolhem palavras para se aliviar as rudes convicções:

--- Deus não me diz grande coisa. O materialismo me parece bem mais satisfatório. Lutar pela justiça. Trabalhar para que meus filhos desabrochem em um mundo mais humano. Está aí minha razão de viver. É isto de veras o que eu sinto.

Era uma jovem líder que assim se exprimia.

A seguir, Josaphat confronta essa pessoa com tantos homens que se intitulavam cristãos, mas que “não participam de coisa alguma. Acham a miséria natural. Ou cuidam de minorar com esmolas o sofrimento dos pobres”. O artigo avança no sentido de afirmar que a atéia militante da causa da justiça era fiel ao Evangelho, ainda que não o assumisse como uma verdade objetiva para sua vida. Por outro lado, o cristão que não contribuía para um processo de superação de condições sociais de injustiça e miséria não era um cristão autêntico. Ou, a rigor, não era cristão.

O segundo momento do artigo, por sua vez, foi escrito quando o autor estava em Belo Horizonte. Ele trata da fé em desenvolvimento e comparada com as ciências, com a história e com a justiça social. Josaphat diz que um equívoco tornou-se escandaloso desde o século XIX: “A fé, a crença religiosa, em desencontro com a ciência, com a história, com a liberdade, com a evolução e com a revolução.” Afirma que esse século deve ser deixado “para trás” porque “a época atual” é “bem mais construtiva” e supera todas essas questões.

Tenho diante de mim os belos artigos de Tristão de Athayde, este sempre surpreendente Dr. Alceu. Fala-nos com deslumbramento do “Transformismo Crisão”, a propósito de Teilhard de Chardin. Se, com a maioria dos cientistas modernos, admitimos a evolução, como pensá-la, como justificá-la filosoficamente, sem Deus? Aliás, neste instante, travo conhecimento com o livro tão sugestivo de O. A. Rabut, *O problema de*

Deus inscrito na evolução, em que se aborda e se documenta a mesma visão cristã e evolutiva do universo.

De outra parte, aqui na capital mineira, tomando pulso da realidade nacional, sentimos a revolução social cristã, plenamente em marcha. Bispos, sacerdotes, líderes e movimentos cristãos, na vanguarda das reformas autênticas e profundas. Por que hesitar diante do termo próprio: da verdadeira revolução social?

O terceiro momento parece ter sido escrito para responder às questões sobre o ateísmo, colocadas para o dominicano por jovens do interior de São Paulo. Elas resultaram nas reflexões a seguir, feitas também em Belo Horizonte, nas quais Josaphat afirma que o “século XX, século de João XXIII”, é um momento de transformações irreversíveis e que os cristãos estavam na vanguarda desse processo evolucionário ou revolucionário. Esse entendimento da irreversibilidade do processo transformador e emancipador é parte da identidade da esquerda católica. Ele se produz na consciência da impermanência da história humana. Assume a história e a sua impermanência buscando a Verdadeira Síntese: a Salvação.

Meus jovens amigos do interior paulista, com quem tenho a sensação de dialogar dentro desta fria noite em Belo Horizonte. Permitam-me também um desabafo, semelhante àquele que abre esta página:

--- Quem tem sede de justiça, quem se dá totalmente à causa da justiça, acaba encontrando Deus. Ou melhor, já tem Deus no mais profundo de si. Embora ande brigando, talvez, com o nome de Deus, com a representação de Deus, terrivelmente espalhada em tantas faixas de nossa cristandade.

E quem não tem sede de justiça é ateu, mesmo que, por tradição ou reflexo condicionado, não se canse de recitar, com perfeição, todo o símbolo da fé.

A fé viva no Deus vivo não suporta alienação ou evasão. O Deus dos profetas, o Deus de Jesus cristo, atua na história e em nossa vida, para transformá-la em busca de justiça. E a “caridade de Jesus Cristo nos impele” à procura de um mundo deveras fraterno.

Este século XX, século de João XXIII, já se anuncia como o século do diálogo e da preparação da suspirada síntese: ciência, técnica, história, liberdade, evolução ou revolução, não em nervoso conflito, mas irmanadas com a fé, em um mundo de justiça e fraternidade.

Pois não são todas filhas de Deus?

Belo Horizonte, maio de 1963.

O artigo “Fogo na Igreja e no mundo” revela-nos a compreensão de mundo do movimento *Brasil, Urgente* que o diferencia do pensamento conservador. Esse pensamento, como descreveu Francisco Iglesias,²⁴⁰ procura reatualizar no presente uma realidade idealizada que se encontra em algum lugar de um passado mitificado. O movimento representado pelo jornal *Brasil, Urgente*, por seu lado, compreende a história como essencialmente irrepetível, impermanente e conflitante lugar da revelação de Deus. O Sagrado se manifesta no conflito aguçando-o. A harmonia é uma realidade que não se alcança na história, que se movimenta nas sínteses continuamente produzidas pelos conflitos, superando-os. Essas sínteses, por sua vez, encontrarão suas antíteses. Portanto, toda harmonia é transitória e superada pelo próprio movimento da história.

A Igreja, sob João XXIII e no Concílio Vaticano II, reconhece e afirma os conflitos da história, segundo o frade.

O Papa João XXIII nos têm apontado neste tempo de concílio e de reformas um “Novo Pentecostes” soprando no mundo.

A frase na boca de um “orador sacro” não nos chama a atenção. Mas, graças a Deus, o grande Papa não merece esse título. Honroso, quem sabe, para outros eclesiásticos. Fala a linguagem boa e limpa do homem comum. Não faz retórica. Dá testemunho daquilo que os seus olhos vêem, do alto do melhor observatório.

O artigo “Batizar a luta de classes?” confronta a posição do manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels, com a Encíclica *Pacem in Terris*, do Papa João XXIII. “A mas límpida e a mais autorizada” forma da posição social cristã. Frei Carlos Josaphat parece responder às críticas de que o movimento social cristão estava legitimando, religiosamente, a compreensão marxista da realidade. Estava “batizando” a luta de classes. Ele elabora uma distinção entre a compreensão do manifesto da realidade e as assertivas do pensamento social cristão, nos quais se insere.

O confronto que o artigo apresenta se dá entre a afirmação inicial do manifesto: “Toda a história da humanidade não tem sido outra coisa, senão a história da luta de

²⁴⁰ Segundo Iglesias, 1981, o pensamento conservador, mais que instaurador de uma nova ordem, propõe aquilo que acredita ser uma restauração. Acredita que houve em algum momento do passado um tempo ideal que deve ser recuperado. É um pensamento nostálgico. Cultua valores idealizados acerca da terra e da harmonia entre as pessoas num quadro histórico estático. Pintado com pincéis paradisíacos.

classes” e a afirmação da encíclica em sua abertura, que segundo o artigo, propõe que “a história é uma incansável aspiração pela paz, da parte de todos os homens”.

Segundo o manifesto, a posse privada dos meios de produção leva os homens a lutar por essa propriedade. Esse combate cessaria com o fim da propriedade privada na história. A encíclica, por seu lado, afirma que a paz apenas pode surgir da “ordem querida por Deus: da justiça, que assegura os mesmos direitos a todos os homens e a todos os grupos humanos”.

No artigo “Velhice, invenção do demônio”, Josaphat afirma que não interessa aos cristãos nenhuma reatualização e manutenção de algum passado mítico. O que lhes interessa é assumir a transformação dos tempos, acelerada na modernidade, onde *tudo o que é sólido se desfaz no ar*, organizando o novo diante do espelho do evangelho. O velho é “invenção do demônio”, segundo a citação que Josaphat faz de Bernanos.

Em todas as épocas de autêntica renovação e de presença atuante dos cristãos no mundo, verifica-se uma volta ao Evangelho. Descobrem-se novas dimensões da primitiva mensagem de Cristo. Diante do desafio de problemas novos e de situações originais, surgem respostas que estavam como que escondidas nas palavras densas e quentes de Jesus.

(...)

Para felicidade nossa, o mundo conhece hoje uma ampla e profunda renovação bíblica.

O Evangelho surge como uma força transformadora e como princípio da união para todos os cristãos. É o movimento ecumênico que está atingindo quase todas as comunidades dos discípulos de Jesus Cristo.

Igualmente, a audácia evangélica vem incitando os cristãos a rever as estruturas sociais e a partir para um mundo novo, dentro do espírito de justiça e de fraternidade, proclamado no Sermão da Montanha.

Cessa o equívoco de uma civilização batizada de cristã, mas animada pela procura do lucro, da competição e da dominação.

No clima do Concílio e com os olhos voltados para os grandes problemas humanos, é bom, é animador, ler o Evangelho como fonte de Unidade e de Amor, como caminho para a justiça e para a paz.

Aludindo à caducidade e à rotina de muito fariseu que anda solto por aí, Bernanos escrevia certa vez: “A velhice é uma invenção do demônio”.

Seria o caso de completarmos: o Evangelho é a força renovadora de Deus que oferece ao mundo a alegria da constante mocidade.

A edição de número 23, 18 a 24 de agosto de 1963, traz o artigo “Corção, trigo e mandioca”, que responde à crítica de Gustavo Corção ao livro *Evangelho e revolução social*. A crítica desse pensador conservador católico foi construída a partir da seguinte frase do trabalho de frei Josaphat: “Cumpre-nos sermos fiéis ao Evangelho e ao nosso tempo.” Corção interrompeu a leitura do livro na página 30, na qual está a referida citação. Sua crítica foi elaborada de maneira ácida. Ele, além de chamar o livro em questão de “livrinho”, fez, efetivamente, uma crítica dessa expressão e esperou que ela servisse para todo o livro.

Estávamos naquele ponto do livrinho de frei Carlos Josaphat, onde o autor, com visível satisfação, conclui que “cumpre-nos sermos fiéis ao Evangelho e ao nosso tempo”. Alguns leitores talvez imaginem que esta afirmação é uma refulgente verdade e uma fina elaboração intelectual, enquanto outros, mais perto do alvo, talvez imaginem que esta é uma das frases que se dizem por dizer, sem maiores pretensões. Infelizmente, no texto e no contexto de frei Carlos Josaphat a frase vem cercada de citações, de tratamento erudito, e, portanto, não deve ser tomada como um simples lugar comum. Nesse caso, e por tratar-se de quem é o autor, somos forçados a levá-la a sério e nessa linha de seriedade somos forçados a dizer que aquela frase não tem sentido.²⁴¹

Nesse artigo, Gustavo Corção propõe cautela contra as seduções da moda nos domínios da doutrina, particularmente da Teologia. Cita Freud, Ortega y Gasset, Riesmann e Fernando Pessoa. Reputa a frei Josaphat a condição de historicista, que atenta contra a doutrina cristã. E insinua, ainda, nesse artigo, que frei Carlos Josaphat estava misturando a mandioca marxista ao trigo distribuído por São Domingos, fundador da ordem dos dominicanos e discípulo “fiel e prudente”, enfatiza.

Esse servo que o senhor colocou à frente de uma grande família, para lhe dar em tempo a medida de trigo, bem mereceu o título de “fiel e prudente”.

Ainda não há Liturgia com textos sagrados para dizer por mim, com maior autoridade, que é possível ser fiel a Carlos Marx. Mas não duvidamos que exista, e tão novos são os nossos tempos que até não duvidamos que algum dos filhos de São Domingos tenha trocado o trigo tradicional pela mandioca marxista, ou que esteja tentando a mistura, como nossas autoridades fizeram com o pão que comemos.²⁴²

²⁴¹ CORÇÃO, Gustavo. Em Tempo e Contratempo. In *O Estado de São Paulo*, 11 de agosto de 1963.

²⁴² CORÇÃO, Gustavo. Em Tempo e Contratempo. In *O Estado de São Paulo*, 11 de agosto de 1963.

No final de Seu artigo, Corção reputa-se à condição de defensor da sã doutrina.

Mas torno a cair em mim, com certo acanhamento de estar escrevendo coisas tão sensatas mas também tão fáceis. E por falar em coitados achei-me hoje a ter pena de mim, e a plagiar Fernando Pessoa no heterônimo Álvaro Campos. Coitado desse Álvaro Campos que tem de escrever coisas tão monótonas, tão líquidas, tão sabidas, para responder a alguns fenômenos de nosso... Nosso. Meu também, enquanto vivo, enquanto bate o maltratado coração. Meu e à minha moda. Ou à moda de São Paulo. Mas refiro-me ao Apóstolo, e não ao Estado. Sim, em matéria de relações com a época, o que São Paulo deixou foi a recomendação de lutar, em tempo e contratempo, contra as seduções das cócegas nos ouvidos, cócegas hegelianas, marxistas e outras; foi a recomendação de defender a sã doutrina contra os inovadores. É o que procuro dentro de meus poucos recursos, e a prova cabal disto, meus caros, está neste melancólico artigo para repetir que dois e dois são quatro. Não será isto uma prova de fidelidade às pessoas de meu tempo e de meu pobre Brasil?²⁴³

Frei Carlos, na resposta, disse preferir entender “livrinho” como uma expressão de carinho de Corção para com o seu trabalho. O dominicano ampara-se na encíclica *Pacem in Terris*, que, segundo ele, “aponta muitos enriquecimentos da consciência moderna, felicitando a nossa época por todo esse amadurecimento moral e social”. Ele informa que a “fidelidade ao nosso tempo” significa o empenho de corresponder às justas aspirações dos homens de nossa época.

Por fim, sobre a questão da “mandioca marxista”, o artigo considera que as críticas de Corção são mais graves por causa de sua erudição e afirma que no Brasil não existem dominicanos misturando marxismo à doutrina tradicional. Os frades, também, não condenam a JEC, a JUC e a UNE, mas estudam Santo Tomás de Aquino.

Gustavo Corção publica outra matéria “Os Paladinos da Justiça Social” em O Estado de São Paulo²⁴⁴ que também mereceu a resposta de frei Carlos Josaphat. A seguir, trechos da matéria:

Existem hoje, espalhados por toda a parte, ou em toda a parte infiltrados, os que se apresentam como reivindicadores da justiça social, como defensores dos espoliados, como reformistas, progressistas, avançados, ou que outros títulos reclamem, todos a clamarem contra “estruturas

²⁴³ CORÇÃO, Gustavo. Em Tempo e Contratempo. In *O Estado de São Paulo*, 11 de agosto de 1963.

²⁴⁴ CORÇÃO, Gustavo. Os Paladinos da Justiça Social. In *O Estado de São Paulo*, 18 de agosto de 1963.

sociais iníquas”, no mesmo tom, no mesmo estilo que encontramos no livro de frei Josaphat

(...)

O problema se turva quando formulamos mais esta pergunta: qual é o modelo de Revolução que os inspira? Diante da evidência da resposta, sim, diante da evidência da simpatia mal disfarçada de frei Josaphat e de seus companheiros pelo padrão socialista e, mais especialmente, pelo padrão comunista, qualquer pessoa de bom senso, com toda a segurança, pode duvidar da sinceridade deles, com a única alternativa que consiste em duvidar de seu equilíbrio mental. E isso por uma razão extremamente simples: a revolução comunista depois de quarenta anos de medidas terríveis produziu satélites artificiais e armas perigosas para o mundo, mas não conseguiu, nem de longe, produzir um padrão de vida para os operários que se aproxime dos existentes nos Estados Unidos ou na Alemanha Ocidental.

(...)

A tentação do prestígio e do sucesso é para o padre muito maior que a tentação do sexo.

Não é preciso ter muita sagacidade para desconfiar da sinceridade desses padres. Não digo logo que seja hipócrita ou impostores. Não. A insinceridade desses padres é mais inconsciente, são eles mesmos as primeiras vítimas do eu falsificador e do eu falsificado. São uns pobres diabos imaturos ou doentes. Culpados também, esses mais, aqueles menos, na proporção inversa da imaturidade e do mecanismo teleguiador.

Não posso evidentemente aquilatar com exatidão qual é o caso do padre Josaphat, e qual é a dose de sua responsabilidade. Deus sabe, nós também saberemos no dia do juízo final. Mas agora temos de nos contentar com os índices externos e com as alternativas. No seu livrinho já anteriormente citado ele toma todas as precauções para poder dizer que não adere ao comunismo, que repele a luta de classes e que deseja uma revolução cristã. Mas quando ele diz “... sempre que encontramos estruturas sociais iníquas embora firmemente estabelecidas, não devemos falar de ordem, de tranqüilidade e de paz autêntica...” não pense o leitor que está falando da iniquidade soviética, da opressão dos totalitarismo, dos alaistrados regimes que são as obras mais tristes e mais desumanas do mundo de hoje. E quando cita Santo Tomás – que teria que ser citado para dar ao seu trabalho um ar suficientemente dominicano – na passagem em que o doutor comum denuncia as falsas concórdias, dizendo que causar discórdia para quebrar uma concórdia má, isto é, um acordo fundado na má vontade, é uma atitude louvável”, não pense o leitor que o frei Josaphat esteja pensando em pedir à ONU medidas para quebrar a concórdia má do regime soviético. Nem imagine que frei Josaphat, num estalo tomista, vai denunciar a impostura da coexistência pacífica. E nos pontos do livro em que traduz *vindicatio* por reivindicação, não julgue o leitor que ele está pensando nas mordidas que asfixiam os milhões de homens que tiveram a má sorte de nascer

naquele imenso país escravizado. Nada disso. Vai ver que frei Josaphat está pensando em corrigir os Estados Unidos. Ou vai ver que ele não está pensando em nada.

O que me consola em que tudo isto, amado leitor, é a conclusão euclidiana – refiro-me a Euclides da Cunha – que se tira depois da penosa leitura de um livro de um autor avançado, esquerdista católico. O esquerdista é, antes de tudo, um chato.²⁴⁵

Frei Carlos Josaphat responde esse artigo de Corção, no artigo “A leviandade de Gustavo Corção”, publicado na edição de número 24, 25 a 31 de agosto de 1963, do jornal *Brasil, Urgente*. Ele afirma que Corção sabe xingar, insultar e injuriar como ninguém e com muitas letras e técnicas. “Faz a injúria perfeita”. E, ainda, se ocupa em inferir o que o autor está pensando, ao invés de ler o que está objetivamente escrito

Ora, Dr. Corção, não termine assim sua carreira como vil caluniador (...) Seja anticomunista. Cegamente anticomunista. Para desabafar, se lhe faz bem, xingue algumas vezes. Mas não calunie, não, Dr. Corção. O senhor conclui o seu artigo dizendo “O esquerdista é antes de tudo um chato”. Mas o direitista caluniador, que seria, Dr. Corção?”

3. 3. Política e movimentos sociais

A política e a economia constituem outro núcleo duro do movimento *Brasil, Urgente* e imprimem fortes cores à sua identidade. O jornal acompanhou todo o arco político brasileiro que recobre o ano anterior ao golpe militar de 1964. E, nesse ambiente, ele se autocompreendia como um movimento social. Em alguns momentos chegamos a ler a expressão “movimento Brasil, Urgente”. Ele foi, portanto, um movimento social e, ao mesmo tempo, um lugar de manifestação dos demais movimentos sociais. A seguir, apresentaremos matérias que reunimos nessa categoria temática.

A matéria “Miséria e submissão no bloqueio dos subdesenvolvidos”, foi escrita na edição de número 2 do jornal. Ela trata da incapacidade dos países pobres de superar a condição de subdesenvolvidos dentro do sistema capitalista. E ele, segundo o texto,

²⁴⁵ CORÇÃO, Gustavo. Os Paladinos da Justiça Social. In *O Estado de São Paulo*, 18 de agosto de 1963.

constitui-se num sistema político e econômico cujas estruturas impõem a miséria. Ele opera no plano internacional, impondo a submissão dos países política e economicamente periféricos, diante dos países centrais. No plano nacional, provoca a submissão de uma massa crescente de miseráveis aos grupos que compõem a elite econômica que, por sua vez, operam, sempre, em atenção aos seus interesses de classe.

Superar o subdesenvolvimento é uma necessidade absolutamente imperativa. A matéria procura dar a medida dos dramas dos países pobres, citando um relatório da ONU, que afirma que dois terços da população mundial passavam fome.

Para o autor da matéria, haviam duas teorias que propunham construir modelos econômicos para a superação da miséria. A primeira era defendida por “economistas ortodoxos” e recebeu o nome de “Teoria da Economia Retardada”. Ela considerava que os países subdesenvolvidos não dispunham de capitais suficientes para alavancar seu desenvolvimento. A ajuda externa resolveria tal problema emprestando capitais para esses países iniciarem seus processos de desenvolvimento.

A crítica a essa teoria valia-se do dado de que nos lugares onde a ajuda aconteceu a economia não se desenvolveu. Cita a Argentina, o Iraque e o Laos. Na Argentina, o desequilíbrio econômico não fora superado; no Iraque, aumentou-se a fortuna dos poderosos. E, ainda, o endividamento adquirido por estes empréstimos foi extraordinariamente grande, mantendo-se a dependência dos países subdesenvolvidos para com seus credores. A matéria faz oposição à Teoria da Economia Retardada e identifica aquilo que ela chama de freios para o desenvolvimento, a saber, os desequilíbrios de taxas e os bloqueios.

A solução defendida pela matéria propõe que cada um dos desequilíbrios e freios devem ser estudados de maneira sistemática e coerente para suprimi-los em bloco. O sistema deve ser compreendido e atacado como um todo, sem reformas pontuais em suas partes. As causas da pobreza dos povos eram sistêmicas e estruturais. Sua superação pedia uma ruptura política e estrutural profunda.

A solução do problema deveria passar, necessariamente, pela conscientização da população. Portanto, a educação era parte da solução porque, por um lado, aumentaria o nível da consciência política e econômica e, por outro, promoveria o ensino de profissões

produtivas, necessárias para o desenvolvimento. Essa compreensão política da educação insere-se nos mesmos registros do Movimento de Educação de Base.

A miséria era compreendida como um fator que mobilizaria os famintos numa ação de barbárie. Para evitar essa possibilidade, as classes dominantes, que se beneficiavam com o subdesenvolvimento, deveriam convencer-se a fazer concessões para não perecerem. Caso elas não se convencessem desse imperativo, deveriam ser derrotadas politicamente. A educação poderia evitar a barbárie. Ela criaria condições para as pessoas orientarem suas ações numa grande estratégia de superação das estruturas.

O artigo nega a teoria do desenvolvimento retardado e apresenta, como alternativa, um pensamento econômico cujos contornos nos lembra os desenhos das economias planificadas. A idéia de planificar a economia seria o golpe mortal ao sistema de livre mercado. Soma-se a essa proposta a de fazer uma política internacional livre, com possíveis contatos com os países socialistas, aproveitando-se do conflito entre os blocos. É possível inferir com segurança que a matéria propunha uma solução revolucionária, dentro do horizonte dos modelos socialistas existentes. Isso porque se sabia que os países capitalistas centrais e da classe dominante doméstica reagiriam contra mudanças dessa ordem.

Planificar a economia tendo em vista o aumento da produtividade, a industrialização, começando pela indústria de base, e o estabelecimento de prioridades para a importação de equipamentos. Realizar uma política externa independente e, aproveitando-se das contradições existentes entre os dois blocos, conseguir ajuda externa efetiva, valorização das suas matérias-primas de exportação.

A compreensão de que o problema era sistêmico e estrutural impunha uma solução nos mesmos termos que superasse o lugar estrutural dependente da economia dos países subdesenvolvidos. Negam-se as reformas pontuais. O problema deveria ser compreendido de maneira totalizante e estrutural. Sua superação exigiria, portanto, o movimento de todo o sistema econômico e político. Suprimir os problemas em bloco significava a supressão de todo o sistema econômico. Esse movimento traduzia-se na superação do capitalismo como sistema econômico hegemônico.

O artigo esperava que o processo não fosse violento e, se possível, mediado pelo Estado. Mas, se a violência se fizesse necessária, poderia acontecer legitimamente a partir dos oprimidos, por ser uma luta contra a opressão. A legitimidade do uso da violência era tema recorrente no jornal e sua articulação era feita por frei Josaphat a partir de Santo Tomás de Aquino.

Por fim, quando o artigo diz que as classes beneficiadas deveriam ceder em seus privilégios sob pena de perecerem, ele nos revela que se acreditava, naquele momento, que o Brasil estava na iminência de revoltas populares, que tornariam impossível a manutenção da classe dominante como tal. Essa compreensão de que a realidade estava prestes a conhecer revoltas acompanha todo o jornal e é uma compreensão comum do período. Acreditava-se que o momento histórico passava por um processo amplo de transformação / revolução e que esse processo era irreversível. Vale lembrar, novamente, que a frase “o processo é irreversível” era recorrente nos discursos de militantes dos movimentos sociais de então. O confronto parecia inevitável.

As matérias “Missão Dantas: Política, 100 – Economia 0” e “Mendes France: democracia de classes é caricatura” foram publicadas no *Brasil, Urgente*, na edição de número 3. A primeira descreve o fracasso da missão San Tiago Dantas, nos EUA, para conseguir recursos para o Brasil. O governo norte-americano exigiu maiores garantias, devido ao medo de uma suposta comunização do governo brasileiro alardeada por Carlos Lacerda e Herbert Levy. Ele informa que San Tiago faria outra missão para a Europa com possível passagem por Moscou, para servir de pressão contra os EUA e garantir autonomia na política internacional.

A segunda matéria apresenta uma análise do dominicano François Lepargneur sobre o livro do ex-primeiro ministro francês Pierre Mendès-France, “A República Moderna”. Nesse livro o autor afirma que a democracia não é apenas depositar votos nas urnas. A democracia verdadeira seria a união entre um governo eficaz com a nação conhecedora de suas reais necessidades. Portanto, o governo deveria servi-la em suas reais necessidades e de acordo com suas legítimas aspirações. Entre os principais pontos da verdadeira democracia, levantados pelo autor do livro, o artigo destaca os seguintes: 1) democratização da instrução e da informação; 2) o Estado, representante do bem comum,

deve ter seu plano para promover e os meios de realizá-lo, participação livre dos cidadãos e nacionalização sensata.

A edição de número 4 apresenta uma matéria que analisa, criticamente, o sistema partidário brasileiro. Seu título é “Partidos no Brasil – três letras sem sentido” e seu tema central é a falta de identidade ideológica dos partidos políticos brasileiros. Exceção feita ao PTB, que, apesar de disputas internas, consegue construir contornos ideológicos mais bem definidos e crescente prestígio popular. Os demais possuem programas muito parecidos e, apesar disso, quase sempre não são lembrados pelos seus componentes. A ineficácia dos partidos diante de episódios políticos leva a massa a tomar mais em conta as frentes, os movimentos e os líderes que conseguem exprimir melhor o sentimento popular e isso possui conseqüências terríveis para o sistema político brasileiro.

A matéria faz uma análise histórica e conjuntural do partidarismo no Brasil. Tal análise afirma que o Brasil não possui partidos fortes e autênticos e que sua sorte foi o dado de que o país ficou refém dos chefes do Executivo, durante a maior parte da história da república. Segundo o artigo, o Executivo funcionou historicamente como força progressista e aceleradora do progresso político brasileiro, enquanto os congressos têm-se constituindo em instrumentos de frenagem. Essa afirmação chama bastante atenção. Como interpretá-la? Parece um discurso legitimador da suspensão da democracia. O fim da democracia era uma crônica de uma morte anunciada. O questão que se colocava era quem reunia condições para tal empreendimento: a esquerda promoveria a “revolução” ou a direita promoveria o “golpe”?

O jornal traz ainda matérias sobre o cotidiano das administrações públicas. A matéria “Transporte coletivo só anda se os políticos deixarem” defende que a administração do transporte coletivo devam ser feita por representantes de órgãos sociais, como é em Londres, e não por políticos.

Encontramos, também, no *Brasil, Urgente*, matérias sobre política e economia internacionais como: “Pressão dos EUA e do FMI Sobre Governo Brasileiro”, que trata da questão do preço do encampamento da *Bond and Share* e da pressão que o governo brasileiro estava sofrendo de seu próprio partido e dos EUA. Outra matéria nesse temário é “Imperialismo Mata Progresso – firmas estrangeiras levam dinheiro até do BNDE”, que

busca compreender a ação do imperialismo dos países capitalistas centrais, que impedem o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

Vale a referência, ainda, da matéria “América Latina: 70 anos para dobrar a renda *per capita* - males econômicos não são transitórios: são mesmo estruturais”. Essa matéria fundamenta-se em um relatório da Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL), órgão da ONU, para tecer críticas ao imperialismo. Ele apresenta, para garantir sua fundamentação, trechos do relatório como os dois que se seguem: “Não haverá aceleração do desenvolvimento sem transformação da estrutura social vigente”, e

Os males existentes na economia latino-americana não são de modo algum transitórios pelo contrário, são a expressão da crise na ordem de coisas existentes e das fracas capacidades de seu atual sistema econômico, para se obter um ritmo de desenvolvimento que corresponda ao crescimento da população e de melhoria rápida de vida.

O jornal traz na edição de número 12 uma propaganda de uma página inteira do Partido Democrata Cristão, com o seguinte texto:

Posição de vanguarda da democracia cristã – para garantir a paz, a segurança e a prosperidade da família brasileira – Reformas de base JÁ!

Estas são as reformas pelas quais luta o PDC: 1) reforma agrária, 2) reforma urbana, 3) reforma eleitoral, 4) reforma administrativa, 5) reforma fiscal tributária, 6) reforma bancária, 7) reforma cambial, 8) reforma da empresa, 9) reforma educacional, 10) reforma da consciência nacional.

PDC – Partido Democrata Cristão

Por um Brasil mais humano

O parlamento é um tema sempre recorrente no *Brasil, Urgente*. A matéria “Congresso Reabre – reformas na pauta” possui duas colunas e trata das reformas previstas pela Constituição. Segundo o texto, a batalha pelas reformas se inicia e com ela a primeira divisão de águas. Esse tema povoa essa primeira fase do jornal, mas ganha densidade nas fases seguintes. Segundo o artigo, o povo brasileiro estava de olho no parlamento, esperando que ele atendesse às suas aspirações pacificamente.

É a grande oportunidade que o país tem de vencer uma etapa histórica na linha tradicional da sua evolução política. Sem derramamento de sangue, sem violência, sem retrocesso temos, agora, a chance de realizar a

modificação das nossas estruturas econômico-sociais a partir de sua realidade. Se fizemos a independência, a abolição da escravatura e a República sem guerra, por que não poderemos fazer, sem guerra, o desenvolvimento e a justiça social?”

Outra matéria com o tema legislativo se refere ao Estado de São Paulo e tem o seguinte título: “Radicalização ideológica em São Paulo: duas frentes na AL”. Segundo ela, começava a se definir na Assembléia Legislativa de São Paulo os grupos fundados na diferença ideológica. Conservadores e progressistas. Direita e esquerda.

Há, ainda, uma matéria sobre uma decisão do Supremo Tribunal Federal com relação à questão do envio de capitais para o exterior, cujo título é “Supremo abre caminho: fim às regalias dos bancos estrangeiros”. Tal matéria tem sua devida importância porque não se trata de uma simples crítica severa à tentativa do *Bank of Boston* de conseguir aumentar legalmente o montante de capital enviado para o estrangeiro, mas o autor entra na questão jurídica em nível elevado e revela para o leitor o argumento do banco e o que fundamentou a não-aceitação de seu pedido no julgamento.

Ele consegue entrar nos meandros dos argumentos jurídicos e informá-lo, além de explicar como são as regras para o envio de capitais para o exterior. Identifica, ainda, que este julgamento era da mais alta relevância para casos futuros e não faz críticas ao Judiciário, como já fora feito com os tribunais trabalhistas. Nesse caso, a corte foi coerente em seu julgamento, segundo o jornal. E o país e o povo foram defendidos, nessa instância, contra a evasão de capitais para o exterior. Esse julgamento servirá de baliza para outros julgamentos futuros, segundo a matéria.

Envolve altos interesses nacionais a recente decisão do Supremo Tribunal Federal impedindo ao *The First National Bank of Boston* o registro, na SUMOC, de seu aumento de capital através da reavaliação do ativo imobilizado para efeito de remessa de lucros ao exterior.

Constitui-se o julgamento da mais alta corte do país em precedente da maior importância para a solução de casos futuros, relativos à remessa de lucros por filiais de sociedades estrangeiras que operam no Brasil.

O deputado Paulo de Tarso, Ministro da Educação de João Goulart de 18/06/1963 até 21/10/1963, era uma presença constante nas páginas do jornal *Brasil, Urgente*. Ele

figurava em matérias como “Paulo de Tarso: 40 horas para alfabetizar 50 mil alunos” e “Paulo de Tarso Denuncia: a Aliança defende os privilégios”.

A primeira refere-se ao convite feito pelo ministro da educação ao pedagogo Paulo Freire, para que ele fizesse um plano de alfabetização de 50 mil alunos em 40 horas. O segundo artigo refere-se a um discurso proferido por Paulo de Tarso, na III Reunião Interamericana de Ministros da Educação, ocorrida em Bogotá, Colômbia, no qual ele afirma que a Aliança para o Progresso não contribui para o desenvolvimento da América Latina.

Segundo o artigo, esse discurso reconhecia que o momento era revolucionário. Estavam em pleno processo revolucionário e a revolução poderia ser conduzida por uma via violenta ou por uma via pacífica. A íntegra desse discurso foi publicada na edição seguinte do jornal, com o seguinte título: “Paulo de Tarso: aliança é incapaz de viver sua revolução”.

O artigo “Tarso arrasa Levy mostrando suas contradições” trata de um debate ocorrido entre os deputados Paulo de Tarso e Herbert Levy, da UDN. Segundo o jornal, Tarso saiu-se vitorioso, mostrando as contradições do discurso de Levy e, por conseguinte, de todos aqueles que eram contrários às reformas.

Outra matéria que nos importa nesse eixo temático foi escrita para tratar da participação do deputado do PSD Armando Falcão, em um programa de televisão, em Belo Horizonte, com o título “Armando Falcão em Minas: mal-estar até no PSD”. Segundo a matéria, a participação do Deputado no programa da TV Itacolomi causou um profundo mal-estar porque ele afirmou que a indicação do Papa João XXIII para o Prêmio Nobel da Paz feita pela União Nacional dos Estudantes, através de seu Presidente, Vinícius Caldeira Brant, possuía más intenções. Um jornalista fez a defesa de Caldeira Brant e leu trechos da encíclica *Pacem in Terris*. Afirmou que Brant era cristão e militante da JUC, mas, mesmo se não fosse católico, a indicação ainda seria legítima.

A leitura de trechos de uma encíclica papal num programa de televisão no qual havia a participação de, pelo menos, um deputado federal e de um jornalista discutindo um tema como uma indicação de um papa para o prêmio Nobel da Paz é algo para se

registrar. As encíclicas papais e particularmente as de João XXIII provocavam os diversos setores intelectualizados da sociedade brasileira do período.

Outra presença sempre constante no jornal *Brasil, Urgente* era a de Miguel Arraes. Sobre ele, vale destacar as seguintes matérias: “Nordeste: ninguém quer ser anti-Arraes”, que trata da dificuldade de se encontrar no nordeste uma pessoa que assumisse a função de anti-Arraes e que pudesse se impor à sua hegemonia e envergadura política.

Vale o registro de outra matéria sobre o processo político das reformas de base: “Luta pelas reformas em São Paulo começa com Arraes e Almino” trata da fundação da “Frente de Mobilização Social a Favor das Reformas” e da participação nela de Miguel Arraes e do Deputado Almino Affonso. Esse político amazonense também teve uma presença constante no jornal.

Ainda sobre as reformas e a postura de Arraes, a matéria “Arraes diz o que pensa: reforma sem emenda é ignorância e pilhéria” refere-se a uma conferência pronunciada pelo governador de Pernambuco em São Paulo. Nela, ele defende que o brasileiro toma, progressivamente, consciência maior das reais causas da pobreza e que o Plano Trienal exigia maiores esforços dos mais pobres. Seu discurso, de estilo analítico, envolveu, ainda, a questão da chamada exploração do capital estrangeiro e defendeu a necessidade das reformas, sobretudo a agrária. Segue pequeno trecho da matéria:

Dizendo que o povo brasileiro passou a “viver um novo processo” e adquiriu a sofrida consciência de suas necessidades e possibilidades”; dizendo que São Paulo é o Estado da Federação “que mais sofre com a exploração do capital estrangeiro monopolista”, dizendo ainda, ao se referir às reformas, que pensar em reforma agrária sem reforma da Constituição é uma piada, o governador Miguel Arraes, de Pernambuco entusiasmou um público de mais de três mil pessoas no Teatro Paramount, nesta capital, quando leu sua conferência no dia 22.

Na edição de número doze do Jornal *Brasil, Urgente* lemos a matéria: “Arraes demonstra em Minas que Mineiro quer reformas”. Ela refere-se à presença de Miguel Arraes, acompanhado de Frei Carlos Josaphat, em Belo Horizonte. Segundo o jornal, o governador de Pernambuco teve uma agenda ampla: visitou os operários da Mina de Morro Velho, em Nova Lima, encontrou-se com o Arcebispo, Dom João Resende Costa e teve uma audiência de quatro horas com o governador mineiro Magalhães Pinto.

A matéria afirma que “Em Minas funciona, realmente, uma frente única para obtenção das reformas, agindo em conjunto, grupos cristãos, grupos marxistas e grupos de esquerda em geral”.

O governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, marca uma presença nas páginas de *Brasil, Urgente* que nos chama particular atenção. Enquanto os governadores Adhemar de Barros e Carlos Lacerda sofriam críticas pesadas, Magalhães Pinto era compreendido como uma UDN diferente, “Bossa Nova”, que defendia as reformas. Sobre ele encontramos matérias como: “Magalhães Pinto condena gorilas que levam inquietação ao campo” e “Magalhães Lidera ‘Bossa Nova’ de uma UDN esfacelada”.

Segundo essa matéria, o governador mineiro liderava a ala chamada de “Bossa Nova” da UDN, que divergia de Lacerda e do grupo anti-reformas chefiado por ele e, ainda, assume pública defesa das reformas. A UDN sofreu um “racha” devido ao estilo de Carlos Lacerda e de suas propostas. Magalhães Pinto aparece nesse cenário como uma presença de equilíbrio político.

Carlos Lacerda e Adhemar de Barros sofriam duras críticas de *Brasil, Urgente*. As matérias sobre os dois governadores eram constantes, sobretudo Lacerda, cuja figura torna-se, progressivamente, mais presente nas páginas do jornal. Sobre ele, nessa primeira fase do semanário, vale citar a matéria “Triunfo de Lacerda em Curitiba foi vitória de pirro!” Esse artigo minimiza o valor da vitória de Carlos Lacerda na XV Convenção Nacional da UDN. Seu grande mérito foi dividir a UDN, segundo o artigo.

O tema da sucessão presidencial também foi objeto de textos que analisavam a conjuntura política como “Aliança com Lacerda liquida o sonho presidencial de Adhemar”, “Reforma administrativa em São Paulo: rush para 1965” e “Reforma de Secretariado: teste para a sinceridade de Adhemar”.

O primeiro artigo trata das estratégias de Lacerda contra a candidatura do governador de São Paulo à presidência da República. Ele conclui que o candidato dos conservadores deveria ser Lacerda e, informa, ainda, que poderia haver um candidato de vanguarda, que talvez fosse Miguel Arraes, um candidato de centro, que talvez fosse Juscelino Kubitschek.

O segundo artigo trata das disputas entre Adhemar e Lacerda para conquistar o apoio da direita conservadora para as eleições presidenciais de 1965.

O terceiro trata das ações de Adhemar de Barros para conseguir esse apoio. Na sua estratégia de luta contra Lacerda, ele criou canais de diálogo com setores favoráveis às reformas, como estratégia para dialogar com as massas. Quanto maiores fossem suas incursões nas massas, maiores seriam as possibilidades de ser apoiado pela direita.

Sobre a futura eleição presidencial, vale, ainda, citar a matéria “JK, Lacerda e Arraes no páreo da sucessão”. O texto é otimista em relação ao funcionamento dos dispositivos democráticos do Estado. Essa matéria está na edição de número 24, de 25 a 31 de agosto de 1963, da qual retiramos a seguinte citação:

As forças que vinham pregando a inevitabilidade de um golpe, com a interrupção da vida democrático-constitucional, já não acreditam muito piamente nos seus sonhos. Vão se convencendo, a pouco e pouco, que o Brasil superou definitivamente a fase das quarteladas, dos pronunciamentos e das subversões de gabinetes e marcha, mais ou menos tranqüilo, para novas eleições gerais. Daí porque a sucessão do presidente João Goulart passa a ser o tema central de todas as conversações políticas e das maiores preocupações nacionais, valendo destacar que o primeiro candidato à sucessão presidencial partiu, exatamente, daquelas forças geralmente inconformadas com a mecânica democrática. (...) De grande importância, no momento, é a impressão cada vez mais forte de que, de fato, teremos eleições normais e democráticas em 1965.

Por fim, sobre o eixo temático Política e Economia dessa primeira fase do jornal, devemos fazer referências às matérias sobre o governo João Goulart.

Um dos números de *Brasil, Urgente* noticiou que um exemplar do jornal foi visto entre os papéis de Jango.

A relação com João Goulart, nessa fase do jornal, não é de radicalidade. O fato de Jango compor seu ministério com pessoas de diferentes posições políticas dava à inteligência do jornal a idéia de que era possível avançar em suas propostas sobre a presidência da República. Compreendia-se que o presidente não era um político de convicções muito bem definidas. Portanto, quem fizesse um melhor jogo de hegemonia o conquistaria para seu terreno político.

Na edição do jornal *Brasil, Urgente* de 28 de abril de 1963 foi publicada a matéria “Teste para Jango: sai ou fica o ministro do trabalho? Quem quer a Cabeça de Almino?” Esse artigo inicia-se com uma lembrança histórica: o “manifesto dos coronéis”, que obrigou o presidente Getúlio Vargas a demitir seu ministro do trabalho João Goulart.

Essa matéria afirma que o movimento de elites, através desse “manifesto” e de suas possíveis conseqüências, levou o país ao golpe de Estado e Vargas ao suicídio. E foram dois os principais motes: a república sindicalista e a majoração do salário mínimo. Quanto ao primeiro nunca ficou provado que Goulart havia feito entendimentos com o ditador Perón para a extensão no Brasil do regime justicialista ou sindicalista existente na Argentina. Sobre o segundo, Goulart havia majorado em mais de cem por cento o salário mínimo. Essas foram as duas causas de sua queda. Em fins de abril de 1963, momento em que é publicada essa matéria no *Brasil, Urgente*, o ministro do trabalho Almino Affonso, do agora presidente João Goulart, estava correndo risco de cair, segundo a matéria, devido aos mesmos grupos que pressionaram Vargas, em 1954.

O artigo defende a manutenção do ministro Almino Affonso por ele ser contra o engajamento econômico-financeiro do país ao Fundo Monetário Internacional, por ser a favor da autodeterminação de Cuba e, também, por tomar medidas para moralizar a previdência. Conclui nos seguintes termos:

TESTE PARA JANGO

As forças estão definidas e em condição de combate, senão em operações. O despacho da luta vale como um teste para o presidente. O resultado indicará de que lado está o sr. João Goulart, que forças sensibilizaram mais ou menos o presidente e qual a sua posição verdadeira em face da moralização dos Institutos de Previdência Social. Assinale-se, apenas, que a demissão do sr. Almino Afonso poderá levar à radicalização ideológica no Brasil ao paroxismo, de uma forma que dificilmente aproveitará a Nação em geral e particularmente ao presidente João Goulart.

Na edição de número 21, de 4 a 10 de agosto de 1963, encontramos a seguinte matéria: “Jango no Nordeste: vivemos numa estrutura feita contra o povo”. Ela relata a viagem que o presidente da República fez ao Nordeste. Informa sobre um grande comício com a presença de governadores nordestinos, no qual o governador de Pernambuco Miguel Arraes discursou. Os discursos foram duros e a reforma agrária foi defendida. Em

seu discurso, João Goulart defendeu a necessidade de mudar as estruturas do Estado. Segundo ele, era impossível defender o povo com uma estrutura feita contra o povo.

Por fim, nesse eixo temático, vale dizer que a inteligência do *Brasil, Urgente* constatava o risco de golpe de Estado ao longo de toda a existência do jornal. O fragmento a seguir fala de ações golpistas e da resposta do governo. Esse fragmento também foi retirado da edição de número 21, de 4 a 10 de agosto de 1963.

Ao recrudescimento das atividades golpistas e anti-reformistas – o governador Carlos Lacerda lembrando a aproximação de agosto, o governador Adhemar de Barros falando em tragédias iminentes e o deputado Herbert Levy fazendo peregrinação pelo interior de São Paulo em pregação intimamente ligada à indústria anticomunista – o governo federal respondeu, em várias frentes, com singularíssima e inesperada energia. Todo o ministério do sr. João Goulart, os seus assessores principais foram colocados em ação para esmagar acusações, calúnias e insultos do governador da Guanabara; o PSP foi excluído dos ministérios; rádio e televisão foram intimados a recusa conceder os seus horários para pronunciamentos de agitação e subversão; prisões frustraram planos de agitações nas Forças Armadas; um repórter foi preso por revelar documentos secretos do Exército; foi intensificado o inquérito em torno das atividades do IBAD-IPES e, como coroamento de todo esse complexo de respostas, o governo federal foi a Pernambuco e em Recife recebeu uma consagração popular que nem os seus piores inimigos negam.

O jornal *Brasil, Urgente* existiu num momento histórico de grande efervescência política e cultural. As reformas de base foram objetos de coesão que permitiram que os diversos grupos sociais em movimento tivessem um grande tema comum para a colaboração e co-elaboração. Dentre as reformas, a reforma agrária foi tema privilegiado nas páginas de *Brasil, Urgente*.

A edição de número 9, de 12 de maio de 1963, publica o artigo “Homens da Terra”, nome de um poema de Vinícius de Moraes, que fora todo reproduzido no centro e acima do artigo. Ele foi escrito no formato de pergunta e resposta sobre o tema reforma agrária. Efetivamente, esse texto foi a primeira das cinco cartilhas sobre essa reforma.

Essa primeira cartilha ocupa as duas páginas centrais do jornal e inicia-se com a seguinte pergunta: “Por que Reforma Agrária?” A resposta para essa pergunta abre-nos uma possibilidade de compreender um pouco do horizonte de sentido político das pessoas

que gravitavam em torno do jornal e dos movimentos sociais do período. Essa política funda-se na negação efetiva das realidades objetivas de vida do empobrecido. As condições de vida da pessoa humana constituem-se no dado que importa para pensar a política e/ou a estrutura econômica. É na satisfação do humano que reside a legitimidade de uma proposta econômica e social.

Porque o nível de vida do camponês brasileiro é extremamente baixo. Na sua absoluta maioria analfabeto miserável, isolado, doente. Com muitos filhos e vida curta. Sem energia para o trabalho. Um camponês de trinta anos já é um velho. Em todo o Brasil. Especialmente naquelas áreas onde a população rural é maior. Pobre porque doente. Doente porque pobre.

O texto apresenta os argumentos formulados por aqueles que são contrários à reforma agrária e cada um deles é desconstruído. Um exemplo dessas questões refere-se ao direito de propriedade. Havia uma compreensão de que as desapropriações atentariam contra esse direito. Sobre essa questão, o argumento analisa o perfil das terras que deveriam ser desapropriadas e denuncia terras em regiões que “pedem” por produção: lugares servidos por toda a infra-estrutura, como estradas, mas que o dono nunca pôs os pés e que nada produzia. Eram terras usadas para a especulação imobiliária. Um meio de produção estratégico como a terra não poderia ficar refém de jogos de mercado especulativo. A questão da segurança alimentar e do direito ao trabalho antecede o direito de propriedade desse meio de produção.

Mas, para que a Reforma Agrária acontecesse, seria necessário alterar a Constituição. As terras para fins de desapropriação, segundo a Carta, deveriam ser indenizadas à vista e em dinheiro. Esse dado impossibilitava uma verdadeira reforma agrária. O Estado não teria condições de dispor de capital suficiente para tal fim. Ainda, a Constituição permitia o direito de propriedade da terra mesmo quando o “dono a usa mal”.

A Constituição garante aos traidores que continuem traíndo, aos inconscientes que continuem dormindo, aos que não sabem por que, que continuem fugindo, aos incapazes que continuem desperdiçando os recursos da população, aos gananciosos que continuem acumulando tesouros aos que não trabalham, que continuem recebendo pelos que trabalham.

As cartilhas da reforma buscavam cumprir, basicamente, as funções de formar as opiniões acerca do tema, dar argumentos para os que já a defendiam, contra-argumentar as opiniões em contrário e acompanhar o desenvolvimento da questão no Congresso Nacional, como a cartilha “Constituição: emendar, mas emendar bem”, que denuncia uma emenda do PSD.

A cartilha “Povo já esperou demais pelas reformas” segue construindo o argumento centrado na pessoa. Mas, para além desse argumento, defende que a reforma agrária é necessária para o desenvolvimento de toda economia e política.

De fato. Melhoraria. E muito. Mas voltemos ao problema fundamental: por que reforma agrária? Já estamos de acordo quanto à necessidade. E quanto às causas: baixíssimo nível de vida da população rural; regime de trabalho anti-social; abandono, mal uso ou baixa produtividade de terras em áreas já equipadas com estradas, armazéns, médicos e gente; baixo nível de renda da população rural e seu conseqüente alijamento do mercado interno, insuficiência na produção de gêneros alimentícios; espoliação nos sistemas de comercialização; impossibilidade de acesso à terra para aqueles que estão na condição de assalariados, parceiros, arrendatários. São todos problemas de justiça. De responsabilidade cívica. De respeito ao próximo. De amor ao irmão.

Na edição de número 14, de 16 a 22 de junho de 1963, a Cartilha da Reforma apresentou o seguinte título “Terra tem de ser paga com os títulos da dívida pública – muitas emissões poderiam pagar a reforma a dinheiro”. Essa cartilha visa, efetivamente, servir de análise para fomentar e orientar uma prática política.

Depois, entre os problemas sociais da estrutura agrária brasileira estão o não uso ou mau uso da terra (garantidos de fato pela Constituição) nas áreas de produção. A apropriação que o intermediário faz da renda devida ao produtor. A apropriação que o proprietário faz da renda devida ao arrendatário ao parceiro. O fechamento para o homem do campo. A condição de vida inumana. Os regimes de trabalho anti-sociais. A alienação cultural e política do homem da terra. Do irmão.

Essas cartilhas foram escritas por Francisco Whitaker, que escreveu sobre elas no livro coletivo escrito em homenagem a aos 80 anos de frei Carlos Josaphat.²⁴⁶

²⁴⁶ WHINTAKER, Francisco. *Utopias Renitentes*. Em BETTO, MENEZES e JENSEN (Orgs.). 2002.

Nesse depoimento, Whitaker diz que foram muitos aqueles que, como ele, devem as orientações decisivas de suas vidas aos dominicanos dos anos 50 e 60. Os conventos dos frades pregadores eram freqüentados por muitos jovens que “puderam usufruir os conhecimentos, reflexões e conselhos de figuras brilhantes e profundas”. Sabemos que os frades dominicanos exerceram influência em toda uma geração. Essa influência deu-se entre os participantes da JEC e da JUC, por exemplo, nos conventos dos frades pregadores de São Paulo, Belo Horizonte e Juiz de Fora.

Whitaker informa, ainda, que o seu exílio, 15 anos na França e no Chile, fora uma conseqüência do convite de frei Carlos Josaphat que o levou para o envolvimento profundo com a realização das reformas de base. Segue a citação de fragmento do testemunho de Whitaker sobre a cartilha da reforma agrária:

... ele (frei Carlos Josaphat) me pediu que escrevesse uma “Cartilha da Reforma Agrária” para o semanário corajoso que vinha de inventar, o *Brasil, Urgente*, com o qual pretendia dar o nome aos bois e pôr os pingos nos is. O Brasil vivia, naquele tempo, a efervescência pela luta pelas reformas de base, visando superar os desequilíbrios sociais que até hoje infelicitam o nosso país. A reforma agrária era então, como o é até hoje, uma das batalhas politicamente mais quentes que o *Brasil, Urgente* encampava de forma decidida.²⁴⁷

Na edição de número 11, a matéria “Reação contra as reformas defende até escravidão” procura mostrar, naquele ambiente de embates, os argumentos dos deputados contrários à reforma agrária. O autor da matéria informa que, para esses deputados, o Brasil não teria se construído se não fossem os bandeirantes e outros que se aventuraram e correram todos os riscos em desbravamentos e fundações em terrenos ainda hostis. O Brasil não teria sido viável se não fossem, também, os latifúndios e a mão-de-obra escrava. Para esses parlamentares, a reforma agrária serviria para dar aos fracos e indecisos a terra trabalhada pelos fortes e virtuosos. A argumentação contra essa idéia conservadora é elaborada através do pensamento de Nelson Werneck Sodré, que nos informa, ainda, o alto nível teórico de análises e argumentações de *Brasil, Urgente*:

Aqueles que se apegam a uma ordem moribunda perderam o fio da história. Vivem agarrados ao que se dissolve a cada dia, defendendo-se

²⁴⁷ WHINTAKER, Francisco. *Utopias Renitentes*. Em BETTO, MENEZES e JENSEN (Orgs.). 2002. p. 192 – 193.

por vezes bravamente e outras vezes valendo-se apenas de teorias confusas, formulações abstratas e doutrinações subjetivas, em que, não raro, existe o brilho aparente do virtuosismo e uma esmerada técnica no tratamento dos assuntos.

A matéria “Parecer de gorila: ‘querem dar terras aos frouxos indecisos e incapazes’”, também combate os argumentos contrários à reforma agrária do artigo anterior. Segundo a matéria, os setores conservadores que elaboram esses argumentos confessam-se saudosos da monarquia.

A matéria “Reforma agrária: com consciência e sem equívocos” foi escrita como reação ao livro “Reforma Agrária: questão de consciência”, escrito por Plínio Corrêa de Oliveira, Dom Antônio de Castro Mayer, bispo de Campos, Dom Geraldo de Proença Sigaud, então bispo de Jacarezinho, e pelo economista Luiz Mendonça de Freitas.

Segundo o jornal, esse livro foi um dos mais vendidos e o menos lido. Informa que sua alta vendagem deveu-se a uma cara campanha publicitária. A imprensa “sadia” não dava espaço para que as pessoas que o leram e que não concordam com suas assertivas pudessem expressar suas opiniões. Pelo contrário, faziam uma violenta campanha contra essas pessoas. Dentre elas estão o Cardeal Motta, de São Paulo e o Arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes. Suas opiniões foram publicadas apenas pelo jornal da arquidiocese de Belo Horizonte “O Diário”. A matéria traz pormenores da opinião de Dom Fernando.

O artigo “Álvaro Lins (em 46) a Constituição é tímida e mistificada” foi escrito no interesse de defender a mudança constitucional, para que a reforma agrária fosse efetivamente possível. Com esse objetivo, a matéria cita Álvaro Lins, autor do livro *A glória de César e o punhal de brutus* – ensaios políticos de 1939 a 1959, que não concordava com a Constituição ainda em 1946. Amparado nesse autor, o artigo qualifica a Constituição de tímida e mistificada, reacionária e capitalista.

O artigo vai tecendo críticas à Constituição de 1946, afirmando que ela obedece aos interesses da elite conservadora que a escreveu. Ela é desatualizada no espaço e no tempo e é incapaz de resolver os problemas econômicos e sociais, sobretudo do trabalhador rural, que vive em situação de miséria: “fome, seminu, quase como bicho”.

Devemos notar que o *Brasil, Urgente* responde a livros que ele reputa como conservadores e cita autores e obras que defendem as mesmas posições que o jornal. A sua militância é jornalística e densamente intelectualizada.

A matéria “Povo dirá em congresso como quer as reformas” tem como tema a fundação do Congresso do Povo Brasileiro pelas Reformas de Base. Esse *Congresso* tinha, dentre suas metas, a realização de 300 conferências na capital de São Paulo, a realização de pelo menos uma conferência em cada município brasileiro e a promoção de conferências e convenções locais em Sergipe, Piauí, Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A Comissão Executiva Provisória do Congresso estava sediada no sindicato dos bancários de São Paulo e era formada, até aquele momento, pelas seguintes organizações:

Partido Socialista Brasileiro, Política Operária – POLOP, jornal ‘BRASIL, URGENTE’, jornal ‘CLASSE OPERÁRIA’, jornal ‘NOVOS RUMOS’, Ação Popular – AP, União Nacional dos Estudantes, União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Ligas Camponesas, Movimento Trabalhista Renovador, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Democrata Cristão, União das Cooperativas do Brasil, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB. Liderança Sindical, Federação dos Bancários, Frente Nacional do Trabalho e Frente Nacional Parlamentar (em entendimentos).

O *Congresso* recebeu o apoio de diversas lideranças religiosas, sociais e políticas e de vários setores da sociedade civil organizada, como Dom Jorge Marcos, bispo de Santo André, Clodsmidt Riani, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Partido Operário Revolucionário (POR), Movimento Esquerda Revolucionária (MER), União dos Ferroviários de Sorocaba, Dom Avelar Brandão Vilella, bispo de Teresina e outros.

As razões da organização desse *Congresso* foram divulgadas em um manifesto produzido pelos seus organizadores e a matéria de *Brasil, Urgente* as resume em cinco pontos:

1) O Brasil vive um momento dramático: o da autodeterminação de seu destino porque o povo despertado pelas crises começa a tomar consciência;

- 2) O povo está desiludido com seus dirigentes e procura com seus próprios meios garantir-se contra qualquer violação de suas conquistas democráticas;
- 3) A Nação sabe que suas dificuldades vêm da exploração que os trustes imperialistas lhe fazem e que as nossas ‘classes produtoras’ estão a eles aliadas para explorar o povo;
- 4) É evidente que há dois brasis – um rico e opulento e outro que vegeta na miséria – situação inconciliável e que não pode mais ser mantida;
- 5) Convencido de que tem dever indeclinável de participar do estudo e da solução desses problemas o povo reivindica, a partir de agora, o direito inalienável de expor seus pontos de vista, exigir providências. E isso começará a ser feito a partir desse Congresso.

Frei Carlos Josaphat foi convidado para fazer uma conferência no ato de fundação do Congresso do Povo Brasileiro pelas Reformas de Base. O título de sua conferência seria “Reformas de base para o povo brasileiro”. Após esse lançamento, haveria um grande congresso no mês de agosto de 1963 e o seu temário seria o seguinte:

- a) o problema da Reforma Agrária;
- b) o problema sindical, trabalhista, previdenciário e securitário;
- c) o problema eleitoral e a organização político partidária;
- d) o problema educacional e cultural;
- e) o problema sanitário e assistencial;
- f) o problema da política externa;
- g) o problema da energia e das riquezas minerais;
- h) o problema dos transportes e das comunicações;
- i) o problema econômico-financeiro e da inflação;
- j) o problema jurídico e organização judiciária;
- k) o problema da reforma urbana;
- l) o problema da reforma administrativa;
- m) o problema do comércio exterior;
- n) o problema da dependência econômica e o processo espoliativo.

Notemos, mais uma vez, que o jornal *Brasil, Urgente* participava ativamente da organização da sociedade civil. Além de um jornal de notícias e de formação teórica, ele se compreendia como movimento social, ao lado dos diversos outros setores organizados, relacionado-se com eles. Os demais grupos viam o jornal *Brasil, Urgente* um jornal “de padres” que, *apesar disso*, havia conseguido o passaporte para ingresso no grupo dos militantes de *vanguarda*. Havia conseguido construir sua legitimidade com as posições que ele havia tomado diante da política efervescente do ano de 1963.

Sua inserção no ambiente de mobilização de setores da sociedade civil organizada fazia-se no sentido de construir o desenvolvimento brasileiro. O convite feito a frei Carlos Josaphat para a conferência sobre as reformas de base, para esse grupo muito amplo e representativo de diversos setores da sociedade civil, é um dado que deve ser interpretado como uma conquista de relevância e legitimidade. Frei Josaphat pôde discursar para públicos amplos, e não apenas para os grupos cristãos católicos, porque reputavam a ele pelo menos duas legitimidades, que davam lastro para o seu discurso nesse grupo amplo e heterogêneo: a política e a intelectual.

A edição seguinte do jornal traz a matéria sobre a conferência “Reformas de base e consciência cristã”, que frei Josaphat fez na inauguração do Congresso pelas Reformas de Base para o Povo Brasileiro. Ele inicia seu discurso afirmando que a sua presença e a participação de grupos cristãos naquele evento era uma decorrência do Evangelho e da própria consciência cristã. Entretanto, era necessário dizer qual a reforma que o cristão desejava. Porque, segundo ele, dizer apenas a palavra reforma não era suficiente para definir diante da comunidade política qual a posição do grupo ou pessoa que a pronunciava. Isso porque, segundo o dominicano, o ambiente de reformas era plural e havia muitas posições diante do tema. Muitos eram contra na defesas de seus privilégios, entretanto, havia outros a favor por motivos demagógicos ou interesseiros.

Nós, cristãos, somos pelas reformas autênticas e radicais, porque a isso nos impelem a caridade e a justiça social. A realidade brasileira está reclamando mudanças estruturais e não apenas retoques superficiais ou paliativos anestésicos para os anseios populares. O cristianismo não pode ser uma escolha de estruturas arcaicas e injustas. Ele há de ser uma força renovadora, uma orientação e um estímulo para que as reformas se façam no sentido do bem comum, para todo o povo e dentro dum clima pacífico e democrático.

Frei Carlos Josaphat informou que a sua conferência foi estruturada “no Espírito da *Pacem in Terris*”. E essa encíclica permitia que ele afirmasse que a convivência entre os diferentes setores da sociedade civil que desejava a reforma não implicava nenhum compromisso em matéria de religião e de moral. As reformas postuladas pelo cristianismo, por sua motivação e conteúdo, não se identificavam com a revolução materialista e atéia. O conferencista adjetiva a palavra “revolução” porque ele reconhece

que a revolução “materialista e a atéia” não é o único modelo de revolução historicamente viável.

Josaphat cita as duas encíclicas sociais de João XXIII e diz que as reformas eram justas em si mesmas e deveriam e poderiam congregar naquele momento todos os brasileiros de boa vontade.

Cumprindo a cada um manter a fidelidade as suas próprias convicções, bem como vigiar para que o atual processo revolucionário se desenvolva de maneira autêntica e na linha de uma verdadeira democracia social.

Sendo fiel a João XXIII, o cristão deveria orientar-se na defesa dos

direitos inalienáveis à pessoa humana particularmente, o direito à vida em condições dignas, o direito à educação, o direito à participação na vida política e social.

Segundo Josaphat, o Brasil vivia um processo revolucionário e os cristãos deveriam se orientar pelas “luminosas diretivas da *Pacem in Terris*”, a saber: colaborar lealmente para a consecução das reais reformas de base, que eram objetivos bons por natureza, ou que, pelo menos, poderia, se encaminhar para o bem. Nestes termos o conferencista cita textualmente o parágrafo 156 da encíclica:

As linhas doutrinárias traçadas nesta Encíclica brotam da própria natureza das coisas e, as mais das vezes, pertencem à esfera do direito natural. A aplicação delas oferece, por conseguinte, aos católicos, vasto campo de colaboração, tanto como cristãos separados desta Sé Apostólica, como com pessoas sem nenhuma fé cristã, nos quais, no entanto, está presente a luz da razão e operante a honradez natural. “Em tais circunstâncias, procedam com a tenção os católicos, de modo a serem coerentes consigo mesmos e não descerem a compromissos em matéria de religião e de moral. Mas, ao mesmo tempo, mostrem espírito de compreensão, desinteresse e disposição a colaborar lealmente na consecução de objetivos bons por natureza, ou que, pelo menos, se possam encaminhar para o bem.”

O dominicano segue afirmando que a verdadeira divisão da sociedade não era entre crentes e ateus. A verdadeira linha divisória dividia aqueles que, de um lado, “defendem os privilégios de indivíduos, de grupos, de classes, de regiões e de países;” e os que, de outro lado, “sustentam e reivindicam os direitos para todos. Na luta contra o colonialismo, contra toda espécie de imperialismo”.

Muitos privilegiados do atual processo aceitam reformas, mas superficiais; querem apenas um reaparelhamento técnico e administrativo do sistema vigente, tendo como objetivo aumentar os seus próprios lucros. Mas rejeitam modificações estruturais que venham causar uma distribuição justa e eqüitativa da renda nacional e uma ascensão das camadas, mediante a participação nos lucros da administração e na propriedade das empresas, bem como a influência real e efetiva do povo na vida pública, na economia e nas decisões políticas do país.

Reformas de base significam para nós o aumento da riqueza nacional, desenvolvimento em todos os setores industriais da agricultura e da cultura, mas, acima de tudo, uma orientação democrática de nosso processo de desenvolvimento, no sentido da distribuição das vantagens e encargos para todos. Temos que acelerar a efetivação do acesso à propriedade para todos os trabalhadores, quer das cidades, quer dos campos; a extensão da educação a toda a infância e a toda a juventude brasileira.

Para que as reformas fossem autênticas elas não deveriam ser obstáculos à revolução social,

que há de ser pacífica e democrática, mas cada vez mais profunda e radical, esta Revolução, que não consistirá em tomar de uns para dar a outros, deverá realizar os postulados e exigências da Justiça Social dentro das possibilidades crescentes da conjuntura histórica.

As Reformas não hão de vir como um dom paternalista, caído do alto, mas sim mediante um movimento de mobilização e participação popular. Só assim passaremos de uma democracia jurídica, grandemente nominal, para uma democracia social, em Harmonia com a Tradição Cristã do povo brasileiro.

Esperamos, concluiu frei Carlos Josaphat, que este Congresso venha intensificar o movimento de mobilização popular e de tomada de consciência por parte de todas as camadas sociais. Os privilégios e as espoliações, nacionais ou internacionais, cederão inexoravelmente diante da sede de justiça e da reivindicação pacífica, mas inquebrantável, de todo o povo brasileiro.

Os cristãos, segundo Josaphat, deveriam ficar atentos contra os dois extremos: não deveriam cair na estratégia dos conservadores e, tampouco, poderiam evitar o movimento revolucionário maior que estava em processo. As reformas não poderiam ser uma ação de “caridade” que evitasse transformações maiores e mais profundas nas estruturas políticas, econômicas e sociais.

O jornal *Brasil, Urgente* publica, a partir do número 15, de 23 a 29 de junho de 1963, até o número 22, de 11 a 17 de agosto de 1963, as “Cartilhas do desenvolvimento”,

escritas no estilo de pergunta e resposta, como num diálogo prosaico no qual uma pessoa explica a um interlocutor as questões ligadas ao desenvolvimento econômico, político e social, analisam as condições do subdesenvolvimento do Brasil e dos demais países subdesenvolvidos e buscam construir possibilidades para o desenvolvimento.

As cartilhas tratam, também, das condições de vida do brasileiro e dos habitantes dos países subdesenvolvidos. Consideram que a condição do “camponês” é ainda pior que a do operário. Afirmam que para superar o subdesenvolvimento é necessário conhecer bem as suas causas e as relações de exploração estruturais do capitalismo e do imperialismo, responsáveis pelo subdesenvolvimento.

Dentre as cartilhas, vale citar as seguintes: “Estrangeiros têm nas mãos 72% da energia elétrica do Brasil”, que critica o imperialismo e “Capitalismo é incapaz de promover o progresso”, que critica o capitalismo, estruturalmente produtor de pobreza:

É somente devido à dominação estrangeira que os povos pobres não se desenvolvem?

Nada disso – há outras causas. Uma das mais importantes é Estrutura Capitalista a que é totalmente inadequada para assegurar a promoção do Desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

Por quê?

Porque apresenta algumas falhas graves, decorrentes do fato dos proprietários serem senhores absolutos dos processos e dos resultados da produção. Em outras palavras: todos os meios de produção estão nas mãos de proprietários particulares que podem explorá-los e aplicar as rendas dessa exploração do jeito que quiserem.

Vale o registro de outras matérias: “Maioria dos trabalhadores não ganha nem o mínimo”, que trata da má remuneração do trabalhador urbano e rural; “Dinheiro brasileiro financia empresas estrangeiras no país”, que denuncia o controle capitalista do comércio de bens como causador da carestia e denuncia os bancos estrangeiros de receberem dinheiro de brasileiros para depósito e emprestarem esse capital a empresas estrangeiras presentes no país. Denuncia, também, o fato de esses bancos estrangeiros chegarem aqui sem capital, receber o capital dos brasileiros, ganhar com ele e mandar lucro para fora, não investindo esse capital no seu país de origem.

Por fim, “O povo brasileiro não tem vez na democracia brasileira – não há um só camponês no congresso!” Essa cartilha critica a democracia representativa brasileira, sob o argumento de que a democracia é um governo do povo e no Brasil o poder está nas mãos de uma minoria de privilegiados. O texto busca convencer o leitor de que o poder político no Brasil é, historicamente, refratário à participação popular.

O artigo “Viagens cósmicas podem trazer dólares para o Brasil” é um exemplo do amplo universo de temas que o jornal abordava. Ele trata da possibilidade do Brasil conseguir altos preços com dois minérios utilizados em revestimentos de espaçonaves e em indústrias de energia nuclear. O Brasil possuía as maiores reservas do mundo desses minérios e, se investisse no seu beneficiamento, sua exportação aumentaria extraordinariamente o lucro. Esses minérios são: tantalita e columbita.

O jornal *Brasil, Urgente* manteve estreita relação com o movimento estudantil. Dentre o material publicado sobre esse setor organizado da sociedade, encontramos entrevistas de lideranças, matérias sobre temas do interesse específico desse setor e notícias de eventos organizados pelos estudantes.

A matéria “Fechamento de escola: articulação gorilista” critica o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, pelo fechamento da Escola Agrotécnica de Pinhal. O jornal se coloca contrário ao fechamento e denuncia, com os estudantes, as más condições em que eles viviam. A verdadeira intenção, segundo a reportagem, seria fechar uma escola que formava líderes no campo. Portanto, esse ato era um golpe contra a reforma agrária. Segundo a matéria, “Nesta fase em que se buscam técnicos para lavoura na época da reforma agrária o governo do Estado fecha uma escola deste tipo”.

A “Segunda noite de cultura popular” promovida pela União Estadual dos Estudantes de São Paulo, que aconteceu no dia 29 de abril de 1963, foi noticiada na matéria “Vibração nacionalista na segunda noite de cultura popular”, cujo fragmento segue abaixo:

Foi uma autêntica festa nacionalista a Segunda Noite de Cultura Popular promovida pela UEE, dia 29 último, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Estudantes e operários, irmanados, mostraram que a consciência popular já foi despertada para a inadiável iniciativa pelas reformas de base. Líderes políticos, estudantis e sindicais prestigiaram a

festa que marcou o lançamento dos novos “Cadernos do Povo Brasileiro”. E mostrando a existência de uma frente única nacionalista entre todos os grupos que se dedicam à cultura popular, foi apresentado um ‘show’ no qual alternaram números do CPC, do Grupo de Pedagogia da USP e do Grupo de Cultura Popular ‘BRASIL, URGENTE’. Nas fotos aspectos da festa, na qual se destacaram a apresentação da ‘Canção do Subdesenvolvido’, de Carlos Lyra e Francisco de Assis, uma cena de ‘Quarto de Empregada’, do nosso companheiro Roberto Freire, representado por Áurea Campos e Ruthlinea Moraes. Geraldo Cunha cantou composições do repertório popular brasileiro que aborda os nossos problemas sociais. BRASIL, URGENTE foi distribuído entre os presentes.

Ainda, sobre a União Estadual dos Estudantes, a matéria “UEE volante é mensagem das reformas no interior” noticia uma campanha dos universitários paulistas para levar ao interior do Estado a “luta” pelas reformas. Nos lugares em que eles chegavam, promoviam-se atividades socioculturais realizadas pelo Centro Popular de Cultura. Ao lado dessas atividades aconteciam as discussões sobre as reformas.

Essa matéria, através de uma entrevista realizadas com o então presidente da UEE, José Serra, afirma que a pressão popular era necessária para a realização das reformas, porque “o Congresso é constituído, em sua maior parte, por representantes dos latifundiários, dos banqueiros e dos interesses do imperialismo”. O entrevistado defende que a política financeira do governo Goulart deveria mudar. Caso ela continue “conformada aos interesses do FMI”, “inevitavelmente nos levará a um golpe militar como na Argentina”.

Serra denunciou, ainda, “um golpe militar fracassado, que teve como figura principal o general Amaury Krueel, ministro da guerra”. E advertiu: “será inútil lutarmos pela reforma agrária se ignorarmos ou nos omitirmos da luta contra a atual política financeira do governo, caldo de cultura para os Krueel e Cordeiros de Farias subsistirem, ameaçando o país.” A matéria cita, por fim, o deputado Paulo de Tarso, que afirmou que se as reformas não viessem pacificamente, o povo as exigiria pela força.

A matéria “Estudantes de todo o país: Brasil, Urgente é a vanguarda” noticia uma resolução da UNE sobre esse jornal, que nos revela que ele conseguira ter, efetivamente, alcance nos demais setores da sociedade civil. Segue fragmento da notícia:

A União Nacional dos Estudantes reuniu-se em Conselho Ordinário na cidade de Vitória em fins de maio passado e entre outras resoluções tomou uma por unanimidade: dar apoio integral ao jornal BRASIL, URGENTE na sua luta de esclarecimento nacional e contra o poder econômico que sustenta a maioria da imprensa brasileira; na íntegra o documento é este:

“O Conselho Ordinário da União Nacional dos Estudantes, reunido em Vitória no dia 31 de maio de 1963, resolve:

Manifestar seu apoio ao jornal BRASIL, URGENTE na luta que vem desenvolvendo contra o poder econômico opressor que sustenta a maioria da imprensa brasileira, fixando o desejo de que com o referido jornal continue dentro da linha nacionalista e independente a que se propôs desde o início.”

A matéria “Cartilha do CPC vetada em Minas Gerais” informa sobre esse veto e as suas causas, além de fragmentos da cartilha: “os operários se unem, porque unidos são fortes. Unidos eles defendem seus direitos. Mas o aumento de salário não sai. Os patrões não atendem o pedido deles. Por isso os operários fazem greve (...) José e Chico encorajam seus companheiros.” E também: “o operário ganha pouco para sustentar sua família” e “Brasil, país subdesenvolvido”.

A cartilha “Uma família operária” foi vetada pela Secretaria de Educação, do governo Magalhães Pinto. Entretanto, chama muito a atenção o dado de o *Brasil, Urgente* isentar o governador mineiro de qualquer culpa. O jornal informa ao leitor que o governador mineiro não sabia do veto e dizia-se boicotado pelos seus auxiliares. O *Brasil, Urgente* informava sempre que Magalhães Pinto era um defensor das reformas e membro da *Bossa Nova* da UDN.

Com relação à UNE, vale citar o artigo “UNE: estudantes levam o povo a participar da vida pública” que relata o XXVI Congresso da entidade, realizado em condições precárias e hostis por causa da oposição do governador Adhemar de Barros. O evento teve a participação do ministro Almino Affonso, que, em discurso, disse que os estudantes querem mudanças de estruturas e que mudanças de estruturas em qualquer época é sinônimo de revolução. Entretanto, o processo revolucionário brasileiro deveria ser pacífico, porque “o movimento nacionalista revolucionário não se confunde com quarteladas ou guerras civis sangrentas”.

Dentre os temas debatidos no congresso, a matéria destaca cinco: “1) perspectivas do movimento estudantil e ligações com as reformas; 2) reformas de base; 3) mobilização popular pelas reformas; 4) reforma universitária; 5) intervenção do Brasil no Seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido.”

Um dado sobre esse evento que nos chamou atenção: os estudantes de geologia examinaram a criação da minerobrás.

Os estudantes secundaristas também povoaram as páginas do *Brasil, Urgente*. A matéria “Reformas de base: secundaristas tomam posição” noticia a visita que o grupo de estudantes secundaristas, responsáveis pela organização do XIV Congresso da União Paulista dos Estudantes Secundarista - UPES, fizeram à sede do *Brasil, Urgente* para comunicar a realização do evento. Eles também assumiram posição de defesa das reformas.

A matéria “O Brasil em movimento” informa o lançamento do jornal *Movimento* da UNE no congresso de Santo André. Esse jornal foi publicado como encarte no *Brasil, Urgente*.

O movimento operário também foi tema sempre presente nas páginas do jornal *Brasil, Urgente* em matérias como “Perus: greve é guerra”, publicada no primeiro número do jornal e já referida no primeiro tópico desse capítulo. Vale, ainda, fazer referências a outros artigos sobre o tema, começando pela matéria “Operários de Perus voltam ao trabalho – ‘Queixadas’ deixam as ruas: luta agora é só na justiça”, publicado na edição de número seis, que informa que a questão do movimento de greve da fábrica de cimento de Perus seria resolvida na justiça e explica os pormenores da questão jurídica em questão.

Encontramos, ainda, matérias que noticiam eventos propostos pelo movimento sindical, como a manifestação do dia 1 de maio de 1963, em São Paulo, noticiada pela matéria “1 de maio: trabalhadores voltam às ruas pedindo reformas”. O mundo do trabalho rural também era tema recorrente no jornal, sobretudo, por causa da questão da reforma agrária. O jornal também denunciava eventos ocorridos no meio sindical, como a compra de votos para a eleição de Luiz Menossi para a presidência da Federação dos

Trabalhadores da Indústria e do Mobiliário no Estado de São Paulo, entidade “da qual é o ‘pelego’ máximo desde 1944”.

A revolta dos sargentos foi apoiada pelo *Brasil, Urgente*. Entretanto, a primeira matéria sobre o tema, com o título “Sargentos querem as reformas que o povo quer”, foi publicada apenas um mês após o evento. Ela informa que os sargentos do I Exército, solidários ao general Osvino Ferreira Alves, manifestaram-se a favor das reformas de base.

O jornal apóia os sargentos e afirma que era hora de todos os setores da nação se manifestarem para que as drásticas reformas fossem feitas na correção das injustiças das quais era alvo a maioria da nação brasileira, em benefício de uma minoria de privilegiados. A matéria também informa que os sargentos preferiam as reformas pacíficas e dentro do espírito constitucional. Entretanto, afirmaram estar dispostos a pegar em armas para que elas acontecessem de qualquer forma.

Após essa matéria, o jornal publica, na mesma edição, de 16 a 22 de junho de 1963, outra com o título: “Manifesto: ‘somos iguais perante a fome’”. Ela apresenta o manifesto dos sargentos e suboficiais, que representou o ato em que assumiram posição pública e formal diante das efervescências político-sociais que se travava no Brasil.

O artigo apresenta fragmentos de discurso do subtenente Gelcy, liderança do movimento, e revela os melindres dessa crise político-militar. Nesse pronunciamento, os sargentos afirmam que a farda não os diferencia de todos os demais brasileiros: “todos somos iguais perante a fome.”

O apoio a esse movimento insere-se na trajetória da progressiva radicalização do *Brasil, Urgente* que, sendo um jornal de católicos, assume uma posição cuja radicalidade pode ser mensurada na leitura dos fragmentos dos discursos dos sargentos abaixo, publicados pelo jornal:

A elite reacionária – continuou o subtenente Gelcy – que não abre mão de seus privilégios e que, infelizmente, está infiltrada em todos os setores da administração do país, como consequência da política de conciliação com as forças imperialistas, representadas pelo FMI e seus agentes nativos, que nos é imposta pelo atual governo, já se articula contra nós. Alguns dessa elite têm a ousadia de tentar apresentar-nos ao público como perturbadores da ordem.

Mas, disse, o povo pode estar tranqüilo, “porque nós, sargentos, que um dia perante a bandeira de nossa pátria assumimos o compromisso de sermos defensores da ordem – não essa ordem que aí está, uns poucos têm direitos a tudo e 70 milhões não têm nem o que comer, mas sim aquela em que todos os brasileiros tenham as mesmas oportunidades de vencer na vida – das liberdades democráticas e, acima de tudo, da soberania de nossa pátria, jamais deixaremos de cumprir esse compromisso.”

A seguir, os sargentos advertiram as “forças da reação e do golpismo de que não tentassem reviver 1954 e 1961,” porque teriam de enfrentá-los como vanguarda e sentinela do nosso povo. “Quando a ameaça de um golpe tentar concretizar-se em nosso país – afirma – aí então iniciaremos a nossa marcha e o rufar de nossos tambores se confundirá com o martelar das oficinas e a canção de nossa luta será inspirada no choro desesperador das crianças do nordeste.”

“Estaremos sempre alertas” – prosseguiram – “e vigilantes contra as manobras dos grupos reacionários, estaremos permanentemente acompanhando o desesperado esforço da reação, que em derradeiros estertores tenta evitar as reformas que o Brasil exige para sair do estado semi-colonial em que se encontra e se tornar uma grande potência onde seus filhos possam desfrutar de todas as riquezas nacionais.”

“Ai porém, dessa minoria reacionária se com manobras sórdidas ou o dólar sujo conseguir evitar essas reformas, porque nós, sargentos e oficiais progressistas. Pegaremos em nossos instrumentos de trabalhos e faremos as reformas juntamente com o povo. E lembrem-se os senhores reacionários: o instrumento de trabalho do militar é o fuzil.” (*sic*).

O jornal publica artigos sobre a construção da paz, como “Intolerância: ameaça para a paz e a democracia”, que cita o Papa João XXIII e suas encíclicas sociais. Ele informa que a convivência política e social é uma norma que já vem do Papa Leão XIII. Esses artigos tratam da possibilidade ética da violência armada. Esse tema é retomado para responder a questões do manifesto dos sargentos e, ainda, sobre a efetividade da violência revolucionária, como no artigo “Revolução na América Latina”.

Nesse texto, a revolução e a sua realização violenta não são condenadas, mas inseridas dentro de uma compreensão da realidade da miséria que explode, como se fosse um caminho natural, na violência revolucionária. Portanto, os movimentos revolucionários latino-americanos não são manifestações do comunismo, não são atos de ateísmo e nem resultados das infiltrações sino-soviéticas; são compreendidos como conseqüências da fome.

Segundo o artigo, o cristianismo não é anti-revolucionário e o marxismo-leninismo conseguiu o poder de sedução e de organização porque os cristãos deixaram de ser “sal”, ficaram “insossos”. Entendemos que esse argumento parte da mesma compreensão de Paul Tillich, sobre a perda da influência do cristianismo sobre o movimento operário. Para ele, essa perda ocorreu porque o cristianismo perdera o “princípio protestante”.²⁴⁸

Revolução na América Latina

A palavra mais pronunciada na América Latina é *Revolucion*.

A situação miserável dos camponeses e dos operários explode num anseio revolucionário incontrolável. Aí está Cuba.

O movimento revolucionário sul-americano no entanto não é comunista. Não é ateu. Não é infiltração “sino-soviética”. É, isto sim, um grito profundo e angustiante do povo esmagado, explorado e desconhecido.

Clamar contra este brado de revolta, caluniando e difamando e, pior que isso, servindo-se de Deus e da religião para combatê-lo é a maior infâmia que se comete nesse século.

Se em Cuba foi adotado um regime político que considera a religião “ópio do povo”, nos cabe não negar a validade da revolução cubana ou dos outros movimentos revolucionários latino-americanos, mas demonstrar, por ação e não por omissão, que os princípios religiosos, longe de alienar os homens, pelo contrário, os colocam numa posição de vanguarda na luta pela autêntica justiça social.

Se o marxismo-leninismo empolgou “meio mundo” e ainda atrai muitos homens de boa vontade é porque na verdade o “sal” estava perdendo a sua virtude. O “sal” foi feito para temperar; se perder sua virtude será jogado fora. Será “ópio do povo”.

Já no início do século a Igreja proclamava que o maior escândalo dos tempos presentes era o fato de a Igreja haver perdido o proletariado.

Porque os cristãos “serviam-se” do cristianismo. Não fermentavam as massas. Eram “insossos”. Em lugar de inserir-se nos movimentos de seu tempo, estavam preocupados em “conservar” o que haviam adquirido...

E hoje? Vamos repetir o mesmo erro? Vamos nos ausentar da grande massa que aguarda uma palavra de justiça? De fé?

Não. No momento histórico que vivemos dificilmente um marxista poderia dizer que a religião é o “ópio do povo”. Se o disserem o povo não acredita. Porque há um D. Jorge. Um D. Jerônimo. Movimentos de Ação Católica atuantes.

Não vamos nos omitir. Debrucemo-nos sobre nossos irmãos e procuremos ouvi-los. Não seja você o que se julga capaz de atirar a primeira pedra.

²⁴⁸ TILLCH, 1992.

Até Sempre.

A edição de número 22, de 11 a 17 de agosto de 1963, sob o título “FMP rompe e denuncia: Jango quer neutralizar a esquerda”, trata do rompimento da Frente de Mobilização Popular com o governo de João Goulart. Segundo o artigo o presidente da República tentou isolar a esquerda e ficou sem a sustentação de nenhum dos lados. Jango conseguiu apenas hostilidades sem estabelecer hegemonia. Isso colocava em risco seu poder diante de uma realidade com evidentes interesses golpistas.

O rompimento com a Frente de Mobilização Popular com o governo federal deixa o governo sem a cobertura e sustentação de um poderoso dispositivo político e não traz ao presidente João Goulart, como compensação, o apoio das forças conservadoras, hoje como ontem hostis ao seu governo e ainda empenhadas em encontrar fórmulas que determinam o seu afastamento da presidência da República.

Por fim, apresentamos a matéria “Jornalistas católicos denunciam: ditadura econômica sufoca jornais”, sobre o I Encontro Nacional de Jornalistas Católicos, ocorrido em Belo Horizonte. As entidades promotoras desse encontro foram: a União Nacional Católica de Imprensa, o Secretariado de Opinião Pública da CNBB, a União Latino-Americana de Imprensa Católica e o Departamento de Imprensa da Conferência dos Religiosos do Brasil.

Frei Carlos Josaphat participou desse evento como conferencista. Ele defendeu a “tese paulista” que chamou de “Evangelho e Revolução Social.”

Depois de examinar o Evangelho em face das conjunturas históricas, os problemas das reformas das consciências e das estruturas, as possibilidades sociais de nossa época, a Encíclica *Pacem in Terris*, o orador estudou a imprensa e a “revolução social”.

No fragmento acima, a matéria mostra que o Evangelho é examinado diante das interpelações das conjunturas históricas e, efetivamente, as conjunturas históricas e suas questões são interpretadas diante das interpelações do Evangelho. Estabelece-se um círculo hermenêutico no qual a história e o Evangelho são interpretados um e outro diante de um e outro. Esse círculo orienta a *práxis* no cristianismo na libertação e da esquerda católica.

Desse encontro saiu a declaração:

1) o jornalista católico tem o dever de contribuir para um desenvolvimento harmônico e equilibrado no campo nas reformas de base necessárias e inadiáveis; 2) deve promover a conscientização do povo, a promoção da pessoa humana, na sua dimensão e responsabilidade social; 3) nem integrismo direitista nem esquerdista e jamais correr o risco de compromissos econômicos; 4) transmitir a mensagem cristã verdadeira; 5) liberdade de imprensa; 6) empresas jornalísticas cristãs devem ser comunidades cristãs de trabalho, no espírito de *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*; 7) harmonia social do povo brasileiro, emancipação do país integrada no contexto histórico nacional e internacional.

3. 5. Igreja

O tema Igreja é outro dos núcleos duros do movimento *Brasil, Urgente*. Ele permeia todos os demais, sobretudo, através das referências das encíclicas papais. Nesse eixo, o jornal parece encontrar um espaço de maior domínio, de maior segurança temática. A isso deve-se, imaginamos, o dado de frei Carlos Josaphat, teólogo, ser a presença que efetivamente norteia todo o grupo do jornal, que se define como católico. Ele obtém sucesso nesse esforço e é lido por seminaristas, padres e leigos, muitos dos quais pertencentes a movimentos de ação católica e demais movimentos organizados do catolicismo.

Por ser um jornal paulistano, o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, é tema recorrente em suas páginas. A edição de número 6, de 21 de abril de 1963, trouxe a matéria “Cardeal não quer jornal como caqui – nem gente mais católica que o Papa”. Ela trata de uma visita feita pelos diretores do *Brasil, Urgente* ao prelado, a fim de cumprimentá-lo por ocasião da páscoa. O encontro ocorreu em clima de tranqüilidade e a diretoria do jornal fora bem recebida, a matéria enfatizou esse detalhe. Sobre a situação política do país, Dom Motta disse que o Brasil estava com “febre”. Uma febre que prenuncia ou anuncia uma doença grave. Ele compara, ainda, o Brasil daquele momento com a França pré-revolucionária. Na sua opinião, o que levou a França à revolução não foi apenas a pregação dos filósofos revolucionários, “mas o estado de injustiça, miséria, desigualdade e privilégios da França de então”.

O cardeal se referia às reformas quando falava dos remédios necessários ao Brasil. Elas poderiam evitar que a revolução acontecesse, segundo o prelado. Sobre as causas da doença que o país sofria, o cardeal referiu-se a elas como conseqüências da confusão entre ganho e roubo e criticou o liberalismo. Acerca da *Pacem in Terris* teceu comentários elogiosos sobre a encíclica e, sobretudo, à sua abertura a todos os homens e não apenas aos católicos.

Sobre os críticos da encíclica, Dom Carlos Carmelo Motta disse que eram “pessoas mais católicas que o papa” e que se arrogavam a função de árbitros da hierarquia da Igreja. E ela não permitia ser controlada ou criticada por quem não pertencesse a ela.

Por fim, o cardeal elogia o jornal *Brasil, Urgente* e afirma que o acompanha com atenção e gosta de seu estilo, dizendo que “prefere as frutas ácidas” e que não gosta do caqui, mole e sem nervuras.

A matéria “Donos de jornais e privilégios investem contra a Igreja – ‘Estadão’: Farisaísmo e Impostura” foi escrita como resposta aos editoriais do jornal O Estado de São Paulo, que criticavam os pronunciamentos do cardeal Mota. Segundo o *Brasil, Urgente*, o dono do “Estadão”, Júlio de Mesquita, chega

ao supremo ridículo: Um velho dono de jornal, ao que tudo indica, racionalista e positivista, se mete a pontificar como sisudo mestre da Igreja, convencido de que é a palmatória de seus bispos. Dá conselhos. Repreende. Promete discretamente, em recompensa à suspirada docilidade, abrir, de par em par, seu jornal imenso, em apoio à Hierarquia.

O artigo diz que o cardeal Mota, criticado pelos conservadores, apenas segue fiel às orientações das encíclicas do Papa João XXIII. E, ainda, que os donos das grandes impressas: Júlio de Mesquita, Assis Chateaubriand e João Mendes são forças conservadoras e farisaicas que se voltam contra a Igreja quando ela denuncia as injustiças, as imposturas e afirma a necessidade das reformas.

Como o IBAD, o IPES, os donos de “O Estado de São Paulo” e dos “Diários Associados” representam essa crosta de reação contra a força renovadora do Evangelho. Antepõem-se como peso morto, face ao dinamismo da Igreja, que, sob orientação de João XXIII e o sopro do

Espírito, se empenha na pregação da Justiça Social, da extensão efetiva dos direitos fundamentais a todos os homens.

A matéria “Cardeal Motta: Paulo VI é a esperança de união de todos os homens” foi feita após a chegada do arcebispo de São Paulo do conclave que elegeu o Papa Paulo VI. Segundo Dom Motta, os primeiros pronunciamentos do papa eleito apontavam para a continuidade das orientações do papado de João XXIII. Essa continuidade se expressava, sobretudo, na definição da abertura da segunda sessão do concílio. Informa ainda que o nome Paulo é sintomático. Acredita-se que será o papa do diálogo.

A matéria “D. Jorge Marcos: riquezas da terra são para todos e não para alguns – Bispo de Santo André após congresso da UNE e seminário da Bahia” foi feita a partir de uma entrevista com Dom Jorge Marcos, primeiro bispo de Santo André. Podemos considerá-lo como um membro da hierarquia representante da esquerda católica.

A questão social e econômica foi tema tratado na entrevista. Segundo Dom Jorge, em uma conferência que proferiu sobre a encíclica *Rerum Novarum*, ele afirmou que foi o papa Leão XIII quem iniciou a luta doutrinária contra o capitalismo e contra a falsa solução comunista. Portanto, tanto o *capitalismo* quanto o *comunismo* eram condenados como *sistemas* econômicos. Entretanto, os *capitalistas* e os *comunistas*, as *pessoas*, eram convidados para o diálogo.

O tema central da entrevista e da matéria foi o movimento estudantil e o apoio que o bispo dava ao congresso da UNE, que aconteceria em Santo André, e ao seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido, que aconteceria em Salvador, Bahia.

O congresso da UNE – prosseguiu – terá a grande vantagem de colocar os estudantes brasileiros lado a lado com a classe trabalhadora, num dos maiores centros industriais do Brasil. Os estudantes verão de perto como é nobre o trabalhador que se mata por sua família, que ama seu trabalho e que luta por uma situação melhor. Durante as madrugadas gélidas do ABC, os estudantes terão a oportunidade de ver a multidão que passa, levando, sob o braço mal agasalhado, a marmita com a refeição dormida, mas caminhando em direção da fábrica, trôpego ou com firmeza, com a alegria do trabalho garantido ou com a angústia da incerteza pelo dia de amanhã.

Luto por todos os homens

Prosseguiu D. Jorge Marcos: “Contaram-se que dois jornais, um do Rio e outro de São Paulo, publicaram que o Congresso da UNE seria realizado

em Santo André em homenagem a seu pobre bispo que segundo um desses ricos periódicos se afasta cada vez mais da Igreja e se aproxima de Moscou. Infelizmente, eu nada soube de concreto sobre esse congresso. Nem fui convidado. ‘O Globo’ e ‘O Estado de São Paulo’ não podem publicar informações desta natureza. Não sou nem nunca fui comunista, mas por princípio de formação cristã também não sou **anti**.²⁴⁹ Sou um sacerdote que aspira sempre por um mundo melhor, onde os homens, voltados para o Deus da Justiça, se irmanem em lugar de se guerrearem e matarem. Sou essencialmente contrário às guerras que separam os homens e semeiam apenas a morte e a desgraça. Por que me chamam de comunista? Porque dialogo com elementos que pertencem ao Partido Comunista? Porque acho, dentro de uma doutrina cristã, que muitos deles podem voltar ao redil de Cristo, coisa que os grandes senhores acham impossível? Minha fidelidade à Santa Igreja Católica Apostólica Romana é incondicional e é a razão mesma de toda a minha luta e de todos os meus esforços. Não luto por mim. Luto pela Santa Igreja. Luto por todos os homens. Luto por todos aqueles que Nosso Senhor quis salvar.

A propósito do Seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido, em Salvador, lembrou D. Jorge Marcos que o Santo Padre João XXIII convocou todos os homens para a luta contra o subdesenvolvimento e as estruturas subhumanas. “Vejo esse seminário – declarou – como um esforço obrigatório dos estudantes contra o subdesenvolvimento. Deus não quer que seus filhos morram de fome em países ricos. Deus não quer que países paupérrimos apresentem os esqueletos de seus filhos como escada para outros países ricos ou em situação econômica estável. Deus entregou a Terra com as suas riquezas, sua produção, sua beleza, a todos os homens e não apenas a um grupo. Este mundo, que é um vale de lágrimas em razão do pecado, da injustiça, da morte, deve ser um caminho para Deus através de tudo quanto Deus criou e concedeu aos homens. A injustiça de um pequeno grupo que domina os setores econômicos, políticos e sociais do mundo moderno é, hoje, a grande responsável por esse clima de insegurança, de ameaças, de fome e de exploração.”

O jornal *Brasil, Urgente* transcreve o artigo “A imolação episcopal”, de Alceu Amoroso Lima, publicado no *Jornal do Brasil*. Ele faz referência a Dom Leme, para o qual o episcopado é um ato solene de sacrifício e deságua em Dom Jorge Marcos de Oliveira. Segundo Alceu, o bispo de Santo André, antigo companheiro de Ação Católica, exerce o seu episcopado como um sacrifício pessoal e voluntário, inserido nos embates do movimento operário, numa perfeita inserção no ambiente da Igreja das encíclicas sociais de João XXIII. Nesse texto sobre o episcopado, Tristão de Ataíde se vale de uma citação do cardeal de São Paulo, talvez não por acaso retirada do prefácio de uma edição

²⁴⁹ Grifo no original.

brasileira das encíclicas de João XXIII, a qual propõe o cristianismo como lugar eficiente para a superação dos dramas do século XX, daquele momento: o liberalismo econômico e o estatismo socialista.

O “fraternalismo cristão que é o antídoto contra paternalismo patronal do liberalismo econômico e contra o paternalismo estatal do socialismo marxista”, como diz magnificamente o Cardeal Mota, Arcebispo de São Paulo, no prefácio à edição José Olympio das últimas Encíclicas.

A edição de número 8, de 5 de maio de 1963, publica o artigo “Bispos e povo na linha das reformas” sobre o lançamento, na semana anterior, de documento episcopal baseado na encíclica *Pacem in Terris*. Segundo o *Brasil, Urgente* esse texto apóia o programa de reformas de base como caminho para o estabelecimento da justiça social no país. Sobre a questão da reforma agrária, os bispos brasileiros consideraram que não se tratava de um “atentado contra o direito de propriedade uma indenização total ou parcialmente em dinheiro ou em títulos da dívida pública dando a esses títulos a garantia da revalorização...”

Nesse documento, os bispos apóiam as teses mais progressistas sobre a reforma da Constituição. A mensagem diz, ainda, que ninguém pode desconhecer a condição dos camponeses e que elas são uma afronta à dignidade humana.

O texto foi assinado pelo cardeal Dom Jaime Câmara, presidente da CNBB, pelos cardeais Motta, de São Paulo, Augusto da Silva, da Bahia, e pelos arcebispos, Dom José, de São Luiz, Dom Vicente, de Porto Alegre, e dom Fernando, de Goiânia.

O jornal *Brasil, Urgente* publica na edição de 14 de abril, três dias após a publicação da encíclica *Pacem in Terris*, o artigo “Papa equaciona salvação da humanidade Paz = Verdade + Justiça + Caridade + Liberdade”.

Nesse artigo, o *Brasil, Urgente* saúda e elogia a carta de João XXIII e reputa-a como necessária ao momento mundial. E revela a coincidência entre a encíclica e linha do jornal que se assume orientado pela doutrina social da Igreja Católica.

O Papa João XXIII surpreende, mais uma vez, o mundo com um documento chamado à repercussão, dada à importância de seu conteúdo, a profundidade de sua doutrina e sobretudo a coragem com que formula os problemas mais agudos de nosso tempo. Trata-se da Carta Encíclica “dirigida aos bispos, ao clero, aos

católicos e todos os homens de boa vontade”, *Pacem in Terris*, a “Paz sobre a Terra”, na data tão bem escolhida da Quinta-feira Santa, 11 de abril de 1963.

A edição de 21 de abril publicou o artigo “Mundo (unânime) aplaudiu a nova encíclica de João XXIII”. Ele constitui-se num esforço de apresentar o documento papal, preocupando-se em afirmar que ele foi bem recebido em todo o planeta. A unanimidade do documento afirma o papado como um lugar de autoridade legítima de orientação de todo o gênero humano.

A leitura cuidadosa do texto original da nova Encíclica *Pacem in Terris* publicada no Osservatore Romano de 11 de abril de 1963, permite-nos compreender a razão de sua repercussão tão universal e de sua aceitação tão unânime, no Oriente e no Ocidente, da parte de correntes e grupos os mais diversos.

Segundo o artigo, a paz, tema central da encíclica, é o desejo de todo o mundo que, naquele momento, se via ameaçado pela guerra fria, pelas ações armadas revolucionárias e por golpes de Estados. O papa João XXIII não inaugura a questão. Entretanto, dá um tratamento a ela com maior refinamento e densidade num texto que, ainda segundo o artigo, possui até mesmo um belo estilo literário. É um texto dirigido a todos.

A paz tema, central da Encíclica, já fora abordada por vários documentos papais, particularmente por Pio XII, mas em nenhum deles fora focalizada com tanta amplitude e profundidade.

A nova Encíclica se caracteriza pela harmonia de sua construção, chegando a ser um documento de real beleza literária, dentro dos moldes de austeridade, usuais no estilo do Vaticano, comparada com a *Mater et Magistra* que ela veio confirmar e completar, a nova Carta apresenta um plano mais simples e mais claro uma vez que não se detém em apanhados históricos como a primeira Encíclica.

O artigo cita diversos comentários advindos de vários países do mundo: Europa, América do Norte e URSS. Todos elogiaram a carta. Entretanto, a ditadura de Franco sentiu-se ameaçada: ela “tremeu diante das palavras do Papa”. No Brasil, toda a imprensa teceu elogios. Apenas o jornal O Estado de São Paulo, em que pese um editorial elogioso, publicou comentários de um de seus principais articulistas tecendo críticas ao documento papal. Segundo esse articulista, o papa João XXIII estava abrindo possibilidades maiores

para a infiltração comunista nos países em desenvolvimento. Essa “abertura” acontecia quando o papa fala do diálogo e da cooperação entre cristãos e não-cristãos, incluindo os marxistas.

Não foi menor a repercussão do documento no Brasil. Do presidente da República aos líderes políticos, estudantis, sindicais, todas aplaudiram a encíclica. Destaque-se opiniões sobre a mesma, cheias de louvores, feitas pelos srs. Alceu Amoroso Lima, Jânio Quadros, Leonel Brizola e Luis Carlos Prestes. O último chegou a chamar o Sumo Pontífice de paladino da paz entre os homens.

A edição de número 7, de 28 de abril de 1963, publica o texto “Pedidos – esclarecimento da JUC do Brasil à nação”, sobre a indicação que a UNE fez do nome do papa João XXIII para o Prêmio Nobel da Paz. Essa indicação, apoiada pelo governador Miguel Arraes, foi feita pelos estudantes da JUC. A leitura dessa artigo nos deu elementos para confirmar a idéia de que a esquerda católica não propunha uma ruptura com a hierarquia. Pelo contrário, elaborou-se dentro do ambiente católico romano compreendendo que elaboravam, efetivamente, a fiel interpretação dos documentos papais.

A edição de número 12, de 2 a 8 de junho de 1963, apresentou o artigo “O mais humano dos Papas” sobre a enfermidade de João XXIII. A leitura dessa matéria, deixa muito forte a impressão de que esse papa conseguiu atender a uma demanda de um espírito de época. O artigo informa que o próprio movimento *Brasil, Urgente* não existiria sem as suas ações, cujas encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* conseguiram sistematizar e municiar o espírito da esquerda católica.

Este jornal sem dúvida não existiria sem o elã e as diretivas que do Evangelho nos vieram, através dos gestos e das palavras de João XXIII.

(...)

Ousáramos aplicar de certa maneira a este servo de Deus aquilo que o evangelho nos diz em relação a Jesus Cristo: Deus amou o mundo a tal ponto que lhe deu seu próprio Filho.

Deus amou o mundo de hoje, a humanidade sacudida pela angústia e pela esperança e nos deu um Papa identificado com tudo que há de mais humano.

João XXIII se tem mostrado instrumento dócil nos planos divinos precisamente por ser o mais humano dos Papas.

Após a morte de João XXIII, a edição de número 13, de 9 a 15 de junho de 1963, publica o artigo “João XXIII: Herança de paz para o mundo”. A matéria elogia aquele que seria um papa de transição e que surgiu, efetivamente, como uma liderança que definiu uma orientação forte para o catolicismo. Sua influência, entretanto, é exercida para além do universo católico. Narra a trajetória do papa na Igreja. Surpreende com o anúncio de um concílio. Concílio do diálogo. Chama-o de papa da justiça social.

A notícia da enfermidade e do falecimento do Papa João XXIII abalou o mundo, repercutiu em todos os países, em todas as camadas sociais. As divisões ideológicas, os “muros” e as “cortinas” desapareceram como por encanto. A família humana se sente reunida, com a morte do pai. Papa quer dizer pai. João XXIII, em menos de cinco anos de um pontificado surpreendente, fez jus, como nenhum outro Papa destes últimos séculos, ao nome de pai comum da cristandade, ou mesmo de toda a humanidade. Foi pai, não apenas porque a todos tratou-nos como filhos procurando encaminhar os homens de todas as raças, de todas as classes, e até mesmo de todos os credos, pelas vias do mútuo entendimento fraterno e da paz, mas pai sobretudo porque dando exemplo de uma maturidade humana perfeita, chamou-os a assumir nossas responsabilidades de homens, nossos deveres de justiça e de amor para com o próximo, a incumbência que pesa por sobre os nossos ombros de cristãos adultos, para com a missão evangelizadora e social da Igreja.

A matéria afirma que as duas encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* marcarão seu pontificado através da história e sua compreensão é simples:

Considerando já suficientemente condenados os devidos materialistas e as negações da liberdade no plano doutrinal, esses dois documentos se empenham em apresentar, de maneira positiva e atualizada, as grandes linhas da reconstrução social do mundo, dentro das normas da justiça e os caminhos da paz.

O raciocínio do Papa, nessas duas encíclicas, é extremamente simples. Parte do princípio de que a sociedade, as estruturas econômicas, os organismos políticos nacionais e internacionais, os entendimentos entre os povos devem enfim visar sempre o homem e promover o seu bem efetivo, respeitando positivamente o direito que cada homem tem à verdade, à justiça e ao amor. Devemos eliminar as falsas esperanças, os grandes ideais, quaisquer que sejam os seus nomes, quando se propagam com detrimento da verdade, quando se negam aos imperiosos reclamos da justiça, quando semeiam a divisão, a guerra, a destruição dos concorrentes. Nesse sentido é que João XXIII propôs uma orientação nova à atuação social dos cristãos, cujo alcance ainda não percebemos inteiramente. Continuamos aferrados às idéias antigas, de uma humanidade irremediavelmente dividida, e nos recusamos a abrir lealmente o diálogo entre todos os homens, confiando na boa vontade de

todos, para promover com a colaboração de todos, o bem comum para todos. João XXIII quer que os organismos sociais em todos os escalões, desde as mais simples sociedades até os grandes Estados, observem as leis elementares do respeito, da tolerância, da justiça e do amor, que são as bases da convivência entre os indivíduos e entre os grupos humanos.

Ainda sobre a morte de João XXIII, Dorian Jorge Freire, um dos diretores do *Brasil, Urgente*, escreve a coluna com o título “Testamento do Papa”, relatando que João XXIII “não fundou a doutrina social cristã”, mas a iluminou. Segundo ele, essa doutrina pode ser descoberta se fizermos recuos até o cristianismo em suas origens, até que possamos observar os ensinamentos de Jesus.

João XXIII lançou luz sobre uma doutrina esquecida, pouco compreendida e nada praticada. Agora todos sabem que o cristianismo tem uma irrecusável dimensão social, que ninguém desrespeitará sem consciência de sua ação. E doutrina capaz de resolver o problema do homem e colocá-lo no seu destino. Diante do capitalismo e do comunismo João XXIII colocou, com precisão e oportunidade admiráveis, uma doutrina capaz de oferecer resposta para todos.

(...)

Não podemos permitir que o silêncio cubra de poeiras a graça de um excelente pontificado e nem deixar que a doutrina social cristã volte para as poeiras dos museus e para o esquecimento.

A matéria “Pregação social apavora reação” noticia o interrogatório a que foi submetido o monge beneditino Dom Jerônimo de Sá Cavalcante. Um estudante denunciou o monge afirmando que ele teria se declarado a favor das reformas de base no país, através de meios violentos e sangrentos, à maneira da revolução cubana, em uma palestra na Universidade Federal da Bahia, em setembro de 1962.

Os interrogadores perguntaram-lhe se ele era comunista e sobre o conteúdo de sua pregação. “Ao afirmar, Dom Jerônimo, que o conteúdo de sua pregação eram as encíclicas papais, especialmente a *Mater et Magistra* e a *Pacem in Terris*, afirmou o capitão que esta última encíclica estava na linha justa de Moscou: ‘um documento dentro da linha justa de Moscou’”.

Dom Jerônimo questionou sobre o direito que o Exército tinha de interrogá-lo e ouviu do capitão interrogador a afirmação de o Brasil estava em período pré-revolucionário, por isso o Exército tinha o direito de interrogar qualquer cidadão.

Em suas pregações, o beneditino afirmava que o operário tinha uma missão que ele ousava chamar de divina. Era necessário dar ao operário a consciência dessa sua missão, ao mesmo tempo histórica e divina. O combate ao comunismo, por sua vez, não poderia acontecer pelas vias históricas que estava acontecendo. O monge criticava asperamente os “falsos cristãos”, que liam as encíclicas e ficavam apenas com a parte do anticomunismo.

O monge recebera manifestações de apoio diversas.

Ainda, o *Brasil, Urgente* publica o artigo “Medo de dividir”, escrito por Dom Jerônimo Cavalcanti, que é um documento muito bom para se pensar o catolicismo brasileiro militante do período.

O medo se apodera de alguns grupos privilegiados. Medo do pecado? Medo das injustiças cometidas contra o irmão? Medo da exploração que se praticou para com o próximo, que dentro da doutrina cristã é “imagem e semelhança de Deus”? Não. Infelizmente não é esse o medo que está dominando certos meios “soit disants” cristãos. É outro bem diferente. É medo de perder as posições conquistadas às custas do sangue e do suor do outro, do salário pago pela metade ao operário. É medo de não poder continuar desfrutando do comodismo, do bem estar. Diríamos em uma palavra, é o medo de dividir. É o medo terrível de imitar o gesto de Cristo, tomando o pão, o alimento, os bens materiais e dividindo com os outros.

E é esse medo que está fazendo tanta gente afirmar-se católico, em defesa da “civilização cristã”. Naturalmente, não defendem o cristianismo autêntico, o cristianismo das catacumbas, das lutas da verdade, da justiça, mas este falso cristianismo que outra coisa não é do que o uso indébito da religião para defesa de seus interesses e privilégios. Diríamos, com o nosso Tristão de Athayde, que esta gente está “envelhecendo”, desfigurando o cristianismo. Essa gente que confunde a mensagem da Igreja e do Evangelho “com uma civilização, uma classe, um poder dominante nos tempos modernos”.

É a desfiguração do cristianismo, visível entre nós pela filosofia burguesa da vida de tantos círculos sociais. É a desfiguração da Igreja a aceitação do racismo como estamos vendo no país irmão dos “Estados Unidos”, que, felizmente, ainda tem um presidente que se levanta corajosamente contra “a mais negra mancha” daquela nação. É a desfiguração do cristianismo pela aceitação do colonialismo, pela submissão de povos fracos com a justificativa sórdida de que isso é ação missionária. Há uma diferença profunda, também, lembrada ultimamente por Tristão de Athayde, “entre ação missionária e ação colonizadora”.

A Igreja, porém, quer a reforma do homem e das estruturas sociais, quando elas não atendem mais aos interesses supremos da própria dignidade humana.

Cristianismo é amor, é a vivência em toda a sua plenitude do seu mandamento básico: “amar ao próximo como a si mesmo”. A Igreja tem de desvincular-se de todos esses compromissos com o espírito burguês da época, espírito esse que é tão materialista e tão intrinsecamente mal como é o comunismo.

Temos, pois, de partir para a recristianização disso que aí está, através dos documentos que João XXIII nos apresentou nas suas encíclicas sociais, a verdade, o amor, a liberdade e a solidariedade. Diríamos, numa palavra, respeito à dignidade da pessoa humana.

Tristão de Atayde publica o artigo “Quatro Paulos” sobre a eleição do Papa Paulo VI e trata dos aspectos de abertura para os “gentios” que se esperava desse papado e cita as oposições iniciais a esse pontificado. Elas fundavam-se em argumentos absurdos de uma minoria, como o discurso do líder governista da Assembléia Legislativa da Bahia, que “encontrou para seu desabafo essa sentença deliciosa: ‘os comunistas alcançaram uma grande vitória: elegeram um papa comunista...’”

O artigo justifica o papado como autoridade máxima da Igreja. Dele sai a autoridade incontestada para os católicos. Essa compreensão de Igreja é fiel à inaugurada pelos bispos reformadores da Questão Religiosa e que atravessa toda a primeira metade do século XX no Brasil, chegando à segunda metade desse século. Essa visão parece-nos uma continuidade no pensamento católico brasileiro presente nos bispos da Questão Religiosa; no padre Júlio Maria, que fundamentava-se na autoridade na Encíclica de Leão XIII; em Jackson de Figueiredo, que funda o Centro Dom Vital, em homenagem ao bispo reformador, chegando a Dom Leme e ao próprio Amoroso Lima que acompanha, na sua trajetória de vida, a transição do catolicismo conservador para a abertura para os questionamentos do mundo moderno: sem romper com Roma e nem desejar o rompimento.

O jornal *Brasil, Urgente* firma-se como um espaço de produção de respostas às críticas sofridas pelos católicos progressistas. Uma dessas respostas está no artigo “Paulo VI e a impostura publicitária”, que responde à afirmação publicada no jornal O Estado de São Paulo de que o papa Paulo VI havia condenado os “católicos progressistas”. A

matéria do Estadão “fulminava todos aqueles que vinham divulgando entre nós os ensinamentos sociais da *Mater et Magistra* e da *Pacem in Terris*”.

A edição de número 3 do jornal traz uma nota sobre a “Visão africana da Igreja” sobre o concílio que se desenvolvia e registra a esperança do Vaticano II em promover a renovação litúrgica, a descentralização administrativa e a cristianização dos ritos pagãos.

A edição de número 5, de 14 de abril de 1963, trouxe um texto com os seguintes títulos: “Porque ele pregava uma palavra divina – imperialismo matou Jesus” e “Foi morte política: Cristo era ameaça aos privilégios”, que começa com o seguinte parágrafo:

Falando numa linguagem dura, simples e verdadeira – que empolgou o povo da galiléia – o carpinteiro Jesus Cristo constituiu-se, no ano 28 da nossa era, em séria ameaça aos privilégios tanto dos romanos invasores como das classes dominantes do país que colaboravam com seus exploradores. A sua grande popularidade causou grande preocupação ao governador Pôncio Pilatos – ao que parece o considerou um revolucionário – e às elites hebréias, manipuladoras da religião judaica para manter o povo dócil e educado. O amor do povo pelo pregador carpinteiro o levaria à morte alguns anos mais tarde e sua condenação surpreendeu a população. Essas são algumas das implicações políticas que a passagem de Jesus teve sobre uma Galiléia dominada por um povo imperialista e explorada pelas suas próprias elites.

Esse artigo lida jornalisticamente com a questão da morte de Jesus de Nazaré. O texto considera a ressurreição de Jesus como um fato. Afirma que ele sofreu uma morte política e que sua ressurreição aconteceu por causa de sua opção e ação política. Jesus foi morto pelo Estado imperialista.

O texto apresenta da seguinte forma os personagens dessa trama histórica:

1) Os grupos judeus apresentados como aqueles que se beneficiavam com a realidade de exploração que o povo palestino sofria, eram traidores do povo a favor do domínio romano. 2) Os dominadores romanos. 3) Os guerrilheiros zelotas “que deixam ver sob a túnica, uma ponta de espada e esperam ansiosamente a oportunidade para um golpe decisivo, recorrendo com maior ou menor sucesso a freqüentes ‘guerrilhas’”. 4) E, por fim, “desorientados”, “sofredor” e “aflito” encontra-se *como sempre* o povo.²⁵⁰

Segundo a matéria, Jesus falava a esse povo que fora escolhido para receber a Palavra exatamente por causa dessas condições em que viviam. E o povo gostava de

²⁵⁰ Grifo nosso.

Jesus e de ouvi-lo. Seu testemunho era o da Verdade. E por causa da verdade o mataram. O povo não teve culpa da morte de Jesus. Sua morte foi causada pela astúcia dos ricos e pelo equívoco do império romano, que o prendera provavelmente como um zelota. Sua verdade colocava em risco as posições de privilégios experimentada pela elite judaica. O povo assistia a tudo bestializado. Inocente e refém como um “rebanho sem pastor”.

Essa interpretação da causa da morte de Jesus diz muito acerca da visão de mundo e dos compromissos políticos de quem a escreveu: os personagens povo pobre e sofredor, refém das relações de poder corrompidas e opressoras; o imperialista estrangeiro que invade e coloniza uma dada nação, explorando seus recursos e seu povo; os grupos guerrilheiros e os nativos cooperadores com o explorador estrangeiro, traidor da nação que se vende em troca de privilégios, sempre valioso para o colonizador. Jesus, por sua vez, foi vitimado pela Verdade, mas, ressuscitado.

Temos, portanto, o império que é mau e o traidor da nação que é mais mau ainda, porque é traidor. O texto fala muito da terrível culpa dos grupos de elite judaica que levaram Jesus à morte, mas não trata da mesma forma o governador romano. Há o povo ingênuo e sofredor, incapaz de saber as causas da exploração sofrida e os caminhos para superá-la; os guerrilheiros, cuja ação não é condenada, pode até ser compreendida como legítima, mas não valorizada, e Jesus, o portador da verdade, o messias.

Esse esquema pode ser encontrado no ambiente histórico no qual esse artigo foi escrito. Nele havia os exploradores imperialistas, no caso, os EUA; a elite nacional traidora, no caso, setores da burguesia nacional e seu braço armado, a saber: alguns setores militares; o povo sofredor e ignorante, incapaz de saber por si as causas da exploração que leva ao sofrimento e as vias de superar a exploração; os guerrilheiros, cuja ação não é condenada e, ainda, é compreendida e assumida como legítima, como pudemos observar em outras matérias do jornal sobre as guerrilhas; e, por fim, Jesus. O autor desse artigo interpreta o evento morte de Jesus a partir das questões postas pelo seu presente e das categorias de que ele dispunha ou que eram relevantes para ele.

O evento histórico Jesus de Nazaré não se repete na história e o autor não afirma que os cristãos ocupariam o lugar dele nesse esquema. Entretanto, esse espaço deve ser preenchido. O cristão remanifesta o evento crístico no ritual da política. Em sua

militância, ele atualiza a palavra e o evento Jesus, dando continuidade à verdade que o fez morrer. Esse ato acontece num ambiente histórico contemporâneo ao autor, no qual ele busca fazer coincidir as suas linhas de força e interesses com o momento do movimento histórico de Jesus Cristo, na Palestina. Assim é possível a reatualização e a significação religiosa do evento social e político de que o autor participava.

O jornal *Brasil, Urgente* tem, efetivamente, um estatuto de jornal católico, e, em que pese o dado de não ser oficial, foi objeto de intenso debate entre membros do clero. A sessão *Debate*, da edição de número 15, traz o seguinte título “A propósito de Brasil, Urgente”. Nela foi publicada a carta do padre Tomás Domingos Rodrigues que responde a um artigo de um outro padre publicada no jornal “A Cidade de São João” que critica o jornal *de* frei Carlos Josaphat. Padre Tomás defende o *Brasil, Urgente*, afirmando que ele era um jornal que já se fazia necessário e responde às questões do momento histórico.

O jornal também noticia, eventualmente, acontecimentos do Concílio Vaticano II. Um dos artigos sobre o tema foi escrito com o título “À procura do homem do século XX”. Ele informa que, durante a primeira fase do concílio, um dos temas mais debatidos, às vezes nas sessões, mas, na maioria das vezes, nos corredores, foi acerca de quem é o homem do século XX. Esse tema era importante porque o catolicismo elabora sua doutrina social partindo de uma dada compreensão do humano. Essa elaboração antropológica era também o ponto de onde partiam as idéias de *Brasil, Urgente* e da esquerda católica. O humano, numa ampla compreensão e afirmação de sua dignidade, era o critério para se negar ou afirmar um dado sistema político e econômico.

A edição de número 18 publica o artigo “JOC quer reformas” e noticia o envio de um manifesto da JOC à presidência da república exigindo a reforma agrária com emenda na Constituição, a reforma urbana, a extensão do direito ao voto do analfabeto e a participação dos trabalhadores na administração e nos lucros das empresas. O manifesto defende “reformas estruturais”. O argumento do manifesto funda-se na defesa da pessoa.

Exigimos: uma reforma agrária radical que tenha como objetivo o camponês, possibilitando-lhe o acesso à terra e os meios com crédito, assistência técnica, social e cultural.

O jornal noticiou vastamente o curso “Evangelho da Unidade e do Amor”, de Josaphat sobre o evangelho de São João. Eram aulas semanais descritas pelo jornal. Vale citar dois artigos sobre esse evento: o primeiro tem o título *Cristãos devem viver e conhecer o Evangelho* e o segundo *Deus é a resposta às aspirações dos homens*. Este noticia a sugestão de frei Josaphat, ao final de uma aula: “Sugeriu frei Carlos que os participantes do curso fizessem o seu vocabulário joânico, anotando os seus termos doutrinários, comparassem tal vocabulário com o de São Paulo e os confrontassem com as perspectivas e aspirações modernas”.

Esse confronto da leitura bíblica com a realidade que o dominicano propõe constitui uma metodologia da esquerda católica.

Por fim, nesse eixo temático, a edição de número 9, de 12 de maio de 1963, publicou a matéria “Evangélicos entram na luta pelas reformas de base”. Ela informa que a “Igreja evangélica brasileira” também estava adotando “uma atitude realista” em relação aos “problemas socioeconômicos da nação”. Para isso, através de grandes esforços, fora traçado “um amplo programa de estudos e ação relativo aos problemas do povo brasileiro para os anos de 1963 a 1967”. Esse plano fora precedido de um grande evento, a “Conferência do Nordeste – Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro, em julho de 1962, no Recife”.

Essas atividades foram promovidas pelo Departamento de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil e planejada sob o tema geral: “A Tarefa da Igreja na Humanização do Desenvolvimento Nacional.” Esse projeto teria três eixos: estudos da responsabilidade cristã frente ao desenvolvimento social e das reformas de base, formação de quadros cristãos para inserções sociais, políticas e culturais e proposições de projetos-piloto de ação.

A conferência do nordeste de 1962 foi, segundo o *Brasil, Urgente*, um evento sem precedentes na história das Igrejas Evangélicas no Brasil e teve grande repercussão também fora dos meios evangélicos. Ela aconteceu sob a presidência do reverendo metodista Almir Santos.

Participaram dessa conferência, além dos líderes evangélicos, Celso Furtado, Gilberto Freyre e Paul Singer. Falaram sobre a atuação da Igreja no Brasil e no mundo,

sobre as mudanças sociais na história contemporânea, sobre a participação do nordeste no processo revolucionário brasileiro (pensavam que ela viria e estava próxima) e sobre soluções para os problemas socioeconômicos do Brasil.

O reverendo Almir Santos citou o pronunciamento de um líder evangélico norte-americano, feito em 1954:

A revolução social é um fato no mundo de hoje. Ninguém a pode impedir. É uma coluna que caminha para a vitória e seus passos não podem ser embargados de forma alguma. Nós, norte-americanos, identificamos essa revolução social com o comunismo, quando uma coisa nada tem a ver com a outra. Esta revolução está sendo realizada pelos povos do mundo que sofriam fome e decidiram resolver esse problema; que viviam nus e reconheceram o direito que têm à vestimenta e ao abrigo; que viviam na miséria e concluíram não ser esse estado normal ou da vontade de Deus para a vida humana.

A essa citação o reverendo acrescentou:

É maravilhoso e extraordinário, é realmente extraordinário, que há oito anos um cidadão norte-americano, um líder evangélico, fizesse essas declarações. É, portanto, lamentável, tristemente lamentável, que ainda hoje em nosso país existam aqueles cuja sensibilidade se choca ao ouvir as palavras: processo revolucionário e revolução social. (p. 15)

Sobre a revolução brasileira, o reverendo Santos pergunta para a platéia: “Quem está satisfeito com a situação atual do Brasil?” E acrescenta que a revolução social está em andamento, e é um grito de revolta, “no bom sentido”, de uma população que desperta para a consciência de que a miséria não é uma situação inelutável.

Essa matéria revela que os movimentos da esquerda evangélica também compreendiam que o Brasil vivia um processo revolucionário entendido não como adesão ao comunismo, mas como um fenômeno amplo de transformações profundas na cultura, na política, nas relações familiares e consciência profunda de que a economia poderia ser racionalmente orientada e antecipada em suas conseqüências.

Capítulo 4

Segunda fase

E para os cristãos que aqui escrevem, toda esta história começa com o tremendo fato de um Deus que, não contente em criar o mundo, se fez também homem entre homens.

Luiz Alberto Gómez de Souza

A segunda fase do jornal *Brasil, Urgente* inicia na edição de número 25 e vai até a edição de número 39. Ela é marcada por uma maior intensidade de matérias de conteúdo político. Nesse período, frei Carlos Josaphat passa à condição de fundador e contribui para a maior sistematização da denúncia do capitalismo a partir da doutrina social da Igreja Católica.

Essa fase deixa de ter as matérias sobre artes plásticas, cinema, televisão, caderno feminino e esporte. Ela mantém, basicamente, as matérias de militância: sobre política, economia, movimentos sociais, matérias de frei Carlos Josaphat, Coluna de Dorian Jorge Freire, denúncias e notas sobre o cotidiano da política (*Brasília, Urgente*).

O número de diretores também diminuiu: passa para apenas cinco: Dorian Jorge Freire, Fausto Figueira de Mello, Josimar Moreira de Melo, Roberto Freire e Ruy do Espírito Santo. Essa fase acompanha o processo de radicalização da política brasileira.

4.1. Editoriais

Nessa segunda fase, os editoriais do jornal *Brasil, Urgente* mantêm uma rotina de elaborações acerca da conjuntura política brasileira. Ele acompanha os momentos e eventos como um partícipe que busca, através da sua condição de mídia/meio, influir na arena na qual as forças se posicionam com maior distinção entre si e com cada vez mais claras estratégias de fogo.

Esses editoriais antevêm o atentado final à democracia, identificando manobras golpistas de setores da política contrários às reformas de base. Ou, ainda, compreendem a fragilidade da democracia para resistir às tensões daquele momento político. A defesa das reformas transformam-se, para o jornal, numa questão de estratégia contra o golpe. Ele propunha que se elas acontecessem o golpe de Estado perderia o seu objeto: evitar que elas acontecessem.

O editorial da edição de número 25, com o título “Reafirmação de princípios”, faz um balanço da trajetória do jornal até aquele momento. Ele revela a consciência de que o movimento *Brasil, Urgente* estava entrando numa nova fase. Entretanto, o texto afirma que isso não significa ruptura, mas uma decorrência da fidelidade com o compromisso publicado no primeiro editorial e mantido até aquele momento.

Após citar um longo trecho do editorial do primeiro número, ele enumera os exemplos da fidelidade do jornal à sua proposta inicial. Dentre eles, registra as denúncias sobre a atuação do IBAD e IPES, “enquanto a maior parte da imprensa silenciava”, do controle dos medicamentos por empresas estrangeiras, a defesa da Petrobrás, das reformas de base etc. Tudo isso em estrita fidelidade à tradição do catolicismo romano.

Defendemos a Doutrina Social Cristã, lutando tenazmente para a compreensão real e a aplicação prática e dinâmica das encíclicas sociais e, notadamente, da *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*.

A organização do movimento *Brasil, Urgente* é um ato consciente de militância fundada no ideário cristão. Junto com a afirmação de sua identidade, o texto do editorial nos revela o ambiente de debates e críticas que o hebdomadário experienciava e aos quais se obrigavam a responder. A fidelidade do jornal é afirmada pelas críticas disparadas contra ele nesses seis meses de vida, segundo o editorial.

O editorial da edição de número 26 “IBAD e consciência cristã” saúda a determinação do governo federal de suspender as ações do IBAD em todo o território nacional. Segundo ele, o Instituto estava sendo investigado por causa de seus terrorismos²⁵¹ políticos. Essa investigação pôde acontecer graças à Comissão Parlamentar de Inquérito e, também e “de modo especialíssimo”, ao deputado Paulo de Tarso, que

²⁵¹ A expressão “terrorismo” para as ações desses instituto são do próprio jornal.

requeriu a constituição dessa CPI. Ainda, “aplausos e louvores” foram dados pelo editorial ao Presidente João Goulart por ter, “corajosamente”, suspenso as atividades do IBAD e começado o início do encerramento “de um dos mais negros e vergonhosos capítulos da história política do Brasil”.

O editorial da edição seguinte continua tratando do tema da suspensão das atividades do IBAD para defender a necessidade das reformas políticas. Sem as quais o país “não passaria de uma democracia nominal a uma democracia verdadeiramente popular social”. O editorial trata de maneira mais detida da reforma eleitoral.

A edição de número 28 traz a capa uma foto de uma carta de próprio punho escrita pelo Cardeal Motta, arcebispo de São Paulo, com o título “Desfazendo equívocos”. O jornal sempre publicou matérias acerca da boa relação com o cardeal de São Paulo. E o prelado sempre se manifestou, segundo o jornal, solidário à proposta de *Brasil, Urgente*. Há também na capa uma grande chamada: “Cardeal Motta desfaz equívocos”.

A carta informa aquilo que o jornal já havia dito sobre sua identidade religiosa: o *Brasil, Urgente* não era órgão oficial da Igreja, mas uma ação de cristãos *no* mundo. É um “apostolado”. Portanto, possui sentido e identidade religiosa.

O jornal sempre se esforçou para deixar claro que não era um órgão oficial da Igreja Católica. Entretanto, por se tratar de um jornal de católicos e sob a direção do dominicano frei Carlos Josaphat, ele sempre foi entendido como um jornal “dos padres” e “da Igreja”. Nessa compreensão, a existência de um padre em uma dada iniciativa é suficiente para que ela fosse reputada como pertencente à Igreja Católica.

Acontece que esse entendimento confuso da instituição Igreja, não fazia a distinção entre um órgão oficial da hierarquia e um jornal que se afirma orientar pelo magistério católico, sobre a liderança de um membro do clero e de uma ordem religiosa. O órgão oficial é quem responde pela instituição de maneira efetiva e competente. A necessidade de se dizer que o jornal *Brasil, Urgente* não era órgão oficial da Igreja Católica decorreu das crescentes críticas que ele recebia de opositores. Elas foram se

tornando cada vez mais ácidas e passaram a atingir de maneira indistinta o jornal e a instituição Igreja em sua hierarquia.

O editorial “Cristãos fora da sacristia” foi motivado por uma nota da CNBB sobre o jornal, que traz o seguinte conteúdo:

A Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil vem declarar que o jornal BRASIL, URGENTE não pertence à imprensa católica, nem aprova tudo o que vem sendo por ele divulgado. (a) Jaime, Cardeal Câmara.

Essa nota não fica meramente na afirmação de que o jornal não era órgão oficial da hierarquia, mas de católicos, como a carta do Cardeal Motta, de São Paulo, que reconhece que o movimento *Brasil, Urgente* era um apostolado de católicos leigos. O presidente da CNBB desautoriza o jornal em seu principal fundamento, a saber: o de ser uma iniciativa de católicos, motivados pelo magistério da Igreja, expressos, sobretudo, nas encíclicas sociais de João XXIII. Isso acontece quando a nota afirma que o jornal fundado por frei Carlos Josaphat não era uma “imprensa católica”.

De maneira objetiva, podemos entender que a imprensa é católica quando é de iniciativa ou é promovida por alguma das instituições que compõem a Igreja Católica. Devemos lembrar que essa instituição não é composta apenas de dioceses. As diversas ordens e congregações religiosas compõem essa grande estrutura. Um órgão de imprensa pertencente a uma dessas estruturas é, efetivamente, imprensa católica, sem ser “órgão oficial”.

O jornal *Brasil, Urgente* era uma imprensa de católicos, embora não exclusivamente. Ele tinha o objetivo de tornar-se um grande jornal diário, guardando para encartes especiais semanais temas mais densos na área da política, da economia e da cultura, dentre outros. Ele planejava ser um concorrente dos grandes jornais diários do país, como o Estado de São Paulo.

Mas, quando a circular nega essa condição de “imprensa católica”, ela acaba por municiar os opositores do movimento *Brasil, Urgente*, que não querem saber destas distinções. Num ambiente de combate, toda a possibilidade de ataque é bem-vinda.

O editorial, por seu lado, mostra-nos o desconforto com essa afirmação porque ela, por um lado, municia os inimigos e, por outro, mesmo sabendo e afirmando sua posição de imprensa de cristãos, essa negação de um alto membro da hierarquia começa a revelar os movimentos silenciosos nos altos círculos de poder que tinham frei Josaphat e *seu* jornal como ponto de pauta numa agenda de combate.

A compreensão do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro divergia da compreensão do cardeal arcebispo de São Paulo. Entretanto, o documento assinado pelo primeiro causou uma repercussão maior, por ele ser o presidente da CNBB.

O editorial lembra que, a fim de desfazerem equívocos, o jornal já havia escrito que ele não era porta-voz da Igreja, nem intérprete do clero ou da hierarquia. Ele afirmava sempre que o *Brasil, Urgente* é um jornal do povo e livre de compromissos espúrios. Esse editorial informa, ainda, que a circular da CNBB não tem objeto porque ela nega algo sobre o jornal que ele nunca assumiu como verdadeiro. Informa, ainda, que a circular poderia ter algum poder sobre as pessoas do jornal se ele fosse um órgão da Igreja. Portanto, ela não importa para o seu cotidiano.

Vale dizer que o título “Cristão fora da sacristia” desse editorial revela-nos uma continuidade da compreensão da militância católica do padre Júlio Maria, no início do século. O redentorista, na singularidade de sua compreensão, participa do mesmo entendimento da relação entre a Igreja e os cristãos no mundo moderno, que o dominicano Carlos Josaphat, também na singularidade de sua compreensão e do seu momento histórico. Ambos propunham que os cristãos deveriam se lançar para os desafios do mundo *no* mundo. As questões da modernidade deveriam ser respondidas no diálogo com o mundo moderno. Não havia nada para se temer.

O texto desse editorial, que pensamos ter sido escrito pelo próprio frei Carlos Josaphat, termina com a seguinte resposta ao presidente da CNBB: “Somos cristãos, mas porque nossa atividade não se desenvolva nos âmbitos das sacristias, compreendemos as dificuldades do Cardeal Câmara de não “aprovar tudo o que vem sendo por nós divulgado.”

O editorial da edição de número 29, de 29 de setembro a 5 de outubro, traz o título “General Peri Bevilacqua”. O texto critica uma “nota de instrução” do general e a

qualifica como “um dos mais lastimáveis documentos da hora presente”. Nessa nota, o comandante do II Exército critica setores organizados da sociedade civil, como as entidades sindicais, as quais qualifica como “ajuntamentos ilegais e espúrios, serpentários de peçonhentos inimigos da Democracia, traidores da consciência democrática.”

A essa crítica o jornal responde lançando mão da autoridade papal da encíclica *Mater et Magistra*. O autor do texto editorial informa que nesse documento o papa “defende o direito do trabalhador de influir na vida política nacional e internacional” e pergunta: “como poderia ser desenvolvida tal ação fora das entidades de trabalhadores?”

Esse texto informa, ainda, que o general desobedecera às determinações superiores da República, que vedavam o pronunciamento isolado de oficiais militares. Essa desobediência, somada ao conteúdo da nota por ele assinada, fez o jornal interpretar o evento como uma expressão das forças golpistas.

Devemos informar que nesse momento o jornal já alcançava 24 Estados brasileiros e, em muitos, era vendido através de mutirões. No Maranhão, por exemplo, ele era vendido através de um mutirão de estudantes. A pessoa responsável por essa organização foi presa após o golpe militar, por estar envolvida nas vendas do *Brasil, Urgente*.

Portanto, nesse momento de acirramento, o *Brasil, Urgente* já era um interlocutor com alcance nacional e com grande legitimidade diante dos diversos setores da sociedade civil organizada nesse momento de grande efervescência política e social. Para muitos desses setores, a revolução já era um processo em curso. Uma das frases mais comuns nos discursos dos militantes desse período era: “O processo é irreversível.”

A edição de número 30, de 6 a 12 de outubro de 1963, traz a seguinte afirmação em letras maiúsculas, que ocupa quase toda a capa: “MARCHA DA SUBVERSÃO: DIREITA TENTA O GOLPE CONTRA JANGO”.²⁵²

O editorial dessa edição traz o título “Contra o golpe” e afirma já estava acontecendo a preparação de um golpe de Estado no Brasil, promovido pelas forças do conservadorismo. Seu tom é de denúncia contra a subversão da ordem democrática. O

²⁵² Ver apêndice.

momento que o jornal revela é de tensa disputa de projetos antagônicos. Ele cita os governadores Carlos Lacerda e Adhemar de Barros como representantes da subversão. Aponta a realização das reformas de base como a única possibilidade de se vencer os riscos do golpe, que já se mostra iminente. Como dissemos anteriormente, o jornal acreditava que se elas se realizassem a direita perderia o objeto de sentido do golpe: a manutenção das estruturas. Para tanto, pede ao presidente da república a coragem de realizá-las. Seguem trechos do editorial:

Nesse momento, o movimento *Brasil, Urgente* entra de maneira total na defesa das reformas que se traduziam, para ele, em transformações estruturais, que provocariam uma reorganização política e econômica que apeariam os setores da elite de seu lugar tradicional. Esse processo “irreversível” deveria acontecer segundo a batuta do governo federal que, numa democracia, era sensível às pressões da sociedade civil organizada. As forças golpistas estavam assumindo a estratégia do golpe de Estado. O golpe era-lhes uma boa saída porque tomariam o Executivo e colocariam em suspensão o jogo democrático e com isso poderiam comprimir todos os setores organizados da sociedade civil.

O editorial da edição de número 31, de 13 a 19 de outubro de 1963, trata da tentativa frustrada de João Goulart de decretar Estado de Sítio no Brasil. Sob o título “Prova de fogo”, o texto informa que esse pedido, feito por João Goulart, visava “tranquilizar o país, deter a subversão neofacista e impedir o prosseguimento da conspiração dos governadores de São Paulo e Guanabara”.

Ele afirma que esse pedido transformou-se na maior “prova de fogo” para as “forças populares do Brasil”. Elas temiam, por um lado, que essa medida desse tempo para que as forças golpistas pudessem se reorganizar e voltar ao embate mais fortalecidas. E, por outro lado, consideravam grandes os riscos de o Estado de Sítio fazer desenrolar um processo antidemocrático sem volta. Ainda, havia o temor de que as forças golpistas pudessem conseguir com que o estado de sítio “se transformasse em instrumento contra o povo, contra os seus direitos, contra as suas liberdades e as suas grandes conquistas”.

Esse editorial afirma que o Presidente da República tinha, naquele momento, o apoio das forças da esquerda para as lides contra os interesses golpistas, representados,

sobretudo, pelos governadores Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. Entretanto, esse combate deveria acontecer dentro das regras democráticas. Esse texto reafirma o proposto no editorial da semana anterior de que a realização das reformas seria a única e eficiente alternativa para conter as manobras golpistas.

A edição do *Brasil, Urgente* de número 32, de 20 a 26 de outubro de 1963, traz na capa, ocupando-a quase toda, a seguinte chamada: “Conspiração de direita: Jango transige e recua!”²⁵³

O editorial desse número refere-se à renúncia do ministro Paulo de Tarso. Segundo o texto, a demissão do democrata cristão do ministério, somada às demissões anteriores de Almino Affonso e de Darcy Ribeiro, registra o recuo do presidente da República diante das pressões das forças conservadoras do país. A partir desse número o jornal começa a noticiar João Goulart como conciliador de causas irreconciliáveis. Essa política de conciliação é recebida como um mal negócio para “as forças populares” porque o poder de pressão da direita parecia-lhes irresistível para o presidente.

O editorial da edição seguinte traz o título “Soluções, presidente”. Ele parte da compreensão de que o país precisava de medidas importantes, como o estabelecimento do monopólio da importação do petróleo pela Petrobrás e a regulamentação da lei antitruste. Além dessas medidas imediatas, o editorial cobrava as reformas de base.

Compreendendo o tenso ambiente político e a aparente indefinição de João Goulart sobre qual o lado ancorar-se-ia, o editorial chama o presidente da República para se ancorar no povo, que o sustentará de maneira eficiente enquanto ele cumprisse a agenda das reformas que o país pedia: “o povo estará com o governo enquanto o governo estiver com ele.”

As edições de número 34 e 35 elaboram editoriais que seguiam no dramático processo de radicalização do jornal diante da organização das forças da direita e da iminência do golpe. Nesse momento, o editorial da edição de número 36 comunica a viagem de frei Carlos Josapaht para a França. Ele informa que essa partida se deve à determinações superiores da hierarquia da Igreja Católica em Roma.

²⁵³ Ver apêndice.

Esse texto é importante para compreender o papel desempenhado por frei Josaphat no movimento *Brasil, Urgente*. Ele exerceu, efetivamente, liderança sobre o grupo. Sua inteligência ofereceu o ambiente no qual as demais inteligências do jornal operavam. A sua viagem para o exterior retiraria essa inteligência estratégica. O jornal teria que se refundar garantindo a fidelidade às suas propostas originais e ao desenvolvimento de sua história, até aquele momento.

Seguem fragmentos do editorial:

Frei Carlos Josaphat

Frei Carlos Josaphat, o.p., fundador, ex-diretor e colaborador deste jornal, atendendo às determinações de seus superiores, viajará dentro de alguns dias para a Europa, devendo demorar-se na capital da França.

Estamos conscientes, nós de BRASIL, URGENTE, do que significa a ausência do grande inspirador de nossa luta. Sabemos o que significa para nós, a presença de frei Carlos Josaphat e o quanto para nós tem valido a sua atuação. Sabemos, ainda, que tal ausência desfalcará o país de um de seus homens mais lúcidos, mais sinceros e responsáveis. De alguém que, recebendo de uma imensa parcela do povo brasileiro o ônus de uma pesada liderança, soube, em todos os instantes desempenhá-la com indiscutível talento, numa demonstração a mais das suas grandes virtudes de religioso e de suas admiráveis qualidades de patriota e homem público.

(...)

Não teremos, é bem verdade, a presença física de nosso fundador, inspirador e líder. Contudo, ele continuará entre nós, através das lições que dele recebemos, da doutrina que ele corajosamente pregou, dos exemplos excelentes de sua vida.

(...)

Este país necessita de reformas que o devolvam ao seu povo. Este país precisa ser economicamente independente e politicamente soberano. O povo há de conquistar a justiça social inerente à dignidade de sua própria condição humana. O cristianismo deve retornar às suas origens, retornar à fidelidade ao cristo e, longe dos compromissos com o poder iníquo, tornar-se realmente verdadeiro e realmente autêntico.

O editorial da edição de número 37, de 24 a 30 de novembro de 1963, “Traição ao Brasil”, relata uma palestra realizada em Miami, pelo diretor do jornal O Estado de São Paulo, Júlio de Mesquita Filho. Esse palestrante comunicou a iminência do golpe de Estado no Brasil e a deposição do presidente João Goulart. Isso confirmava as afirmações

do jornal sobre a subversão da direita da ordem democrática. Seguem fragmentos do texto.

Em Miami, refúgio dos contra revolucionários cubanos e base de adestramento dos mercenários que preparam a invasão da ilha, o sr. Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal “O Estado de São Paulo”, falando à suspeitíssima Sociedade Interamericana de Imprensa, dirigida pelo intrigante internacional Jules Dubois e controlada de Washington, anunciou iminente um golpe de Estado n Brasil e discorreu sobre o programa a ser cumprido pela ditadura que se seguiria ao estraçalhamento da Constituição e à deposição do presidente da República.

Repetiu que dissera, também no exterior, aos norte-americanos, os seus correligionários Carlos Lacerda e Herberty Levy. Tão rigorosa foi a imitação que, como aqueles “democratas”, pediu aos Estados Unidos suspendessem qualquer ajuda ao Brasil, enquanto estivéssemos sob o regime democrático e o governo constitucional do sr. João Goulart.

Disse o sr. Júlio Mesquita Filho que “o governo do sr. João Goulart será derrubado breve, pois os minutos estão contados e não há tempo a perder.” Que a deposição do presidente poderá ser violenta “tal como aconteceu com o ditador Getúlio Vargas em 1945, ou por meio de um movimento revolucionário.” Adiantou que a situação nacional é de tal forma grave, que ele, “em realidade, não devia ter abandonado o Brasil nestes momentos.”

(...)

Não focou aí o prócer da UDN; traçou o programa de ação da ditadura neofacista que deverá seguir-se ao golpe. Deposto presidente, “os brasileiros estarão numa situação em que até as liberdades mais comuns poderão perder,” porque “País não poderá sair dessa situação e passar imediatamente para uma etapa constitucional”. No lugar do presidente derrubado, será colocado um governo forte, “mas isso não será eterno porque a ditadura não é compatível com a vontade do povo brasileiro”. Contudo, “quando o governo cair, duvido que haja um governo democrático em seu lugar.”

Revela a *Associated Press* que o discurso foi “atrozadamente aplaudido”, que o representante de São Domingos, após ouvir referências do orador à incapacidade mental do sr. Jânio Quadros, comparou o ex-presidente ao deposto Jules Bosch e que o sr. Jules Dubois lamentou que ali não estivessem os assessores do presidente Kennedy. Tudo em meio a louvores e aplausos ao sr. Carlos Lacerda (*sic*).

(...)

Os fatos falam por si mesmos. O sr. Carlos Lacerda prega o golpe, preconiza (antecipando-se ao seu pupilo de São Paulo) uma ditadura provisória, desacredita o País em entrevistas a jornais americanos, aconselha os Estados Unidos a recusar ajudas ao Brasil enquanto a sua

polícia de celerados divide o seu trabalho entre a chacina de mendigos e o armazenamento de armas em Jacarepaguá, vizinhanças de um sítio do presidente da República. O sr. Herbert Levy, também no exterior, ataca o Brasil, injuria o seu governo e conclama o mundo a isolar o seu País, negando-se a com ele firmar quaisquer entendimentos. O sr. Adhemar de Barros instaura em São Paulo um governo policial, apreende livros, agride parlamentares, prende e tortura trabalhadores, ameaça o funcionalismo, intranqüiliza a família paulista, nomeia para o comando da Guarda-Civil um golpista e conspirador profissional, transforma São Paulo na cabeça de ponto dos fascistas. Os indivíduos do IBAD se reorganizam em entidades como “cadeia democrática” e similares e continuam agindo. Ninguém perturba a ação do IPES. A grande imprensa está nas gavetas das grandes agências de publicidade que, por sua vez, são estrangeiras. Impede-se a encampação da refinaria de Capuava, para que a Petrobrás seja anulada. Impedem a votação das reformas de base. Companhias telefônicas e telegráficas continuam sob o controle estrangeiro. Cometem crime de lesa-pátria, insultando e caluniando no estrangeiro o Brasil. Desnecessários quaisquer comentários. O povo que fique alerta. Trabalhadores, camponeses, soldados, sargentos e oficiais democratas, estudantes e intelectuais, que fiquem alertas. A fera está ferida e no seu derradeiro estrebuchar ainda pode cometer desatinos. A nação esteja preparada para, a qualquer momento, de qualquer forma, esmagar qualquer tentativa de seus inimigos.

A edição do jornal *Brasil, Urgente* de número 38, de 1 a 7 de dezembro de 1963, que trouxe na capa a afirmação: “Morte de Kennedy foi golpe de Estado!”,²⁵⁴ publicou o editorial “Reformas, sim – Golpes, não!” que afirmou que o Brasil estava vivendo a mais longa e perigosa crise política de sua história republicana, causada pelas forças da “reação” contra os avanços dos setores nacionalistas a favor das reformas de base.

Segundo o texto, o país estava indo cada vez mais “aos trancos e barrancos” por causa da necessidade do governo de lidar com as poderosas forças golpistas. Isso retirava-lhe tempo para a devida administração pública. O presidente da República ocupava-se cada vez mais com as investidas de golpistas que já não escondiam mais seus intentos.

Nunca, como agora, se falou tão abertamente em golpes. Nunca, como atualmente, golpes de Estado foram preparados mais minuciosa e descaradamente. A reação não esconde o seu trabalho criminoso e o governo confessa, numa ingenuidade espantosa, acompanhar, através de seu dispositivo de segurança, a trama que se prepara contra o povo e contra o Brasil. Golpistas agem abertamente, conspiram à luz do dia, pregam a subversão da ordem democrática nas tribunas parlamentares,

²⁵⁴ Ver apêndice.

nas colunas de seus jornais e até nas praças públicas. Golpistas há que vão até mais longe: viajam para exterior e lá confessam os seus intentos, pedem a colaboração estrangeira e antecipam justificativas para as tais e indébitas intromissões.

O editorial informa que, dentre os comentários que afirmavam ter sido obra da direita a morte do presidente norte-americano, houve um, de Armando Falcão, “um dos corifeus do neofascismo brasileiro” que declarou que a “morte do estadista norte-americano não foi fruto de um golpe de Estado, mas de um golpe da Providência Divina”. Esse assassinato, segundo o jornal, servia de incentivo para a direita brasileira seguir armando o golpe de Estado no país.

O texto do editorial segue afirmando que o golpe seria fracassado porque o povo brasileiro atingira um elevado grau de politização e de conscientização que o levaria a rejeitar e resistir a qualquer golpe contra a ordem democrática. Ele afirma que o povo quer as reformas e a revolução, e não um golpe de Estado.

Por fim, nessa fase do jornal, vale citar o editorial da edição de número 39, que, com o título “governar com o povo”, toca na questão de uma anunciada reforma ministerial. Ele defende que o novo ministério deveria ser composto por membros representativos das forças populares, porque apenas elas poderiam salvar o governo das forças golpistas. Lembra, também, das experiências malfadadas dos ministérios heterogêneos. Afirma que no momento as tensões e os riscos atingem o paroxismo e que a história cobrará pelas conseqüências das opções feitas.

4. 2. Artigos de Frei Carlos Josaphat

Após passar para a condição de fundador, frei Carlos Josaphat continua assinando artigos em todas as edições dessa segunda fase do jornal. Essa mudança de estatuto do dominicano dentre os demais diretores do jornal manifesta o seu lugar qualitativamente diferente diante dos demais membros. Isto ajuda-nos a compreender que o frade assumia a condição de líder. Era a inteligência que co-ordenava a operosidade das demais inteligências.

Na edição de número 25 ele publica o artigo “Democracia e ditadura publicitária”, no qual defende as reformas que possam sustentar a democracia e a liberdade de imprensa.

Por ocasião do 7 de setembro, festa da independência do Brasil, frei Carlos publica, no número seguinte, a “Oração à Senhora Aparecida”. Nela a escravidão aparece como uma continuidade entre o momento em que a santa aparece para os pescadores e o momento em que a “Oração” é publicada. Segundo Josaphat, a santa optou por fazer-se negra como os escravos, em sua aparição para os pescadores. Essa opção ela também fazia pelos escravos “escondidos na legalidade e na democracia” no momento em que o texto é escrito. Ela se identificava, portanto, com o operário e com o trabalhador rural.

Oração à Senhora Aparecida

Senhora Aparecida
Mãe dos brancos e dos pretos,
Quis a estes aparecer que nem preta
Quando vossos filhos brancos
Tinham manadas de escravos
Que eram vossos filhos pretos

De modo muito humano,
Com jeitinho brasileiro,
Vos deixastes prender nas redes.
E humilde e escura brilhou
A bondade de Deus Aparecida,
E com paciência de mãe,
Começou a ensinar a nosso povo
A difícil lição da liberdade

Escravo ninguém pode ser,
Pois afinal não somos todos
Filhos do mesmo pai,
Na vasta casa de Deus?
Mas lá muito no escondido
Da legalidade e da democracia
Quanto escravo, santa Mãe de Deus!
Branco, preto e mulato,

Roubado no seu trabalho:

Quem é bem magro e mal pago
O tão chorado salário mínimo.
Roubado até na saúde,
E no gosto de viver
Analfabeto subdesenvolvido
E com outros nomes tristes,
Um povo cria riqueza,

Para que possam luxar os senhores
Nacionais ou estrangeiros.

Neste sete de setembro,
Aceitai nosso desagravo!
Pois entre nós há escravo
Dai-nos honestidade e bravura,
Para não dizer só de boca:
Somos todos iguais,
Somos todos irmãos.
Ensinai-nos realismo
No amor e na liberdade,
Ó Senhora Aparecida!

O artigo “A hora dos leigos” trata da afirmação feita pelo papa Paulo VI de que o papel do leigo era o de traduzir o Evangelho integralmente no plano pessoal e social, fugindo dos materialismos capitalistas e comunistas. A autoridade pontifícia é um dado que o artigo reputa como legítimo e que, ao mesmo tempo, o legitima,

prolongando a mesma linha positiva de Pio XII e João XXIII, tem reiterado²⁵⁵ seus apelos aos cristãos, convidando-os a uma tomada de consciência e de posição face aos materialismos capitalistas e comunistas. Em um discurso recente, lembrava o Santo Padre, como têm feito os seus últimos predecessores, que a hora é dos leigos. “É necessário um laicato livre de compromissos, sem ambigüidades no pensamento e na ação, decidido a traduzir em temas de vida e estruturas sociais a integridade do Evangelho”. Nestas palavras, sintetizava a rádio Vaticana a mensagem pontifícia.

A seguir, afirma que a ação dos leigos era a que caracterizava a Igreja no plano apostólico e na atividade social. Eles estavam empenhados em conhecer o que o cristianismo tem de essencial e estavam prontos para desvinculá-lo de qualquer sistema materialista e ateu. Portanto, cabem-lhes negar tanto o capitalismo quanto o comunismo. Ambos materialistas. Um e outro fundam-se em estruturas de lógicas próprias, enquanto o segundo é professamente ateu; ambos são indiferentes e incompatíveis com as propostas de vida evangélicas.

Sobre a identidade do jornal, o dominicano diz que os leigos são os responsáveis por todo o seu funcionamento e que a presença do padre em um empreendimento como esse deverá ser sempre de orientação doutrinal e ajuda espiritual.

²⁵⁵ Paulo VI.

Aos leigos não cabia fazer um órgão da Igreja Romana e nem confundir sua atividade como atividade da hierarquia, mas, na sua liberdade e em obediência à sua doutrina, são chamados a um apostolado no plano temporal de defesa de estruturas que levem ao estabelecimento da justiça social.

O artigo termina, assim como começou, lançando mão da autoridade pontificia: “Sacerdotes, formados na escola de Pio XII, João XXIII e Paulo VI, jamais hesitamos e jamais hesitaremos em dizer: A Hora é dos Leigos.”

Na edição de número 28, frei Carlos Josaphat publicou o artigo “Liberdade Cristã”, que trata da tensão entre a liberdade e a obediência do cristão. No plano político e social, a atividade cristã traduz-se na procura leal e lúcida do bem comum, na plena consciência da extensão e dos limites da própria liberdade e da autoridade legítima. Ambas concorrem para promover o bem comum e devem ser vividas pelo cristão: a “liberdade” e a obediência à “autoridade”.

O texto afirma que o cristão deve obedecer ao poder temporal e ao poder religioso, cada um em seus respectivos domínios. A sua condição de vida situa-se na tensão entre a liberdade e a obediência à autoridade. Entre a submissão e a subversão. Josaphat diz que essa tensão o leva a “exclamar com Jackson de Figueiredo: ‘Como é difícil ser cristão!’”

O artigo “Paulo VI, o concílio e a cúria” trata das reformas que o papa Paulo VI anunciara para a Cúria Romana. Elogia esse ato e considera as reformas necessárias para a Igreja Católica se adaptar aos novos tempos

na fidelidade às tradições veneráveis e ainda hoje válidas. O grande Sucessor de Pio XII e João XXIII assegura que é preciso ajustar a Cúria Romana às exigências modernas e às dimensões supranacionais da Igreja.

Josaphat sintetiza as reformas nos seguintes pontos:

- adaptação funcional dos organismos eclesiásticos às necessidades de nossos dias;
- representação da Igreja na sua universalidade e na sua variedade supranacionais, junto dos órgãos administrativos romanos;

- descentralização do governo eclesial, mediante a extensão dos episcopados nacionais de certos poderes e prerrogativas atualmente exercidas pelas Congregações e Dicastérios romanos;
- finalmente, a presença em Roma de representantes do Episcopado dos vários continentes.

Segundo Josaphat, Trento e Vaticano II constituem-se em dois momentos de reformas necessárias para a Igreja. E, em ambos, a reforma da cúria foi uma necessidade imperativa. A matéria não apresenta rupturas com a tradição católica romana. Como todo o jornal, ela procura afirmar que há uma continuidade coerente dessa tradição. Entretanto, no reconhecimento da necessidade das reformas no seu momento presente, Josaphat reconhece a legitimidade dos “primeiros reformadores”. Eles possuíam “veneração à Igreja Romana”. Entretanto, “queixavam-se amargamente da ‘Cúria Romana’”. A “renovação da cabeça e dos membros” faz crescer as esperanças dos cristãos. “Preparam-se os caminhos para a unidade”. Josaphat não compreende, nesse momento, o Concílio Vaticano II como uma ruptura com o Concílio de Trento.

No artigo “Profetismo e sentido da história”, encontramos elementos acerca do ambiente no qual o movimento *Brasil, Urgente* formulou a sua auto-compreensão de movimento profético, que impunha a identidade de co-partícipe da salvação e a responsabilidade pelo anúncio da eternidade. Essa condição impunha a necessidade de se elaborar uma eficiente compreensão da história, dos “sinais dos tempos”, porque ela é o lugar onde principia a salvação e o ambiente de seu anúncio.

Segundo Josaphat, a Igreja é uma comunidade profética e o profeta é aquele que ajuda os demais a interpretar os fatos da história segundo os desígnios divinos. O profeta é aquele sempre atento e eficiente aos “sinais dos tempos” e necessariamente empenhado na ação.

Nas edições de número 31 e 32, frei Carlos Josaphat publica dois artigos sobre o desenvolvimento do Concílio Vaticano II, a saber: “Concílio: pobreza e eficácia” e “Protestantes e o concílio”, respectivamente.

No primeiro, o dominicano informa que o papa Paulo VI fez uma alocução aos jornalistas, às vésperas de sua coroação, na qual sugeriu, discretamente, que não julgassem o Concílio dentro de categorias que reduzissem as coisas da Igreja às

categorias profanas e políticas. Isso deformaria a compreensão da Igreja e do evento conciliar, elas não levam em conta as suas finalidades religiosas, morais e as qualidades espirituais que lhe são características. A seguir, o texto informa que o segundo concílio vem a completar a obra doutrinal do Vaticano I e deságua na questão do problema da pobreza da Igreja.

O segundo artigo comenta a opinião do teólogo protestante Karl Barth sobre o Concílio Vaticano II, publicada na *The Ecumenical Review*. Segundo o dominicano, Barth situa o Concílio do Vaticano II como prolongamento doutrinal do primeiro e reconhece que os “Padres Conciliares” nem cogitam na atenuação das definições concernentes à infalibilidade e às demais prerrogativas papais, ou na renúncia às grandes teses da mariologia católica.

Entretanto, o teólogo protestante reconhece que a “Igreja Romana” está trabalhando num “anseio lúcido e profundo de reforma evangélica. Mostra-se aberta às aspirações do homem moderno, sobretudo no campo da justiça social e na esperança de um mundo mais humano e mais fraterno”. Segundo Josaphat, Barth coloca aos protestantes a seguinte questão: e se os católicos forem mais longe que os próprios protestantes na realização do espírito da reforma?

A edição de número 33 traz o artigo “Tristão: diálogo e autenticidade”. Se, por um lado, Gustavo Corção recebeu os mais ácidos artigos do jornal *Brasil, Urgente*, incluindo alguns de frei Josaphat, por outro, Alceu Amoroso Lima recebeu do jornal artigos de elogio e admiração.

Efetivamente, a trajetória de Alceu Amoroso Lima é das mais privilegiadas para o estudo do catolicismo brasileiro no século XX. As orientações de rumo de pensamento e de ação da Igreja encontram na trajetória do “Dr. Alceu” uma correspondência singular. Ele acompanhou, como intelectual e militante católico, a trajetória do catolicismo brasileiro do conservadorismo de Jackson de Figueiredo até a abertura da segunda metade da década.

O artigo de frei Josaphat elogia a autenticidade “que faz hoje a sedução do Dr. Alceu junto dos jovens universitários e dos líderes trabalhadores”: a sua universalidade: “Alceu é sem dúvida o mais universal dos escritores da nossa língua”. Por fim, frei

Carlos Josaphat lembra que, no dia 11 de dezembro próximo, o “Dr. Alceu” completaria 70 anos e vê nessa data

uma excelente ocasião para que todas as forças renovadoras, muito particularmente os líderes e movimentos estudantis e trabalhadores, intensifiquem as suas manifestações de apreço ao Líder e ao Mestre de todos nós. Ler a sua obra, escutar a sua palavra, será de um proveito incalculável para o aprofundamento de uma atitude cultural que se vai generalizando entre os cristãos. Uma espiritualidade da ação, fundada na coerência interior, iluminada pela fé aberta ao diálogo com todos os homens, firme na denúncia dos erros e das injustiças, mas acima de tudo disposta a compreender e a construir, eis a grande lição e o exemplo discreto que a nova geração pode receber do contato com Alceu Amoroso Lima.

O artigo “Liberdade de imprensa e a revolução social” trata da compreensão do frade acerca do lugar da imprensa para a manutenção ou mudança de uma dada realidade social. Nele, frei Carlos Josaphat considera que os três grandes poderes da sociedade são o Estado, a máquina publicitária e, o maior de todos, o poder econômico. A verdadeira democracia criaria mecanismos para não deixar o Estado e nem os meios publicitários reféns do poder econômico.

Ao lado desse artigo, há uma matéria sobre uma visita que os membros da diretoria do jornal *Brasil, Urgente* fizeram ao Cardeal Motta, pouco antes de sua partida para o conclave que elegeria Paulo VI. Nesse artigo, há uma foto de frei Carlos Josaphat conversando com o Cardeal.

Na edição de número 35, frei Josaphat publica o artigo “Greve sim, piquete não?”, na qual defende o direito dos trabalhadores grevistas de fazerem piquete na porta da fábrica. Segundo o autor, o piquete é a única possibilidade de os empregados em greve conversarem com os demais trabalhadores sobre a legitimidade de seu movimento. Se os piquetes fossem proibidos, os trabalhadores ficariam reféns dos grandes meios de comunicação que têm compromissos, sobretudo, com o poder econômico. Portanto, eles poderiam convencer os demais trabalhadores e a sociedade civil da legitimidade do movimento e etc. O piquete era um instrumento necessário porque a informação também era um instrumento no combate da greve. Ele, portanto, seria um contraponto necessário à hegemonia da grande imprensa.

A edição de número 36, de 18 a 25 de novembro de 1963, como vimos no tópico anterior, comunicou no seu editorial a partida de frei Carlos Josaphat para o exterior. O artigo que o dominicano publicou nessa edição reflete a tensão desse momento tanto em sua trajetória pessoal quanto para a trajetória do jornal. Sob o título “Cristãos indomáveis” frei Carlos escreve um pequeno manifesto afirmando que aquele momento premia o “supremo heroísmo” e era

a hora dos cristãos indomáveis! Inquebrantáveis porque crêem que o egoísmo não terá a última palavra. Invencíveis porque esperam, contra toda a esperança, que o materialismo ardilosamente organizado não triunfará para sempre sobre a sede de Justiça que Deus colocou no coração do homem.

A comunicação de que frei Carlos Josaphat deveria partir para o estrangeiro somou-se às denúncias de que a direita planejava um golpe contra a democracia e funcionou como uma centelha provocadora de uma combustão no jornal *Brasil, Urgente*, naquele final de 1963. O ambiente de embate e de tensões do jornal estava no paroxismo. A saída de frei Carlos funcionou como uma derrota que ultrapassou a mera organização e viabilidade do jornal. Ela representou um forte golpe prático e simbólico para a esquerda católica e para os demais setores da sociedade civil organizada, segundo o próprio jornal.

Ao lado dessa matéria, outra foi publicada com o título “Frei Carlos é favela em BH”, que noticia que trabalhadores de Belo Horizonte organizaram vilas e lhes deram os nomes de personalidades que lhes eram significativas. Uma das vilas, com 284 famílias, recebeu o nome de frei Carlos Josaphat. Havia ainda as vilas Padre Lage, João XXIII e Operário-Estudantil. A matéria relata e registra com fotos a visita que o dominicano fez à vila com o seu nome. Esse dado ajuda-nos a compreender que frei Carlos Josaphat era uma liderança efetiva fora do círculo das pessoas que faziam o jornal *Brasil, Urgente* e até fora da esquerda católica. Ele estava se constituindo, naquele ambiente de densa efervescência política e social, numa importante e estratégica liderança para o pensamento e a operosidade das esquerdas no Brasil.

Nessa fase de progressiva radicalização, o tema da ação passa a povoar mais os escritos semanais de frei Josaphat. Ele publica, na edição de número 37, o artigo “Espiritualismo da Ação”. Esse texto inicia com a citação das duas encíclicas sociais do

papa João XXIII, que, segundo frei Carlos, concluem esboçando “para os cristãos as grandes linhas de uma espiritualidade, capaz de animar e dirigir sua atividade no plano temporal”.

Seguindo na autoridade papal, o artigo informa que o pontífice condena a evasão ou renúncia dos problemas humanos. E orienta os cristãos a procurarem promover a síntese intelectual e vital entre o Evangelho e a história na animação do indivíduo e do coletivo na construção do mundo e melhoria das instituições.

O artigo “Mãos limpas”, publicado na edição de número 38, segue no tema da ação, fazendo referência à peça “Engrenagem” de Jean-Paul Sartre. Ela focaliza, segundo Josaphat, os problemas das revoluções nos países subdesenvolvidos e visa claramente à América Latina.

Nessa peça, há um personagem que é um intelectual que não se ocupa com a operosidade das ações e que imaginava como seria bom se as engrenagens perversas rúissem por si mesmas. Ele morre bobamente com um tiro casual na testa.

A seguir o artigo discorre sobre o dado de que o tema das mãos limpas e vazias não é novo no cristianismo. As mãos limpas são as mãos do omissio. E informa que o Evangelho adverte que esse será “o delito comum, pelo qual os homens serão condenados diante do julgamento divino”. O texto de Josaphat informa que o pecado da omissão foi considerado por Jesus Cristo como ofensas pessoais a ele, “como desprezos à Sua Divina Pessoa” e cita o Evangelho: “Afastai-vos, malditos para o fogo eterno. Pois tive fome e não Me destes de comer; tive sede e não Me destes de beber”. O cristão que tivesse, portanto, as mãos limpas “em um mundo de injustiças, de privilégios e desigualdades, estaria constantemente envolvido na cumplicidade viscosa e anestesiante”.

Por fim, nessa fase do jornal, lemos o artigo “Moralismo imoral”, que trata de atos de vandalismo contra a sede do jornal. Esses atos, pedras e tijolos arremessados contra portas e janelas, foi considerado ação de grupos opostos ao *Brasil, Urgente*. Ao lado da matéria assinada por frei Carlos, há outra com uma foto de uma janela quebrada e com o título: “Vandalismo contra BU”.

4.3 – Política e movimentos sociais

O eixo “Política e movimentos sociais” se mantém como eixo temático importante do jornal, na medida em que as reformas de base tornam-se o tema mais tratado por ele, em de sua progressiva radicalização.

De início, vale dizer que o *Brasil, Urgente* retoma a estratégia da Liga Eleitoral Católica (LEC) de publicar uma lista de candidatos, no caso, para vereador. A idéia era que os eleitores escolhessem um dos candidatos da lista. Todos eles estavam de acordo com as elaborações políticas de fundo, que norteavam o movimento *Brasil, Urgente* e a esquerda católica.

A lista do *Brasil, Urgente* apresentava apenas candidatos do PDC, enquanto a lista da LEC, segundo o pensamento estratégico de Dom Sebastião Leme, não fazia distinção de partidos. Segundo Dom Leme, a Igreja não deveria “partir-se” apoiando apenas um partido político. Outra diferença, segundo entrevista com frei Carlos Josaphat feita para esse trabalho, entre a compreensão da LEC e do *Brasil, Urgente* consistia em que o jornal se propunha a acompanhar os mandatos dos candidatos da lista publicada por ele.

A seguir, apresentaremos alguns artigos sobre política e economia, que pensamos ser suficientes para “vivificarem” esse eixo temático do jornal.

A edição de número 25, de 1 a 7 de setembro de 1963, trouxe a matéria “Agosto: mês do desgosto para os grupos de reação”, informando que nesse mês os grupos conservadores sofreram significativas derrotas, dentre elas, a de que Carlos Lacerda não teria conseguido realizar o golpe de Estado que prometera para esse mês, que afastaria o presidente João Goulart do poder e colocaria em seu lugar alguém escolhido pelo Congresso Nacional.

O governador de São Paulo, Adhemar de Barros, também havia anunciado “dias terríveis” para este mês. Segundo o artigo, todo o esquema “udeno-golpista trabalhou desesperadamente para criar um clima psicológico que intraquilizasse o País durante o mês de agosto”. O objetivo da direita, segundo o texto, seria criar condições que viabilizassem a subversão da ordem democrática.

Entretanto, a matéria informa que esse mês terminou e nada aconteceu em prejuízo do regime vigente. O presidente da República estava mostrando eficiência e força diante das mobilizações golpistas, segundo o texto. O mês de agosto selou, também, a má sorte do IBAD e do IPES sob a CPI que as investigavam. Ainda, Carlos Lacerda não conseguiu provar a sua denúncia de que o jornal *Brasil, Urgente* havia recebido 50 milhões da Petrobras.

O jornal reconheceu ter recebido dinheiro da estatal. Entretanto, a quantia não era milionária. A mútua ajuda entre *Brasil, Urgente* e a Petrobras era legítima, segundo o jornal, porque ambos serviam aos interesses nacionais legítimos. Essa empresa mantém presença constante nas páginas do jornal *Brasil, Urgente*. Todas as referências a ela são elogiosas.

O jornal defendia o monopólio total do petróleo.

A matéria “Palavra de ordem: encampar Capuava”, da edição de número 27, trouxe o tema da encampação da refinaria de capuava e apresentou os seguintes argumentos para encampação:

1) poupará ao país o dispêndio de divisas para atender ao aumento de consumo de derivados de Petróleo no Planalto paulista; 2) porá fim à sonegação de recursos devidos à Petrobrás pela Refinaria; 3) impedirá fraudes cambiais; 4) eliminará o superfaturamento que ilegalmente beneficia Capuava; 5) eliminará um foco de deterioração do sistema estatal do petróleo; e 6) irá ao encontro dos que pleiteiam sindicatos, estudantes e o próprio Congresso Nacional, cuja CPI sobre o problema do petróleo diz (sobre a encampação de Capuava): “Urge que não se retarde demasiado essa providência.

A matéria “Câmara que não vota reformas quer votar impedimento de JG”²⁵⁶ denuncia atos contra o presidente da República. O jornal chama de subversivas as manobras feitas para instaurar o *impeachment* de João Goulart. Essas são, segundo o texto, medidas golpistas e ele espera que o governo tome medidas que atenda ao desejo da opinião pública de esmagar os focos subversivos da direita.

No artigo “Paulo de Tarso não transigiu!” o jornal reproduz a íntegra da carta dirigida ao presidente João Goulart com o pedido de demissão do ministro da Educação e

²⁵⁶ JG – João Goulart

Cultura Paulo de Tarso, motivado pela postura conciliatória do presidente com as forças conservadoras que tramavam sua deposição. Este pedido devia-se ao fato de Paulo de Tarso não se sentir à vontade para fazer oposição ao presidente da República na condição de ministro. Sua intenção era voltar ao mandato de deputado federal, pelo PDC e, desvinculado do cargo de confiança, fazer oposição ao presidente em sua estratégia de conciliação.

Segue trecho da carta:

Acreditei, sempre, na possibilidade de enfrentar com êxito essa luta contra o sectarismo reacionário desde que se pudesse mobilizar em apoio ao governo todas as forças populares articuladas num só movimento. (...) Por outro lado, conspiradores internos tramam, às claras, sua deposição, com o apoio, ostensivo ou não, das forças imperialistas entrosadas, no processo político brasileiro, em esquemas de perpetuação dos próprios privilégios. Isso torna ainda mais imperiosa a acentuação da marca popular do governo. Mesmo porque é inegável que o Brasil enfrente, hoje, bloqueio econômico que impede a libertação nacional e a emancipação do povo brasileiro (...) Assim procedo, para lutar com maior independência e eficácia, pelos objetivos que marcam a luta das forças populares.

O artigo “Conspiração da direita: Jango transige e recua!”, publicado na edição de número 32, de 20 a 26 de outubro de 1963, analisa a conjuntura política e ataca a postura de distanciamento das forças populares assumida por João Goulart e a sua tentativa de se aproximar dos conservadores que tramavam o fim de seu mandato de maneira explícita. A matéria afirma que o presidente da República está perdendo as bases fiéis e eficientes para a sua manutenção no poder.

O artigo enfatiza a contínua conspiração contra Jango. Afirma que a sua política de conciliação não será exitosa porque as forças conservadoras não operam na conciliação; elas desejam a realização de suas posições na totalidade e na imposição. Para obter apoio e diálogo com esses grupos, o presidente deveria recuar

definitivamente de antigas posições, romper com as forças populares, desistir das reformas estruturais, engrossar as fileiras do anticomunismo de indústria, responder com violência policial aos movimentos operário-estudantis, estreitar suas ligações com o imperialismo (Hanna, Bond and Share, companhias estrangeiras de petróleo, FMI, Departamento de Estado e Pentágono ianques), abdicar da anunciada intenção de encampar Capuava ou nenhum acordo. Ou a conspiração continuará.

Sobre as tramas golpistas, o artigo noticia, ainda, a abertura de inquérito policial militar feita pelo Exército Brasileiro para apurar a extensão de um contrabando de armas, seus responsáveis e seus objetivos. O texto informa que toneladas de armas já haviam sido apreendidas pelas autoridades competentes na Guanabara e em São Paulo. Parte dessas armas havia sido escondidas em colégios religiosos e em sacristias de igrejas. As autoridades apontavam a possibilidade de envolvimento de grupos fascistas, políticos e até dos governadores Carlos Lacerda e Adhemar de Barros.

Grupos de direita,

levados ao histerismo pela indústria anticomunista, compravam metralhadoras, armazenavam armas e, nas horas de folga, iam aos exercícios de tiro ao alvo... Para quê? A revelação está em Jacarepaguá, no Estado da Guanabara. Dez metralhadoras Thompson, seis mil cartuchos, calibre 45; 3 granadas de gás lacrimogêneo, 20 carregadores, um rádio de transmissão e recepção movido a bateria. Doações feitas ao Brasil, através do Ponto IV norte-americano, setor de assistência militar da embaixada dos Estados Unidos. Tudo na mansão do português Alberto Pereira da Silva, amigo particular do governador Carlos Lacerda (...) Para quê? Para assassinar o presidente da República e a sua família.

Ainda nesse eixo temático, vale dizer que o jornal *Brasil, Urgente* manteve uma postura de combate contra o IBAD e ao IPES e acompanhou a CPI que os investigou.

Por fim, apresentamos a matéria central da edição de número 29, de 29 de setembro a 5 de outubro de 1963, com o título “Para onde vai a vanguarda brasileira? Esquerda em crise: sem programa e sem unidade”.

Esse artigo faz uma análise de conjuntura da esquerda brasileira daquele momento político. Ele nega os ataques que identificam toda a esquerda brasileira com o comunismo e afirma que ela é constituída por nacionalistas – pessoas que querem a emancipação do país. Nesses termos, considera como sendo de esquerda pessoas de quase todas as correntes políticas do país: da UDN, através de seu movimento “Bossa Nova”, “pessepistas como o sr. Neiva Moreira”, “democratas-cristãos, como os senhores Paulo de Tarso e João Doria. Trabalhistas, como os senhores Leonel Brizola, Sérgio Magalhães e Eloy Dutra. Socialistas, como o sr. Max Costa Santes”. E, ainda, “de elementos ligados ao extinto Partido Comunista Brasileiro”. Ainda, à esquerda estariam “ligados, de uma

forma ou de outra, íntima ou remotamente, os principais sindicatos de operários e de camponeses, as grandes entidades estudantis, as sociedades de intelectuais”.

Em sua análise, o artigo afirma que a esquerda passava por uma crise de liderança. Jânio Quadros se anunciou como líder, mas não pôde sê-lo porque o “ex-presidente continua preso a um terrível provincianismo político, permanece grudado a um curioso individualismo que o está liquidando para a vida política e não tem a coragem de liderar um movimento autêntico”.

O líder da esquerda tampouco seria João Goulart, cuja indefinição sobre o lado em que ele estaria era a principal crítica feita pelo artigo. Essa indefinição revelava-se pela composição heterogênea de seu governo. Segundo a matéria, essa forma de compor o governo era inspirada em Getúlio Vargas. Jango buscava manter a estabilidade do governo através da domesticação dos conflitos pelo governo e provocar uma síntese doméstica e estéril contra o seu poder.

Outros possíveis líderes foram apontados, mas nenhum reunia todas as condições necessárias para o exercício hegemônico da liderança. No entanto, o artigo acreditava que esse líder surgiria a partir do próprio processo de luta da esquerda. Mas, enquanto não aparecia a liderança ideal, a esquerda deveria ser colegialmente dirigida através dos deputados da Frente Parlamentar Nacionalista.

Outros problemas graves foram identificados pelo artigo. Dentre eles, destaca-se a falta de um programa mínimo bem definido e argumentado para que essa esquerda pudesse atingir seus objetivos. Essa falta de objetivos era ainda mais grave do que a falta de liderança, segundo o texto. A desunião é outro elemento apontado como problema que atrapalha a atividade política da esquerda, que deveria agir como um grupo coerente e indiferente a personalismos.

O artigo informa que San Thiago Dantas elaborou a expressão esquerda positiva e esquerda negativa. O texto afirma que, efetivamente, essa divisão não existia. Acusa a chamada esquerda positiva de ser a ante-sala para a direita. É uma estratégia para aqueles que queriam passar para a direita sem traumas.

A esquerda sofria, ainda, de problemas no relacionamento com o presidente da república, com os sindicatos de operários e de camponeses, com as entidades estudantis e com demais organizações.

No primeiro caso, ela deveria se negar ao encontro com João Goulart, enquanto seu governo permanecesse uma “mediocre colcha de retalhos”. Isso forçaria a definição de posição do presidente da República e evitaria que membros da esquerda saíssem do governo chamuscados pela culpa de erros para os quais não contribuíram que acontecessem. Romper com o presidente seria um ato de maioria da esquerda que, efetivamente, segundo a matéria, era mais poderosa que ele.

Na relação com os sindicatos, entidades estudantis e demais organizações sociais havia necessidade de melhor entrosamento para evitar leviandades que a esquerda não poderia endossar.

Um exemplo é a revolta dos sargentos. Desligados da esquerda, surdos às suas ponderações, os sargentos foram guiados apenas pelo seu instinto, pela sua respeitável revolta e realizaram um motim inconseqüente, que só remotamente sensibilizou a opinião pública. Pode parecer mais um assunto doméstico daquela corporação.

Por outro lado, o artigo aponta pontos positivos na ação da esquerda, como a lei que disciplina a remessa de lucros para o exterior, o desmascaramento do IBAD, IPES e outros congêneres, a realização do plebiscito sobre a opção pelo parlamentarismo ou pelo presidencialismo e o seu resultado, a conquista da “bossa nova” udenista, as pregações pelas reformas levadas para o interior do Brasil, a “positivíssima e admirável” gestão de Almino Affonso na pasta do trabalho, o trabalho de Paulo de Tarso à frente do Ministério da Educação e Cultura e outros.

Entretanto, ainda existem erros graves, como a centralização dos esforços da esquerda na questão da reforma agrária com alteração do texto constitucional. Ela não alcançou esse objetivo e esqueceu-se de

outras reformas importantíssimas: eleitoral, bancária, universitária, tributária, esqueceu de conseguir a regulamentação da lei que regula a remessa de lucros ao exterior; esqueceu de alcançar a regulamentação do direito de greve. Em certo sentido está, no caso das reformas de estrutura, fazendo o jogo do sr. João Goulart.

O artigo analisa a sucessão presidencial de 1965 e aponta Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek como candidatos. Em sua avaliação, se a esquerda agisse com inteligência, ela conseguiria liquidar facilmente a candidatura de Lacerda. O apoio a JK, por sua vez, deveria acontecer apenas se não houvesse alternativa. Segundo o artigo, as reformas estruturais não aconteceriam com Juscelino, que tinha como base o coronelismo pessedista e os latifundiários mineiros.

Por fim, ele considera o aparecimento do jornal *Brasil, Urgente* como um capítulo de singular importância.

Trouxe à luta comum pela emancipação econômica e política do País, um jornal independente desvinculado de grupos econômicos e partidários, dirigido e realizado por cristãos voltados para a informação certa e para o comentário autêntico no momento em que a grande imprensa premiada por toda sorte de pressões passou a participar da grande e bem remunerada impostura publicitária.

E conclui reafirmando que a esquerda era a maior força política brasileira naquele momento. Ela deveria intensificar seu contato com a massa e conseguir um líder, além de construir um programa mínimo e, ainda, manter independência do governo federal.

As greves são defendidas como os instrumentos legítimos de luta dos trabalhadores. Os leitores são informados de que os combates do mundo do trabalho são árduos. Nesse ambiente de conflito, as organizações patronais dos países grandemente industrializados utilizam-se da assessoria de cientistas sociais para o combate a esses movimentos, segundo o jornal.

Essas afirmações foram feitas pela matéria “Propaganda desvirtua verdade para desmoralizar greves!”. Chamamos atenção para esta fase do jornal, em que as matérias terminam sempre com o acento de exclamação. Assim elas dão ao leitor uma maior impressão do drama do tema tratado. Ou, ainda, aumenta a sensação de que o tema é imperativo e urgente.

A matéria “Bancários: interrupção da greve parou golpe”, publicada na edição de número 30, de 6 a 12 de outubro de 1963, trata da greve dos bancários, que, segundo o jornal, atingiu proporções que poderiam precipitar o golpe de Estado da direita. O

presidente João Goulart pediu aos bancários que voltassem ao trabalho para evitar o *lockout*.

Os metalúrgicos foram a categoria que mais vezes povoou as páginas do jornal em matérias como “Greves marcarão este fim de ano”, realizada com o depoimento de membros do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco; “Metalúrgicos: conciliação será a morte do progresso – II Congresso da alimentação”, sobre o IV congresso dos trabalhadores metalúrgicos do Recife, que contou com a presença do governador Miguel Arraes, e “Metalúrgicos lutam contra os pelegos”, artigo com informações sobre a disputa, em São Paulo, pela Confederação dos Metalúrgicos, a maior da América Latina, contra o “pelego” Domingos Alvarez, no poder desde o Estado Novo. Essa matéria também trata do movimento dos bancários, sobre as demissões em massa da VARIG e sobre a luta da associação dos inquilinos do Estado de São Paulo. Nesse último tema, o jornal defende a reforma urbana.

A eleição da diretoria da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, a que nos referimos no parágrafo anterior, foi tema da matéria “Luta sindical: metalúrgicos querem federação dinâmica – Metalúrgicos: IBAD elege pelegos”. Segundo ela, as eleições para a nova diretoria dessa federação “foram uma verdadeira fraude” devido a ações do IBAD.

Vale citar, ainda, as matérias “Ferroviários: vitória só com a greve geral”, “Bond and Share nega-se a atender operários: greve”, “Greve dos professores recebe apoio total da opinião pública” e “Pacto de ação conjunta”; este artigo constitui-se numa convocação para uma assembléia intersindical, assinada pelos sindicatos de 16 categorias profissionais.

A matéria “São Paulo fez a maior greve da história” refere-se ao movimento grevista que paralisou 300 mil trabalhadores de diversas categorias, segundo o jornal. Ela informa que nesse evento o DOPS efetuou prisões de trabalhadores, de estudantes e de jornalistas que cobriam o evento. O repórter do *Brasil, Urgente* foi preso. Essa greve foi tema de outras matérias do jornal em edições seguintes.

A matéria “Camponeses fazem em Mato Grosso a revolução da pindaíba” relata de maneira demorada e detalhada o conflito, intenso e armado, entre caboclos, que

desbravaram terras no município de Barra das Garças, no nordeste do Estado do Mato Grosso, e fazendeiros. Esses últimos, segundo o jornal, chegaram após a terra estar toda trabalhada e produtiva, reivindicando a sua propriedade.

A edição de número 28 trouxe na coluna “Diálogo” uma carta de um leitor dirigida a frei Carlos Josaphat, que trata dos ataques públicos sofridos pelo frade. Essa carta é de solidariedade e se refere aos jovens cuja inteligência apreende as “prédicas” do dominicano. Ela faz uma afirmação que nos importa para compreender o universo dos interesses políticos no amplo universo de influência do *Brasil, Urgente*: “Não se quer a revolução sangrenta dos desesperados. Não se quer o sangue dos que nos exploram. Não se quer vingança. Queremos, simplesmente, a democracia na sua total amplitude e no seu verdadeiro significado”. Essa compreensão da democracia e da necessidade da sua total realização é a mesma que Alceu Amoroso Lima registrou num artigo do *Brasil, Urgente* – já referido neste trabalho. Essa compreensão da radicalização da democracia como a solução dos problemas econômicos, políticos e sociais era o que diferenciava os cristãos militantes dos comunistas.

Os primeiros propunham a democracia na sua máxima radicalidade e em total efetividade, enquanto os segundos propunham a ditadura do proletariado.

O jornal *Brasil, Urgente* apoiou a revolta dos sargentos. A única exceção a esse apoio foi o artigo “Para onde vai a esquerda brasileira?”, da edição de número 29 e que apresentamos no final do tópico anterior desse trabalho. As demais referências acerca movimento foram de apoio a esses militares. O artigo “Os sargentos e a constituição”, escrito por Glezio Rocha, busca sustentar a tese de que o rigor da análise constitucional não impede a elegibilidade dos sargentos. Seu artigo é escrito numa estrutura acadêmica, com citações de autores.

Outro artigo sobre o tema “Neiva Moreira: STF não é intocável!” trata dos pronunciamentos do deputado Neiva Moreira sobre o fato de o STF ter considerado inelegíveis os sargentos. Segundo o artigo, a decisão do Tribunal é uma posição de classe. Ela aponta o caráter conservador e antipopular das estruturas do Estado e isso torna ainda mais evidente a necessidade das reformas, incluindo a reforma estrutural profunda do Estado.

Vale, ainda, citar a matéria “Sargentos do nordeste vivem sob o signo das provocações”, que denuncia as provocações que os sargentos da Aeronáutica estavam sofrendo nas bases aéreas do nordeste. Os oficiais tentavam fazê-los rebelar para solicitar intervenção federal nas bases. O texto identifica os sargentos com os setores populares. Ambos experimentam os mesmos dramas de vida. Os sargentos também são de origem humilde. A matéria se encerra com o parágrafo abaixo que revela a medida do tanto que se acreditava que o Brasil vivia um momento de transição política:

Eles sabem que vai ganhando corpo em todo o País a grande luta de libertação nacional: libertação do analfabetismo, libertação das doenças. A hora dos brasileiros serem donos de seu território e responsáveis pela vida de cada um de seus filhos. Enquanto não chega a hora, esses heróis populares, que são os sargentos perseguidos e humilhados, vão dando testemunho de que um novo Brasil está a nascer.

O jornal *Brasil, Urgente* fazia recorrentemente matérias elogiosas aos governos de Mauro Borges, de Goiás; de Magalhães Pinto, de Minas Gerais e de Miguel Arraes, de Pernambuco. Chama-nos atenção o fato de que os dois primeiros apoiaram o golpe militar de 1964.²⁵⁷

O artigo “Reforma agrária começa em Goiás!” fala de uma experiência agrária nesse Estado onde o “camponês” experimenta uma rotina parecida com a do trabalhador urbano. Ele sai de casa, trabalha a terra e volta para a sua casa, que não está localizada na propriedade onde ele trabalha. O artigo entende que esse novo estatuto do trabalhador rural é uma via para a modernização das relações de trabalho no campo e que a experiência de Goiás poderá desenvolver a economia regional. Esse é, segundo o artigo, um primeiro e seguro passo para a reforma agrária.

A matéria “Minas Gerais: povo vai ter uma universidade!” trata da fundação do Instituto de Ciências Humanas daquela que seria a futura Universidade do Povo. Esse Instituto já havia realizado um seminário sobre cultura popular com a participação de Padre Lage, do dominicano frei Mateus Rocha, do deputado, sindicalista das minas de Nova Lima, José Gomes Pimenta, Dazinho, e da professora Iolanda Bitencourt.

²⁵⁷ Ver GORENDER. 1987.

Segundo essa matéria, as instituições universitárias já existentes tornaram-se atrasadas, defasadas para a nova civilização que estava sendo construída. Entretanto, a fundação da universidade do povo não estava significando o rompimento com uma tradição universitária estabelecida.

O objetivo imediato da Universidade do Povo não será oferecer diplomas profissionais. A preparação técnica e profissional que constituiria talvez uma responsabilidade futura da Universidade exige certo amadurecimento. De início, o que se almeja é descobrir, junto com o povo, aqueles instrumentos materiais e espirituais que favoreçam a sua libertação. Porque há uma luta, uma revolução, em curso, e dela nenhuma universidade pode eximir-se. Propiciar aos verdadeiros militantes da luta em favor do povo um conteúdo de cultura geral que os torne capazes de exercer sua inteligência engajada é tarefa primordial da Universidade do Povo. Daí a importância de seu instituto de Ciências Humanas, que será o primeiro a funcionar.

O artigo “Minas lança palavra de ordem: a carne é nossa!” trata de uma intervenção do governo do Estado de Minas Gerais na infra-estrutura necessária para melhorar a produção da carne e do leite. Ele elogia Magalhães Pinto.

O artigo “Pernambuco valoriza o homem para acabar com o mocambo!” tem como tema uma ação do governo de Pernambuco na questão das moradias no chamado mocambo. O autor afirma que as questões acerca da miséria humana “é o efeito do processo de espoliação a que o capital submete o trabalho na estrutura socioeconômica vigente”. A superação desse processo está na valorização do homem e do seu trabalho, que é uma das metas da Doutrina Social da Igreja, que exige profundas reformas estruturais nesse sistema que opera num processo de espoliação, segundo o texto.

A estratégia do governo de Pernambuco na ação social contra o mocambo envolveu os moradores desses lugares no trabalho das construções das novas estruturas físicas. Segundo a matéria, essa rotina de cooperação nesse processo de superação da precariedade poderia ter uma função pedagógica e ser o germen da construção de uma nova estrutura econômica e social alternativa ao liberalismo econômico e ao socialismo marxista. As estruturas mudariam no emergir da pessoa, que é o sujeito transformador das realidades sociais, econômicas e políticas. Essa compreensão nega que as pessoas

sejam reféns e sufocadas pelos movimentos das grandes estruturas da história. O artigo elogia Miguel Arraes.

A matéria “Grupos de ação difundem BU nos bairros!” trata dos chamados “grupos de ação” formados para a divulgação do jornal. O nome nos remete imediatamente à Ação Católica. Alguns deles foram formados a partir das palestras de frei Carlos Josaphat. Eles promoviam reuniões sobre diversos temas, inclusive sobre a “doutrina social cristã”. Outros se formaram em paróquias; outros, ainda, a partir de categorias profissionais. O Sindicato dos Químicos de São Paulo fez uma exposição, na qual foi instalado um painel com as capas do *Brasil, Urgente* e demais matérias de interesse da categoria.

O artigo “Brasil, Urgente: jornal empolga todo o nordeste” enumera 20 Estados brasileiros que recebiam o jornal, alcance conseguido em 8 meses. Entretanto, a matéria não considera isso uma vitória comercial, mas de um movimento social amplo. A seguir, informa perseguições sofridas por seus leitores e apoiadores. Outros veículos de comunicação, como jornais e rádios, reproduziam os artigos do jornal *Brasil, Urgente* e debatiam suas teses, apoiando-as ou atacando-as. A matéria se preocupa em registrar o jornal como um movimento de cristãos: cita afirmações de padre Hélio, de São Luiz do Maranhão: “manifesto volante da revolução dos cristãos” e o cardeal Motta: “Iniciativa e apostolado de leigos católicos”.

Segue fragmento da matéria:

A verdade é que BRASIL, URGENTE é mais que um jornal. É um movimento e um movimento que empolga o país. Aí está o aumento de nossa tiragem, as cartas e telegramas que de todo o país recebemos; a irritação que ele provoca nos círculos reacionários. Aí está o seu prestígio junto à classe estudantina, a sua posição nos meios operários, receptividade que alcança na classe média. Fala-se bem e mal de BRASIL, URGENTE em todo o Brasil e até no exterior.

Pouquíssimos jornais brasileiros têm circulação nacional. BRASIL, URGENTE, sim. Este jornal circula em São Paulo como na Guanabara; suas edições se esgotam no Rio Grande e em Minas Gerais, seus leitores constituem legiões em Goiás. Chega aos mais distantes interiores do Mato Grosso. É perseguido pelas autoridades (udeno-integralistas) de Santa Catarina. Recebe aplausos no Paraná. Alcança o Piauí. Causa espécie, no Rio Grande do Norte, a lucidez com que comenta os fatos de sua política. É dos mais vendidos jornais do Ceará e da Paraíba. Constitui

uma bandeira em Pernambuco. Agita Alagoas. É discutido na Bahia. Leva sua mensagem de cristianismo ao Amazonas e Pará. Incentiva os patriotas do Maranhão. É tema de debate em Sergipe e Espírito Santo. Em síntese, cobre todo o território nacional, levado pela multidão de seus acionistas, entusiastas, colaboradores e amigos.

Por fim, vale fazer referência a outros temas também abordados pelo jornal nesse eixo temático. Ele lida com a questão da mulher através da matéria “Graal: está na hora da revolução do amor”; publica um manifesto da Ação Popular em apoio a candidato do PSB e, ainda, publica o apoio da UEE paulista ao movimento de greve de São Paulo noticiado pelo jornal como a maior greve da história. Dentre outros.

4. 5. Igreja

Na segunda fase do jornal *Brasil, Urgente*, o eixo temático “Igreja” segue sendo um dos seus núcleos identitários fortes. Nessa fase, ele publica uma série de “reportagens históricas” sobre a doutrina social da Igreja Católica diante de questões econômicas, políticas e sociais. Nessas “reportagens” o jornal publica sua compreensão dessas realidades, sobretudo, a partir de sua interpretação dos documentos papais.

A primeira dessa série de reportagens foi publicada na edição de número 25, de 1 a 7 de setembro de 1963, com o título “As encíclicas sociais nasceram com a América”. O texto que abre a matéria informa que o objetivo dessa série é lidar com o caráter histórico das encíclicas sociais, situando-as no contexto em que elas surgem e, ao mesmo tempo, ajudar os leitores “no confronto da doutrina da Igreja com a realidade contemporânea”.

Segundo o texto, as encíclicas sociais não surgiram com a carta *Rerum Novarum* de Leão XIII, como era comum imaginar. Pensar isso é o equívoco daqueles que pensam que a Igreja chegou atrasada nas questões da modernidade.

O colonialismo, o imperialismo, a segregação racial, a espoliação do trabalhador, a usura e muitas outras explorações do homem pelo homem, andam espalhados pelo mundo de hoje. Mas, quando cada um desses

monstros sociais foi surgindo, um ou vários documentos pontifícios, apontou esses males à consciência da humanidade.

A “reportagem histórica” informa que “arredondando as datas”, poder-se afirmar que as encíclicas sociais nasceram com a América. Esse nascimento ocorreu no mesmo momento e movimento históricos da expansão européia pelos mares em direção das terras da África, da Ásia e da América. Os europeus foram impelidos, “sem dúvida”, pelo “vento da fé, como cantou Castro Alves. No entanto, os reis navegantes e os mercadores, seus fiéis vassallos, estavam animados de muitas ambições e de muita sede de poder”.

Essa ambição e essa sede de poder colocavam graves problemas à consciência cristã nesse processo de conquistas, e de colonização, de escravização dos negros e dos índios, “e todo o conjunto de consequências ligadas ao capitalismo mercantil, especialmente a usura, praticada pelos bancos e pelos particulares. A tentação era grande de estabelecer como suprema lei os interesses econômicos e as razões de estado dos soberanos e povos cristãos”.

A sensibilidade pontifícia sobre essas questões fez surgir as primeiras encíclicas sociais, segundo o jornal. Para os cristãos que partem da Europa “‘para dilatar a fé e o império’, os papas recomendam o zêlo missionário, mas lembra também aquelas normas fundamentais de justiça, de solidariedade e de fraternidade, que deveriam presidir a formação dum mundo novo”.

Essa matéria informa que a escravidão foi o primeiro tema das encíclicas sociais e que o papa Leão XIII, numa carta aos bispos brasileiros conhecida como “*In Plurimis*”²⁵⁸, rememora uma série de documentos de pontífices anteriores que condenaram a servidão. Lembra Pio II e Leão X (1513 – 1521), esse preocupado com a ocupação da América Latina pelos portugueses e espanhóis. A matéria traz a foto de uma gravura desse papa que “escreveu aos soberanos desses dois povos mostrando que a escravidão era contrária à humanidade e à justiça”.

A matéria, ainda, informa que o papa Paulo III se preocupou com a escravidão dos mouros e dos índios. Por fim, lembra os papas Urbano VIII, Bento XIV, Pio VII e

²⁵⁸ Leão XIII, Carta *In Plurimis*, Abolição da escravidão. Aos veneráveis irmãos Bispos do Brasil, 5 de maio de 1888.

Gregório XVI, que, pelos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, “instruíram os católicos sobre a necessidade de se proscrever a escravidão”.

O artigo insere Leão XIII numa longa tradição de papas que se preocupam com as questões sociais e orientam os fiéis através de documentos circulares.

A reportagem conclui:

Os documentos papais apresentam, assim, um diálogo vivo com os problemas históricos, inserindo-se como uma resposta aos desafios de cada época. Manifestam uma orientação profunda, um sentido de justiça e de amor fraterno, o qual deve dirigir a ordem social, impregnando-a de humanismo cristão (...)

Verifica-se também que com a evolução doutrinal da Igreja, sempre fiel em explicitar as exigências que estão em germe no Evangelho, manifestam-se progressos contínuos na consciência histórica dos cristãos. Assim, as encíclicas sociais de João XXIII são verdadeiras “cartas magnas” de uma ordem social, humana e cristã. E os cristãos da segunda metade do século XX, em meio a oposições e incompreensões, parecem mais dispostos a assumir, como responsabilidade urgente e inadiável, a tarefa de construir as estruturas temporais dentro das normas da Justiça Social e a Inspiração da Caridade fraterna.

A edição de número 26, de 8 a 14 de setembro de 1963, traz a reportagem histórica “Capitalismo bancário na doutrina da Igreja”. Ela inicia-se fazendo referência à matéria do número anterior, que informou que o papa Leão X, em carta aos soberanos portugueses e espanhóis, denunciava a escravidão. Nesse momento o “Brasil vivia o viço de seus 20 e poucos anos”, segundo o artigo. Para o *Brasil, Urgente*, o papado defende a justiça desde a mais tenra mocidade do país. Os papas defenderam as causas justas ao longo de toda a história do Brasil que se inicia e se desenvolve sob a proteção pontifícia.

A usura é o tema que essa reportagem se detém com maior empenho. Ela inicia o tratamento dessa questão citando os livros do Êxodo, do Deuteronômio, do Profeta Ezequiel e do novo testamento. Ainda, diz que essa questão preocupou os doutores da Igreja, sendo examinada por Santo Tomaz de Aquino e definida por São Boaventura.

Afirma, ainda, que a Igreja examinou esse problema em maior profundidade no século XVIII. Esse “foi o século da Revolução Francesa, com a Declaração dos Direitos dos Homens, como foi o século de Diderot, D’Alembert, Montesquieu, Rousseau, Adam

Smith, Kant, Hegel, Benthan, Austin e Bento XIV”. A matéria possui uma foto com a ilustração desse papa.

E sobre Bento XIV (1740 – 1758) afirma que foi

“uma das melhores cabeças que a tiara tem coroado”. Amigo dos sábios e artistas, compreensivo com os não católicos, preocupado com a arqueologia, fundador de academias, o papa que corrigiu o martiriológico, que deu nova orientação ao ‘Index’, que unificou o culto acabando com os ritos malabários e chineses, que se ocupou dos cristãos armênios, coptas, maronitas, melquitas e que, sob pena de excomunhão, condenou os que escravizaram indígenas, teve no assunto usura uma posição ímpar.

Bento XIV reuniu “sábios e teólogos” para estudar a usura. “Não se esquecendo das questões de Calvino e nem as sentenças de Bossuet. Do estudo dessa matéria nasceu a encíclica ‘Vix Pervenit’ (De algumas questões injustas), firmada em primeiro de novembro de 1745”.

Essa encíclica define a “usura como o lucro que excede o recebido e deixa claro ser condenável o empréstimo com juros”. Segundo a “reportagem”, o documento legitima sua definição acerca desse tema na afirmação de que “Jesus determinou empréstimo caridoso e sem recompensa”.

A última parte do artigo, com o subtítulo “usura hoje”, afirma que “Hoje, como ontem, a usura é condenável e condenada. Essa condenação se fundamenta em dois títulos: primeiramente, o excesso na quantidade de lucro exigido em um empréstimo; depois, considerar a simples posse do dinheiro como uma fonte de novo enriquecimento, sem trabalho próprio e apenas com o suor alheio”. Entretanto, ele reconhece que o empréstimo a juros pode ser uma saída para a distribuição de riquezas e um fomento para o desenvolvimento de regiões inteiras. O problema é que dentro do capitalismo os bancos não abrem mão de lucros extorsivos.

O texto conclui afirmando que “A usura permanece condenada. Condenada pelo 2º Concílio de Latrão, pelos doutores da Igreja, pela Encíclica ‘Vix Pervenit’, por Leão XIII, pelo cânone 1543, do Código de Direito Canônico”. E cita a obra do redentorista Bernhard Haring, “A Lei de Cristo”, que afirma que a “usura, isto é, a exigência

inescrupulosa de juros que não levam em conta a situação econômica reinante, nem as necessidades dos pobres, é, e permanece em si mesma, um pecado grave”.

A edição de número 27 trouxe o artigo “Igreja face ao colonialismo: pregar Evangelho e liberdade”, que inicia com o seguinte parágrafo:

“Todos os povos já proclamaram ou estão para proclamar a independência; dentro em breve já não existirão povos dominadores e povos dominados”. Assim se exprimia João XXIII na *Pacem in Terris*, verificando o progresso na consciência e nas aspirações da humanidade. E prosseguia: “Hoje, nenhuma comunidade, nenhuma raça, quer estar sujeita ao domínio de outrem. Porquanto, em nosso tempo, estão superados os seculares preconceitos que admitiam classes inferiores e classes superiores, derivadas de situação econômico-social, sexo ou posição política.”

A seguir, o artigo afirma que, dentro da linha das reportagens históricas que o jornal se propôs a realizar sobre a doutrina social da Igreja e “o comportamento da cristandade através dos séculos”, será de interesse “notar a caminhada que foi preciso percorrer até chegarmos a essa afirmativa do papa João XXIII”.

A reportagem informa que as questões apresentadas quanto ao problema da colonização a consciência cristã se referiam, sobretudo, ao direito de se escravizar, ou não, os povos colonizados. As discussões sobre esse tema chegaram à Europa e constituíram-se nos germes do moderno direito internacional. Dentre as vozes contrárias à escravidão, o artigo cita os jesuítas no Brasil, Nóbrega e Anchieta, os dominicanos em Cuba, Batolomeu de Las Casas e os Franciscanos. Todos eles afirmavam que os índios tinham alma, por isso não podiam ser escravizados.

A seguir, no subtítulo “A voz de Roma”, o texto afirma que essas discussões não foram estéreis. O papa Paulo III tomou posição no sentido de se fazer uma colonização num espírito de humanidade e respeito aos direitos dos índios. Ele escreve a bula *Sublimis Deus*, em 1537, que encerrou as duas asserções que continham, em germe, segundo a doutrina da Igreja, os temas da evangelização e da promoção das jovens nações.

A primeira proposição dizia respeito ao plano missionário, ao valor igual de todos os homens diante de Deus e do Evangelho: “Nós consideramos, declara Paulo III, que os Índios são realmente homens, e não somente

capazes de compreender a religião católica, mas, segundo nossas informações, muitíssimos desejosos de abraçá-la”. “Em virtude de nossa autoridade apostólica, prosseguia o papa com energia e clarividência, declaramos que os índios, como os outros povos, devem ser convertidos a Jesus Cristo, mediante a evangelização e o exemplo de costumes edificantes”. O pontífice ratificava aquela tese dos missionários jesuítas, dominicanos e franciscanos: nada de violência ou pressão sobre os índios; sua conversão haveria de ser obra de amor.

A segunda diretiva de Paulo III se situava no plano dos direitos humanos: “Declaramos que, malgrado tudo que se tenha dito ou se possa dizer em contrário (alusão às posições dos teólogos escravagistas!), os Índios, como todos os povos que os cristãos deverão descobrir no futuro, não devem ser frustrados em nada de sua liberdade, embora se encontrem fora da religião de Jesus Cristo; e que eles podem e devem gozar desses direitos, livres e legitimamente.”

A edição do jornal *Brasil, Urgente* de número 28, de 22 a 28 de setembro de 1963, publica a “reportagem histórica” “Igreja Católica e as liberdades modernas!” O tema dessa reportagem, como indicado no seu título, é a postura dos papas diante da liberdade moderna, dos riscos da revolução francesa e de seu anticlericalismo. Ela se inicia com o seguinte parágrafo:

“A liberdade e a responsabilidade pessoal, a sociabilidade e a organização social, o progresso autêntico, são valores humanos, pois é o homem que se realiza e deles se beneficia, mas são igualmente religiosos e divinos se os consideramos em sua fonte.” – Estas palavras de Pio XII, na Rádio Mensagem do Natal de 1956, exprimem a síntese de um longo processo em que a Igreja se confrontou com a chamada civilização moderna. Esta afirmação serena da liberdade e do progresso como valores humanos e divinos vem coroar toda uma série de conflitos na qual vemos, através dos séculos, vários pontífices condenarem “as liberdades modernas” e “o progresso do mundo moderno”.

O texto informa que os pontificados de Pio VI, Leão XII, Pio VIII, Gregório XVI, Pio IX, Leão XIII, Pio X, Bento XV e Pio XI condenaram as liberdades modernas.

O texto procura oferecer ao leitor elementos para a compreensão dessas condenações. Ele informa que elas aconteceram por causa dos riscos efetivos à instituição Igreja, sobretudo na perda dos Estados pontifícios e, também, porque as liberdades modernas sobrevalorizavam a liberdade de consciência dos indivíduos, levando-os a um indiferentismo atomizante.

A reportagem justifica, ainda, essas condenações dizendo que os papas sabiam das possíveis conseqüências da ausência de instituições que mediassem as relações dos indivíduos com o Estado moderno, que surge com os extraordinários monopólios do poder político e do uso legítimo da violência.

Justifica-se a reserva do magistério eclesiástico em relação à pregação de uma liberdade individualista, após a derrocada das velhas instituições da cristandade, sem que se cuidasse de construir comunidades intermediárias entre o indivíduo e o Estado. Este vazio foi preenchido por estes gigantes que hoje denominamos as forças econômicas, que monopolizaram para si o domínio da opinião pública. Neste sentido, ousaríamos dizer, as condenações de Gregório XVI e Pio IX foram proféticas; prediziam o colapso da liberdade individual sob a dupla ditadura do capitalismo e do comunismo.

Essa “reportagem” posiciona-se num lugar muito tenso. Ao mesmo tempo em que reconhece os valores da modernidade como a democracia e a liberdade, ele legitima o papado como instituição eficiente, sobretudo, em suas apreensões. Ele conclui com o seguinte parágrafo:

Para felicidade de nossa época, a Igreja não insiste apenas na condenação dos abusos da liberdade; com Pio XII e mais particularmente com João XXIII, passou a indicar os rumos de um mundo novo, em que a liberdade se irmane com a justiça e com a liberdade humana.

A edição de número 29, de 29 de setembro a 5 de outubro de 1963, traz a seguinte “reportagem histórica”: “Igreja condena como amoral o liberalismo econômico”, com uma foto do papa Leão XIII. Esse texto apresenta uma visão das assertivas papais sobre o liberalismo e o capitalismo econômico, a partir de Leão XIII.

“Salta aos olhos de todos, em primeiro lugar, que, em nossos dias, não só se acumulam riquezas, mas ainda se acumula uma descomunal e tirânica potência econômica em mãos de uns poucos, que a maior parte das vezes não são os donos, mas apenas os representantes e administradores de uma riqueza alheia e depositada, que eles manejam segundo a sua vontade e o seu arbítrio.” Com estas palavras Pio XI condensa o processo da chamada “livre concorrência” em monopólios característicos do capitalismo contemporâneo. Em nossa última reportagem histórica sobre a doutrina social da Igreja, notamos a posição desta em relação ao liberalismo tal qual é analisado e condenado particularmente pelos Papas Leão XIII e Pio XI.

Leão XIII

O jesuíta padre Jean Villain, autor clássico na apresentação do “Ensino Social da Igreja”, resume em três proposições a doutrina da Igreja sobre o liberalismo econômico. O liberalismo é amoral em si mesmo; é amoral em seus métodos e pernicioso em suas conseqüências. Essas três afirmações podem ser confirmadas com a leitura das encíclicas “Rerum Novarum”, de Leão XIII, “Quadragésimo Anno” e “Divini Redemptoris”, de Pio XI. Este papa declara, referindo-se a Leão XIII: “Ele derrubou por terra, de maneira audaciosa, os ídolos do liberalismo”. De fato, Leão XIII encontrou como dogma universal em economia os preconceitos de que a livre concorrência resolve por si mesmo todos os problemas econômicos, criação e distribuição de riquezas; os problemas sociais seriam automaticamente encaminhados, uma vez que as relações entre patrões e operários também se harmonizariam através da lei sapientíssima da oferta e da procura. Quanto à paz nacional e internacional, seria a resultante do jogo dos mercados. A encíclica “Rerum Novarum” proclama a imoralidade deste domínio da economia sobre o social e até sobre a moral, condenando o domínio da livre concorrência, afirma a necessidade da intervenção do Estado. “Os governantes devem atender à defesa da comunidade e dos seus membros”. Depois de decrescer o âmbito dessa intervenção estatal, Leão XIII conclui com realismo: “a proteção dos direitos individuais terá de visar principalmente os pobres e os menos favorecidos. A gente rica, protegida por seus próprios recursos, necessita menos da tutela pública; o povo humilde ao contrário, desprovido de todo o recurso, confia principalmente no patrocínio do Estado”.

Leão XIII insistiu na necessidade da formação de associações profissionais que viessem contrabalançar o jogo desenfreado da concorrência dos grupos econômicos. Mais de uma vez se refere às antigas corporações suprimidas no fim do século XIII. Mas, na verdade, a evolução histórica ia no sentido da valorização dos modernos sindicatos e os documentos pontifícios ulteriores ratificaram essa evolução. Leão XIII teve o merecimento de incorrer na ira dos mestres liberais, sendo qualificado de “socialista” pelo fato de ter manifestado, segundo testemunho de Pio XI “o quanto são falsas as máximas e enganadores os postulados do liberalismo manchesteriano”.

Pio XI

O verdadeiro processo do liberalismo inaugurado pela “Rerum Novarum” foi levado a cabo por este papa tão simpático que dinamizou o catolicismo contemporâneo: Pio XI. A encíclica “Quadragésimo Anno”, que em 1931 comemorava o quadragésimo aniversário da “Rerum Novarum”, encerra a condenação do liberalismo econômico em si mesmo e denuncia as suas conseqüências inevitáveis; o aparecimento dos trustes, cartéis e monopólios, em uma palavra: a ditadura econômica.

“Não se pode esperar do livre jogo da concorrência o estabelecimento de um regime econômico bem ordenado;” “São postulados de um individualismo nefasto” – declara textualmente Pio XI. Na encíclica “Divini Redemptoris”, de 17 de março de 1937, ele qualifica o liberalismo de amoral e lhe atribui como conseqüência “nos ter

mergulhado na ruína” apontando as faltas de um regime econômico injusto que exerceu suas devastações durante várias gerações”.

Analisando as causas do comunismo aponta, em primeiro lugar, “o miserável abandono religioso e moral a que as massas trabalhadoras foram reduzidas pela teoria e pela prática da economia liberal.”

Condenando o liberalismo econômico Pio XI faz questão de salientar que a sua perspectiva é essencialmente religiosa, mostrando que o capitalismo liberal torna praticamente impossível para as massas a prática da religião cristã: “Tais são atualmente as condições da vida econômica e social que um número muito considerável de homens encontra as maiores dificuldades para realizar a obra, universalmente necessária, de sua eterna salvação.” Esta declaração se encontra na encíclica “Quadragesimo Anno”.

Super Capitalismo

Com grande lucidez, Pio XI sustentou que os princípios da livre concorrência, defendidos pelos teóricos do capitalismo nascente, conduziram à destruição da própria liberdade e a constituição de uma ditadura disfarçada, mas real, das forças econômicas. Foram destruídas, ao menos em teoria, as desigualdades fundadas na nobreza e na hereditariedade; mas, com a propalada igualdade de todos, estendeu-se e agravou-se a desigualdade baseada no dinheiro. “Tal acúmulo de riquezas e de poder, nota característica da economia contemporânea conduz a três tipos de luta: em primeiro lugar, busca a hegemonia econômica; através desta, trava-se o rude combate pela posse do poder político para mediante o abuso de sua influência e autoridade modificar o próprio processo econômico. Finalmente, lutam entre si os diferentes Estados, já porque as nações empregam sua força e sua política para promover, cada qual, os interesses econômicos de seus súditos, já porque tratam de dirimir as controvérsias políticas surgidas entre as Nações através do recurso ao poderio e ao predomínio econômicos.” Estas palavras da “Quadragesimo Anno” guardam toda a sua atualidade. Elas descrevem as contradições nacionais e internacionais do moderno capitalismo, que é hoje reconhecido como supercapitalismo. A livre concorrência se destruiu a si mesma, mediante um processo de acumulação de riquezas e de poderes nos grandes monstros que são os trustes, os cartéis e os monopólios.

Hoje

O Papa Pio XII assegurava que esses julgamentos de Pio XI não devem ser modificados com a ulterior evolução política e econômica do mundo: “A Igreja não pode ignorar ou se recusar a ver que o operário, em seu esforço para melhorar a sua condição, encontra um obstáculo num sistema social que, longe de ser conforme a natureza, se opõe à ordem estabelecida por Deus e à finalidade que ele determinou para os bens da terra”. Estas palavras de Pio XII, na mensagem de Natal de 1942, se completam com seu ensinamento em setembro de 1944: “A Igreja já não pode acomodar-se aos sistemas que, admitindo o direito da propriedade, segundo um direito absolutamente falso, se põe em contradição com uma ordem social autêntica”.

Compreendemos a justeza de comentário feito pelos cardeais da França a propósito da condenação do comunismo em 1949: “Devemos saber que existe na noção mesma do capitalismo, isto é, no valor absoluto que ele confere à propriedade, sem referência ao bem comum e a dignidade do trabalho, um materialismo rejeitado pelo ensino cristão.”

As encíclicas “*Rerum Novarum*”, de Leão XIII, “*Quadragesimo Anno*” e “*Divini Redemptoris*”, de Pio XI, conservam para os cristãos de hoje, toda a sua atualidade na crítica ao capitalismo liberal, como na apreciação do socialismo, o que será objeto da nossa próxima reportagem.

Na edição seguinte, de número 30, de 6 a 12 de outubro de 1963, o jornal *Brasil, Urgente* publica uma “reportagem histórica” sobre a Igreja Católica diante do socialismo, com o título “Igreja, socialismo e socialismos”. O texto principia citando o Manifesto da Segunda Internacional Socialista, de 30 de julho de 1951:

Os socialistas lutam para construir uma nova sociedade na liberdade e por meios democráticos. Os objetivos econômicos imediatos da política socialista são o pleno emprego, o aumento da produção, a elevação do padrão de vida, a segurança social e a justa distribuição das rendas e dos bens.

Segundo a reportagem, essas declarações contrastam rudemente com a caracterização do socialismo elaboradas pelos documentos pontifícios desde Pio IX a Pio XI. Entretanto, ela se propõe a fazer o confronto dos “vários socialismos modernos” com o socialismo condenado pela *Quadragesimo Anno*. Afirmar que essa tarefa é bastante interessante, mas nada fácil para o estudioso em Doutrina Social da Igreja Católica.

Sobre Pio IX, o autor faz um apanhado geral de suas posições acerca do socialismo e do comunismo e cita textualmente o *Syllabus*. Afirmar que não é fácil precisar o sentido exato de “socialismo” e “comunismo”, referidos de maneira candente por Pio IX. Depois de citá-lo, o artigo conclui que esse papa condenava a agitação revolucionária de seu século, quando o “socialismo era caracterizado pelo seu aspecto anti-religioso e pela negação da propriedade e pela conspiração da ordem político-social”.

Há um ponto de importância histórica na encíclica *Quanta Cura*, que é o dado de o socialismo e o comunismo compreenderem que as relações de família fiquem dependentes apenas do código civil, segundo a “reportagem”. Com isso, nega-se o direito natural, defendido pela encíclica, dos pais sobre a educação dos filhos. Portanto, no

socialismo, “o magistério da Igreja considerou inicialmente não um sistema econômico, mas uma concepção de vida, contrária ao cristianismo e inspiradora de subversão social.” Seguindo nessa mesma questão, o artigo afirma que o papa Leão XIII condena os socialistas por diversos motivos, dentre eles, a subversão da família e proclamação da luta de classes como uma lei natural.

No começo do século XX, já se encontra constituída uma doutrina da Igreja sobre o socialismo. Ela se elabora a partir dos traços teóricos e filosóficos realçados por Leão XIII. É “o verdadeiro socialismo a que alude o papa Pio XI na Quadragésimo Anno em 1931.

Nesta encíclica, após a análise e condenação do comunismo, estuda o grande Pontífice “o outro bloco mais moderado que conservou o nome de Socialismo”. Reconhecendo o progresso deste depois de ter-se aproximado da “verdade e da justiça”. Declara solenemente Pio XI: “Quer se considere como doutrina, quer como fato histórico ou como ação social, o socialismo, se permanece como socialismo, ainda depois de ter-se aproximado da verdade e da justiça nos pontos indicados, é incompatível com os dogmas da Igreja Católica, uma vez que concebe a sociedade de maneira totalmente alheia à verdade cristã”. Em seguida, o Pontífice declara qual seja essa concepção socialista da sociedade, contrária à verdade cristã: “o socialismo ignorante e despreocupado com o fim sublime do homem e da sociedade pretende que esta tenha sido instituída exclusivamente para uma realidade terrena”. Daí deriva uma atitude prática: procura-se uma organização social, tendo a produção como fim único “não sem grave prejuízo da liberdade humana”, bem como com o detrimento da verdadeira autoridade social. Este ensino da Quadragésimo Anno é condensado na encíclica *Mater et Magistra* que não acrescenta qualquer pronunciamento ou pronunciamento sobre o socialismo.

Após constatar o conteúdo das afirmações papais sobre o socialismo, através da análise das encíclicas, o artigo passa a interpretar os socialismos (no plural!) de seu momento histórico. A estratégia dessa reportagem visa manter a autoridade papal e, ao mesmo tempo, garantir plausibilidade do socialismo. Nesse esforço, ele identifica as diferenças dos movimentos políticos e sociais do socialismo do seu momento histórico com as experiências observáveis pelos papas nos momentos em que as encíclicas foram escritas.

Nessa estratégia, o texto afirma que o século XX foi um século de profundas mudanças, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Ele conheceu o surgimento de

outras propostas socialistas que não negavam a dimensão religiosa do ser humano. O texto cita, inclusive, o exemplo do socialismo personalista de Emmanuel Mounier. A matéria se preocupa em descrever um ambiente social e político complexo que não permite, portanto, envolver num único movimento os diversos socialismos existentes.

Com essa constatação, o autor da reportagem consegue resguardar a eficiência e legitimidade das elaborações papais: eles foram eficientes na análise das realidades de seus tempos. Entretanto, a realidade do tempo “presente” ao *Brasil, Urgente* mostrava outras formas de socialismos.

A reportagem é, efetivamente enfática na afirmação de que os movimentos socialistas mudaram muito após a Segunda Guerra, citando novamente o Manifesto da Segunda Internacional, cujo movimento influenciou o jornal *Brasil, Urgente*.

O já citado Manifesto da Segunda Internacional Socialista, que reuniu em meados de 1951, representantes de 10 milhões de socialistas, pertencentes a vinte países, vem a ser uma síntese clara onde se proclamam os princípios quer de rejeição dos totalitarismos, quer de afirmação de uma democracia “política”, “econômica”, “social”, “cultural” e “internacional”. Destacamos alguns enunciados que nos parecem básicos neste documento: “a liberdade e a planificação são objetivos do Socialismo no pano nacional e internacional”. “Esta planificação deve respeitar os direitos fundamentais da pessoa humana”.²⁵⁹ “Os socialistas lutam para construir uma sociedade nova na liberdade e por meios democráticos”. “O Socialismo quer abolir o regime capitalista substituindo-o por uma sociedade econômica na qual o interesse coletivo tenha primazia sobre a procura do lucro”. “A propriedade coletiva pode ser instaurada quer pela nacionalização dos cartéis e das outras formas de empresas capitalistas privadas, quer pela criação de empresas de interesse público, regionais e municipais, ou de cooperativas de produção ou de consumo. Essas formas variadas de propriedade coletiva não são fins em si mesma. Devem servir de instrumentos em vista de submeter ao controle público as indústrias de base, que dependem a vida e o bem-estar da comunidade, acelerar a racionalização das indústrias tecnicamente em atraso e impedir a exploração do povo pelos monopólios e os cartéis do capitalismo privado.”

²⁵⁹ Vale lembrar que o conceito de Pessoa é co-elaborado pelo cristianismo. Quando o manifesto se posiciona nesse termo, o diálogo com os cristãos torna-se mais plausível. Ver RUBIO, 2001. Cap. 7 – “O Ser Humano É Pessoa.”

Do ponto de vista econômico, da organização da economia, as propostas da Segunda Internacional atendiam às encíclicas, que também condenavam a sobrevalorização do lucro do capitalismo. Mas restava ainda a questão religiosa.

No que se refere à sua inspiração doutrinal, esse manifesto proclama:

O Socialismo é um movimento internacional que não exige uma rígida uniformidade de concepções. Que os socialistas fundem suas convicções sobre o marxismo ou sobre outros métodos de análise da sociedade que sejam inspirados por princípios religiosos ou humanitários, lutam todos por um mesmo objetivo: um sistema de Justiça Social, de vida melhor, de liberdade e de paz.

A reportagem afirma que a essas inspirações não se podem estender as condenações de Pio IX a Pio XI. A seguir cita o jesuíta Jean Villain:

A todas essas doutrinas que se esboçam, a esses movimentos que nascem e que morrem, proclamando-se socialistas, cumpre que nos acautelemos em lhes aplicar indiscriminadamente a condenação de Pio XI. É preciso sempre considerar se neles se encontram verificados os caracteres do “verdadeiro” socialismo; os indicados por Leão XIII, a saber: a supressão da propriedade e lutas de classes no sentido forte das palavras; ou o assinalado por Pio XI, isto é, concepção falsa do homem e da sociedade. Temos aí um exemplo típico de evolução simultânea dos vocabulários e das doutrinas, evolução que obriga a Igreja a reajustar constantemente seus julgamentos.

O texto da reportagem mantém a autoridade dos papas e das encíclicas, às quais deve-se a própria fundação do movimento *Brasil, Urgente*. Ele mantém, também, a defesa do socialismo como a possibilidade efetiva de superação do capitalismo. É como se dissesse: os papas estavam corretos em suas compreensões acerca do socialismo que podiam observar aos seus em tornos. Entretanto, hoje há a proposta da Segunda Internacional Socialista que não nega os fundamentos do cristianismo e, ainda, atendem às encíclicas sociais na condenação do capitalismo liberal e no esforço de sua superação.

A edição de número 31, de 13 a 19 de outubro de 1963, publica a reportagem histórica “Igreja condena comunismo ateu e anticomunismo de privilégios”. Ela traz uma foto do papa Pio XII e um fragmento de uma solene exortação sua ao clero, em 23 de setembro de 1950, inicia-se com um fragmento dessa exortação, que, segundo o jornal, exprime com fidelidade a posição constante da Igreja Católica de condenar

doutrinalmente o comunismo e de rejeitar o capitalismo. Segue trecho desse discurso de Pio XII, publicado pelo jornal:

Há padres hoje em dia que se mostram não somente tímidos mas ainda inquietos e incertos face às maquinações do comunismo, que se propõe principalmente arrancar a fé crista àqueles mesmos aos quais promete a felicidade temporal. Mas a Sé Apostólica em recentes documentos indicou claramente o caminho a seguir. Ninguém pode desviar-se dele sem faltar a seu dever. Por outro lado, não são raros os padres que se mostram tímidos e incertos com respeito ao capitalismo, cujas conseqüências, gravemente perniciosas a Igreja, mais de uma vez condenou. Com efeito, ela indicou não somente os abusos do capital e do próprio direito de propriedade que tal regime promove e defende, mas também ensinou que a riqueza e a propriedade devem ser instrumentos da produção em favor da sociedade inteira, bem como a defesa e desenvolvimento da liberdade e da dignidade da pessoa humana.

A reportagem segue afirmando que o papa da *Quadragesimo Anno* foi uma figura excepcional. Esse pontífice publicou em março de 1937 “duas grandes encíclicas”: a primeira contra o nazismo hitlerista e a segunda contra o “comunismo ateu”, cuja rigorosa intolerância se traduzia em perseguições religiosas e políticas, sob a orientação de Stálin, segundo o semanário.

A seguir, informa que a encíclica *Divini Redemptoris*, de 19 de março de 1937, “é a exposição mais ampla, mais profunda e mais completa do magistério eclesiástico sobre o comunismo”. A encíclica é dividida em duas partes:

na primeira se analisam, com lucidez, a doutrina, os métodos e as conseqüências do comunismo ateu; a segunda, de índole construtiva, apresenta a doutrina social cristã, dela inferindo um conjunto de medidas práticas no sentido da promoção da justiça e da caridade no plano social.

E prossegue:

Juntamente com a *Quadragesimo Anno*, esta síntese positiva da *Divini Redemptoris* representa uma espécie de manifesto pontifício, não apenas de combate ao comunismo, mas sobretudo de superação do capitalismo, no que este tem de desumano e de materialista, mediante o estabelecimento de estruturas e de um espírito de equidade e de solidariedade humanas.

Na primeira parte da encíclica *Divini Redemptoris*, encontramos uma análise cuidadosa da doutrina marxista-estalinista, cujo materialismo dialético e histórico é exposto e criticado, em seus aspectos teóricos e em

suas conseqüências práticas. O ateísmo militante, a destruição da concepção cristã de família e da sociedade, o incentivo à luta de classes, todos esses pontos realçados pelo Pontífice merecem sua total condenação.

Segundo a reportagem, o Papa Pio XII, por sua vez, não teve necessidade de fazer exposições doutrinárias sobre o comunismo. Limitou-se a reiterar as condenações anteriores. Na mensagem de Natal de 1942, ele insiste que foi por motivos religiosos que a Igreja condenou os diversos sistemas de socialismos marxistas. Essas condenações aconteceram porque esses sistemas colocavam em risco a salvação eterna das almas, em seu materialismo militante.

A intenção dessa matéria, a exemplo da anterior, é abrir possibilidades de a Igreja aceitar os socialismos que não assumem o ateísmo militante, como o socialismo proposto pela Segunda Internacional Socialista.

Por fim, ela informa que o anticomunismo católico explorou as posições de Pio XII, como se esse papa tivesse preferência pelo capitalismo. Ao saber disso, o pontífice procurou desfazer essa interpretação na radiomensagem aos católicos alemães, em setembro de 1949. Ele procurou evitar que os católicos vivessem um anticomunismo meramente negativo e que servisse para a manutenção do capitalismo que a Igreja também rejeitava. Segue a citação da radiomensagem:

Ultimamente, para todos os católicos, foi traçada uma linha divisória entre a fé católica e o comunismo ateu. O Decreto nada tem a ver com a oposição entre pobres e ricos, entre capitalistas e proletários, entre proprietários e não proprietários. Tem por finalidade a defesa e a salvaguarda da religião e da fé cristã, assim como a sua livre prática e, portanto, a felicidade e a liberdade do trabalhador.

Em nenhum momento os artigos apontam para limites ou insuficiências das encíclicas. Elas são aceitas como eficientes, legítimas e pertinentes sempre. Salvaguarda-se sempre a autoridade romana.

Após a série de reportagens históricas sobre os documentos sociais do papado e a posição da Igreja Católica diante das questões modernas postas pelos “materialismos” do capitalismo liberal e do comunismo ateu, o jornal *Brasil, Urgente* publica uma série de cartilhas chamadas de “ABC Social do Cristão”.

O primeiro “ABC Social do Cristão” foi publicado na edição de número 32, de 20 a 26 de outubro de 1963, e teve como tema “Religião, alienação e promoção do homem”. Apresentação mostrou que a intenção dessas cartilhas era descrever a realidade histórica que se desejava.

Em uma série de reportagens históricas, confrontamos a posição social da Igreja com os diversos problemas surgidos desde o aparecimento do mundo moderno e expusemos suas críticas a sistemas materialistas e desumanos como o capitalismo liberal e o comunismo ateu. Com esse número, iniciamos a apresentação de uma síntese positiva do que há de ser uma ordem social justa e fraterna, em conformidade com os ensinamentos pontifícios. Para nós, como para a Igreja, a crítica e a condenação só podem ser uma etapa preparatória em vista da construção de provas estruturais, dentro da “verdade, justiça e amor” (João XXIII).

O primeiro “ABC” foi elaborado com 10 perguntas e respostas e uma síntese final. Apresentamos, a seguir, partes de suas respectivas respostas.

1. a religião aliena o homem?

A verdadeira religião não aliena. Ela ajuda o homem a realizar-se no plano pessoal e social. A religião que aliena é a religião sentimental e superticiosa por escravizar o homem à prática irracionais.

2. as instituições religiosas não estão a serviço de grupos e interesses econômicos?

Os privilegiados tentam e por vezes conseguem fazer esse uso. Mas, a religião autêntica, ensinada pelos profetas e por Jesus Cristo, repele essa exploração e proclama em cada momento histórico a necessidade de organizar a sociedade, não em benefício de alguns poucos privilegiados, mas para o bem de todos os homens.

3. pregando a esperança do céu, o cristianismo não levaria os homens a se desinteressarem pela terra e até a se resignarem com as injustiças?

Não. A vocação cristã procura levar o homem a uma vocação eterna e a uma missão histórica. A procura de Deus só é real, quando nos empenhamos em melhorar o mundo e estabelecer relações sociais justas e fraternas.

4. o objeto da religião não seria a santificação ou a perfeição individual?

(A resposta dada para essa questão diz que a religião cristã reconhece Deus como princípio e fim tanto da pessoa quanto da realidade. Apenas as pessoas são capazes de entrar em relações de conhecimento e intimidade com Deus e chegar à sua posse eterna. Mas a realização religiosa da pessoa exige que ela busque a

realização do bem comum que constitui o fim e a razão de ser da sociedade. Afirmo, ainda, que a religião condena tanto o individualismo egoísta quanto o coletivismo que despessoaliza o homem).

5. o cristianismo teria um sistema econômico, político e social para propor aos homens?

Não. O cristianismo não pode ser identificado com nenhum sistema do passado ou do presente. Como religião verdadeira que é, ele tem uma visão integral do homem e se coloca num plano mais profundo e mais exigente. Denuncia injustiças sociais e coletivas em qualquer sistema e impele seus fiéis a trabalhar pelo bem comum.

6. a religião cristã não é então conservadora?

Por sua natureza o cristianismo não pode ser denominado conservador ou revolucionário. Exigindo de seus fiéis que se empenhem por uma ordem social justa, preceituará que se conservem os elementos justos da situação vigente, mas igualmente que se busque introduzir uma nova estrutura quando a antiga é iníqua ou caduca em seu conjunto. A “revolução social”, ou seja, a mudança total das estruturas, pode assim constituir um imperativo para a consciência cristã em determinada conjuntura histórica.

7. como podemos saber se uma ordem social está de acordo com os princípios sociais cristãos?

Uma sociedade que promova realmente os direitos fundamentais da pessoa humana e que tem como fim e inspiração não o lucro e as vantagens de uma classe, mas o bem comum.

8. em que consiste o bem comum?

Realidade que promove o desenvolvimento em todos os níveis de todos.

9. o cristianismo prega, portanto, a igualdade social?

Reconhecendo as diferenças físicas e espirituais nas pessoas humanas, o cristianismo prega que se assegure a igualdade de oportunidade para todos em todos os planos da convivência social. Ensina de maneira absoluta: deve-se garantir o que é necessário para todos, antes de se permitir o supérfluo para alguns.

10. qual é o pecado “anti-social” por excelência?

(O texto dessa resposta reputa ao capitalismo a condição de pecador por excelência, como no fragmento que segue)

É o “privilégio”, isto é: a usurpação daquilo que é devido a todos em benefício de alguns. Assim, reservar a algumas camadas sociais o acesso à propriedade, a direção das empresas, a educação, a formação técnica, o controle da vida econômica e política, no plano nacional ou internacional. Assim se compromete o bem comum e se violam os direitos fundamentais da pessoa humana.

Por fim: apresenta a síntese do tema dessa primeira cartilha:

Síntese do tema I: A religião verdadeira é procura de Deus e igualmente sede de justiça na convivência social. O cristianismo tem como parte integrante uma doutrina social. Seu princípio fundamental é o seguinte: cada um dos homens é e deve ser o fundamento, o fim e o sujeito de todas as instituições sociais. Privilégio é o grande pecado, em que se exprime o egoísmo no plano social.

O segundo “ABC Social do Cristão” teve como tema “os direitos fundamentais do homem” e recomenda a leitura da mensagem de Natal de 1942 de Pio XII, a primeira parte da encíclica *Pacem in Terris*, de João XXIII, e, também, a leitura de “Os Direitos do Homem e O Homem e o Estado”, de Jacques Maritain. Seguindo no esquema pergunta e resposta, a cartilha propõe os seguintes direitos fundamentais:

À vida física; o que compreende o direito à existência e à integridade corporal, o desenvolvimento biológico e psicológico com os recursos correspondentes a um digno padrão de vida, compreendendo a nutrição, o vestuário, a moradia, o repouso a assistência médica e sanitária.

À vida intelectual e cultural; direito à educação, à formação doutrinal, técnica e profissional; à livre pesquisa da verdade, à informação verídica sobre acontecimentos de interesse humano, à manifestação do pensamento, dentro do respeito ao bem comum e aos direitos das demais pessoas.

À vida social; direito de participar da vida da coletividade, em igualdade de oportunidades, quer no plano econômico, quer no plano político e social. Daí o direito do trabalho em condições que valorizem a pessoa que permitam o exercício de sua responsabilidade e lhe proporcionem remuneração justa e equitativa; direito de constituir família, com a garantia e os recursos para a manutenção e a educação dos filhos; direito de reunião e de atuação eficaz na orientação dos problemas nacionais e internacionais.

À vida moral; a saber: direito à liberdade de prestar culto a Deus de acordo com a própria consciência, de escolher o seu estado de vida e de seguir a própria vocação; mais ainda, de contar com um ambiente social favorável aos valores morais e à prática da virtude.

A terceira apostila apresenta o tema “Dignidade, direito e deveres do trabalho” e fundamenta-se na nas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* e nos livros “O problema do trabalho” e “O trabalho no mundo moderno”, de Alceu Amoroso Lima. Ela sugere a leitura dessas obras e segue na pedagogia pergunta e resposta.

O texto defende o trabalho como um direito fundamental do homem, por ser o ato privilegiado para a realização de sua missão, ao mesmo tempo histórica e eterna. Ele foi estabelecido por Deus para esse fim humanificante, sagrado e sacralizante. Essa compreensão do trabalho confere-lhe um estatuto existencial profundo. Portanto, o *Brasil, Urgente* condena a sua alienação e sua mera compra dentro do sistema capitalista e, ainda, defende a participação do trabalhador nos lucros e na gestão dos meios de produção. Sobre essa questão vale a citação da cartilha:

A oposição entre “classes trabalhadoras” e “classes produtoras” é um equívoco de linguagem que manifesta um vício nas estruturas e um desvio nas mentalidades. Um sistema econômico só é justo quando permite efetivamente o acesso de todo o trabalhador honesto à propriedade, e não separa em dois grupos os proprietários dos instrumentos de produção e os proletários excluídos da posse e da administração dos mesmos.

A edição de número 37 apresenta o tema “Dimensão pessoal e social da propriedade” e sugere, para aprofundar o tema, a leitura de B. Haring, “A lei de Cristo” e Emmanuel Mounier, “*De la propriété capitaliste à la Propriété humaine*”. Essa cartilha não cita Alceu Amoroso Lima, mas traz uma foto dele. Segue o texto completo da cartilha:

1. Qual o primeiro princípio que deve reger a distribuição dos bens terrestres?

Dentro da visão social cristã, os bens terrenos são destinados pela Providência antes de tudo para a satisfação das necessidades de todos os homens para a valorização de todas as pessoas humanas e para a realização harmoniosa de todas as famílias. Esta é a primeira norma que deve reger todos os sistemas econômicos e todas as modalidades de distribuição das riquezas.

2. Mas, a atual distribuição dos bens é justa e intocável?

A doutrina cristã e a Igreja não garantem a justiça e o caráter intocável da atual distribuição das riquezas, em nenhum país do mundo. Cabe-nos verificar se os sistemas econômicos dão primazia, na produção e na circulação dos bens, às necessidades de todos ou se estão a serviço das superfluidades ou comodidades de algumas classes ou camadas da sociedade.

3. Para atender a essa finalidade comum dos bens não será mais conveniente a sua coletivização e sua administração pelo Estado?

Não. Não se pode simplificar dessa maneira a solução de problema tão complexo. Reconhecemos como necessárias várias formas de propriedade: a propriedade pessoal, família, comunitária e estatal. Por outro lado, devemos distinguir entre os bens de consumo, destinados a prover às necessidades ou utilidades do homem e os bens de produção, que são instrumentos para a produção de riquezas e conferem um poderio social maior ou menor, conforme a sua extensão. Em cada conjuntura histórica, a distribuição das riquezas e dos meios de produção deve ser feita dentro dessas diversas modalidades de apropriação, de maneira a assegurar aquilo que é necessário a todos, bem como as liberdades individuais e sociais.

4 – Então existe o direito à propriedade pessoal?

Sim. A pessoa tem o direito natural de possuir e dispor dos bens necessários e convenientes à sua realização temporal e espiritual. A lei positiva deve procurar estender a propriedade a todos, facultando realmente a quem trabalha o acesso à posse, impedindo a concentração das riquezas nas mãos de poucos indivíduos ou grupos.

5. A família tem direitos especiais no tocante à propriedade?

Sem dúvida. Para cumprir sua missão de célula básica da sociedade, a família deve ter assegurado pelas leis, o direito de possuir sua casa própria e todos os recursos para a vida conveniente dos seus membros e para a educação dos filhos.

6. Quem deve possuir os meios de produção?

A posse do meio de produção é que confere poder ou influência decisiva na vida econômica, cultural, social e política numa fase evoluída da civilização, como esta em que vivemos. Quando os instrumentos de produção se acham nas mãos de uns poucos indivíduos, esses dominam toda a sociedade; é o que se dava no início do capitalismo industrial. Quando os meios de produção se concentram nas mãos de grupos ou trustes econômicos, estes exercem uma verdadeira ditadura, mais ou menos disfarçada, sobre a vida nacional e internacional; é o que se dá no moderno capitalismo ou supercapitalismo. Se os meios de produção são transferidos para um estado totalitário, este exerce uma ditadura completa em todos os setores da vida humana.

7. Neste caso, estamos diante de um problema insolúvel?

O problema é difícil, mas não insolúvel. Primeiramente, é lícita e necessária a propriedade estatal sobre os grandes meios de produção, na medida em que a apropriação desses bens, por parte de pessoas ou grupos econômicos, é capaz de ameaçar ou comprometer o Bem Comum, isto é: as liberdades particulares, a equitativa distribuição das riquezas e o harmonioso desenvolvimento nacional. Entenda-se que esse Estado proprietário seja democrático e tenha como objetivo o bem social.

8 – Mas só o Estado deve possuir meios de produção?

Não. É conveniente que a posse dos instrumentos de produção, quer no setor agrícola, quer no setor industrial, seja assegurada às pessoas, às famílias e às comunidades dos trabalhadores. Dentro de uma

planificação econômica que visa o desenvolvimento e a justa distribuição das suas vantagens e encargos, a propriedade pessoal, familiar e comunitária é a forma mais apta para garantir a livre iniciativa, o progresso e paz social.

9. A doutrina social cristã sobre a propriedade é capitalista ou neocapitalista?

De forma alguma. A doutrina social cristã não se identifica com qualquer dos sistemas econômicos atualmente vigentes, pois exige a extensão efetiva da propriedade a todos e exclui as formas de ditadura econômica quer dos grupos capitalistas, quer dos estados totalitários. As situações do capitalismo, batizadas como neocapitalismo, são superficiais, deixando subsistir a dominação dos trustes, quer político, quer publicitário. Há no entanto, em diversos países, experiências de propriedades comunitárias, de sistemas corporativistas e outros plenamente válidas, como encaminhamentos para a democratização econômica.

10. Que fazer para levar à prática essa doutrina social cristã?

Para a aplicação efetiva dessa doutrina são necessárias medidas de ordem legal, acompanhadas de uma educação da mentalidade geral, sobretudo das classes trabalhadoras. Tanto as medidas de ordem jurídicas, como as educacionais são dificultadas pelo fato de os grandes meios de produção, particularmente a máquina publicitária, rádio, imprensa, cinema e televisão se encontrarem nas mãos de indivíduos, grupos e trustes, cujos interesses se chocam com a Doutrina Social Cristã. A aplicação desta à realidade brasileira, por exemplo, não é impossível, mas está a exigir dos líderes, dos movimentos renovadores e populares um esforço concentrado e um imenso sacrifício.

Além do “ABC Social do Cristão”, importa-nos citar outras matérias, dentro do eixo temático “Igreja”.

A edição de número 30, de 6 a 12 de outubro de 1963, traz o artigo “Pobreza de Dom Hélder revoluciona concílio”. Ele faz um relato dos trabalhos conciliares e enfatiza o dado de o papa Paulo VI seguir na mesma linha de João XXIII. Dedicar uma parte do texto a Dom Hélder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, que fez um apelo aos bispos do mundo que chocou alguns prelados. Ele pedia, por exemplo, que eles deixassem a mania de se considerarem nobres e que suprimissem seus títulos pessoais, como Eminência, Beatitude e Excelência. A matéria traz uma foto de dom Hélder Câmara ao lado de Paulo VI, então Cardeal Montini, em uma visita a uma favela no Rio de Janeiro.

A edição de número 38, de 1 a 7 de dezembro de 1963, publica a matéria “Concílio: revolução nos rumos da Igreja”, que analisa o Concílio Vaticano II no momento em que ele estava prestes a encerrar a sua segunda sessão. O artigo possui um tom muito otimista com os trabalhos conciliares e anuncia que ele promoverá reformas profundas e radicais em todos os setores da Igreja. A matéria informa que a Igreja Católica estava saindo do tridentinismo, segundo diversos observadores e teólogos católicos, e conclui nos seguintes termos: “O Concílio aparece como evento revolucionário precisamente em virtude de sua inspiração evangélica e da coragem de rever a Igreja atual segundo as exigências e o ideal de Jesus Cristo”.

A edição de número 39, de 8 a 14 de dezembro de 1963, trouxe o artigo “Tristão aos setenta é imagem da juventude”, que saúda o aniversário de 70 anos de Alceu Amoroso Lima. Considera-o a figura mais marcante do Brasil e aborda a sua trajetória intelectual, espiritual e política.

Segundo a matéria, Alceu carrega, em sua trajetória pessoal, a trajetória da “Igreja sóbria” do Brasil. Sobre o seu pensamento político, numa tensa conjuntura na qual a negação do capitalismo não poderia simplesmente traduzir-se na defesa do anticomunismo, a matéria cita o próprio Dr. Alceu: “Dizem que existe um perigo comunista. A meu ver não há um só: há três. O primeiro é a aceitação do comunismo. O segundo é o combate ao comunismo para a aceitação do capitalismo. O terceiro é a aceitação de qualquer forma política reacionária, como antídoto contra o comunismo.”

Na coluna “Dom Jaime e a Impostura”, Dorian Jorge Freire, um dos diretores do jornal *Brasil, Urgente*, critica Gustavo Corção com muita acidez. Ela possui trechos como: “No final de contas, Corção não soube envelhecer, não respeita os cabelos brancos de uma cabeça outrora inteligente”. Essa coluna insinua que Corção, chamado de “intrigante profissional” por Dorian, esteve por detrás das críticas ao *Brasil, Urgente* que levou o presidente da CNBB a assinar a circular contra o jornal. Dorian defende e elogia o cardeal do Rio de Janeiro. Defende a versão de que Dom Câmara fora envolvido em mentiras e calúnias contra o *Brasil, Urgente*, feitas, sobretudo, por Gustavo Corção.

As críticas contra Gustavo Corção foram muito recorrentes no jornal *Brasil, Urgente*. E elas nos importam porque nos ajudam a compor a identidade do jornal e o

perfil dos seus leitores. Com esse fim, transcreveremos, a seguir, todo o artigo escrito por Oswaldo Resende Júnior, sobre as críticas que Gustavo Corção desferia contra frei Carlos Josaphat, contra o livro “Evangelho e Revolução Social” e contra o jornal.

Corção, o último dos pessimistas

A demora estava causando estranheza. Há seis meses que o “Brasil, Urgente” saía às ruas e o Dr. Corção nem uma palavra! Receio de terçar armar com frade dominicano? Creio que não, porque outros frades ele andou enfrentando e parece que com êxito. Menos pela força dos argumentos do que pela dos conchavos. Ou, quem sabe, não teria o ilustre papa-grades curado o seu mau humorismo congênito tratando convenientemente do seu fígado? Também é pouco provável. Não me consta que os colunistas de “O Globo”, ou redatores do “Estadão” tenham dito alguma coisa sobre o internamento do professor em alguma casa de saúde. Ademais, seria otimismo esperar que a chave para a solução do problema Corção estivesse no fígado.

Não havendo motivos que explicassem tal compassividade do Dr. Corção para com o B.U. já íamos classificando a sua mudez como milagre, quando ei-lo que aparece destilando sua bílis pelas colunas não menos biliosas do Estadão. Inventava, sofisma, ataca, denigre. Põe na boca de outros, coisas que nunca disseram. Isola frases do seu contexto distorcendo sua significação. E o que é pior para um escritor, e escritor católico: calúnia. Enfim, o mesmo Corção de algum tempo para cá. Só que desta feita encontrou quem lhe fizesse frente. A resposta veio, cristã até nas vírgulas, veemente e franca. A réplica de frei Carlos Josaphat é algo que nos deixa orgulhosos do lúcido clero brasileiro. Desse clero que, disposto a dialogar com os leigos, a trabalhar com eles e para eles promovendo cada vez mais a sua responsabilidade, quer no campo eclesial, quer na obra da transformação social segundo o Evangelho, sabe mostrar a leigos desavisados e insolentes onde está o seu lugar.

Não é de hoje que Corção vem se dando à função de juiz do comportamento de seus irmãos padres ou leigos. Onde muitos vêem sinais de santidade, o professor só tem visto má-fé ou ingenuidade. Vivesse João XXIII, e logo o teríamos sentado no banco dos réus, no tribunal. Não estranharia se mais cedo ou mais tarde o próprio Paulo VI viesse a ser contemplado com uma dessas sentenças condenatórias. Tudo é possível num homem assim.

Corção nos entusiasmou com seus livros, de uma profundidade e lucidez jamais postas em dúvida. Conheço quem se tenha convertido pela leitura de suas obras. E num certo momento pareceu-me encontrar-me com ele lendo “A descoberta do outro”. É ele um dos homens mais inteligentes e cultos do Brasil. E seu estilo o coloca entre os maiores escritores nacionais. Indiscutível é o seu amor à Igreja e a sua fidelidade ortodoxa. Mas no campo das relações políticas e sociais e econômicas face ao Evangelho, revelou-se um homem marcado por um profundo pessimismo a tudo quanto se reflete ao progresso humano. Parece duvidar de que os

homens sejam capazes de realizar historicamente a doutrina que o Cristo nos deixou, e que a voz dos últimos pontífices não tem deixado de atualizar, Corção “desespera” do homem – como diria Mounier. Daí seu apego à “ordem estabelecida”, à medida do homem, do homem da idade média, e a fobia por aquilo que ele chama de “idéias avançadas ou progressistas”. Sua ação liga-o a um tempo ultrapassado da reflexão cristã quando o impacto dos primeiros passos decisivos da ciência e da técnica, o pensamento filosófico e teológico procurou responder dado dar-lhe aquele suplemento de alma de que falava Bérson. Não poucos pensadores cristãos acreditaram não poder fazer melhor pela causa da Igreja e do homem, do que reagir contra a máquina, e as reformas que ela trazia. Bernanos é típico. De maneira diferente, mas não menos reacionária, Leon Bloy, Berdiaff, e Clerissac, que tanto influenciaram as primeiras posições de Maritain, logo abandonadas pelo mestre. Corção é o resquício último dessa mentalidade ultramontana, dominada pelo medo do futuro e que prefere recordar a antecipar. Mentalidade substituída por outra mais lúcida que teve e tem à frente homens como Chardin, Mounier, Tesmontant, Chenu, De Lubac, Congar, Danielou. Estes souberam responder ao apelo que fazem os tempos ao cristianismo, e nessa tarefa outra coisa não fazem, senão deixar-se conduzir pelo Espírito do Deus Vivo que fala ao coração de cada homem pelos acontecimentos. Corção, ao contrário de Tristão de Athayde, manteve-se à margem dessa corrente. Não quis dialogar. Não quis conhecer. Isolou-se. E acabou ficando assim: um homem impermeável às exigências de uma nova civilização, acorrentado a formas ultrapassadas de pesar os valores de nosso tempo que a *Pacem in Terris* evoca não menos que quatro vezes em seu texto. Tempo do qual diz a *Mater et Magistra* oferecer “ao espírito combativo da Igreja, possibilidades enormes de se fazer o bem”.

Melhor fizera Corção se tivesse se calado. Resmungasse para si, sua aversão aos tempos e a sua ojeriza a frades avançados. Evitaria de se expor ao ridículo da opinião pública que ele tanto despreza no seu intelectualismo erudito. É pena que se tenha acontecido. Mas não sei como poderia ser de outra forma. Penso que a polêmica Corção-Josaphat não trará epílogo às manifestações ranzinzas do articulista do “Estado de São Paulo”. Mas, mesmo assim, ainda que não se cale, sua voz clamará no deserto. Porque pessimismo não tem auditório nesse mundo que hoje celebra sua primavera, nesse tempo onde a igreja se renova em Concílio. E Corção (obrigado, Senhor) é o último dos pessimistas.

A edição de número 32, de 20 a 26 de outubro de 1963, trouxe o artigo “Revolução social-cristã: Tristão, sim / Corção, não”. Ele reputa a Alceu Amoroso Lima a condição de líder incontestado dos cristãos brasileiros. Afirma que as suas posições são sempre “autênticas”, “lúcidas” e “atuais”. Entretanto, elas não são acompanhadas pelos “grupos comprometidos com o que há de mais caduco no país, tendo à sua frente Gustavo Corção, homem do pessimismo e da reação”.

Segundo o artigo, Gustavo Corção tencionava derrubar Alceu da presidência do Centro Dom Vital para ocupar seu lugar. Essa tentativa deu errado e Gustavo Corção saiu do Centro. Entretanto, antes de sair e durante a disputa política pela presidência, ele condenou a orientação progressista de Alceu. Corção afirmava que Alceu estava fazendo com que o Centro Dom Vital fosse uma caixa de ressonância da radicalização ideológica que acometia o Brasil.

Sobre o pensamento reacionário de Gustavo Corção a matéria afirma: “Não se trata de um mero processo biológico de envelhecimento que esteja vitimando o sr. Gustavo Corção, mas de contágio paulatino das estruturas viciadas a cujo serviço ele se colocou.”

Ainda, vale registrar a matéria “Operários católicos: ‘somos a revolução!’” que trata do encerramento do congresso da Juventude Operária Católica. O título da reportagem foi o tema desse encerramento. Esse artigo foi publicado na edição de número 35, de 10 a 16 de novembro de 1963.

Por fim, nesse eixo temático, vale citar o texto “Perfil do catolicão”, de Murilo Mendes. Ele trata de um tipo ideal: o catolicão. Sujeito conservador e burro. Na narrativa desse tipo ideal, revela-se o catolicismo que a esquerda defendia como autenticamente evangélico: inteligente, transformador, que soubesse avaliar e intervir nas condições históricas e psicológicas e que combatesse o individualismo. Ou seja, o oposto ao “catolicão”.

Seguem partes desse texto publicado na edição de número 39, de 8 a 14 de dezembro de 1963:

Perfil do catolicão – por Murilo Mendes

O catolicão tem quase sempre mais de trinta anos. Na adolescência e na primeira mocidade o homem é generoso, idealista, impulsivo, “*frondeur*”. Raramente poderá ser um catolicão.

O catolicão vai pontualmente à missa aos domingos (embora muitas vezes ignore o que se passa no altar), contribui com uma pratinha para as despesas do culto, assina o jornal da paróquia, confessa-se e comunga uma vez por ano, pertence a uma irmandade ou associação, e discute política local com o vigário.

O catolicão recebe a religião como se recebe de herança um terreno ou alguns milhares de cruzeiros. Sabe que a sua religião é muito boa mas não sabe por quê. Diante dos ataques nosso herói permanece mudo. Não exhibe nenhum argumento. Ou então se irrita, fica vermelho, encolerizado, solta uns urros e abandona o campo declarando que “religião não se discute.” (...)

E que a Igreja admite, conforme a necessidade dos tempos, a coletivização de propriedades e de serviços públicos (Quadragesimo Anno). O catolicão não quer saber das razões doutrinárias, ou psicológicas, ou determinadas pela experiência histórica que levam a Igreja a expor à sua concepção da propriedade porque as razões dele, catolicão, são as do estômago. Quanto aos últimos Papas que se levantaram contra o liberalismo econômico, contra o individualismo burguês, e que apresentam as diretrizes seguras que deverão presidir a nova sociedade comunitária cristã, o nosso herói os acha “políticos”. Quanto a Pio XI é um marxista, um comunista. E quanto aos comunistas: são demônios, filhos do inferno, aliados de Satanaz (linguagem também presente na boca de certos padres). Não adianta explicar que a Igreja, pela voz de seus autorizados guias, manda distinguir a intolerância dogmática da intolerância pessoal; não adianta mencionar a encíclica de Leão XIII, “Graves de Communi”, onde se recomenda uma serenidade, uma tolerância, um amor especiais aos nossos adversários ideológicos, considerados individualmente: o catolicão tapa os ouvidos, pretexta um trabalho urgente e toma depressa o primeiro bonde, respirando satisfeito ao verificar que os cavalariáneos passeiam para lá e para cá, sinal certíssimo de que tudo está em ordem na consciência do catolicão, no seu palacete, no palacete dos seus respeitáveis amigos – e no universo inteiro.

O catolicão recebe de mau humor o pobre sujeito que lhe vem pedir um auxílio. Mas empresta a juros, a 10% ao mês, não podendo ignorar que a Igreja condenou tão fortemente a usura, que os homens do comércio, para tapeá-la, foram obrigados a inventar a nota promissória. (...)

O catolicão se esquece de que a lei evangélica é extensiva não só ao indivíduo, como à vida social e coletiva.

O catolicão tem um senso tão agudo de propriedade, que acredita ser a burrice propriedade dele só. Ninguém mais tem direito de ser burro. Os catolicões tiraram patente. (...)

No dia de sua morte, o catolicão terá uma grande surpresa ao constatar que Deus de fato existe.

Capítulo 5

Terceira Fase

O mundo está dividido, sem dívida, não entre Ocidente e Oriente. Não entre capitalismo e comunismo, não entre cristãos e pagãos. O mundo está dividido entre “os que tem” e “os que não têm”.

Dom Jerônimo de Sá Cavalcanti, OSB.
Brasil, Urgente n. 45 de 19 a 25 de janeiro de 1963.

A terceira fase do Jornal *Brasil, Urgente* inicia-se na edição de número 40, de 15 a 21 de dezembro de 1963, e vai até o número 55, de 28 de março a 3 de abril de 1964, quando foi fechado em função do golpe militar de 31 de março / 1º de abril do mesmo ano. O jornal vive dramaticamente as últimas 15 semanas do governo João Goulart. Nesse breve período, as polarizações políticas tornam-se mais nítidas e densas e culminam com o golpe de Estado de 1964.

Essa fase do jornal *Brasil, Urgente* foi marcada pelo seu empenho nessas disputas e, sobretudo, pela partida para o estrangeiro, imposta a frei Carlos Josaphat, que chamaremos de exílio. A análise do jornal, somadas às entrevistas que realizamos para essa pesquisa, levou-nos à compreensão de que essa viagem não foi voluntária, por um lado, e, por outro lado, foi realizada contra a vontade do dominicano. Portanto, ele foi forçado a sair de seu país natal por causa de sua militância e da eficiência do jornal, do qual ele foi um dos principais articuladores, como um instrumento de combate para as esquerdas. Por isso, referiremos à sua partida como seu exílio.

Esse exílio impôs ao jornal maiores dificuldades para a sua manutenção. Para superar a precariedade que o levaria à impossibilidade de continuar circulando, foi criada em algumas cidades brasileiras e na França a Sociedade dos Amigos do *Brasil, Urgente* (SABU). Ela crescia num ritmo contínuo e promovia trabalhos voluntários, atos a favor do jornal, além de formular estratégias para conseguir fundos, etc. Dentre seus

colaboradores, destacamos Dom Jorge Marcos, Bispo de Santo André, que chegou a doar à SABU o seu báculo episcopal para a manutenção do jornal.

A fundação dessa Sociedade revela que o jornal era reconhecido como um instrumento legítimo e necessário para os setores de esquerda e, sobretudo, para a esquerda católica. Muitos deles manifestaram solidariedade ao jornal: UNE, UEE e Sindicatos, por exemplo. Além dessas dificuldades, esse momento é marcado pelos esforços do jornal dentro da tensa e densa arena de disputas políticas pré-golpe militar.

O *Brasil, Urgente* sempre informou aos seus leitores, ao longo de todo o seu período de publicação, que o país vivia riscos de sofrer um golpe de Estado e compreendia que a luta pelas reformas aumentaria as tensões e esses riscos. Ele interpretava que a direita partiria para a suspensão da ordem democrática como meio estratégico para evitar que as reformas acontecessem.

Entretanto, o hebdomadário acreditava que o golpe não aconteceria, se as reformas de base fossem realizadas. Se isso acontecesse, a direita perderia seu objeto de interesse para a suspensão da democracia, como dissemos anteriormente. Nessa compreensão é que se adensa seu empenho pelas reformas de base.

Nessa sua terceira fase, ele compreendeu que o golpe era iminente e o denunciou com maior intensidade. A capa da última edição, que apresentamos nos anexos, que circulou na semana do golpe militar, trouxe a seguinte chamada: “Fascistas preparam golpe contra Jango!”.

Essa fase revela de maneira explícita a influência de Emmanuel Mounier sobre frei Carlos Josaphat e, por us avia, demais membros da diretoria do jornal.

A estrutura do jornal permanece a mesma da fase anterior. Ele continuou publicando denúncias, matérias sobre questões de países estrangeiros (como a continuada afirmação de que a morte do presidente norte-americano Jonh Kennedy foi um golpe de Estado), questões econômicas, notícias de setores dos movimentos sociais, como o sindical. Publica, ainda, matérias do Alceu Amoroso Lima, transcritas do Jornal do Brasil.

A partida de frei Carlos Josaphat significou um desfalque muito grande. Houve uma sensível diminuição no número de matérias, porque essas últimas 15 edições passaram a dedicar uma ou duas páginas para a Sociedade Amigos do Brasil, Urgente – SABU. Entretanto, mesmo nas páginas dedicadas aos temas comuns do jornal, em que pese a sua progressiva radicalização, houve uma diminuição do número de matérias. Não sabemos se isso se deve à ausência do frade ou ao fato de os diretores terem se ocupado de maneira intensa aos combates do período, dedicando quase que exclusivamente matérias para esse fim, deixando de lado outros temas de fundo, comuns nas fases anteriores.

Dividimos o jornal, nessa terceira fase, nos seguintes tópicos: 1) editoriais; 2) artigos de frei Carlos Josaphat; 3) política e movimentos sociais; 4) Igreja e 5) o jornal por si.

Em muitos momentos, o tema “Igreja” se confunde com o eixo “política e movimentos sociais”. Às vezes ficamos em dúvida onde colocar um ou outro artigo. Fizemos a opção de colocar o maior número possível de artigos que tocassem em alguma questão entre o catolicismo e da política dentro do eixo “Igreja”, para mostrar que nesse momento havia um grande empenho da esquerda católica nas questões da política.

Por fim, apresentamos um novo eixo temático “o jornal por si”, que se fez necessário porque o exílio de frei Josaphat provocou dificuldades muito grandes no jornal. Essas dificuldades não foram apenas de ordem orçamentária: a plausibilidade do jornal foi abalada. Esse impacto não foi sentido apenas pelo corpo do jornal, mas sentiram-no todos os leitores, que a partida do dominicano representava um desfalque bastante significativo para as esquerdas e para os movimentos pró-reformas.

5. 1. Editoriais

O primeiro editorial dessa terceira fase analisa, no calor dos acontecimentos e na paixão da hora, o exílio de frei Carlos Josaphat. O último, por sua vez, elogia o presidente João Goulart pelo seu apoio e envolvimento no comício de 13 de março, na Central do

Brasil. Acompanhamos os últimos três meses do governo Goulart pelas análises desses editoriais.

O editorial da edição de número 40 do jornal trouxe o título “Uma vitória aparente”. Ele se refere ao exílio de frei Carlos Josaphat, em termos extraordinariamente ácidos. Culpam os “grupos econômicos”, “nacionais e estrangeiros” pela “expulsão do frade do território brasileiro”. O texto avalia que o exílio apenas foi possível porque a Igreja Romana cedeu às tentações do capital. E, ainda, a ordem religiosa à qual pertence frei Carlos Josaphat também foi considerada culpada por não ter resistido às ordens vaticanas para que ele saísse do Brasil.

O exílio tornou-se ainda mais dramático, segundo o texto, porque o país vivia um momento decisivo. Ficar sem o fundador significava um desfalque de uma das lideranças de maior importância e relevo para as forças de esquerda. O editorial elabora-se num estilo triunfalístico, considerando que o trabalho desenvolvido pelo dominicano já estava dando resultados. A sua partida foi uma “vitória de Pirro” das elites, que não conseguiriam fazer o jornal retroceder.

A edição de número 40 segue informando que a partida de frei Carlos provocou um impacto realmente muito grande para o jornal. Esse texto deu-nos a impressão de ter sido escrito por alguém completamente carregado com a pressão dos dez meses anteriores de lides pelo jornal. Ele foi viabilizado sob muita pressão política, econômica e religiosa. Entretanto, esse esforço era sentido como trabalho do autêntico cristianismo. Essa interpretação dava ânimo e sentido para os membros do jornal.

Esse editorial pede desculpas pelos excessos escritos e afirma que todos os diretores do jornal eram católicos. Ele se refere tanto ao editorial quanto ao artigo da edição de número 40, que publicou a opinião de cada um dos diretores sobre o exílio de frei Josaphat. Sobre o dominicano, o texto afirma que a comunidade católica mais esclarecida havia colocado por sobre seus ombros a responsabilidade do exercício da liderança. E eles, membros do *Brasil, Urgente*, esperam reunir as condições necessárias para serem “dignos da confiança de frei Carlos”.

Esse editorial é muito forte. Há um dado que chamamos atenção aqui. A coleção do jornal com a qual trabalhamos pertenceu ao convento dominicano de Uberaba, Minas

Gerais. Com exceção da edição de número 40 e umas 5 ou 6 outras edições a que tivemos acesso no arquivo da província dos dominicanos na cidade de Belo Horizonte. O que nos importa aqui é que durante a leitura da coleção notamos que ela havia sido lida ou manuseada, pelo menos, por uma pessoa, provavelmente um frade. As palavras cruzadas haviam sido feitas pela mesma letra, encontramos uma pequena conta matemática e uma ou outra coisinha. Chamou-nos atenção o fato de que a única matéria de toda a coleção do jornal marcada, destacada a lápis pelo leitor, foi esse editorial da edição 41, dado que nos leva a inferir que o exílio de Josaphat teve realmente um grande impacto no círculo dos leitores do *Brasil, Urgente*, pelo menos. A edição de número 40, com a qual trabalhamos, pertence a outra coleção. Está no arquivo da província dos dominicanos e nunca foi manuseada.

O editorial da edição de número 41 também tratou do exílio de frei Josaphat. Entretanto, seu tom mudou muito. As críticas que fizeram à Igreja Católica e à Ordem dos Dominicanos parecem ter sido bastante impactantes e causado muitos melindres. Esse editorial se ocupa em justificar as críticas da edição passada do jornal.

O número 42 do jornal, de 29 de dezembro a 4 de janeiro, publicou uma edição de fim de ano. Seu editorial trouxe o título “A luta vai continuar”. Ele anuncia que no ano de 1964 o *Brasil, Urgente* continuará “na luta” no mesmo sentido de até então. Lembra enfaticamente as dificuldades pelas quais o semanário passou no ano de 1963 e reafirma a opção pela “pobreza limpa e digna”. Segundo o texto, eles abriram mão dos favores e dinheiro que poderiam conseguir como veículo de comunicação da direita. Comemora por ter chegado até o final do ano de 1963 contra a fúria de seus poderosos adversários.

A edição de número 43, de 5 a 11 de janeiro de 1964, trouxe o editorial “Partidos contra o Brasil”. Segundo ele, os partidos políticos atrapalhavam a realização das reformas, porque representavam hegemonicamente “os donos do poder”. E, para eles, nenhuma reforma era interessante. Pelo contrário, buscavam a manutenção das estruturas dadas. A reforma agrária foi usada pelo texto do editorial como exemplo. Segundo ele, todos os partidos possuíam em seus programas o tema da reforma agrária. Entretanto, todos defendiam a manutenção da Constituição, impedindo que essa reforma se realizasse. O editorial informa ainda que esses partidos defendiam a manutenção da

Constituição também para evitar a reeleição de Jango e a imediata elegibilidade de Leonel Brizola. Nesse momento, o ex-governador gaúcho despontava nas páginas do jornal como um “autêntico líder” da “revolução brasileira”.

Além dos partidos, o texto ataca o Congresso Nacional. Considera-o um lugar onde as “forças da reação” conseguiram hegemonia. De lá, portanto, não sairia nenhuma reforma “autêntica” e “necessária”. Através dos partidos a direita havia tomado de assalto o Congresso Nacional.

O editorial reputa ao povo a condição de legítimo e eficiente ator político da transformação das estruturas do país. Entretanto, ele não faz nenhuma alusão à participação do povo através do processo democrático. Aqui o jornal aposta na possibilidade de uma saída revolucionária ou numa ruptura da ordem democrática pelas forças populares como os eventos que poderiam realizar as reformas e evitar o golpe da direita.

Segue fragmento do editorial:

Os partidos não querem qualquer tipo de reforma. Não querem a alteração de um *status quo* que garante os seus donos e os donos de seus donos. Assim também o Congresso Nacional, onde apenas uma minoria pensa em termos de Brasil e de povo. (...)

Chegamos ao ponto mais decisivo da realidade brasileira: só podemos confiar no povo. O Congresso Nacional está divorciado da Nação. Os partidos estão alienados e não significam nada. É confiar no povo, no seu esclarecimento, no seu patriotismo, na sua decisão, na sua coragem de fazer o futuro do Brasil pelas suas próprias mãos.

Os partidos faliram. Resta o povo e a este cabe levantar o país que os partidos querem no chão.

O editorial da edição de número 44, de 12 a 18 de janeiro de 1964, analisa o governo de João Goulart. Ele avalia que esse governo não era mau em todos os campos, embora seja ácido contra ele. Informa que existiam setores bem cuidados. Entretanto, considera que Jango tinha uma grande capacidade de desagradar a todos ou, pelo menos, de agradar cada vez menos, como expresso no fragmento: “A sua política oportunista e sua habilidade de raposa, a matreirice de suas manobras e especulações, vão, pouco a pouco, incompatibilizando o chefe de governo com um número cada vez maior de brasileiros.” E afirma que a sua política é de “uma no cravo outra na ferradura.”

Esse editorial diz que não causaria espanto se o presidente dissesse que não defende um única reforma de base. Todas as forças do Brasil, as populares e as reacionárias nutrem desprezo pelo Presidente da República. Ele é incapaz de assumir uma orientação única, uma idéia única.

João Goulart continua sendo tema do editorial da edição de número 45, de 19 a 25 de janeiro de 1963, que segue nos mesmos registros de avaliação política da edição anterior. Ele afirma que o maior inimigo das forças populares ou das esquerdas continua sendo o Presidente da República. Todavia, isto não se deve a um mau governo ou a uma política econômica intrinsecamente contrárias ao interesse do povo. A sua postura dúbia e a sua incapacidade de apontar caminhos definidos é o que o colocam, segundo o texto, como obstáculo à organização da esquerda. Se Jango tivesse uma política indiscutivelmente ruim e se posicionasse de maneira definitiva ao lado “das forças da reação”, ele causaria menos danos, porque a esquerda conseguiria construir uma posição definida. Em cada avanço e recuo do presidente a esquerda tinha que rever sua posição.

A edição de número 46, de 26 de janeiro a 1 de fevereiro de 1964, trouxe o editorial “Carlos Lacerda e a Ordem”, escrito por ocasião de uma grave operária que levou o governador da Guanabara e “candidato da direita à presidência da república, a lançar um manifesto à Nação”.

O documento – que não obteve maior repercussão – poderá ser dividido em três partes. Na primeira, defesa intransigente da ordem. Na segunda, afirmação de que a guerra revolucionária já começou no Brasil e, na última, generalizadas acusações ao presidente João Goulart.

O editorial comenta aquilo que considera uma contradição. Informa que Lacerda, que já defendeu uma “ditadura provisória”, lança um manifesto no qual defende a ordem, “mas a ordem dos privilegiados”.

O governador de São Paulo Adhemar de Barros foi tema do editorial da edição de número 47, de 2 a 8 de fevereiro de 1964. Com o título “O papel de Adhemar”, o texto informa que, sem esquecer de Lacerda, é necessário tratar também do governador paulista. Avalia as suas pretensões à presidência da República. E lembra de sua

“caixinha” para a compra de armas, munições e o que mais fosse preciso para agir contra a ordem democrática. Reputa-o como conspirador.

O editorial da edição de número 48, de 9 a 15 de fevereiro de 1964, trata da entrevista dada ao *Brasil, Urgente* pelo deputado João Dória, que participou da CPI sobre o IBAD e o IPES e que, naquele momento, fazia parte da CPI que investigava “a ação, no Brasil, de órgãos de imprensa estrangeira”. Ele acusou a CIA de financiar a preparação de um golpe de Estado no Brasil. Segundo o editorial, nem todos morriam de amor por Jango e todos tinham restrições ao seu governo. Ao contrário da edição de número 43, esse texto afirmava que o momento era o de esquecer as diferenças e defender o bem maior: a democracia.

O editorial da edição número 49, “A hora do camponês”, por sua vez, defendeu que a revolução brasileira viria do “campo”. Afirmava ser possível constatar que o “camponês” estava se integrando cada vez mais intensamente no “processo revolucionário indiscutivelmente em curso”. Esse texto referiu-se à histórica exploração à qual sempre foi submetido o “camponês” brasileiro. Defende a necessidade da mudança constitucional para a realização da reforma agrária. Esse texto principia um movimento de elogios às iniciativas de João Goulart no sentido das reformas e afirma, ameaçadoramente, que a reforma agrária sairá “votada pelo congresso ou...”. Faz referências às ligas camponesas e informa que as revoltas já estavam acontecendo no campo.

O editorial da edição de número 50, de 23 a 28 de fevereiro de 1964, com o título “A grande conspiração”, noticia um encontro sigiloso entre Bilac Pinto, presidente da UDN, e o governador de São Paulo, Adhemar de Barros.

O governador paulista denunciou que o Brasil estava sofrendo uma conspiração contra a ordem democrática patrocinada pelo presidente da República. O governo federal responde a essa acusação através de Darcy Ribeiro, que “colocou os problemas nas suas reais perspectivas históricas”. Segundo o editorial, Darcy Ribeiro “provou” que nos últimos 14 anos as forças políticas representadas por Bilac Pinto, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda foram as promotoras efetivas das conspirações contra a democracia brasileira.

Tomando como base o ano de 1950, o chefe da Casa Civil da presidência da República provou que desde há quatorze anos os grupos que agora falam em conspiração não fazem outra coisa senão conspirar. E conspirar contra a autoridade legítima, escolhida em eleições livres pela multidão que vota; e conspirar contra os mais justos direitos do povo.

Conspiraram, em 1950, para impedir a posse do sr. Getúlio Vargas, levantando a bandeira ridícula da maioria absoluta. Conspiraram em 1954, quando depuseram o presidente, levando-o ao suicídio. Conspiraram com o presidente Café Filho para impedir as eleições de 1955. Em 1955, conspiraram contra a posse dos srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart. No governo do primeiro, conspiraram abertamente e levaram à prática as aventuras criminosas de Aragarças e Jacareacanga. No governo Jânio Quadros, monstruosamente conspiraram contra o presidente, determinando aquele gesto desesperado e inconseqüente de renúncia. Conspiraram, depois, contra a posse legítima do sr. João Goulart. Através do histriônico parlamentarismo, conspiraram contra as prerrogativas indiscutíveis do presidente. Depois, conspiraram contra o plebiscito. E, de lá para cá, vêm conspirando sempre, de dia e de noite, com o auxílio fracativo de desmoralizados politiqueros nativos ou, poderosamente, com a participação efetiva e decisiva de trustes internacionais.

O texto segue enumerando outros eventos que ele reputa como conspiração do grupo político representado contra essas pessoas e conclui afirmando que eles não têm autoridade moral para acusar ninguém de conspiração.

O editorial da edição de número 51, “Frente e não frentes”, informa que o jornal sempre defendeu a necessidade da formação de uma Frente Única que reunisse todos os brasileiros interessados “na tarefa de emancipação política, econômica e social da pátria”. O jornal aplaudiu a Frente de Mobilização Popular e os esforços do deputado San Thiago Dantas para conseguir “um denominador comum para as forças progressistas do País”. Defendeu que os cristãos deveriam participar daquele “dispositivo popular, mesmo que dele participem os comunistas”.

Avalia que as rivalidades entre o “grupo nacionalista do deputado Leonel Brizola” e o grupo solidário ao trabalho de San Thiago Dantas eram perniciosas para os interesses da realização das reformas profundas que o Brasil necessitava para o seu desenvolvimento. Defende a não-dispersão de forças em várias frentes.

Acredita que a divisão das forças progressistas devia-se ao “maquiavelismo dos grupos fascistas da UDN, do PSD, do PSP “e de outros subpartidos”. Esses partidos também se dividem segundo o personalismo do seus líderes. Mas, quando estão diante do

projeto de “fascistizar o Brasil, de defender o *status quo*, de garantir privilégios injustificáveis, de promover a sujeição brasileira aos trustes internacionais, aqueles se unem, aqueles político se congregam”.

A edição de número 52 publicou o editorial “Mobilização popular”, que defendeu a necessária a intensa mobilização popular para contrapor às investidas dos “fascistas” sob o comando técnico-policial do ponto IV norte-americano.

Cita eventos, como a violência da polícia de Belo Horizonte contra a instalação da Frente de Mobilização Popular. Em São Paulo também houve violência da polícia do governador Adhemar de Barros. Notemos que Magalhães Pinto não foi citado. O texto cita um evento ocorrido no Mackenzie:

O ex-ministro Paulo de Tarso não conseguiu falar na Universidade Mackenzie, porque neofascistas desordeiros e alugados pelo IBAD, tumultuaram a reunião, agrediram assistentes e estabeleceram tão grande tumulto que se tornou impraticável o prosseguimento do ato.

O editorial da edição de número 53, de 14 a 20 de março de 1964, trata do primeiro aniversário do jornal *Brasil, Urgente*. Afirma que o jornal tem sido fiel aos seus princípios iniciais.

O último parágrafo refere-se a frei Carlos Josaphat:

Queremos finalizar este registro, com um ato de confiança, de estima, de respeito e fidelidade ao grande companheiro frei Carlos Josaphat, fundador de BRASIL, URGENTE, orientador e líder de BRASIL, URGENTE. No exemplo dignificante e singular desse sacerdote e líder, desse cristão autêntico e desse patriota, temos sempre encontrado alento para prosseguir o jornal que ele quis do povo e a serviço da justiça social.

A edição de número 54, de 21 a 27 de março de 1964, dias antes do golpe militar, publica o editorial noticiando e apoiando o manifesto redigido pela UEE paulista e dirigido à nação e às autoridades federais, pedindo a intervenção em São Paulo para garantir “o resguardo das garantias constitucionais e a defesa do povo”.

Esse pedido se justifica, segundo o editorial, diante das ações públicas do governador Adhemar de Barros. Ele estava, segundo o manifesto, municando a Força Pública e a Guarda Civil com armamentos pesados e “toneladas de munição”, chegando

até a improvisar tanques com armas antiaéreas. E, ainda, colocando seu dispositivo militar para ser treinado por “por agentes norte-americanos, lotados no ianque ponto IV”.

Enquanto os dispositivos golpistas eram preparados, o governador de São Paulo, em conferências, entrevistas e reuniões secretas, conclamava o seu Estado à rebelião contra o governo federal e ao desrespeito às instituições do regime democrático. Nas reuniões secretas que promovia e continua a promover, depois de fazer relatórios terríveis sobre a realidade nacional, apela aos presentes, na sua maioria assustados e desinformados homens de empresa, o concurso de suas finanças para “armar São Paulo para um novo 1932” ou para “armar São Paulo contra o ataque comunista iminente”.

O último editorial do jornal *Brasil, Urgente*, foi publicado na edição de número 55, de 28 de março a 3 de abril de 1964, com o título “Frente popular”. Seu texto elogia o presidente João Goulart pelo seu apoio e envolvimento no comício de 13 de março. E, otimista, diz, ainda, que o presidente poderia pedir um plebiscito consultando toda a população maior de 18 anos, alfabetizada ou não, sobre a convocação de uma assembléia constituinte.

O presidente João Goulart demonstrou grande espírito público e sensibilidade às causas da Nação, quando resolveu integrar-se no ato público, como outro jamais conheceu o Brasil, o comício de 13 de março, na Guanabara, da Frente Popular, já constituída das mais poderosas e expressivas representações de operários, camponeses, estudantes, intelectuais, sargentos e oficiais democratas, classe média e clero autenticamente cristão.

Voltando-se para a Frente Popular, reconheceu o chefe do governo que nenhuma outra entidade melhor interpreta o sentir geral do País e que somente ela possui condições de garantir a execução rigorosa de uma verdadeira política nacionalista de emancipação político-econômico-social do Brasil.

Os decretos assinados pelo presidente na inesquecível concentração popular de 13 de março – desapropriação de latifúndios à margem de rodovias, ferrovias e açudes federais, encampação das refinarias particulares de petróleo e regulamentação dos aluguéis de imóveis residenciais – embora exigidos pelo povo, reclamados pela Frente Popular, não esgotam as profundas necessidades nacionais. Nem chegam a constituir, nos seus diversos setores, as medidas mais justas. Significam – isto sim – o primeiro passo para uma caminhada que deverá levar às reformas agrária e urbana e ao monopólio total, por parte da Petrobrás, de toda a política petrolífera brasileira. Daí porque aqueles decretos – ainda tímidos e superficiais – não deixaram e nem deixam de merecer o apoio absoluto do povo.

(...)

Resta ainda ao presidente João Goulart, na defesa da ordem democrática e da segurança de todos os brasileiros, consolidar o seu dispositivo militar a serviço do Brasil, expurgando-o daquelas notas dissonantes que, embora inexpressivas, quebram a pureza integral da orquestração.

5. 2. Artigos de Frei Carlos Josaphat

Os artigos escritos por frei Carlos Josaphat nessa fase de *Brasil, Urgente* não seguem no ritmo da radicalização do jornal e nem do seu envolvimento cada vez maior com as tensas disputas políticas do Brasil no período. Elas deixam de seguir até mesmo no ritmo dos artigos que ele escreveu nas fases anteriores. Essa mudança em seus artigos deve-se ao dado de ele estar vivendo em exílio. Essa condição o colocou diante de melindres que ele julgava bastante difíceis de contornar.

Para compreender esse novo perfil dos artigos, devemos pensar na própria distância física do Brasil que o dominicano experienciava. Isso o impedia de acompanhar o cotidiano da política e os seus desdobramentos, tanto imediatos quanto os de longo alcance, de maneira eficiente e próxima. E, também, a sua condição de exílio o deixava numa condição bastante delicada diante do país o recebera, a França. Josaphat imaginava que poderia causar melindres nesse país se enviasse artigos sobre a realidade política brasileira.²⁶⁰ Além disso, o frade não queria correr o risco de municiar os inimigos políticos,²⁶¹ que poderiam dizer que ele estava fora do Brasil difamando o país.²⁶² Entretanto, ele não se propunha a enviar meras “notícias de viagem”. Ele teve a preocupação de deixar claro para o “movimento” no Brasil que sua mudança não foi de ideologia, “mas de situação”.²⁶³

A opção foi, então, enviar os “Bilhetes de Paris”, com notícias dos eventos políticos e da vida da Igreja que estavam acontecendo na Europa. Era como se quisesse

²⁶⁰ Segundo entrevista com frei Carlos Josaphat, realizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 02 de março de 2007.

²⁶¹ Utilizamos a idéia de inimigo político da forma trabalhada por Carl Schmitt em *O Conceito do Político*. Petrópolis: Vozes, 1992.

²⁶² Segundo entrevista com frei Carlos Josaphat, realizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 02 de março de 2007.

²⁶³ Segundo entrevista com frei Carlos Josaphat, realizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 02 de março de 2007.

dizer que o Brasil não estava sozinho na luta pela emancipação. Ao mesmo tempo, o frade conseguia fazer com que sua presença fosse sentida no jornal. Alguns dos artigos eram cartas dirigidas aos diretores e que foram publicadas, não foram escritas no formato de artigos. Vale dizer, ainda, que a precipitação do golpe militar não permitiu que o dominicano tivesse tempo para se ambientar e definir com mais eficiência sua nova condição e, a partir dela, definir melhor sua participação na vida do jornal.

Seu primeiro artigo, nessa terceira fase do jornal, foi publicado na edição de número 40, de 15 a 21 de dezembro de 1964, com o título “Até breve, companheiros”. Seu texto não apresenta a mesma densidade de revolta e de denúncia do editorial do mesmo número. Ao contrário, é otimista em lembrar que a tarefa que parecia impossível de publicar um jornal como o *Brasil, Urgente* foi levada adiante, em que pese todas as muitas dificuldades. Essa realização se deveu, sobretudo, à operosidade dos fundadores do jornal.

Até breve, companheiros

Antes que o avião largue esta terra querida, traçando com o seu rastro de fumaça o sinal da cruz, sobre a amplidão azul do céu e do mar, fique nesta página uma palavra amiga e agradecida aos companheiros de luta de ontem, de hoje e de sempre.

BRASIL, URGENTE surgiu de um movimento amplo e irresistível e vem sendo conduzido por uma equipe cristãmente teimosa e cristãmente inquebrantável. De início, rejeitamos as ofertas fáceis dos capitalistas que pretenderam comprar nosso ideal, e com o dinheiro apodrecer a nossa empresa. “Aqui estão os nossos cruzeiros e os nossos dólares. Os senhores aceitam incondicionalmente o capital estrangeiro? Os senhores são favoráveis à invasão de Cuba? Os senhores aplaudem tal candidato à presidência da república, amigo de tal potência amiga?”

Calmamente respondemos não.

E partimos para audácia, para o sacrifício. O jornal nasceu, circula em todo o território nacional por causa da “garra” de vocês.

Vocês, acionistas, que confiaram na grande idéia de “Um Jornal do Povo a Serviço da Justiça social”. Não esperam lucros, quiseram um jornal livre, agressivo contra as injustiças, capaz de denunciar aquilo que ninguém denuncia: não os pequenos roubos de galinha, mas os amplos latrocínios dos grupos econômicos, dos trustes, dos latifúndios, e, mais que tudo, do imperialismo internacional.

E, vocês heróicos fundadores de BRASIL, URGENTE. Quanta viagem, quanta conferência, quantas objeções tolas e quantas sugestões luminosas nas centenas de atos públicos que criaram uma consciência nova numa

faixa da população brasileira. Sei que vocês estão comovidos lendo isso: GILBERTO GANDOLFO, MARIA OLIMPIA, JOSÉ RAUL. Foi tudo tão duro, tão magnífico, tão entusiasmante.

Fundar, manter e ampliar um jornal sem compromisso com os privilégios. Os bem-pensantes acharam vocês com cara de D. Quixote. É ou não é FAUSTO, DORIAN, JOSIMAR, RUY DO ESPÍRITO SANTO, JOSÉ REINALDO, ROBERTO FREIRE. (...)

A edição de número 41 publicou o artigo de Josaphat com o título “França, Urgente” e foi marcado a lápis pelo mesmo leitor a que nos referimos anteriormente. As matérias sobre a viagem de frei Carlos foram as únicas grifadas por esse leitor do convento dominicano de Uberaba. Essa viagem foi, efetivamente, um ato carregado de sentido.

Nesse artigo, frei Carlos Josaphat narra a sua partida do Brasil e a sua chegada num convento dominicano francês. É um relato para amigos. Não tem a estrutura de um artigo jornalístico. Na citação que fazemos a seguir desse texto, chamamos atenção para o evento ocorrido diante de uma possível greve no aeroporto do Galeão, quando o dominicano encontrou um outro padre missionário no Amazonas. Ao ouvir Josaphat dizer que era a favor da greve, caso ela acontecesse, o missionário responde que ele até parecia com “um tal de frei Josaphat, que foi mandado para fora do Brasil”. Era, portanto, lugar comum entre o clero, pelo menos, que frei Carlos Josaphat fora “mandado” para fora do país. Fora exilado. Ainda, vale a citação, porque esse evento, da forma como foi escrita, é engraçado.

França, Urgente

PARIS – DEZEMBRO DE 63 – Saí do Brasil um tanto apressadamente.

Não pude apertar as mãos de amigos e companheiros de lutas. Perdoem-me a indelicadeza involuntária. Os tempos não nos permitem os luxos da etiqueta.

Naquela tarde de 11 de dezembro (Aniversário de Dr. Alceu, que não pudemos festejar!), no aeroporto de Viracopos, pareceu-me ouvir a voz da Igreja e do Brasil, no forte punhado de “brasas”, espalhadas pelo Cônego Milton Santana. E senti vocês todos presentes, companheiros e amigos, através da equipe de BRASIL, URGENTE. O adeus se atenuou num afetuoso “até breve”. Mas não deixa de ser comovente.

Os homens se agitam. Deus nos conduz. Foi o que tenho confirmado nestes últimos acontecimentos. Imaginem: chegado ao Rio, o avião resolveu fazer greve. Era a desejada oportunidade para a boa conversa com Roberto Freire, esse jovem líder da classe teatral e da cultura brasileira. Possibilidade inesperada, mas providencial de dar um derradeiro retoque no meu livro “Evangelho da Unidade e do Amor”.

Só decolamos ao meio dia, 12 de dezembro, após uma noite e uma manhã na Guanabara.

Falei em greve. Comentava-se entre os passageiros a eventualidade de uma parede, por parte dos funcionários do Galeão. Brincando, observei a um colega, missionário no Amazonas, em viagem para Madrid:

- Há greve? Sou a favor.

- O Sr. até se parece com um tal de frei Josaphat, que foi mandado para fora do Brasil, respondeu o bom servo de Deus. E, ia prosseguindo: “Dizem que este dominicano é fogo...”

Interrompi, apresentado-lhe o meu cartão, a fim de evitar-lhe possíveis dissabores de uma identificação tardia...

Aterrissamos em Madrid, dia 13, sexta feira, dia de Santa Luzia, padroeira da vista para o nosso bom povo. Na fria madrugada, nada pude ver, nem ser visto por ninguém.

Em Paris, finalmente. “Senhoras e senhores passageiros, acabamos de aterrissar em Orly, Paris. São quatro horas da manhã, hora local. A temperatura é de dois graus abaixo de zero”. Dentro de mim uma vozinha maliciava: “E agora, Brasilino?”

Após um atraso de tantas horas, ninguém espera ninguém. Rumei para o convento. Inútil tocar campainha. O silêncio é total. São Francisco de Assis, perguntado, se não me engano, por Frei Leão, sobre a “alegria perfeita”, exemplificou com este caso: é chegar ao convento em noite invernososa, ser desconhecido do porteiro, levar uma descompostura e um banho de neve. A graça da “alegria perfeita” não me foi concedida. Meti a mão no trinco. A porta se abriu. A outra porta seguiu-lhe o exemplo. Entrei pelo casarão adentro. E fui dar no quarto de um religioso brasileiro. Acordei-o com uma gargalhada: “Frei Sebastião, aqui estou”. Um frade, de certo que distraído por um anjo, deixara as portas todas abertas, para o brasileiro entrar.

A acolhida dos irmãos franceses foi calorosa. “Vamos fundar FRANÇA, URGENTE?” – Indagaram sorrindo. O primeiro dominicano que abordei foi o Pe. Perrier. Trabalha na edição das Obras de Santo Tomaz (Edição Leonina). Esteve no Brasil, há anos. “Como vai aquilo lá. Brasília. Há estradas até lá? Meu Deus, que país milagroso. Quem me dera acabar meus dias no Brasil!” Desviou os olhos. Como se tivesse caído num pecado de fraqueza. Também desviei os meus. Pois deste pecado não escapo de jeito nenhum...

Encontrei grande ressonância da homenagem prestada ao Pe. Congar. O orador foi o Pe. Chenu. A festa foi no dia 8 de dezembro. O cônego Laurentin, conhecido nosso aí da redação, pois deu uma entrevista a BRASIL, URGENTE, noticiou a coisa em **Le Figaro**, salientando que o II Concílio do Vaticano está colhendo o que Congar e outros semearam (entre lágrimas).

Quem sabe o Pe. Chenu não falará disso para os leitores de BRASIL, URGENTE. Domingo, vou visitar o mestre. O correio já está sendo recolhido.

Até breve. Até sempre.

O artigo da edição de número 42, de 29 de dezembro de 1963 a 4 de janeiro de 1964, foi publicado com o título “Fora da radicalização não há solução”. Nele o dominicano segue em uma de suas funções de intelectual orgânico: racionalizar e produzir sentido para uma postura de militância intensa e radical a favor das transformações das estruturas. Ou, em seus próprios termos, “da revolução social brasileira e cristã”. Seu esforço acontece para situar a intensa atividade política dentro de um quadro existencial de referência que, além do discurso cristão, lança mão do discurso psicanalítico da condição humana.

A edição de número 43 publicou o artigo “Revolução Social”, que é uma seqüência temática do anterior. Ele se propõem a definir o lugar e a postura do cristão diante de uma realidade social, econômica e política iníqua. Nessa situação, o cristão vive numa tensa dialética: entre a paz e o combate. Deseja a paz, mas se vê impelido ao combate. Combate para conquistar a paz da equidade.

Esse texto ocupa-se com significado e com o sentido efetivo da revolução: movimento rápido de transformação das estruturas sociais, políticas e econômicas para a superação de estruturas que impedem a realização o bem comum. A revolução, portanto, meramente existe como ato que adensa radicalmente a evolução, compreendida como o movimento lento dessas mesmas estruturas.

O homem e a mulher cristãos não devem temer a revolução. Embora não sejam revolucionários, por força de sua fé, também não são conservadores. Eles podem e devem ser uma coisa ou outra, dependendo do seu contexto histórico. Devem *revolucionar* uma realidade histórica injusta ou, por outro lado, *conservar* uma realidade histórica que promova o bem-estar geral, através de justas estruturas econômicas, políticas e sociais.

Revolução social

Em um escrito de intimidade, Marx definiu sua felicidade com esta única palavra: lutar.

O cristão recebeu do Evangelho, numa forma paradoxal, a mensagem da Paz e a missão da luta; de uma parte, declara Cristo: “A paz esteja convosco”. “Eu vos deixo a minha paz”. “Bem aventurados os que promovem a paz”. Mas, igualmente, nos assegura: “Não julguem que vim trazer a Paz sobre a Terra. Vim trazer não a paz, mas a espada”.

A Paz interior, familiar e social, constitui portanto o ideal evangélico, mas a atitude de militância, de lutar contra os inimigos da Paz em nós mesmos e na sociedade, não será compreendida como uma felicidade, mas sim como uma exigência para quem está em busca da bem-aventurança.

O objetivo do combate não é aniquilar alguém, é remover a injustiça, o ódio e a miséria que fazem causa comum na conspiração contra a autêntica felicidade, e contra a paz verdadeira.

À luz deste postulado cristão, válido para todas as situações da vida pessoal e para as diversas conjunturas históricas, colocamos a grande pergunta de nossa época: no terreno social seria o cristianismo conservador, seria o discípulo do Evangelho pela manutenção da ordem vigente, estaria ele pela revolução social?

Com o intuito de não embarçar com dificuldades verbais uma questão de si bastante árdua, será oportuno partirmos de uma reflexão sobre os termos, por mais elementares que sejam.

Ao se falar de ordem social, de manutenção da ordem, pode-se entender uma situação de fato, ou uma organização legal e jurídica correspondentes às necessidades da comunidade, em seu conjunto e na totalidade de seus elementos, a saber: das pessoas, grupos, classes e regiões que constituem, por exemplo, uma nação moderna. É evidente que o Evangelho prega e a consciência cristã reclama uma submissão ao poder legitimamente constituído e uma colaboração eficiente para a manutenção do aperfeiçoamento de estruturas legais, adaptadas ao Bem Comum e à Sociedade neste momento histórico. Quanto aos regimes vigentes ou dominantes, graças ao apoio de camadas privilegiadas, a cujos interesses eles servem, a posição cristã será de inconformismo e de repúdio. Utilizar-se dessas formas deturpadas de organização político-social em vista de beneficiar as instituições e atividades religiosas, seria trair duplamente o Evangelho: acumpliciar-se com a injustiça estabelecida e comprometer a religião da verdade, ligando-a a mecanismos de iniquidade. Quanto aos meios concretos de protesto contra uma ordem injusta, o que equivale a uma desordem estabelecida, serão mencionados posteriormente.

Até os fins do século XIX, o termo Revolução encerrava um conteúdo predominantemente político, e implicava sobretudo o recurso a uma rebelião armada. Na mentalidade comum, ainda hoje, predomina tal representação do processo revolucionário: um golpe militar, acompanhado de um conjunto de violências, suspensão da ordem legal, ameaça ou instauração da anarquia. Mas o termo revolução vem se precisando ultimamente, numa acepção bem distinta do levante militar ou da Guerra Civil: Significa primordialmente a mudança radical das estruturas econômico-político-sociais, incluindo como caracterização essencial a mutação qualitativa do processo social vigente. Enquanto a Evolução exprime um processo lento e homogêneo por parte das instituições e todo o sistema por ela constituído, um crescimento orgânico de uma ordem jurídico-legal em consonância, ao menos substancial, com os fatos sociais, a Revolução vem a ser a mudança

brusca, postulada sempre que se verifique um hiato entre o dinamismo social e as estruturas. A Revolução será uma necessidade, toda vez que se verifique um atraso, um retardamento no processo evolutivo, ou quando um aceleração no processo, sobretudo no setor econômico, estabeleça um desequilíbrio, um desajustamento entre as necessidades e as aspirações no conjunto do povo, e a ordem jurídico-política vigente. Não há assim identidade entre a Revolução Social e Guerra Civil, que apenas ocasionalmente pode iniciar um processo revolucionário, como igualmente pode estar a serviço das forças reacionárias. O recurso às armas será apenas uma etapa, meramente preparatória para as reformas estruturais ou institucionais, que constituem a essência da Revolução.

Isto nos encaminha à questão fundamental: o cristianismo por sua natureza não “é conservador ou revolucionário; ele é proclamação e sede de justiça. Exige de seus fiéis que se empenhem por uma ordem justa, conservando aquela porventura existente, e buscando introduzir uma nova estrutura, quando a antiga é iníqua ou caduca no seu conjunto”.

A Revolução Social pode, portanto, constituir um imperativo para a consciência cristã em determinada conjuntura histórica. A fidelidade ao Evangelho postula objetividade no diagnóstico da situação, coragem de optar mesmo contra os próprios interesses e os preconceitos variados.

A edição de número 44 publicou um “Bilhete de Paris”: um texto muito afetivo, que descreve o cotidiano do dominicano. Informa que ele já havia se encontrado com o Padre Chenu, também dominicano, e com Jean Guitton. Afirma que “ambos passarão dentro em breve à categoria de colaboradores do *Brasil, Urgente*. Informa que entrará em contato também com Malraux. Relata um conversa com Chenu sobre sua tese de doutoramento sobre democracia e ditadura publicitária. Segundo Josaphat, Chenu lhe disse: “Da América Latina virá a revolução Social Cristã, que a Europa não teve e não tem ânimo de fazer”.

O artigo “Sinal de contradição”, publicado na edição de número 45, inicia com a afirmação de que Jesus se tornou um sinal de contradição e que a “Igreja prolonga Jesus Cristo”. Por isso, ela também deve ser o mesmo sinal de contradição de seu “fundador”. Por isso, Josaphat diz ter um olho no Evangelho e outro na história da Igreja.

A seguir diz que está diante dele, enquanto escreve, um número de uma revista que apela para o papa refrear os desenvolvimentos dos trabalhos do Concílio Vaticano II. Josaphat reconhece, por um lado, o conservadorismo dessa revista e, por outro, revela-se otimista com os rumos do Concílio. Avalia que o momento é de transformações profundas e velozes.

Tenho diante de mim o número de janeiro da Revista *Le Monde et la Vie*, em que uma ampla reportagem fartamente ilustrada apela para o Papa, dentro de todos os recursos da moderna publicidade, suplicando à sua santidade que dê modos ao Concílio... Segure os Cardeais “Moderadores” (Estes quatro cardeais foram pessoalmente escolhidos por Paulo VI!): Suas eminências estão comprometendo a reserva que o seu título recomenda. Refreie os bispos, pois a coisa vai mal, porque vai muito depressa.

Trata-se daquela corrente de conservadores (aqui chamados “integristas”), que sentem a terra faltar-lhe debaixo dos pés. Por amor de Deus, que a Igreja se agarre ao Latim. Excomungue ainda uma vez mais os comunistas. Não descuide dos ideólogos que dialogam com Protestantes e Ortodoxos. Cuidado, muito cuidado com a pobreza evangélica... “Rejuvenescer a Igreja, sem revolucioná-la” (o neologismo é da revista).

O leitor brasileiro de certos “grandes” jornais terá reconhecido aquela tendência minoritária, mas forte na sua influência e bem sustentada no mundo do dinheiro. Não adianta. Os jornalistas, aqueles que podem contar o que viram, sem passar pelos cortes e retoques dos donos dos jornais, testemunham a força evangélica renovadora que explode no Concílio.

Compreendemos cada vez melhor o sentido da oração que João XXIII nos ensinou a rezar: Ela se resume nesse grande pedido: “Senhor, dai-nos docilidade e coragem para levar até à realidade da vida as decisões e diretivas do Concílio”.

Com Cristo e com a Igreja, vamos pra frente. Contradições haverá. Fazem parte da vida e da história.

A edição de número 46 publicou o artigo “Questão de reformas”. Nele, Josaphat compreende que o cristianismo propõe, de maneira necessária, a conversão das consciências e das estruturas sociais. Essa é a revolução integral, decorrente do Evangelho, segundo Josaphat. O cristão deve evitar o risco de, por um lado, acreditar que as estruturas mudarão a partir da conversão da consciência das pessoas. E, por outro, acreditar que a cristianização das estruturas cristianizará as consciências. Essas duas compreensões propõem uma relação mecânica entre a consciência convertida e as estruturas. Convertendo uma, a outra se transformara no mesmo compasso. Josaphat compreende que o evangelho propõe, num mesmo movimento dialético, a cristianização da pessoa e das estruturas. O esforço do militante cristão deve, portanto, converter a consciência e, na mesma atividade de militância, combater para mudar as estruturas e as instituições no sentido de fazê-las promotoras da justiça.

Buscando lastrear-se na grande tradição, seu argumento busca apoio em São Tomás de Aquino, e nos “últimos papas, desde Leão XIII a João XXIII”. Estes, segundo o dominicano, afirmam que a justiça social é um bem evangélico, porque o uso dos bens materiais “é necessário para o exercício da virtude”, inclui-se como parte do exercício da vida espiritual.

A edição de número 47 publica o artigo “O século XX redescobre o Evangelho”, no qual Josaphat considera que esse século experimentava uma renovação religiosa e uma presença “autêntica” dos cristãos no mundo. O século XX voltou ao estudo da bíblia para encontrar respostas para as questões surgidas a partir das experiências de sua realidade concreta. E, apesar das críticas positivistas que os livros sagrados do cristianismo e do judaísmo receberam no século XIX, eles mantinham a sacralidade e serviam para orientar as questões do cotidiano, inclusive o político. Segundo o artigo, as ciências permitiam que, no século XX, os estudiosos da bíblia estavam intelectualmente mais próximos dos tempos e costumes bíblicos do que São Jerônimo e Santo Agostinho.

O Século XX Redescobre o Evangelho

Em todas as épocas de autêntica renovação religiosa e de presença atuante dos cristãos no mundo, verifica-se uma volta ao Evangelho. Diante do desafio de problemas novos e de situações originais, surgem respostas ou brotam sugestões que estavam como que escondidas na primitiva mensagem de Jesus.

Ampliando a perspectiva, poderíamos formular a grande lei histórica: cada geração lê a bíblia, com mais ou menos fervor, dentro de suas preocupações e utilizando os recursos científicos e técnicos de que dispõe.

O século XIX, diante da Bíblia como de outros documentos históricos, caracterizou-se por uma posição crítica. O livro, considerado até então como sagrado e intocável, tornou-se objeto de discussão. Foi analisado, desmontado e dissecado. O resultado dessa análise redundou, inicialmente, em descrédito aparente do monumento básico do judaísmo e do cristianismo. Cada um dos volumes que constituem essa antologia divina pareceu perder a unidade e também a sua originalidade, nivelando-se a outros documentos religiosos com os quais era confrontado por exegetas racionalistas e historiadores das religiões, imbuídos de um método meramente positivista.

De indiscutíveis, os nossos livros sagrados se tornaram ninhos de problemas. Falava-se de “Questão Mosaica”, a propósito dos cinco primeiros livros da Escritura; sua atribuição a Moisés era contestada com argumentos de críticas literárias e histórica. Gozavam também de

rumorosas atualidades as chamadas “Questão Joânica” e “Questão Sinótica”. Nesta última debatiam-se os Evangelhos de S. Mateus, S. Marcos e de S. Lucas (...).

A Bíblia e particularmente o Evangelho saíram vitoriosos deste exame minucioso a que foram submetidos pelo século XIX (...)

Certas asserções tradicionais sobre a origem e formação dos livros sagrados foram confirmadas, mas, sobretudo, foram elucidadas muitas particularidades desconhecidas nos séculos anteriores. Não seria exagero afirmar: estamos hoje, intelectualmente, mais próximos dos tempos e costumes bíblicos do que S. Jerônimo ou Santo Agostinho, que liam devotamente o seu texto, com a mentalidade do século V e com os métodos da retórica greco-romana. (...) (*sic*)

O artigo “Evangelho e dimensão social”, publicado na edição de número 48, de 9 a 15 de fevereiro de 1964, discute a questão do sentido e do lastro evangélico para as assertivas do cristianismo social. Ele informa que a divisão entre “catolicismo social” e “catolicismo conservador” aconteceu a “partir das revoluções político-liberais nascidas da revolução francesa ou com elas aparentadas”. Essa divisão era historicamente situada e compreendida e poderia, portanto, ser historicamente superada. Os ensinamentos da tradição do catolicismo balizariam o processo de superação. Nesse evento, o mundo moderno serviria de estímulo à consciência cristã.

Esse artigo termina com uma pergunta acerca da questão social: o Evangelho leva o cristão a abandonar o mundo ou exige-lhe que se responsabilize pelas estruturas do mundo social? O texto induz, engenhosamente, o leitor para a segunda opção. Essa engenharia retórica afirma autoridade papal no ataque ao capitalismo liberal.

Segue fragmento do artigo:

Graças ao ensinamento do Primeiro Concílio Vaticano e de Leão XIII, Pio XI, Pio XII e João XXIII, graças à doutrinação de gerações de mestres em todos os países, e, sobretudo, ao aproveitamento espiritual e apostólico do laicato cristão, chegamos a uma fase de superação desses conflitos, para tingirmos uma síntese construtiva. Seria utópico e insensatos, pretendermos a total uniformidade daquilo que pode ser livremente discutido; mas estamos seguros que um acordo é possível e necessário. Cremos ter chegado este momento em que os cristãos assumam a responsabilidade de construir e animar um novo mundo segundo o Evangelho.

O cristianismo é social na medida de sua fidelidade às suas fontes. Os problemas do mundo moderno, o desafio do socialismo mais tarde, do comunismo, foram apenas uma ocasião ou um estímulo para a

consciência cristã, que passou a confrontar as condições criadas pela industrialização e as exigências radicais do Evangelho.

A questão social vem a ser a seguinte: o Evangelho nos levaria a “abandonar o mundo”, a santificar-nos fora das engrenagens da política e da economia, ou nos impõe a missão de edificar uma ordem social, tornar-nos responsáveis pelas estruturas do mundo social?

Pio XI denunciou como principal vício do capitalismo liberal, o divórcio entre a ordem econômico-social e a moral.

A edição de número 49, de 16 a 22 de fevereiro de 1964, publicou o segundo “Bilhete de Paris”. Esse texto tem, efetivamente, o formato e o tom pessoal de uma carta; ele diz reconhecer o grande esforço dos “companheiros” do *Brasil, Urgente*. (O que vamos dizer não nos parece algo para se colocar numa tese, mas achamos que o frei estava sentindo culpa.) Ele afirmou que compensaria o esforço dos “companheiros” no Brasil com o “estudo e aprofundamento doutrinal”.

Há pouco mais de um mês do fechamento do jornal pelos militares, os diretores e Josaphat faziam planos para o futuro. Eles planejavam a publicação dos “Cadernos Brasil, Urgente”. Na carta, Josa fala do “livrinho” que ele enviou para ser o primeiro Caderno. Ele disse que um estudante brasileiro em Paris leu o “livrinho” e comentou: “- Isso vai ser uma bomba no Brasil”. Josaphat respondeu: “- Bomba nada! Um punhado de sementes”.

Eles esperavam produzir, além dos *Cadernos Brasil, Urgente*, o *Brasil, Urgente Cultural*. Seriam realizações de maior fôlego, que aprofundariam os diversos temas das reportagens cotidianas do jornal. Eles cumpririam o papel da formação teórica dos leitores. Um dos primeiros cadernos seria o “ABC Social do Cristão”.

Frei Carlos acredita que, até junho de 1964, esse caderno, “com umas sugestões que daqui lhes envio, poderá ser jogado na praça”. Esse projeto era, como já vimos, a idéia original do jornal. O fragmento abaixo informa-nos o que o dominicano esperava dessa nova etapa que o jornal experimentaria. A própria dificuldade financeira poderia exercer um papel pedagógico para o crescimento futuro.

Creio que haveremos de romper a asfixia de banalidades e alienação, mantida pela maior parte da máquina publicitária, desgraçadamente escrava das forças econômicas e dos interesses particulares de indivíduos e de grupos. E isto, mediante um trabalho paciente e incansável de

esclarecimento, que se vá alargando e atingindo todas as camadas. A meu ver, o jornal BU deve tender a se tornar cada vez mais popular. Ao passo que os Cadernos BU representarão uma mensagem cultural, um documentário de nossas posições cotidianas. Está na hora de pôr em prática o cresci e multiplicai-vos. Minha confiança na SABU é ilimitada. Com recursos menos escassos, BU não apenas eliminará certas falhas, mas ainda se ampliará em todas as dimensões: subir, descer, marchar para o sul, para o norte, para a direita, para a esquerda... tudo isso no bom sentido das palavras. Também quem é que vai ter o mau gosto de ir buscar outros sentidos?

Essa carta não parece ter sido escrita com a intenção de ser publicada no jornal. Ela é importante porque nos dá elementos para reconstruir um pouco do ambiente da elaboração do jornal e até traços do perfil de um e outro diretor. E revela que o frade conseguia, em alguma medida, orientar os esforços e animar o grupo, mesmo estando fora do país. Vejamos o fragmento seguinte:

Bem sei que há os impacientes. Aqueles que não se conformam com o jornal que temos podido fazer. Os primeiros “sionistas”, segundo nos conta a Bíblia, choravam ao ver o templo miúdo e pobrezinho, que Israel pôde construir ao voltar do exílio. Comparavam a mediocridade artística do edifício com o esplendor de seus sonhos e de seus ideais. Um profeta assegurou a estes “impacientes” que aquele templo humilde veria um dia “a Glória do Senhor”. De fato, debaixo daqueles pórticos (que Herodes embelezou, infelizmente!), um dia passará e ensinará o próprio Senhor Jesus.

O importante é que o “ótimo não seja inimigo do bom”. E que a “impaciência” não venha a impedir a colaboração. Muito me impressiona a facilidade com que podemos condenar as “apagadas realizações alheias”, projetando sobre elas o fulgor de nossos (imaginados) ideais. “Mais vale uma gota de realizações do que toneladas de lindos propósitos”. De acordo com Fausto? Não precisa ajeitar os óculos, não, Roberto. É isso mesmo, José Reinaldo, dê um soco na mesa. E grite: “Minha gente, a coisa vai. Devagar, mas vai. Devagar e sempre”.

Em 64, muitos “impacientes” voltarão. Porque as promessas, jamais esquecidas, terão condições de ser plenamente cumpridas. Não exageremos. Começarão a se cumprir. Como é, meninos e meninas da SABU, você agüentam a mão? Permitam-me uma confidência de cristão para cristão. Nas horas duras da vida, eu tenho cá a minha reza: “Creio na mocidade e no Espírito Santo!” Depois, vem um acréscimo, que eu não sei se faz parte da reza, ou se é “crença” verde-amarela: “O futuro tá pra nós”.

Por fim, refere-se, com humor, a um diálogo com Alceu Amoroso Lima sobre os momentos de dificuldades e os aprendizados que eles podem oferecer.

Autor que eu venho lendo, mestre que eu venho seguindo desde a infância, a adolescência, até a minha velhice (“Velho, não apoiado”! “Muito obrigado...”)

A edição de número 50 do jornal *Brasil, Urgente*, publicou o artigo “Nova fisionomia da Igreja” sobre a promulgação da primeira constituição do Concílio Vaticano II. Avalia que esse dado não recebeu a importância devida, inclusive dos católicos mais lúcidos.

A edição de número 51 publicou o terceiro bilhete de Paris, que segue falando da renovação litúrgica, promovida pelo segundo concílio do Vaticano.

O artigo o “Santo e a Greve” foi publicado na edição de número 52 do jornal, de 7 a 13 de março de 1964, e explicita a compreensão tomista da realidade que frei Josaphat possuía. É, ainda, bastante plausível propor que Santo Tomás de Aquino permeou o horizonte de interpretação da realidade da esquerda católica. Cabe uma pesquisa específica sobre o tema.

Ele faz referência ao momento em que frei Mateus Rocha trabalhava como reitor na universidade de Brasília, a convite de Darcy Ribeiro, e aos “jovens brasileiros” que procuravam “o noviciado de Belo Horizonte e o Convento das Perdizes” dos dominicanos, “em busca do singelo hábito branco” e que estudavam “com ardor o pensamento cristão”. Entre eles estavam os frades Oswaldo Rezende, Betto, Ivo Lesbaupin, Tito Alencar, Fernando e Maurício (João Antônio) que, vindos de movimentos da Ação Católica, JEC, sobretudo, participaram da ALN poucos anos depois, durante a ditadura militar.

O Santo e a Greve

Não posso precisar a data. Digamos: aí pelos fins de 1958. Uma reunião animada debatia os aspectos doutrinários e jurídicos da “Greve de Perus”, que já durava não sei quantos meses. Alguém objetava, em nome da caridade e da paz, que o cristão não pode romper a harmonia social. Católico não pode liderar greve. Mário Carvalho de Jesus, que estava no pleno uso da palavra, se esquentou: “Combater a injustiça é preparar o caminho da paz. Quebrar um falso acorde é um ato de virtude.”

Ao terminar a mesa redonda, um frade dominicano puxou o Mário para um canto e lhe explicou que aquela frase dele se encontrava quase literalmente na *Summa Theologica* de S. Tomás de Aquino, exatamente no tratado da caridade. Mário de Jesus leu o texto. Pediu emprestado. E

no bolso do advogado, lá se foi o santo para a greve. Um sujeito malicioso ajuntaria que partiu acolitado pelo professor Alexandre Correia. Pois a tradução utilizada era do egrégio catedrático da Pontifícia Universidade de São Paulo.

O advogado do sindicato deu ciência ao presidente João Breno. Daí a pouco tudo quanto era “Queixada” tomava conhecimento: não era apenas Dom Jorge, o “bispo dos trabalhadores”. Não era apenas o grande e querido Cardeal Motta. S. Tomás de Aquino também era favorável à greve...

Lembro este episódio, ao celebrarmos o 7 de março de 1964, porque ele me parece muitíssimo significativo. É bem o símbolo do encontro do Santo Doutor com os trabalhadores de São Paulo, com os trabalhadores do Brasil. Não se trata da primeira vez, é certo, que Santo Tomás é chamado a intervir na luta social, a favor dos injustiçados. Já compareceu a Cuba, por exemplo. Não a Cuba de Fidel, em sua arrancada contra a ditadura e a exploração. Mas a Cuba dos primeiros anos do século XVI.

Um frade dominicano, chamado Bartolomeu de LAS CASAS, sustentava então violentamente a liberdade dos índios, pregava contra as injustiças dos colonizadores. “Os espanhóis têm tanto direito sobre os índios, quanto os índios sobre os espanhóis”. Todo o convento dos dominicanos formou com o pregador, que, aliás, repetia Montesinos. Mais ainda, os dominicanos missionários contavam com o apoio doutrinal da Universidade de Salamanca, onde ensinava o grande precursor do moderno Direito Internacional: Francisco VITÓRIA. Todos eles apelavam para o mestre comum da Igreja: S. Tomás de Aquino. Com este frade dominicano da Idade Média, corrigiam eles o paganismo de Aristóteles: não existem homens naturalmente escravos, não há criaturas humanas feitas para se alienar a serviço do enriquecimento de privilegiados. O lucro pode ser justo, mas tem que repartir entre aqueles que trabalham. Nem índio selvagem pode ser forçado a trabalhar de graça...

Hoje, nesta festa de S. Tomás, em 1964, eu vejo seus discípulos, e muito particularmente os meus e seus irmãos dominicanos diante dos imensos problemas culturais e humanos, sociais e apostólicos do Brasil e da América. Frei Mateus Rocha dando um duro, para construir a faculdade teológica de Brasília. Jovens brasileiros procuram o noviciado de Belo Horizonte e o Convento das Perdizes, em busca do singelo hábito branco. A juventude cristã, e muito especialmente a juventude brasileira, tem consciência de que o cristianismo é marcha para Deus e autêntica ascensão humana. Sabem que a reflexão e as pesquisas de um LEBRET, a teologia de um CHENU e de um CONGAR, de DANIELOU, de LUBAC ou de RAHNER, não são ociosas teorias.

Os monges rezam. Jovens frades estudam com ardor o pensamento cristão. Mas já os oprimidos e os injustiçados adivinham uma coisa. Não temos intercessores apenas lá no céu. Na hora da luta, o santo vai também...

A edição de número 53, de 14 a 20 de março de 1964, publicou o “Bilhete de Paris – IV”. Ele inicia afirmando que os diretores não deveriam dar ouvidos a “Certas intriguinhas completamente alienadas da grande causa que constitui a razão de ser de BU”. Ele diz, ainda, que está entusiasmado com o fato de os membros do jornal estarem descobrindo Emmanuel Mounier, que ele chama de “cristão valoroso e lúcido, de um valor que por vezes pareceu agressivo, e de uma lucidez, que chegou a ser profética”. Segundo Josaphat, Mounier fez uma denúncia forte da doença amplamente generalizada: “a religião dos ‘bons sentimentos’. ‘Vós sois o sal da terra’, definiu Jesus Cristo. Certos cristãos aceitam, quando muito, a vocação de açúcar... refinado...”

Ele faz, também, uma sugestão para o jornal: fazer uma antologia de “cristãos combativos”. Para esse trabalho, o Brasil conta com “excelentes coisas do Dr. Alceu, do Murilo Mendes. Iríamos redescobrir o Eduardo Prado, dos últimos anos”.

A seguir ele fala dos jornais *Esprit* e *Temoignage Chretien*. Os diretores do jornal pediram a opinião dele acerca desses jornais. Josaphat compara ambos com o semanário brasileiro. No fragmento a seguir vemos que, efetivamente, os dois jornais franceses serviram como referências para os trabalhos de elaboração do *Brasil, Urgente*.

Frei Carlos trata primeiro do *Esprit*:

Liderado pelo saudoso Mounier, parece-me, no entanto, situar-se em um plano bem mais intelectual do que no movimento que tem em BU a sua expressão. A comparação espontânea é com o heróico e denodado *Temoignage Chretien*. BU e TC apresentam inicialmente uma afinidade muito clara: são irmanados debaixo dos mesmos fogos, contam com os mesmos adversários. São qualificados de “comunistas” pelo burguesismo acomodado e, por vezes, com uns laivos de religiosidade. Sejam modestos, meus caros. TC já formou sua tradição de luta. É sustentado por um conjunto de grupos cristãos, aguerridos e que sabem o que querem.

Mas que a humildade não seja complexa, nem nos impeça de reconhecer valores nossos. BU leva grande vantagem sobre seus irmãos de luta. É um jornal que nasceu da inspiração cristã, mas não é confessional. Não pode competir doutrinalmente com TC, pois este conta com colaboradores, grandes mestres, especialistas e teóricos. BU está no entanto, mais empenhado na ação concreta. Quase que ia dizendo: “Tem mais garra”.

Seja como for, parece-se da maior importância este desejo de conhecermos as experiências autênticas e com elas entrosarmos o nosso trabalho.

A última edição do jornal *Brasil, Urgente*, número 55, de 28 de março a 3 de abril de 1964, publicou o artigo de frei Josaphat sob o título “Brasil, Urgente: ano 2”. Nele, o autor lembra que a trajetória do primeiro ano foi de muito esforço, muita luta, e que o jornal se mantém contra todas as expectativas.

A segunda parte do artigo, escrito pelo frade, seguramente, num momento em que ele pensava na trajetória dele e do jornal no ano anterior, trouxe um relato e um apelo que nos impactou muito.²⁶⁴ Frei Carlos Josaphat fez um apelo. Em caso de toda a memória do jornal se perdesse. Ele pediu que apenas um evento fosse guardado. Segundo Maurice Halbwachs²⁶⁵ a memória guarda aquilo que é mais significativo para o sujeito e para o seu grupo social. E nesse exercício de memória do primeiro ano do *Brasil, Urgente* a memória do dominicano selecionou o evento registrado na citação a seguir, que também usamos como epígrafe desse trabalho.

Estava em Belo Horizonte, aí pelos meados de 63, em um instante duro para BRASIL, URGENTE e para sua equipe de direção. Convidaram-me a visitar uma vila de trabalhadores, uma favela que nascera como um protesto contra a exploração imobiliária e crescia como um símbolo da capacidade realizadora de nosso povo. A favela trazia o nome do companheiro que vocês, numa atitude de cavalheirismo e desprendimento, batizaram de “fundador” deste jornal, que vocês lançaram e que pertence ao povo. No meio da favela, já se erguia uma cruz e estavam construindo uma escola. Não foi assim que o Brasil despontou?

Debaixo da cruz, novidade de nossos tempos: lá estava um palanque improvisado, onde se debatiam os problemas desta comunidade singela do novo Brasil. Quiseram que eu subisse. Que deslumbramento. As montanhas faziam recortes firmes e escuros no céu vermelhinho. Uma beleza de fogo no horizonte de Minas. Perto de mim, humildes mas destemidas, agrupavam-se mães de família com seus filhinhos nos braços. Os trabalhadores, que tinham vendido mais um dia de seu sangue e de seu suor por um quase nada de salário, vinham chegando para a pequena vila, por eles planejada e construída nas horas de “folga”.

Não era uma marcha artificial. Não havia massa. Era o povo. O meu povo. O nosso povo. Sem *slogans*. Sem ódios. Sem ressentimentos. Mas firme no reconhecimento de seus direitos e tão cumpridor do seu dever. “Precisamos de casas para alojar nossas famílias. Queremos escolas e pão para os nossos filhos. A terra não é de todos? Cinquenta mil lotes para um, e nem um fiapinho de terreno para outros?”

²⁶⁴ Esse impacto deve-se ao texto em si e também por ter sido o último texto que lemos de toda a coleção do jornal. Nossa pesquisa de arquivo terminou com esse texto. O alívio foi indescritível.

²⁶⁵ HALBWACHS, 1990.

Meus companheiros, se tudo o mais se perder na história de nosso jornal e de nosso movimento, deixo-lhes um apelo. Guardem esta palavra. É uma exclamação, uma “blasfêmia”, aliás, segundo os cânones dos gramáticos. Para nós é uma benção e uma definitiva provação.

“Nós *tem* Deus no céu. Mas aqui na terra *tá* faltando justiça, *siô* padre!” Isso me foi gritado por uma voz decidida, brotada no meio das dezenas de mulheres presentes. E uma outra respondeu, como se fosse uma peça de teatro popular:

“Mas nós tem BRASIL, URGENTE...”

5. 3. Política e Movimentos Sociais

A edição de número 42, de 29 de dezembro de 1963 a 4 de janeiro de 1964, publicou o texto “Raio X da crise econômica mostra o declínio do capitalismo”, de Vítor Rego, como matéria principal. Esse é um artigo analítico que defende que a crise pela qual o Brasil passava era uma crise do sistema capitalista. Avaliou as alternativas do Estado de bem-estar social e do fascismo. Recusou ambas. Defendeu a viabilidade e a efetivação do socialismo no Brasil, afirmando que o momento premia pela radicalização para superar as estruturas econômicas nas quais funda-se o capitalismo.

Essa edição de número 42 também publicou os dois artigos a seguir: “Só o povo pode dispor de meu mandato” e “Grupo dos onze: resposta da esquerda ao recuo de Jango”. O primeiro foi escrito pelo sargento e deputado Garcia. Em seu texto, ele não admite o julgamento que estava acontecendo sobre a possibilidade de ele seguir no mandato ou não. Afirma que o seu mandato pertencia ao povo e não à elite. Seu artigo não reconhece a legitimidade dos tribunais do Estado, por considerá-los tribunais da elite. Momento tenso e de radicalidade. O sargento lembra as diversas elites que caíram ao longo da história: a nobreza na revolução francesa e Nero. Ele defende o socialismo e, acreditando na sua viabilidade, afirma que a elite brasileira terá de explicar a origem de sua riqueza perante o “Tribunal do Povo”, “em data muito próxima”.

O segundo artigo informa que o deputado Leonel Brizola, considerando que Jango estava guinando para a direita, criou o grupo dos Onze Companheiros inspirado pelo número dos jogadores de um time de futebol. Esse grupo deveria cumprir três tarefas: 1) resolver o problema da dificuldade de organização num país de grande extensão como o

Brasil; 2) agir organizadamente na “defesa das conquistas democráticas do povo” e 3) lutar contra o golpe, partisse de onde partisse: da direita ou da esquerda.

A edição de número 43, de 5 a 11 de janeiro, noticia a noite de autógrafos do livro “Os cristãos e a revolução social”, de Paulo de Tarso, no mosteiro de São Bento, após a missa de Natal para os universitários. O texto elogia o trabalho. O título da notícia é “Paulo de Tarso dá lição (em livro) de revolução cristã”. Lidamos com esse livro no primeiro capítulo desse nosso trabalho.

Além dessa notícia, esse número do jornal publica mais duas matérias que devem ser registradas. A primeira tem o título “Filho de sargento não teve presente de Natal: Papai Noel está preso”. Essa matéria é solidária aos sargentos. Ela trata de suas prisões e do drama familiar decorrente. A segunda, “Catequese para um apóstolo da mentira”, constitui-se num artigo muito ácido contra o que disse Assis Chateaubriand em seus dois livros: “Catequese dos gentios da Igreja” e “No focinho do porco”. Nesses livros, segundo a matéria, o autor chama de marxistas setores do clero e diz que bispos do nordeste são filiados ao Partido Comunista.

A edição de número 45 publicou o artigo de Paulo de Tarso, “Cristãos e revolução social”, no qual ele condensa todo o livro lançado no mosteiro de São Bento.

Na edição seguinte, o jornal publica o artigo “Anticomunismo é chantagem da direita contra o Brasil”. Seu texto denuncia os governadores Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, afirmando, mais uma vez, que os dois estão se municando com armas de fogo para combater a democracia. Ambos se utilizam do discurso do anticomunismo para deixar o país refém do medo e legitimar seus futuros atos de combate pelo golpe de Estado.

Na edição 47, de 2 a 8 de fevereiro de 1964, encontramos o artigo “Agir é ser”, de Dorian Jorge Freire. Esse diretor do jornal passou a produzir textos mais densos a partir do exílio de frei Josaphat. Nesse artigo, Dorian identifica a ação com o próprio exercício da condição humana. Ou, ainda, o ato privilegiado para a realização existencial profunda do humano. O artigo cita Pio XI, Emmanuel Mounier e faz duas referências retiradas do Evangelho: “São Tiago” e “São João”.

É, portanto, um texto que segue nos oferecendo dados da esquerda católica. Ela usa os métodos da Ação Católica: ver, julgar e agir. A realidade social, política e econômica brasileira é, além de vivida, observada e negada por ser contrária à equidade, e a ação devida para a sua superação deve ser revolucionária. Fora da revolução não há a efetiva superação. Essa ação é de tal envergadura que exige que os cristãos sejam militantes totais e vigorosos e não “eunucos”.

Seguem trechos desse artigo.

Partindo da esperança de que todos estamos de acordo na defesa da democracia humana e comprometidos com a revolução que deverá determiná-la, solicitaria as atenções dos leitores para o grave e importantíssimo problema da ação.

Temos, diante de nós, o Brasil e o seu povo. O Brasil subjugado por forças econômicas poderosíssimas, brasileiras e internacionais. O povo, vítima das conseqüências daquele domínio, sofrendo, dia a dia, na própria e dilacerada carne, as injustiças mais revoltantes do regime capitalista, que o papa Pio XI admiravelmente definiu como “cruel e duro.”

(...)

E nunca um compromisso pela metade. Jamais um meio compromisso. Ou ele será absoluto, determinando, uma doação total, ou será compromisso e nem valerá a pena. O que se exige é que sejamos plenamente homens porque não há marca na história da humanidade de revolução empreendida por eunucos.

(...)

Luta que não será fácil e que exigirá, de cada um de nós, muito mais do que podemos oferecer. Luta na qual para sermos dignos de nossa própria condição humana teremos de empenhar absolutamente tudo, da nossa atividade permanente à nossa própria vida. Não estamos aqui para assistir a um espetáculo, mas para funcionarmos nele, como atores e não como assistentes. Não estamos aqui para escrever história, mas para vivê-la e vivê-la dia a dia, hora a hora, minuto a minuto.

(...)

Temos um objetivo puro: emancipar o Brasil e libertar o seu povo. Temos que alcançá-lo, o mais rapidamente possível, através de esforços totais e de todos os instantes. Não seremos vitoriosos e, o que é ainda pior, não teremos cumpridos os nossos deveres se, no processo da luta, não adicionarmos às nossas forças as forças de todos os que também desejam, como nós, um Brasil emancipado e um povo livre. A luta será ganha por todos os homens de boa vontade e fora desta união não há condições de êxito. Nem a luta será completa e nem a ação realmente válida.

Segundo Mounier – mestre da sinceridade e da ação – ser é agir e a única prova de um homem são os seus atos. São Tiago dizia que o homem é justificado pelas obras e não pela fé somente, porque “a fé sem obras é morta em si mesma”. Fora da ação não realizaremos nem mesmo as mais mezinhas obrigações que temos como homens, como criaturas.

Para os que estão na luta e são cristãos, a ação é igualmente indispensável. Partindo da verdade irrefutável de que não há incompatibilidade entre cristianismo e revolução e de que somos revolucionários na medida em que a verdade, neste mundo de impostura, passou a ser revolucionária, temos que agir. Logo, organizadamente, eficazmente e sem medo. Porque segundo ensinou São João, “na caridade não há temor; mas a caridade perfeita lança fora o temor, porque o temor supõe pena; e aquele que teme não é perfeito na caridade”.

A mesma edição do artigo “Agir é ser” trouxe na capa a seguinte chamada de sua matéria central: “Americanos financiam golpe da direita”. Ela foi feita a partir de uma entrevista com o deputado João Dória, do PDC da Bahia, que atuou na CPI do IBAD e IPES e que, naquele momento, estava trabalhando numa CPI que investigava a ação, no Brasil, de órgãos de imprensa estrangeiros. Ele era membro da Frente Parlamentar Nacionalista.

O parlamentar inicia o depoimento afirmando que há uma mesma “mão oculta” por detrás de diversas ações de golpes e sabotagens em outros lugares do mundo e que essa “mão” estava conspirando a favor de um golpe de extrema direita no Brasil. Essa “mão” era acionada pela CIA. Essa agência era controlada por interesses do grande capital privado internacional e se colocava fora e acima do controle até mesmo da presidência dos EUA. Ela era a responsável pela “outra” diplomacia desse país: a “diplomacia negra”.

Segundo Dória, a ação da CIA no Brasil era feita através do IBAD.

Seus planos eram estruturados em três fases. A primeira constituía-se basicamente em alienar a consciência nacional através da propaganda; a segunda tinha um objetivo mais direto, que seria o de mobilizar as forças políticas e as entidades de classes contra as reformas. A terceira fase, por sua vez, seria levada adiante, caso as duas primeiras falhassem. Ela se constituía em na ação direta a favor do golpe de estado de extrema direita.

Segundo o parlamentar baiano, as duas primeiras fases falharam. Em que pese o fabuloso derramamento de capitais, a consciência política dos setores populares não permitiram que elas alcançassem êxito. Portanto, estava em funcionamento no Brasil o desenvolvimento das estratégias para viabilizar a derrubada de João Goulart e a implantação de uma ditadura.

O Brasil estava, portanto, no máximo adensamento do conflito político. O deputado avaliou que as forças promotoras das reformas saíam vitoriosas, porque a CIA não estava construindo uma trajetória de sucessos em suas empreitadas.

Pensamos que esse depoimento, exclusivo para o jornal *Brasil, Urgente*, deva ser citado na íntegra. Segue, portanto, a citação:

João Doria Denuncia: EUA financiam golpe da direita

A denúncia é extremamente grave. Não poderá passar despercebida à opinião pública nacional nem deixar de merecer imediatas providências do Presidente da República e das autoridades da Segurança Nacional. O denunciante é um homem de responsabilidade, parlamentar que merece o respeito de seu País. Trata-se do deputado federal João Doria, do PDC da Bahia, que teve atuação destacada na Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou os negócios criminosos do IBAD e IPES, no momento pertence à CPI que investiga a ação, no Brasil, de órgãos de imprensa estrangeira. Membro da Frente Parlamentar Nacionalista.

A Mão Oculta

Falando com exclusividade para BRASIL, URGENTE, disse o deputado João Dória”:

“A mão oculta que provocou o golpe de deposição de Mossadeg, no Iran; os tumultos nos Laos, no Vietnã, no Congo e na Argélia; que financiou o exército secreto francês contra De Gaulle e depôs os presidentes reformistas de Honduras e São Domingos para substituí-los por títeres gorilas da United Fruit Co; que assassinou em Dallas o Presidente Kennedy e desembarcou armas nas costas da Venezuela de aparente procedência cubana é precisamente a mesma e criminosa mão que planejou, financiou e executou os planos do IBAD no Brasil e segue alimentando, sob novos rótulos, a mesma organização subterrânea nazi-fascista que conspira contra a segurança, a independência e o desenvolvimento do povo brasileiro. Esta mão é acionada pelo organismo secreto conhecido pela sigla C. I. A. (Central Intelligency Agency) que a partir de 1947, no governo Trumam passou a centralizar os serviços de informação e espionagem dos diversos departamentos militares e civis dos Estados Unidos.”

Câncer na América

Prosseguiu:

“Constituída segundo o figurino do fascista Allan Dulles (irmão do ex-secretário de Estado John Fuster Dulles, que até a última guerra mundial representava em Wall Street os interesses de capitais germânicos e dirigiu as campanhas neutralistas para impedir a entrada dos Estados Unidos na guerra contra a Alemanha) a C. I. A. é uma cópia da SS alemã na organização, na filosofia e nos métodos de operar. Hoje, como desde o primeiro dia de seu funcionamento, a C. I.A. não se limita a coletar informações no campo da espionagem. Usa os seus dados, manipula-os e deforma-os para ela própria executar uma política secreta, extra-oficial, a **outra**²⁶⁶ política exterior dos Estados Unidos. Empregando métodos totalitários, é o órgão responsável pela DIPLOMACIA NEGRA que se aplica fora das regras do direito internacional e das boas normas diplomáticas e que intervém pelos canais subterrâneos, na vida inteira das outras nações. A diplomacia do “vale-tudo”, em que a corrupção, o suborno, a violência, o atentado e a ação direta, a traição e o crime, enfim, se praticam acima dos códigos e das leis.

Inteiramente controlada pelos grupos herméticos do capitalismo internacional, logrou transformar-se em super poder político, que determina muitas vezes a estratégia do Pentágono e as decisões do Presidente dos Estados Unidos, muitas delas baseadas em informações preconcebidamente deformadas ao sabor dos interesses da política privada desses grupos e que não raro têm causado verdadeiros desastres à política exterior norte-americana. Assim foi que Eisenhower deixou-se surpreender com o vôo extemporâneo do avião de espionagem U-2 sobre a União Soviética, realizado à revelia do Presidente com o deliberado propósito de sabotar o êxito da conferência de cúpula em Paris e que o Presidente Kennedy diante do fato consumado e das informações falsas da C. I. A. autorizou a invasão de Cuba na Baía dos Porcos – dois entre muitos desastres com que a C. I. A. está escrevendo a derrota dos Estados Unidos na ‘Guerra Fria’”.

C. I. A. no Brasil é IBAD

Adiantou o parlamentar:

“Repetindo os mesmos métodos de ação subterrânea já aplicados e desmoralizados em outros países, a CIA selecionou e treinou agentes especiais para o Brasil. Escolheu para comando desta operação o trãnsfuga e agente internacional Ivan Hasslocher, cujo perfil calhava sob medida. Membro de uma família de origem alemã radicada no Rio Grande do Sul, de formação nazi-facista, ele próprio ex-membro da Ação Integralista Brasileira, filho de um diplomata que servira e tivera ligações com o Pentágono, em Washington, frio, calculista, ambicioso e sem escrúpulos. Hasslocher era o agente ideal para executar os planos da ‘diplomacia negra’ em relação ao nosso país. Estes planos tiveram início com a campanha do Presidente Jânio Quadros, foram burlados com a sua renúncia e reativados para impedir a posse do presidente João Goulart. Vencidos na batalha da opinião pública com a vitória da legalidade, reativaram ostensivamente a sua intromissão na vida pública brasileira através do IBAD, da ADEP e outras entidades secundárias de atuação

²⁶⁶ Grifo no original.

junto ao clero, as classes armadas, estudantis, trabalhadoras e classes dirigentes”.

Sabotagem Contra Kennedy

“Tudo a pretexto de combater a ameaça comunista. Mas, na realidade, o que a CIA (através do IBAD) pretendia – e pretende ainda – é levar ao insucesso a Aliança para o Progresso (pelo menos nos termos idealizados por Kennedy) e a desmoralização completa das reformas lideradas por Goulart. Para isso, estão dispostos às últimas conseqüências. E por quê? É simples a resposta: aos grupos financeiros que presidem o pacto-industrial militar do Pentágono não interessa, senão como simples demagogia inoperante, a emancipação econômica e o desenvolvimento da América Latina. O êxito, portanto, da Aliança para o Progresso, juntando a colaboração financeira do governo Americano às reformas estruturais dos países subdesenvolvidos, constituiria o fim da grande aliança entre as oligarquias nacionais dominantes (representada pela associação de três poderosos interesses: o latifúndio rural, o sistema bancário e o alto comércio exportador) e os grupos financeiros envolvidos no comércio internacional de matérias-primas coloniais e os parques manufatureiros das grandes potências industriais do mundo capitalista. Assim, na medida em que o êxito dessa política representasse a libertação dos povos da América dos fatores determinantes da miséria, da fome, da ignorância e da servidão que os oprimem, estaria ela ferindo frontalmente os interesses desses grupos, que engordam às custas do *status* que tem nele a pedra angular do seu poder econômico. As reformas de base, portanto, constituem a revolução pacífica prenunciada por Kennedy, mas secretamente combatida pela CIA, a serviço do seu clientelismo econômico financeiro”.

Deposição de Goulart

“A conjuração orientada e financiada pela CIA no Brasil obedece a um plano em três etapas: 1) a alienação da consciência nacional pela propaganda dirigida e corrompida pelo suborno de veículos e agências de publicidade e pela neutralização ou destruição de órgãos independentes. Nessa etapa, a campanha ganhou corpo na imprensa, no rádio e na televisão visando desmoralizar o governo de Goulart e ao mesmo tempo estigmatizar de comunista as reformas de base para incompatibilizá-las com a consciência cristã do povo brasileiro. Conseguiram, em parte, o seu intento nas áreas conservadoras das classes alta e média. 2) Nesta segunda etapa, o objetivo era mais direto: mobilização das forças políticas e entidades de classe contra as reformas e os seus líderes. Para isso, derramaram bilhões de cruzeiros para corromper o processo eleitoral, eleger parlamentares e governos estaduais e municipais, anti-reformistas, bem como líderes militares, sindicais e estudantis na presidência de suas associações representativas. Lograram relativo êxito, direta ou indiretamente formaram uma maioria parlamentar que obstruiu todo o esforço em favor da tramitação dos projetos de reformas estruturais. 3) A terceira etapa, que é o processo atualmente em curso, caracteriza-se pela ação direta, o esquema golpista que os estrategistas da CIA e do IBAD planejaram para dar o golpe e assaltar o poder pela violência, implantando uma ditadura de extrema direita, ainda que

momentaneamente se pudesse revestir até das aparências de um governo popular. Nos planos iniciais, figurava o golpe como terceira alternativa, na hipótese de falharem as duas etapas anteriores do plano acontece, que falharam, pois, a despeito de derrame fabuloso de dinheiro, da corrupção da imprensa e da alienação parcial do Congresso, o que o IBAD conseguiu foi muito pouco em relação ao grau de conscientização em que se encontra o povo, o governo e a maioria esmagadora das classes armadas em favor das reformas de base e já. Assim, começa a funcionar, em termos de conspiração de fato, o esquema subversivo montado pelo senhor John Foster Dulles Junior (que veio ao Brasil especialmente para transmitir as instruções da CIA) com o concurso do integralista Marechal Inácio de Freitas Rolim, o General João Gentil Barbato e outros militares da reserva que integram a câmara alta da ADEP e antes pertenceram muitos deles à Câmara dos 40 da antiga Ação Integralista Brasileira. A CIA está distribuindo armas e munições em São Paulo e na Guanabara. Esquemas de resistência civil estão em curso nos apelos públicos e dramáticos de líderes políticos da direita, conclamando as classes dirigentes a se armarem na luta contra Goulart. A Esso acelera as suas manobras de desmoralização e decomposição da Petrobrás. A ação subversiva, dentro dos próprios escalões do governo, conspira contra o Presidente da República. O campo da guerra revolucionária está traçado: reformistas de um lado, anti-reformistas, de outro. Resta saber quem vencerá. Mas, aqueles que acompanham de perto, como eu, a ação desastrosa da CIA em vários países do mundo onde a sua diplomacia negra penetrou, não alimentam a menor dúvida de que o vencedor, na batalha final, será o povo brasileiro, com as reformas de base que hão de vir, nessa altura, a qualquer preço e das conquistas democráticas que saberemos preservar a qualquer sacrifício.”

A edição de número 48, de 9 a 15 de fevereiro de 1964, publicou a matéria “Capital mineira virou Dallas: espetáculo de nazi-fascismo”. Ela relata um ato anticomunista ocorrido em Belo Horizonte. Segundo o texto, o governador Carlos Lacerda tentou “comprometer” o governador Magalhães Pinto com as posições da direita. O jornal sempre retirou o nome do governador mineiro de entre os “golpistas” da UDN, reputava-o sempre como membro da “bossa nova” desse partido. É difícil compreender isso. Sobre esse dado, o Padre Lage, ao descrever sua prisão após o golpe de 1964, informa, também sem compreender, a seguinte cena:

Chegamos de manhã cedo a Belo Horizonte, onde se dirigiram primeiro à Secretaria de Segurança, para ali entregarem os pacotes de material subversivo que lanharam impiedosamente os meus ombros a viagem inteira. Dali para o DOPS, em cujas primeiras salas fomos recebidos festivamente. Com muita gritaria em todas as dependências, os policiais se amontoavam para me ver e rir-se de mim. Um deles gritou triunfante:

- Preso o padre Lage! Agora só falta o careca e o Zé Aparecido.

Este vocês sabem quem é: andou sumido por uns tempos, não o prenderam, não o perseguiram. O Careca era – pasmem todos – o governador Magalhães Pinto em pessoa, que a polícia mineira detestava, por sua suposta aliança com as esquerdas. Coisa esquisita: o homem foi ou pretendeu ser o chefe civil da revolução – e parece que se honra com o título até hoje – e era desejado preso pela sua própria polícia, uma das mais repressivas do país. Entenda que puder.²⁶⁷

Segundo um de nossos entrevistados, o jornal *Brasil, Urgente* tinha uma dívida com um banco de propriedade do governador de Minas Gerais. Após o golpe, um diretor do jornal foi ao banco para pagá-la e ouviu o funcionário dizer para que ele não se preocupasse. Não havia dívida nenhuma... era comprometedor para o banco ter emprestado capital para o jornal, após a instauração da ditadura. Mas era comprometedor também para o jornal ter recebido dinheiro do banco de Magalhães Pinto. Mas, por outro lado, essa figura política apoiava também o cinema que surgia no Brasil. Por fim, vale dizer que a referência a Dallas, onde o Kennedy foi assassinado, segue afirmando que aquele lugar tornou-se um ambiente de violência golpista.

A edição 49, de 16 a 22 de fevereiro de 1964, publicou, dentro do ritmo das lides estabelecidas, a matéria “Aumento Salarial em fevereiro ou greve nacional em março”. Ela informa que o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, Afonso Dellelis, afirmou que, se o presidente João Goulart não decretasse o novo salário mínimo até o final do mês de fevereiro, haveria uma greve geral. A matéria não é ácida contra o presidente. Ela tem consciência das manobras golpistas dos “fascistas” e trata do tema com cautela.

Nessa mesma edição, Vitor Rego publica o artigo “Brasil, 64: revolução e contra-revolução!”. É o artigo central da edição, com chamada na capa, e inicia afirmando que “Ninguém duvida, hoje, da existência de condições objetivas e subjetivas para uma revolução no Brasil”. A questão, segundo o artigo, reside na avaliação qualitativa dessa revolução. Ou seja, se ela será precedida ou não de um golpe de Estado ou por uma “contra-revolução mascarada”. Compreende que as forças políticas estão se mobilizando

²⁶⁷ LAGE, 1988. p. 144.

e o processo revolucionário está em marcha e a revolução será inevitável. A “direita” tentará impedi-la, mas não conseguirá, segundo o autor.

Ele defende que os camponeses guiarão o processo por viverem em situações mais precárias que os operários. Estes, por sua vez, perdem o vigor revolucionário na medida em que a organização sindical promove melhorias que lhes retiram a precariedade total que os “camponeses” experimentavam. Para esse autor, quanto pior, melhor. Entretanto, a própria condição operária impede que o seu potencial revolucionário se desfaça no ar. A sua condição de classe é necessariamente revolucionária. A consciência²⁶⁸ de classe do operário o levará inevitavelmente a uma ação revolucionária.

Victor Rego analisa os dois, em tese, atores extremos do combate: o partido comunista e a UDN. Ele avaliou que a ação de ambos seguia para impedir a revolução em marcha:

Posicionou de um lado o Partido Comunista. Rego critica nele aquilo que chama de negação implícita da ditadura do proletariado e a sua ação de boicote revolucionário. Ele não fará nada que subverta as estratégias de Moscou. Ele luta “pela conquista de zonas de influência dirigidas pelo aparelho partidário dentro do governo representativo da democracia burguesa”.

Do outro lado situa “as bases da UDN de tradição mais liberal, a pequena e média burguesia carioca e paulista, seduzidas pelo governador da Guanabara, homem de muita lucidez, que corporaliza o comportamento ético-moral reformista que fez a grandeza eleitoral do sr. Jânio Quadros”.

A ação desses dois atores inviabilizaria a revolução. O primeiro pela sua submissão a Moscou, que o impediria de analisar o momento revolucionário brasileiro com a eficiência devida. O partido comunista estava refém de uma análise estrangeira e deficitária, por suposto, e que situava o Brasil como uma mera parte de uma estratégia maior. O segundo poderia evitar o processo ao distensionar o conflito através de reformas superficiais, que não fundassem novas estruturas.

²⁶⁸ Palavra mágica da época, segundo STARLING, 1986.

Não obstante, o autor, fatalisticamente, acredita na polarização das forças antagônicas numa Frente Única Revolucionária e numa Frente Única Contra-Revolucionária, que se encontrariam no confronto. “Os trens da revolução e da contra-revolução estão em marcha e devem se chocar, dentro do que o sr. Guevara prevê para todo o continente: os explorados, todos de um lado, e os exploradores, todos, do outro.”

A edição 51, de 29 de fevereiro a 6 de março de 1964, publica a matéria central “Explosão nazista em Minas é desafio ao governo e ao povo”. Ele considera que Minas Gerais tornou-se o campo de provas das forças golpistas, que *Brasil, Urgente* chama de nazistas e fascistas.

O texto dessa matéria informa que o governo mineiro não teve condições de garantir o respeito à Constituição da República. Portanto, ele deveria pedir apoio ao governo federal para a garantia desses direitos. O deputado Leonel Brizola também fez essa avaliação, segundo o artigo.

Os mineiros impediram que acontecesse um congresso internacional de trabalhadores. Até o arcebispo de Belo Horizonte deixou-se mobilizar, afirma o texto. Entretanto, o jornal vai negar esse envolvimento do prelado mais adiante. O congresso teve que ser transferido para Brasília.

A matéria informa que, mesmo com a garantia de funcionamento dada pelo governador do Estado, a polícia dispersou os trabalhadores e a cia telefônica cortou as linhas de lugares estratégicos, impedindo os participantes de se comunicarem, informando o que estava acontecendo. Mas, Magalhães Pinto não tinha poderes sobre polícia e a cia de telefone? O jornal não lhe reputa culpa.

A matéria informa, ainda, que “Um estranho sacerdote – Padre Caio de Castro – chefiava mulheres enfurecidas que, de terço nas mãos, diziam palavrões contra os deputados e acirravam os desordeiros a intensificar a sua canalhice”.

A edição 53 publicou na sessão “notas & informações as duas pequenas notícias que seguem:

Quem é?

O padre Caio Castro que promoveu a impostura religiosa de Belo Horizonte, condenada pela Ação Católica e pelo seu ilustre arcebispo,

não e propriamente um reacionário. Nem um inocente útil. Trata-se de secretário do arcebispo de Diamantina, Dom Proença Sigaud. Servindo naquela arquidiocese, o padre é conhecido como vendedor de rifas.

Revolução

Acaba de ser publicado por uma equipe de teólogos e cientistas cristãos o livro “Guerra revolucionária e consciência cristã”. Diferentes autores analisam a moderna teoria de “guerra revolucionária”, bem como as experiências de Cuba, China, Rússia, Indochina e Algéria, confrontando-as com os princípios cristãos. BU fará dentro em breve uma ampla apresentação desse livro.

A edição 52, de 7 a 13 de março de 1964, publicou a matéria “IBAD e Ponto IV orientam explosão nazista em Minas!”. Ela inicia informando que os mesmos grupos que impediram o conclave da CUTAL promoveram violência contra a reunião da Frente de Mobilização Popular em Belo Horizonte.

O jornal acusa membros do IBAD de estarem por detrás da violência na capital mineira. Eles foram eficientes tanto para inviabilizar a realização do congresso internacional de trabalhadores quanto para impedir a implantação, em Minas Gerais, da FMP.

A reunião da Frente havia sido autorizada por Magalhães Pinto. As seguintes pessoas estavam previstas para falar: Leonel Brizola, Paulo de Tarso, Neiva Moreira, Plínio de Arruda Sampaio, Max da Costa, Padre Francisco Lage e Padre Alípio de Freitas. O governador mineiro, segundo o jornal, havia determinado à polícia que garantisse o evento, mas, a polícia lhe desobedeceu. A polícia mineira, segundo *Brasil, Urgente* não obedecia ao governador, e sim ao Ponto IV norte-americano. Ela agiu com violência, impedindo, junto aos populares “contratados” pelo IBAD, o devido funcionamento do evento.

Moradores da Favela frei Carlos Josaphat, Padre Alípio, Padre Lage e União Operário-Estudantil-Campones estavam presentes no evento e foram vítimas da violência policial. Enquanto os policiais batiam nos populares, os padres João Botelho e Caio Castro rezavam o rosário...

Essa mesma edição trouxe, ainda, mais duas matérias sobre a FMP nas cidades de São Paulo e Santo André. Em São Paulo, segundo o jornal, “o povo organizado resistiu à

altura” às tentativas do IBAD, MAC e Ponto IV de impedir o evento. A população aplaudiu quando Plínio de Arruda Sampaio e João Carlos Meireles “apontaram o BU como jornal independente, ligado ao povo e vivendo da confiança que inspira às massas”.

A polícia de Adhemar de Barros “tentou constranger durante e espancou depois”, segundo a matéria. O deputado Rubens Paiva foi preso nesse evento.

O lançamento da FMP transcorreu bem em Santo André. A Igreja local apoiou. “Os oradores mais aplaudidos foram os padres Alípio de Freitas e Heitor, daquela diocese. Especialmente o último, quando declarou: ‘Ser cristão é ser revolucionário e a cartilha desta revolução é o Evangelho que prega o amor ao próximo’”.

Ainda nessa edição, de 7 a 13 de março, foi publicada uma matéria acerca do comício que aconteceria na central do Brasil, sob o título “200 mil trabalhadores no comício proibido”. Ela noticia o evento e a participação do presidente da República, do presidente da SUPRA e de lideranças sindicais. Essa matéria anima o leitor com as organizações dos trabalhadores e com as possibilidades efetivas da realização das reformas. Segue a matéria:

200 mil trabalhadores no comício proibido

Duzentos mil trabalhadores participarão do comício proibido, que será realizado no dia 13, na Guanabara.

Caravanas e delegações de todos os Estados do Brasil serão enviadas pelas entidades sindicais – urbanas e rurais ao comício promovido pelo Comando Geral dos Trabalhadores, Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e demais confederações operárias e estudantis.

Jango presente

O presidente João Goulart, o presidente da SUPRA – sr. João Pinheiro Neto –, ministros e a liderança nacional do movimento sindical estarão presentes ao comício em que deverá ser assinado o decreto que desapropria as terras marginais às rodovias e ferrovias federais, bem como às áreas próximas aos açudes construídos pelo governo federal. Será este o ponto alto do programa.

Reformas e encampação

Líderes sindicais afirmam que o comício será o marco na obtenção das reformas, cujo primeiro passo efetivo será a assinatura de decreto da SUPRA e esperam também que neste domingo seja decidida a encampação da refinaria de Capuava.

Trens da Reforma

Dois trens especiais partirão de São Paulo – um da capital outro do interior – que deverão levar aproximadamente 3.000 operários e camponeses. “Trens das Reformas” é o nome que estes operários deram a estes trens. Além dos trens, haverá caravana de ônibus, caminhões e automóveis.

Os Estados do Rio, Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná também deverão enviar caravanas idênticas às de São Paulo, sendo que o Estado do Rio deverá enviar cerca de 20.000 camponeses ao comício.

Proibição é piada

A proibição do comício pelo secretário da Segurança do Estado da Guanabara no entender do chefe da Casa Civil da Presidência da República não passa de uma brincadeira, pois o mesmo deve saber que não está na alçada estadual dizer se um comício pode ou não ser realizado.

CNTI em São Paulo

O órgão máximo dos trabalhadores na indústria, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, instalou sua sede regional em São Paulo, na rua Santo Antônio, 590 – 5º andar.

Comando Estadual dos Trabalhadores

São Paulo terá dentro em breve o seu Comando Estadual dos Trabalhadores, que deverá funcionar como uma central sindical dos trabalhadores paulistas. Uma reunião preparatória será realizada no próximo dia 8, às 9 horas no Sindicato dos Metalúrgicos.

Sindicatos Rurais

Em São Paulo já existem mais de 250 sindicatos rurais funcionando, apesar de toda a reação contrária por parte dos fazendeiros. Para combater a sindicalização, os fazendeiros despedem todos os camponeses que se filiam aos sindicatos rurais. O número de sindicalizados vem aumentando dia a dia.

Ainda na edição 52, vale-nos trabalhar o artigo de Ruy Cezar do Espírito Santo sobre o anticomunismo. Ele parte da citação de Thomas Cardonnel: “Deus não é mentiroso como certa paz social”. Segundo Espírito Santo, os discursos anticomunistas revestem-se da defesa da fé. Entretanto, seus interesses são meramente a defesa do sistema capitalista. Os comunistas são combatidos apenas porque recusam a propriedade privada dos meios de produção. O autor defende que o capitalismo é tão materialista quanto o comunismo. Portanto, os argumentos religiosos contrários ao comunismo atentam também contra o capitalismo.

Ele adensa seu argumento afirmando que as estruturas do sistema capitalista não são meramente atérias: são anticristãs. Atentam frontalmente o mandamento do amor ao próximo. Em que pese esse dado, o cristianismo tem servido como um discurso legitimador de uma realidade política, econômica e social que é, efetivamente, anticristã no seu funcionamento cotidiano.

A expressão “cristão autêntico” é muito cara ao *Brasil, Urgente* e à esquerda católica e é idéia-chave para compreendê-los diante do combate com a “direita católica”, os “cristãos inautênticos”, ou, pelos menos, não convertidos à autenticidade evangélica.

A autenticidade exige que a inteligência vasculhe os lastros dos discursos na realidade social, política e econômica. Exige, também, que os sistemas sejam julgados pelo que eles produzem em seu desenvolvimento histórico. A incapacidade do capitalismo liberal de produzir condições suficientes para as satisfações de todos, faz com que os “cristãos autênticos” o condenem e os discursos que possam defendê-lo.

Segue a transcrição do artigo:

Anticomunismo – Ruy Espírito Santo

“Deus não é mentiroso como certa paz social”; esta afirmação feita entre nós pelo frei Cardonell reflete o mais profundo da crise que o mundo moderno atravessa. Particularmente o mundo ocidental, que clama pelo nome de Deus para justificar suas constituições e suas estruturas sociais. O famoso “mundo ocidental cristão”.

Pois bem, partindo desse “endosso” divino ao seu *status quo*, os líderes “democratas” do ocidente desservem a humanidade e o cristianismo, ao desfigurar inteiramente o Deus de Jesus Cristo, que vai liderar amplas campanhas “anticomunistas” e “amaciar” populações exploradas que tinham por julgar que “só adiante mesmo esperar pela vida eterna...”

Quer mistificando a mensagem cristã, quer escravizando povos inteiros, tais dirigentes do mundo ocidental se apresentam mais do que nunca à verdadeira consciência cristã como os “anti-cristos” do século XX.

É preciso lembrar, antes de mais nada, que Jesus Cristo é a Boa Nova para todos os homens. Sua doutrina de amor ao próximo exclui qualquer sentido de dominação e de poder. Humilhou-se e morreu de morte de Cruz, repelindo as tentações de poderio e de glória neste mundo. Assim o Cristo a que servimos e que devemos apresentar a todos os homens é Aquele que veio para servir e amar os mais humildes e os mais pobres.

Por que o “anticomunismo” é o grande tema da reação? O que mobiliza os abastados senhores de engenho e de indústria? O que faz muitos sacerdotes esquecerem a dimensão do amor ao próximo?

Não é porque o comunismo é ateu. O capitalismo também o é. Não é porque o comunismo prega um regime totalitário. O capitalismo é, proporcionalmente, muito mais totalitário: que digam 80% das populações miseráveis da América Latina.

E então? Por que o “anticomunismo” capitalista?

Porque os comunistas pregam a difusão da propriedade privada. Lutam contra trustes. Pelas reformas de estruturas.

Ora, na medida em que os nossos “anticomunistas” lutam contra os três princípios acima, estão concomitantemente sendo “anticristãos”.

São três princípios básicos de luta pela Justiça Social. Onde o cristão deve se inserir com sua Fé viva, para salgar e fermentar. Não se trata da luta pela Justiça discutir o ateísmo. Ou forma de governo. Quando a ordem vigente iníqua não é ordem: “é desordem estabelecida”.

Assim, seremos, neste momento, escândalos para aqueles que “tendo olhos não querem enxergar e tendo ouvidos não querem ouvir”.

Até sempre.

Ruy Espírito Santo

Há 15 dias do golpe político-militar, na edição de número 53, de 14 a 20 de março de 1964, o jornal publicou a matéria “Ibadianos derrotados: Miguel Arraes falou!”. Com forte otimismo, ela informa que, quanto mais as forças da “reação” se organizavam e operavam, mais setores organizados da sociedade respondiam organizadamente, superando as meras reações espontâneas.

A direita estava sofrendo derrotas significativas e as organizações de esquerda avançavam num crescente numérico e organizativo, segundo a matéria. Ela exemplifica essa afirmação através de vitórias pontuais, como o evento ocorrido na Universidade Mackenzie, no qual o ex-ministro Paulo de Tarso fora impedido de falar, mas cujo resultado final foi positivo para os setores de esquerda. Narra, ainda, o enfrentamento dos setores de esquerda contra a polícia de Adhemar de Barros, que permitiu que Miguel Arraes falasse numa televisão em São Paulo. Essas derrotas e outras aconteceram, apesar dos esforços do MAC, IBAD e IPES.

Dorian Jorge Freire escreveu para a edição 54, de 21 a 27 de março de 1964, uma coluna sobre os eventos precipitados a partir do comício de 13 de março. Ele contou sete dias, a partir do dia 13 até o dia 19 de março, que foi o dia da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Esses eventos iniciaram uma nova fase política brasileira, segundo

Freire. Acreditamos que ele fez uma relação desses dias com o título do livro de John Reed, “Os dez dias que abalaram o mundo”, e escreveu que o Brasil vivia um momento de grandes abalos que polarizavam as forças políticas em dois lados antagônicos.

Segue o trecho da coluna:

Sete dias que abalaram o Brasil. Mais: sete dias que inauguraram uma nova fase política. Uma nova fase histórica, diria melhor. O governo e povo unidos, o poder como legítima emanção da vontade popular, decidido a cumprir os seus graves deveres e respeitar os compromissos assumidos com a Nação. Do outro lado, os que continuam a luta do saudosismo. Saudosismo dos bons tempos de outrora, da casa grande e senzala, do eito, do povo marginalizado da vida política nacional, de uma elite endinheirada e opressora, como intocável proprietária da terra. E da vida. De um lado a nação. Do outro, tudo o que é anti-nação e anti-Brasil.

Na mesma coluna, Dorian escreve sobre os apelos católicos do governador de São Paulo, que, na televisão, empunhava o rosário e animava os católicos a reagirem à política reformista de João Goulart. O empenho no combate às reformas fez o governador Adhemar de Barros se declarar publicamente católico e a repelir o espiritismo, a quimbanda e a umbanda. Entretanto, a coluna afirma que esse esforço era inútil, porque os católicos paulistas não se deixariam enganar.

Segue fragmento:

Rosário

Empenhando um rosário, o sr. Adhemar de Barros, diante do público telespectador do Brasil, em programa milionário pago pelo mal cuidado erário de São Paulo, concitou os católicos de São Paulo a reagir à política reformista exigida pelo povo e adotada, finalmente, pelo presidente João Goulart.

Para o governador, cumprir a lei de Getúlio Vargas que criou a Petrobrás é ultrajar a Igreja. Impedir que a especulação imobiliária transforme os operários em marginais, é um opróbrio ao senhor. Dar à propriedade a sua destinação social, uma ofensa à Mão de Deus.

O presidente da República, na medida em que atende à Nação, passa a representar o Anti-Cristo. E é para enfrentá-lo, e enfrentar as hordas dos sem-Deus (leia-se: sem-terra, sem-casa, sem-caixinha, sem-privilégios), que o estadista de São Manuel convidou o povo católico à “guerra santa do rosário contra a foice e o martelo”.

Trata-se de evolução julgada impossível. Dizendo-se publicamente católico, o sr. Adhemar de Barros repeliu o espiritismo, quimbanda e

umbanda. Trocou a superstição do trevo de cinco folhas pela cruz e o *slogan* do “pé na tábua” pelo “Salve Maria”. O que não deixa de ser, na perspectiva católica, uma evolução. Dois equívocos, à força de seu primarismo, cometeu o governador. No primeiro, subestimou o grau de amadurecimento cultural de São Paulo. No outro, nivelou a comunidade católica desse Estado e do Brasil aos januários baleeiros de sua intimidade.

Nem por ter sido eleito governador de São Paulo, tem o sr. Adhemar de Barros de julgar pessimistamente o povo bandeirante. No caso, o povo não tem o governante que merece, pois a sua vitória não foi o resultado de uma opção popular, mas fruto da divisão de forças políticas tradicionalmente majoritárias.

Como cristão novo, comete o governador fascista um pecado de difícil perdão. Confunde fé com fanatismo, autenticidade religiosa com superstição e não faz senão escandalizar o povo de Deus, com os procedimentos fetichistas que trouxe dos terreiros.

Na penúltima edição do jornal *Brasil, Urgente*, número 54, de 21 a 27 de março de 1964, encontramos a matéria central “Povo traça nas ruas os destinos do Brasil - Congresso isola-se da nação na defesa dos privilégios”. Ela analisa, na perspectiva do confronto, a conjuntura política brasileira a partir do comício de 13 de março.

Dia 13 de março o Brasil não assistiu simplesmente a um comício político ou ao maior ato público de sua vida política. Naquele dia, uma época nova foi inaugurada no País. Governo e povo, irmanados, encerraram a fase do proselitismo e dos apelos, passando aos atos concretos, às decisões definitivas, às graves e lúcidas opções. Mesmo porque a nação não poderia ficar, indefinidamente, à mercê daquelas forças cada vez mais distanciadas de seus interesses.

A matéria avaliava que o sistema partidário do país não cumpria nenhuma outra função além de meramente oferecer legendas para a eleição dos candidatos. O Congresso Nacional estava tomado pelas forças conservadoras. O artigo informa que 150 parlamentares foram eleitos “pela força corrupta e corruptora do IBAD e do IPES”. A conclusão era de que as reformas necessárias não viriam do Congresso.

Entretanto, o povo encontrou o governo federal sensível às suas reivindicações e protegido pela maior cobertura militar de todos os tempos, segundo o artigo. O povo havia cansado de esperar pelos partidos e pelo congresso e organizou-se nas frentes populares.

Os líderes dessas forças populares eram três: João Goulart, Leonel Brizola e Miguel Arraes. A matéria avaliou que Leonel Brizola era a revelação de um líder de expressão nacional, surgido em 1961, quando chefiou a mobilização para a posse de Jango. Ela considera que Brizola já se constituía no grande líder da revolução brasileira. E que seria o candidato ideal e vitorioso das forças populares para presidente do Brasil, caso não estivesse impedido pela Constituição.

A seguir, faz uma análise dos ambientes possíveis para as próximas eleições presidenciais. Entretanto, a frase que abre o último parágrafo do artigo pergunta: “Teremos eleições em 1965?” Afirma que o Brasil está num grau tão elevado de deteriorização política que a possibilidade de não haver eleição para a presidência é razoável. Entretanto, avalia que o povo tomaria o poder. E vale, aqui, uma pergunta, com o perdão pela história contrafactual: se o “povo” tomasse o poder, o Congresso seria fechado?

Nessa mesma edição, o jornal publica a denúncia: “Novo crime da direita: polícia mineira espancou padre Lage”. Durante ato da FMP, em Juiz de Fora, 12 policiais militares de Minas Gerais espancaram o padre Lage. Magalhães Pinto, que ficou sabendo das ameaças que o evento estava sofrendo, determinou, segundo o jornal, que a polícia garantisse a segurança. Novamente, *Brasil, Urgente* informa que o governador mineiro não tinha culpa e que fora desobedecido pela polícia de seu Estado.

A edição 54 trouxe uma matéria sobre um anteprojeto de lei escrito pelo *Brasil, Urgente* e pela Frente Nacional do Trabalho. Ela informa que, após várias pesquisas e levantamentos com trabalhadores e dirigentes sindicais, “assessores da Frente Nacional do Trabalho e de *Brasil, Urgente* elaboraram um anteprojeto de lei” cujo objetivo era aumentar a sindicalização “e impedir que a Justiça do Trabalho sirva também aos interesses do empregador, que prefere mandar os empregados ‘procurar seus direitos’”. O artigo, “Mais sindicalização e fim das fraudes: anteprojeto FNT-BU”, publica o texto do anteprojeto a fim de receber críticas e sugestões de todo o Brasil.

A última edição do jornal *Brasil, Urgente*, de número 55, de 28 de março a 3 de abril de 1964, trouxe na capa a chamada “Fascistas preparam golpe contra Jango”.²⁶⁹

Essa matéria afirma que a direita havia resolvido “decidir o assunto” nos próximos dias”. A possibilidade de uma ação anti-reformista que promovesse a suspensão da democrática sempre foi enunciada pelo jornal. Entretanto, nesse momento, ele avalia que esse esforço golpista já estava funcionando nas vias de fato. Não havia, em sua análise, outra possibilidade política.

Após o comício de 13 de março, o jornal passa a apoiar o presidente João Goulart, embora considere que a liderança das forças populares não estava privilegiadamente em suas mãos. Considera que Leonel Brizola e Miguel Arraes tinham um histórico mais bem compassado com as “forças populares”. Entretanto, o momento era de fortalecer o atual presidente como opção tática de promoção das reformas e defesa da ordem democrática. Afinal, Jango “resolveu realizar um governo popular” e conclamou o Congresso para a realização de um plebiscito para saber se o povo queria as reformas.

Em caso de golpe, a matéria avaliou equivocadamente que o governador de São Paulo seria eleito presidente da República pelo Congresso. Para o jornal, Carlos Lacerda era a outra alternativa da direita para a presidência. *Brasil, Urgente* acertou no dado de que haveria grandes esforços para a promoção do golpe, mas errou em sua natureza.

Segue a íntegra da matéria:

BU explica por que a reação quer o golpe

Por que a reação está irritada? Por que estão irritados os grupos econômicos brasileiros e estrangeiros? Por que estão irritados UDN, PSD, PDC, PSP, PL, PR e integralistas? Por que estão irritadas as chamadas “classes conservadoras”? E os latifundiários? Por que todos se uniram e se preparam até mesmo para lançar o Brasil à guerra civil? Por que todos estão pregando o golpe e fazendo subversão? Por que estão conspirando contra o povo? Por que decretaram a morte das instituições democráticas? Por que a radicalização se tornou tão violenta? Por que a reação decidiu “resolver o assunto” nos próximos dias?

Reformas

²⁶⁹ Ver anexo n. 55.

Porque o presidente João Goulart, atendendo à vontade do povo, resolveu realizar um governo popular. Porque o presidente está afirmando a sua disposição de cumprir o programa patriótico da Frente Popular.

Porque foi assinado o decreto de desapropriações de latifúndios à margem de rodovias, ferrovias e açudes da União, primeiro passo para a reforma agrária verdadeira que o povo está exigindo.

Porque houve o decreto sobre o aluguel de imóveis residenciais, primeiro passo para a reforma urbana exigida pela nação.

Porque foram encampadas as refinarias particulares de petróleo, que boicotavam a Petrobrás e a emancipação econômica do Brasil – primeiro passo para o monopólio total da política petrolífera brasileira.

Plebiscito-Analfabetos

Diz a reação que não é contrária às reformas, mas que o povo não confiará a realização das reformas ao atual governo. O atual governo, em resposta, conclamou o Congresso a aceitar a realização de um plebiscito: o povo será consultado se deseja ou não as reformas de base e se confia a realização das mesmas ao atual governo. O Congresso ficou chateadíssimo. Ainda em sua histórica mensagem ao Congresso Nacional, pedindo que ele olhe para o povo e torne realidade as reformas estruturais reclamadas pela Nação, o presidente levantou a bandeira do voto para analfabetos. Não se entende que continuem marginalizados do processo eleitoral 20 milhões de brasileiros: o Congresso não gostou e a reação vetou. Se todos os maiores de 18 anos de idade puderem votar poderão IBAD e IPES controlar as eleições e comprar mandatos para seus representantes?

A reação acha o futuro terrível. Porque o governo e o povo estão decididos a realizar o rejuvenescimento do país, a democratização de toda a vida nacional, promovendo o bem-estar para todos os brasileiros.

A reação tem pressa em derrubar o presidente João Goulart, para fechar os sindicatos, fechar os (pouquíssimos) jornais independentes, quebrar o monopólio estatal do petróleo, derrubar o decreto dos aluguéis, derrubar o decreto das desapropriações, instalar aquele governo de exceção, “provisório” que o sr. Carlos Lacerda vem defendendo a longos anos. Prender políticos do povo, líderes sindicais e estudantis, intelectuais e camponeses. Retornar à política de “a questão social é problema de polícia”. Proibir o direito sagrado de greve.

Outras Reformas

A reação enlouqueceu, porque está temendo as próximas medidas populares do governo federal. Quais são elas? Quais deverão ser elas?

Nacionalização das empresas estrangeiras de publicidade, que controlam todo o mundo publicitário, exercendo uma ditadura sobre os jornais, participam da política brasileira, fazem pressões, coações e terrorismo econômico.

Regulamentação da importação de papel para a imprensa: não é mais possível que o povo continue pagando a importação onerosíssima de

papel, para que os grandes jornais apresentem edições de mais de 200 páginas e continuem entregues à luta anti-povo e anti-Brasil.

Encampação das empresas de aviação comercial: elas são deficitárias, vivem de subsídios do governo, de aumento constantes e extorsivos. Encampação – principalmente – das linhas internacionais. Criação da Aerobrás.

Encampação da Light: o povo não pode continuar, indefinidamente, a roubar o Brasil.

Nacionalização da indústria farmacêutica (88% dela é estrangeira) e barateamento dos remédios.

Nacionalização da indústria automobilística: trema o deputado Cunha Bueno. Os negócios da “indústria automobilística brasileira” virão à luz do dia.

Monopólio total da política petrolífera pela União. Inclusive distribuição de gasolina, gás, derivados de petróleo.

Fim da cátedra vitalícia: democratização do ensino.

Proibição de circulação de jornais ou revistas sob a direção de estrangeiros ou brasileiros naturalizados: Quatro Rodas, Cláudia e etc. Seleções, idem.

Reforma agrária verdadeira, com pagamento de desapropriações com títulos de dívida pública.

Reforma Urbana Verdadeira, nos mesmos moldes.

Reforma empresarial: participação dos empregados nos lucros e gestão das empresas.

Nacionalização dos bancos, dentro de uma reforma bancária que irá tirar o sono dos srs. Clementi Mariani, Herbert Levy e Laudo Natel.

Fim da Hanna.

Entrega da política econômico-financeira do Brasil a um brasileiro, para que ela fique a serviço do Brasil.

Término da política de conciliação, com a denúncia do pessedismo retrógrado e anti-povo.

Conclusão

Em poucas palavras, aí estão “as razões” que levam a reação a, numa irritação absoluta, preparar-se para partir para um esquema de golpe. Ainda agora, repetiu o seu chefe, o deputado Cantídio Nogueira Sapaio dizia que “possivelmente este ano, o sr. Adhemar de Barros será eleito pelo Congresso Nacional, presidente. Dada a vacância da presidência, no caso de *impeachment* ou por outro “qualquer motivo”.

Cabe às forças populares – operários, camponeses, intelectuais, classe média, cristãos – intensificar a sua união e preparar-se, também, para a defesa das instituições democráticas. Denunciando os que, na defesa de interesses vis, estão querendo levar o país à guerra civil e repelindo todas e quaisquer ameaças, na exatíssima proporção delas.

Nessa mesma edição encontramos uma pequena nota avisando que o jornal estava recebendo seguidas ameaças que diziam que após a Semana Santa ele seria empastelado e metralhado.

A matéria “Subversão” noticiou que Adhemar de Barros declarou não saber se o presidente João Goulart ainda teria tempo de participar, em São Paulo, das comemorações do dia 1º de maio. O governador disse “que têm aviões prontos para transportar tropas e que possivelmente ainda neste mês será presidente da República”.

Segue fragmento da matéria:

Armamento

O governador Adhemar de Barros gastou 75 milhões de cruzeiros na compra de granadas, estando envolvida na transação a firma “Valparaíso”, do Rio. Por intermédio do norte-americano Costello e do americano Hill, do Ponto IV, está treinando 300 indivíduos para compor a sua proteção pessoal. O Ponto IV entregou à Força Pública máquinas operatrizes especiais para recarregamento de cartuchos. O governador ainda adquiriu 13 canhões e 30 carros de combate com metralhadoras antiaéreas.

A coluna de Dorian Jorge Freire, “União dos iguais”, conclama as forças progressistas do Brasil a se unirem para combater as forças da reação que já estavam unidas. Elas são pragmáticas em seus interesses, segundo Dorian. Essa coluna também revela que a direita conseguia ostentar seu poder de fogo de maneira muito forte. Momento dramático. Intenso e denso. A descrição feita da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” parecia, efetivamente, a de uma passeata, ou ato, meramente política. Nele estavam os principais atores políticos da direita lado-a-lado, ainda que com divergências cotidianas. Ainda, no ato surgiram algumas “múmias desencavadas”: Dutra, Gustavo Corção, Francisco Campos e outros.

União dos Iguais – Dorian Jorge Freire

A reação está unida. A reação constitui um bloco monolítico. Uma indiscutível unidade. A reação sabe o que quer. Sente onde lhe apertam os sapatos. A reação sabe que atitude deverá adotar, que política deverá escolher, que caminho terá de seguir.

A reação não é apaixonada, o seu passionalismo é artificial. A reação é, por natureza, fria. É calculista. A reação é materialista, não acalenta ilusões. Nada entenece a reação. A reação é gelada e incapaz de

emoções. A reação é, no Brasil, como em qualquer parte do planeta, diabolicamente lúcida. Acima de tudo coloca o seu dinheiro e abaixo de tudo, tudo o que não seja dinheiro. Para a reação, o homem vale o quanto pesa. E pesa e vale o que leva consigo em dinheiro.

(...)

Mas a reação sabe – e como e em que medida! – que a sua hora soou. Que é por ela, parte do seu funeral, que os sinos estão dobrando. Que esta é a hora do homem do povo, da referência profética de Laski. Sabe que a democratização da propriedade levará à democratização da empresa e que ao advento de uma lei eleitoral justa sucederá um parlamento autêntico, representativo da maioria, e não expressão de uma minoria sentada sobre as suas fortunas.

(...)

Tivemos a chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, organizada e executada pela direita. Vimos de braços dados, gente que até então se apresentava distanciada por linhas imaginárias. Herbert Levy de braços com Cunha Bueno. Conceição da Costa Neves no mesmo *front* do padre Calazans. Waldemar Ferreira e Plínio Salgado de cambulhada com Pedro Aleixo. Adhemar de Barros com Carlos Lacerda. Júlio Mesquita Filho ao lado de Assis Chateaubriand. Reinaldo Saldanha da Gama e Nelson de Melo. E mais algumas múmias desencavadas: Dutra, Francisco Campos, Gustavo Corção, Vicente Rao. Grandes industriais, grandes comerciantes, grandes latifundiários, grandes banqueiros, grandes representantes do capitalismo internacional ou de grupos financeiros interno.

Em defesa de seus privilégios, da ordem decadente, das estruturas carcomidas, os iguais se uniram. Os mortos e semimortos reapareceram. E estão, ainda, numa fúria inusitada mas compreensível. Defendem a *dolce vita*. A preservação da *dolce vita*.

Dizia o ilustre Paulo Duarte a este jornal, em entrevista, que o tigre está ferido, condenado à morte, mas que ainda morde e que a sua periculosidade cresceu na proporção de sua agonia.

Por fim, a coluna conclama, de maneira mais enfática, a união das forças progressistas com governo federal para resistir a favor da democracia e das reformas.

Apresentamos, por fim, nesse tópico, o artigo “Direita reage”, que também trata das manobras da direita para a suspensão da ordem democrática.

Segue fragmento do artigo:

Direita Reage

A DIREITA, contando com o seu enorme dispositivo publicitário (imprensa, rádio, televisão, cinema), convocou o povo para uma passeata. Sem capacidade de reunir senão os seus apaniguados, a direita

apelou, mais uma vez, para a exploração da fé. Nos seus anúncios convocatórios, afirmava que a sua passeata não tinha caráter político: visava apenas à defesa da família, da liberdade e de... Deus.

Padres com a experiência das “imposturas” religiosas de Minas Gerais foram chamados a prestar novos serviços à reação. Firmas comerciais, industriais e bancárias, para ajudar no movimento golpista, fecharam as suas portas e conclamaram seus empregados a comparecer à “marcha”. Colégios públicos e privados também deram feriadão e neles as próprias aulas foram, nas vésperas, interrompidas para que “professores” explicassem o “perigo comunista” e pedissem e exigissem dos alunos o comparecimento à festa. O governo do Estado colocou toda a sua máquina a serviço da reunião. Os partidos políticos da direita, idem.

E tivemos a chamada “Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade”.

A seguir, a matéria informa que, além da marcha, a direita promoveu atos terroristas a favor do golpe. Houve ataques, inclusive com rajadas de metralhadores, contra uma conferência do presidente da SUPRA, João Pinheiro Neto, na Faculdade de Direito, em São Paulo. Segundo os textos, os grandes jornais haviam iniciado as suas campanhas contra a Igreja. “O Estado de São Paulo’ conclamou os católicos a não obedecerem mais à orientação do seu cardeal-arcebispo, o Cardeal Motta”, que era contrário às manifestações antidemocráticas como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

Pela primeira vez, o jornal *Brasil, Urgente* coloca o governador de Minas Gerais ao lado das forças golpistas.

Sobre a reação ao golpe, informa que as forças populares responderão com uma greve geral dos trabalhadores e estudantes. Mas, em São Paulo, essa reação fica mais complicada. As forças populares, apesar de poderosas, atravessam um momento difícil porque seus líderes sindicais estão fugindo da Polícia, a Faculdade de Direito foi ocupada também pela polícia, os sargentos que não foram presos foram transferidos para longe, toda a imprensa, “com exceção única de BU”, estava preparando psicologicamente a população para a ruptura com a democracia.

Ninguém tem qualquer garantia. O caos reina em São Paulo de uma tal forma, que a reação já tornou pública a sua decisão de impedir, pela força, que o presidente da República aqui realize uma concentração com os operários, a 1º de maio.

5. 4. Igreja

Dom Hélder Câmara publicou o artigo “Aliança para o Progresso”, na edição 41 do jornal *Brasil,Urgente*. Esse texto parece ser uma palestra que o autor proferiu para um público composto por norte-americanos. Segundo Dom Hélder, a “Aliança para o Progresso” estava morta e apenas funcionaria se a ela fosse somada a realização das reformas de base. Entretanto, “os ricos latino-americanos” impedem que elas acontecessem. São capazes de defendê-las apenas no discurso, mas chamam de comunistas aqueles que pretendem efetivá-las. Segundo Dom Hélder, é possível compreender porque esses ricos não querem mudar as estruturas políticas, sociais e econômicas latino-americanas: eles detinham 80% das terras do continente e muito capital nos bancos da Europa e dos Estados Unidos.

O arcebispo afirmou que “o egoísmo dos ricos, seu poderio, constitui um problema mais grave e mais urgente que o próprio comunismo”. Ele defendia um grande movimento da opinião pública internacional, “mais poderosa que a bomba atômica”, a favor das reformas necessárias para a América Latina superar a pobreza. E termina dizendo que o uso feito pelo capital da “Aliança para o Progresso” como arma política, através da ajuda privada, suscitava ódio aos norte-americanos e estimulava o comunismo.

Segue o artigo:

Eu vos falo, não como um brasileiro que se dirige aos norte-americanos, mas como um homem que fala a outros homens, como um irmão que fala em família.

A Aliança para o Progresso está morta, mas eu desejo que ela ressuscite. Se a Aliança está morta, a primeira razão para tal é que se faz necessário estabelecer uma dependência estreita entre a ajuda da Aliança e as reformas de base. Infelizmente nossos ricos latino americanos falam muito de reformas de base, mas chamam de comunistas aqueles que se decidem a realizá-las.

Isto se compreende facilmente: na América Latina os ricos possuem 80% das terras do continente; possuem sempre meios de pressionar o Parlamento e podemos medir seu idealismo pelo dinheiro que eles têm nos bancos dos Estados Unidos e da Europa – mais de 15 milhões de dólares...

O egoísmo dos ricos, seu poderio, constitui um problema mais grave e mais urgente que o próprio comunismo.

Só um grande evento de opinião pública nos Estados Unidos e na América Latina pode tornar possíveis as reformas de base tais como a reforma fiscal, a reforma agrária, a reforma bancária...

Se três ou quatro falarem no assunto serão considerados comunistas. Mas, se nós nos esforçarmos para formar a opinião pública, a força das idéias será mais poderosa que a bomba atômica.

A segunda razão do desaparecimento da Aliança para o Progresso é que teoricamente ela admitia a colaboração privada. Na realidade, somente uma colaboração de governo é possível. Para os Estados Unidos aquele era o meio de controlar a ajuda como arma política.

Para vocês talvez seja uma linha de conduta conveniente e cômoda. Mas, politicamente, isto foi durante muito tempo o melhor meio de suscitar o ódio contra o vosso país e estimular o comunismo. A contribuição anual de 2 milhões em favor de 19 países reflete seguramente a boa vontade, mas é insuficiente para um verdadeiro desenvolvimento econômico. Nós sabemos a causa: o grosso do dinheiro vai para a defesa militar do mundo livre.

A edição de numero 42 publicou um artigo sobre a mensagem de natal do ano de 1963 do papa Paulo VI. O texto confirma toda a mensagem papal e publica fragmentos dela. Diríamos, com segurança, que esses fragmentos poderiam fazer parte de um artigo do jornal *Brasil, Urgente*, pois insere-se totalmente na sua linha editorial.

Seguem os fragmentos:

E então verificamos que os nossos votos não devem se limitar somente aos desejos comuns e modestos da festa alegre e popular que é hoje comumente o Natal, mas devem se dirigir, sobretudo, às verdadeiras e grades necessidades dos homens. Nosso coração não pode ignorar os grandes sofrimentos, as profundas aspirações, as dolorosas deficiências que afetam amplos setores da sociedade e que abrangem povos inteiros.

É uma descoberta agora científica que nos adverte que mais da metade do gênero humano não tem pão suficiente. Gerações inteiras de crianças morrem e definham ainda hoje de indescritível indigência. A fome provoca enfermidades e misérias, e estas, por sua vez, aumentam a fome. Não é somente a prosperidade que falta a povos imensos; é que carecem até mesmo do necessário e se vê que este triste fenômeno, se não se acudir com oportunos remédios, não diminuirá, mas aumentará.”

Devemos notar que, nessa terceira fase, o jornal segue inserido na tradição do catolicismo, buscando legitimidade papal para as suas assertivas.

A edição de número 43 trouxe o artigo de Ruy do Espírito Santo “O cristão e o comunista ou Jesus e a samaritana”. Ele inicia com a autoridade papal e com referência

evangélica na qual afirma, que apesar do “abismo” entre os israelitas e os samaritanos, Jesus sentou-se na beirada do poço e dialogou com a samaritana. Ela mesma se assustou.

O diálogo do cristão com os comunistas representa, *mutatis mutandis*, o diálogo de Jesus com a samaritana, segundo Espírito Santo. Os comunistas não são os únicos afastados da verdade cristã, mas também procuram o bem comum: “são homens de boa vontade”. A questão de fundo deste artigo pede o reconhecimento de que tanto o comunismo quanto o capitalismo são regimes pagãos e possuem a mentalidade atéia.

O capitalismo é ateu por força do seu individualismo egoísta. O comunismo, por seu lado, é materialista, mas, “pelo menos, se organiza tendo em vista o bem comum”. Essa citação foi retirada por Espírito Santo, de uma entrevista de Abbé Pierre, dada a um número anterior do *Brasil, Urgente*.

O artigo defende o comunismo, afirmando que ele suspende certas liberdades cujo gozo transformou o homem no lobo do homem. O cristão, continua o artigo, não vai, evidentemente, defender o materialismo. Entretanto, deve sentar-se à “beira do poço” para dialogar com os comunistas.

Com o capitalista, por outro lado, o diálogo é inútil. Ele não dispõe de tempo, porque é todo tomado pelos seus negócios que impõem que ele pense apenas em si. Para ele “tempo é dinheiro”. O capitalista acredita que religião não se discute. Considera-se religioso e acredita que será salvo simplesmente por acreditar em Deus.

O artigo diz que é possível que muitos comunistas também não tenham tempo para o diálogo, provavelmente nos países onde a revolução aconteceu – como na União Soviética. O diálogo é mais fácil com o comunista que ainda está lutando pela revolução que ainda não aconteceu. Está aberto ao diálogo por força de sua atividade revolucionária e, ainda, pode ensinar muito aos cristãos na sua “doação” pela causa. Entretanto, cabe ao cristão revelar a todos a dimensão “infinitamente maior” da revolução cristã, que segundo pudemos verificar em outros momentos do jornal, supera as demais revoluções porque não propõe apenas a transformação das estruturas, mas do homem todo com vistas a um paradigma existencial absoluto.

Segue o artigo:

O Cristão e o Comunista ou Jesus e a Samaritana

João XXIII, em sua última Encíclica *Pacem in Terris*, ao abrir o diálogo com todos os homens de boa vontade, transportou-nos aos tempos Evangélicos, ao diálogo de Jesus com a Samaritana.

O abismo, que separava os israelitas contemporâneos de Cristo, aos samaritanos era semelhante ao existente hoje, entre cristãos e comunistas. Maior ainda, talvez. Não obstante, Cristo sentou-se à beira de um poço e dialogou com a samaritana, para espanto da mesma e escândalo de seus próprios companheiros.

Mutatis Mutandis, quando João XXIII se dirigiu aos homens de boa vontade, causou espanto e o escândalo de muitos, que se apressaram a dizer que um comunista “não pode ser homem de boa vontade”.

Todavia, para dar dimensão exata da época em que vivemos e da atualidade do Evangelho, diria que o diálogo de Jesus com a samaritana, transportado para os nossos dias, é o diálogo do cristão com o comunista. Não que os comunistas sejam os únicos afastados da verdade cristã. Mas também eles se apresentam com o espírito da procura do bem comum, e, de certa forma, se enquadram na perspectiva dos que têm sede e fome de justiça. São homens de boa vontade.

Não se trata de defender ou de atacar o comunismo ou o capitalismo, mas simplesmente constatar a existência de duas mentalidades pagãs nos dias que correm. Uma mentalidade capitalista atéia, porque individualista e egoísta, que cuida de acumular os bens terrenos em número maior possível para si e seus herdeiros, e uma mentalidade comunista que sendo também materialista, “pelo menos se organiza tendo em vista o bem comum” como ressaltou o Abbé Pierre, na entrevista transcrita por BRASIL, URGENTE. Os adeptos do comunismo pregam a supressão de certas liberdades porque constataram que o homem se transformou no “lobo do homem”, no gozo dessas mesmas liberdades. Claro que o cristão não vai concordar com o materialismo histórico ou com a supressão da liberdade, mas é sentado na beira do poço e dialogando com nossos irmãos de outras crenças que vamos nos entender. Nunca lhe atirando pedras e considerando-os criminosos.

E por que o “pagão capitalista” não é suscetível de, através desse mesmo diálogo, caminhar para a Vida? Dois surpreendentes motivos: o primeiro é que tais irmãos não dispõem de “tempo” para dialogar à beira de um poço. Seus “negócios” os impedem de pensar na comunidade de todos os homens e mais ainda de “perder tempo” em conversas estéreis sobre religião. “Religião não se discute” – é um *slogan* tipicamente capitalista. Outro *slogan* que caracteriza o capitalista e que o impede de dialogar é o eu diz “tempo é dinheiro”. Dentro dessa perspectiva é que Thomaz Merton, em seu livro “Questões Abertas”, afirma que o americano comum não dispõe de condições para rezar, na sociedade materialista que o liberalismo econômico criou nos Estados Unidos. O outro motivo: eles já se julgam “salvos”. Crêem em Deus, e ponto final.

Pode ser que essa mentalidade capitalista exista em muitos comunistas de países já desenvolvidos (caso talvez da União Soviética), pois a razão

fundamental pela qual o comunista é mais aberto ao diálogo, é a disponibilidade com que ele se doa à “causa revolucionária”. Militante comunista se engaja numa luta onde sacrifica tudo. Esse engajamento e essa disponibilidade o colocaram numa perspectiva de diálogo que é o que muitas vezes nos falta. A grande lição que nos deram foi essa doação pela “causa”. Nós, que cremos num Deus Vivo e que temos o auxílio sacramental em nossa vida, muitas vezes nos furtamos a esse engajamento e a nossa doação total ao Cristo. Precisamos não temer o diálogo, lembrando mesmo, está dito que seremos mandados como cordeiros no meio de lobos.

A nossa missão no século XX é testemunhar aos homens sem Fé a dimensão infinitamente maior da revolução cristã, face à simples revolução proposta por outros companheiros de jornada.

Precisamos ser fiéis ao Evangelho. Ser realmente o sal da terra. O fermento na massa. Se não formos nada disso, para que serviremos? O Evangelho responde: “Seremos atirados fora e pisados pelos homens.

Vamos, pois, neste ano que se inicia, procurar uma fidelidade total ao Evangelho, em tão boa hora lembrada pelo Vigário de Jesus Cristo”.

A edição, de número 44 publicou o artigo “A defesa de Cuba”, de Dorian Jorge Freire, que se posicionou contrariamente às pressões norte-americanas contra o país de Sierra Maestra. Sobre essa questão, afirma que não há duas atitudes a analisar. Há somente uma legítima,

aquela ditada, recentemente, por João XXIII, em encíclicas que também consagraram a autodeterminação das gentes. O grande papa dizia, na *Pacem in Terris*, que “de modo nenhum se pode negar a estas nações menores, em pé de igualdade com as outras e para o bem comum de todas, o direito à autonomia política”. Aduzia: “Outro direito, que possuem estas nações menores, é a tutela do seu desenvolvimento econômico” e continuava: “Com negociações e não com armas, devem ser dirimidas as eventuais controvérsias entre os povos”.

A seguir o texto informa que se pode discordar das linhas assumidas por Cuba. Entretanto, não é possível deixar de considerar que esse país está construindo a sua autodeterminação “entre sangue, suor e lágrimas”. Cabe aos brasileiros, por sua vez, serem contrários às investidas norte-americanas. Essa posição é devida porque o Brasil também é um país subdesenvolvido, que, ao agir em seu desenvolvimento, também enfrentará as mesmas oposições materialistas Segundo o artigo, em oposição à postura norte-americana, a Igreja Católica estava no caminho do diálogo, como revela a viagem de Paulo VI à Terra Santa, segundo a matéria.

Quando o papa Paulo VI retornar de sua histórica peregrinação à Terra Santa, reencetando contatos há quase dez séculos rompidos e quebrando um silêncio nove vezes secular, chega a ser vergonhoso e sórdido, além de profundamente triste, que um país, por meio da impostura, sirva ao imperialismo e prepare o seu braço para golpear uma pequena nação, que, certa ou errada, tem o seu direito de escolher o seu próprio modo de viver, o seu próprio governo e de traçar, livremente, o seu próprio destino.

A edição de número 45, de 19 a 25 de janeiro de 1964, publicou o artigo “Dom Jerônimo: miséria é blasfêmia contra Deus”, escrito num formato de pergunta e resposta e tratou das questões políticas e econômicas do momento. O discurso é fundado na autoridade religiosa para legitimar a ação pelas reformas.

Escrevendo num contexto de Guerra Fria, Dom Jerônimo reconhece a divisão do mundo, mas afirma que ela não existe entre o Ocidente e o Oriente. A verdadeira divisão está “entre ‘os que têm’ e os ‘que não têm’”. E reputa como causa do subdesenvolvimento a mesma apontada pelo Padre Lebreton no livro “O drama do século XX”: “a inconsciência dos abastados e dos fartos”. A tomada de consciência e as reformas são necessárias para que o problema seja superado. Caso isso não ocorra, as conseqüências seriam imprevisíveis. Os cristãos deveriam participar desse processo. O absentismo do clero, por seu lado, o deixaria em pecado grave contra o “Amor Divino. Deus não quer, segundo Dom Jerônimo, a miséria, o subdesenvolvimento e a exploração.

Dom Jerônimo: miséria é blasfêmia contra Deus

O Brasil inteiro conhece, respeita e estima Dom Jerônimo de Sá Cavalcanti, OSB. Juntamente com o Cardeal Motta, Dom Jorge Marcos de Oliveira, frei Carlos Josaphat, Padre Lage, Padre Aluizio Guerra, Frei Eugênio e Padre Alípio, Padre Crespo e Padre Emerson Negreiros. Dom Jerônimo de Sá Cavalcanti tem a sua palavra ouvida e representa o que o cristianismo no Brasil tem de melhor e de mais autêntico, de mais corajoso e de mais nobre. A sua palavra neste momento, à reportagem de BRASIL, URGENTE, terá sem dúvida a melhor repercussão entre os nossos leitores e será saudada como a palavra autorizada e respeitável de “um dos nossos”, um dos batalhadores da causa da justiça social.

A divisão

O que divide o mundo?

O mundo está dividido, sem dúvida, não entre Ocidente e Oriente, não entre capitalismo e comunismo, não entre cristãos e pagãos. O mundo está dividido entre “os que têm” e os “que não têm”.

Subdesenvolvimento

Quais as causas do subdesenvolvimento no Brasil?

Entre as causas principais, apontaria aquilo que o Padre Lebret lembra em seu “Drama do século XX”: “A inconsciência dos abastados e dos fartos”. Vivemos num mundo econômico cuja única preocupação é o lucro, é possuir sempre mais. Por isso mesmo, devemos marchar para uma economia que sirva ao homem e não o contrarie. Nunca posso deixar de repetir, quando falo sobre este problema, aquilo que disse Pio XII: “A matéria inerte sai da fábrica enobrecida, enquanto os homens nela se corrompem e se degradam”.

Problema do povo

Como solucionar os problemas do nosso povo?

Através de uma tomada de consciência das reais necessidades do povo e da aplicação de métodos eficientes e concretos. É preciso despertar a Nação para reformas sociais e realizá-las.

Intransigência

E se as classes dominantes não ouvirem os apelos do povo e não tivermos as reformas de base?

São imprevisíveis os rumos que o povo brasileiro tomará.

Frente única

Podem os cristãos, especialmente os católicos, fazer discriminações na luta pela liberdade nacional?

De maneira alguma os cristãos devem fazer discriminações na luta pela emancipação do Brasil. Esta é a hora de união. Do esforço comum. É a hora de cada um dar o que tem em si de maior e de melhor.

Clero

Deve o clero participar da luta pela emancipação do Brasil?

A omissão do clero na luta pelas transformações estruturais no plano sócioeconômico constitui não só falta grave, como um pecado contra o próprio Amor Divino. Deus não quer a miséria, o subdesenvolvimento, a exploração. “A miséria é uma blasfêmia contra Deus.”

Nessa mesma edição, Padre Milton Santana, colaborador do jornal, escreveu o artigo “Conceito de revolução” no qual fala da fundação do “Centro de Estudos e Ação frei Carlos Josaphat Pró-Realidade Brasileira”. O primeiro estudo do Centro foi sobre o conceito de revolução. Utilizaram o livro “Evangelho e revolução social” do dominicano exilado.

O artigo faz o mesmo esforço que o livro: convencer que a revolução não é um ato, por sua natureza, anticristão. Pelo contrário, o cristianismo pode exigir, em

determinadas situações, a ação revolucionária, ainda que para isso, concorra com o uso das armas. Esse argumento utiliza-se de Santo Tomás de Aquino e, com isso, afirma que tal argumento possui a legitimidade da teologia católica oficial, romana.

Segue o artigo:

Conceito de revolução (padre Milton Santana)

Frei Carlos Josaphat, o incômodo dominicano, “exportado” para Paris, se foi; os ensinamentos que ministrou, porém, ficaram. “CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO FREI CARLOS JOSAPHAT PRÓ-REALIDADE BRASILEIRA”, é movimento de um punhado de boa vontade que aprenderam com o frade VER, JULGAR, AGIR.

Seu primeiro estudo foi quanto ao conceito de revolução, precisamente por mais apavorar os que têm contas a ajustar com Deus pela falta de amor ao próximo. “Evangelho e revolução social” serviu-nos de roteiro. E vimos: o medo só dos covardes, o escândalo só dos pusilânimes.

Revolução, no sentido dos modernos, significa mudança, reestruturação social de forma que todas as camadas sociais se integrem na participação dos bens da comunidade, bem explica frei Josaphat: “o termo revolução vem se precisando ultimamente, numa acepção bem distinta do levante militar ou de guerra civil: significa primordialmente a mudança radical das estruturas econômico-político-sociais”.

A essência da revolução está na mudança das estruturas que asfixiam o homem, não deixando realizar-se. O conflito violento, o temível recurso às armas pode surgir não como elemento essencial, mas, acidentalmente, como meio preparatório, ou causa ocasional, dado o indiferentismo da classe dominante, apego aos privilégios e falta de senso social.

O escândalo causado pelo frade chegou ao auge quando escreveu: “A revolução armada pode ser o recurso extremo para remover uma estrutura iníqua e possibilitar o início de uma renovação social radical e duradoura”.

Frei Josaphat não enuncia um princípio, verifica, apenas, um fato, fato doloroso cuja responsabilidade ele aponta: “Só a inércia e a demorada cumplicidade dos cristãos dentro de regimes injustos e opressores podem levar a esses extremos da Revolução Armada”.

Ao lado dos cristãos que consentiram o grande escândalo denunciado por Pio XI, o ter a igreja perdido a classe operária, formam: os políticos corruptos e corruptores que cifram sua vida no binômio M. M., moeda e mulher, e as cúpulas, na conjura a que se dão as temidas forças ocultas, estúpidas, que baniram frei Josaphat, mas seus ensinamentos sua recusa de ser analfabeto nos ficaram.

A liceidade de uma Revolução Armada, liceidade não se diz necessidade, não é doutrina do dominicano turbulento, é ensinamento de moral

católica. Frei Josaphat não dá como sua, comunica a doutrina que é seu dever ensinar. Cita Santo Tomaz, o Doutor Máximo da Igreja, mandado ensinar nos Seminários de formação eclesiástica.

Se o indivíduo pode se defender à mão armada contra o injusto agressor, a pátria contra intruso estrangeiro, por que não podemos nós outros defender-nos contra um regime tirânico, a mão armada? E Explica: “O regime tirânico vem a ser a ditadura, quer da direita, quer da esquerda, na qual o bem comum, isto é, o conjunto de vantagens, serviços e riquezas nacionais, é administrado em vista de quem governa, ou seja, quer o chefe ou chefes políticos, quer as classes dominantes que eles representam. Neste caso, a rebelião tem como causa primeira a tirania, a usurpação do bem nacional e a manutenção dos privilégios indevidos. A revolta contra essa situação de injustiça estabelecida é lícita sempre que não acarretar maior mal para o povo, levando, por exemplo, a um morticínio ou a uma desordem social mais calamitosa do que o regime anterior”.

A doutrina, que faz tremer, não é de frei Josaphat, como os ingênuos incapazes de manusear um tratado podem pensar. É ensino da Teologia clássica e moderna, o da existência do direito de revolução, que encontra apoio na Sagrada Escritura, na Tradição e na Razão.

Bernhard Haring, em sua Teologia Moral, atualizada, nos transmite, em estudo doutrinário, o ensino da Igreja, a respeito da matéria.

A edição de número 48 publicou mais um artigo de Dom Hélder Câmara, com o título “Dom Hélder aos bispos do mundo: sejamos humildes”. Esse texto propõe que os bispos façam uma reflexão profunda da condição do episcopado. Pede que eles terminem com a “representação de bispo príncipe que mora em palácio, separado de seu clero (...) que é mantido à distância e que olha o povo à distância”.

A edição seguinte publicou um artigo que buscou responder às críticas que diziam que o jornal era um jornal sem apoio do clero. O título da matéria é “Desfazendo mentiras: padres também apóiam *Brasil, Urgente*”. Ele afirma que o seu fundamento é a doutrina social da Igreja Católica e que ele é um apostolado de leigos, lembrando o Cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta. A matéria diz que Alceu Amoroso Lima, chamado de mestre, afirmou que o *Brasil, Urgente* “é bom demais prá ser verdade”. E cita o dado de o primeiro bispo de Santo André, Dom Jorge Marcos de Oliveira, ter doado seu báculo episcopal para ajudar na manutenção do jornal.

A edição de número 50 publicou o artigo de Dorian Jorge Freire “As chagas de Jesus”, no qual avalia que o comunismo é um mal menor em relação ao capitalismo. O

primeiro, pelo menos, não procura ocultar suas misérias dentro da religião. O capitalismo, por seu lado, é materialista na prática, mas, não declara essa condição. Pelo contrário, esconde-se atrás da religião e busca se justificar nela. Isso desacredita e compromete o cristianismo. “Os comunistas – observa Emmanuel Mounier – pelo menos não comprometem o Cristo”. Por fim, faz referência ao papa Paulo VI, que fala das “ideologias anti-religiosas”, no plural, porque o capitalismo, o liberalismo são “materialistas” e “naturalistas” tanto como o comunismo, segundo o artigo.

Na edição de número 50, de 23 a 28 de fevereiro de 1964, o artigo recebeu o nome de “Cristianismo e ideologias” do Cardeal José Frings, arcebispo de Colônia. Nele, o autor afirma que, ao fim do segundo período do Concílio Vaticano II, corria-se a idéia de que um evento conciliar anima-se quando o “Verbo divino” não deixa de ser escutado.

Esse prelado propõe que o humano possui demandas existenciais profundas que podem ser atendidas fora do ambiente religioso cristão. Isso se o cristianismo em determinada época, como no caso do século XX, não se fizer suficientemente atento às demandas de seu tempo. A insuficiência do cristianismo é que permite haver espaço para que as ideologias modernas consigam se edificar em macroambientes teóricos, produtores de explicações e sentidos para a vida e para a história. Elas atendem a demandas que o cristianismo não consegue mais resolver. Essa insuficiência do cristianismo deve-se ao dado de ele ter se ocupado excessivamente da salvação das almas no século XIX. Sobre as ideologias modernas, cita o marxismo, o existencialismo e o neo-liberalismo.

Essas teorias não supõem um Deus transcendente para adoração. O cardeal elabora uma descrição de cada uma e afirma que elas estão em oposição às crenças religiosas. Em sua análise, ele defende que o cristianismo deveria perguntar quais são os bens que elas traziam para conseguir oferecê-los de maneira melhor e mais densa. Partindo do suposto de que essas ideologias surgiram a partir do ambiente cultural judaico e cristão, e encontram nele seu lastro original, o cristianismo poderá satisfazer melhor as demandas existenciais humanas. Para tanto, os cristãos deveriam falar também da salvação do mundo, em vez, apenas, da salvação da alma através da negação do mundo. Ele é, efetivamente, a religião da afirmação positiva desse mundo “como Criação”. O artigo conclui que o concílio está criando as condições para que o homem

moderno “volte a encontrar na Casa da Igreja a sua casa paterna, na qual possa habitar contente e abrigado”.

A edição de número 52, de 7 a 13 de março de 1964, publicou o artigo “Cardeais e imposturas”. Ele informa que os jornais “O Globo” e “O Estado de São Paulo”, “que disputam a liderança da ‘imprensa sadia’”, noticiaram que foi fundada em São Paulo uma “Liga Cristã Contra o Comunismo”, “sob a conhecida responsabilidade de alguns conhecidos (ou desconhecidos) próceres neofascistas”. Essa Liga deu a sua presidência de honra ao Papa Paulo VI, ao Cardeal Motta e ao deputado Plínio Salgado.

O artigo busca desautorizar essa Liga, informando que “o Cardeal Motta informou que não fora convidado para essa presidência e que se o fosse recusaria.” E, ainda, a inclusão do nome do papa era um abuso, porque precisaria de ter a autorização dele. Esse artigo é um momento do combate do *Brasil, Urgente* contra o anticomunismo. E mostra que a hierarquia paulista não apoiava o anticomunismo desses grupos.

A mesma edição publicou o artigo “Igreja condenou a impostura religiosa”, que apresentou o “manifesto à população” escrito pela Ação Católica de Minas Gerais que, com a aprovação do Arcebispo Dom João Rezende Costa, condenou o uso “dos sentimentos religiosos do povo para fins políticos”. Esse documento foi escrito por causa do ato que impediu a reunião da CUTAL em Belo Horizonte. Católicos participaram desse ato, como se estivessem numa guerra religiosa do bem contra o mal.

O manifesto informa, ainda, que a Ação Católica mineira apoiava as reformas de base. Com esse artigo o jornal procura mostrar que a hierarquia católica e os seus movimentos oficiais eram contrários a essas manifestações da direita. Ele espera deixar claro que essas manifestações de católicos são feitas à revelia da hierarquia e conduzidas por associações de católicos sem comunhão com a Igreja oficial. Exceção feita a bispos notoriamente de direita, como no caso de Dom Sigaud, arcebispo de Diamantina, Minas Gerais.

A edição de número 54 publicou o artigo “Lebret e seu manifesto por uma civilização solidária”, escrito por Alfredo Bosi, sobre o livro “Manifesto por uma civilização solidária”. Ele considera o padre Lebret um dos poucos homens a dirigir à humanidade uma palavra de alerta e uma exortação lúcida. A matéria fala, ainda, que o

dominicano fez pesquisa em mais de 60 países e que, também, produziu um estudo e um plano para a cidade de São Paulo, que jazia “nas gavetas da prefeitura”.

A última edição do jornal, como dissemos, produziu matérias sobre a iminência do golpe de Estado. Carlos Lacerda e Adhemar de Barros declararam que poderiam ser presidentes ainda no ano de 1964. O ambiente político era de embates. Havia marchas “hitleristas” pela cidade de São Paulo e os estudantes, por outro lado, faziam o enterro simbólico do governador golpista, segundo o jornal.

Essa edição publica o artigo “Cardeal Motta”, que informa que o jornal “O Estado de São Paulo” faz uma campanha injuriando o arcebispo de São Paulo, através de matérias tais como “O manifesto a Ação Católica” e “Clero mal dirigido”. Essas matérias, combatem o conteúdo dos manifestos das ações católicas de Minas Gerais e de São Paulo, faz críticas ao cardeal de São Paulo e à sua orientação ao clero. Ainda, acusa o papa João XXIII de estar envolvido como o comunismo internacional.

A folha chamou o papa João XXIII de ingênuo envolvido pelo comunismo internacional e que morto o Santo Papa temeu a eleição do CARDEAL MONTINI – hoje PAULO VI – por entendê-lo pró-comunismo, após atacar a Ação Católica de Minas Gerais e de São Paulo, à última acusando de ser “um prolongamento do Partido Comunista.

O manifesto da Ação Católica de São Paulo segue o mesmo tom da mineira, revelando-nos mais acerca do ambiente de tensão dentro do catolicismo. Ela enfatiza o dado de que seu discurso está em total sintonia e obediência com a hierarquia católica. Ainda, proclama a sua disposição de lutar pelas reformas de base, conforme o manifesto da CNBB.

Sobre os eventos ocorridos, sobretudo a “Marcha da família com Deus pela liberdade”, o manifesto revela que os movimentos de Ação Católica, através da Federação das Congregações Marianas, estão profundamente constrangidos com a “exploração da fé e do sentimento religioso do povo brasileiro e à utilização política da religião”. Por fim, anuncia que apenas podem falar e agir em nome da Igreja aqueles que estiverem aderidos ao bispo em sua obediência, reconhecendo nele o “Pastor escolhido

por Deus para conduzir o rebanho”. Portanto, os católicos de Belo Horizonte e São Paulo devem expressar publicamente a obediência aos seus respectivos bispos.

Vale, aqui, citar um fragmento da entrevista com frei Carlos Josaphat, durante nossa pesquisa, sobre a participação dos católicos na Marcha da Família” a posição do Cardeal de São Paulo e sobre o seu próprio exílio.²⁷⁰

O cardeal Mota, de um lado, não aprovou, por exemplo, a campanha das marchadeiras, do rosário, e etc. Mas não proibiu, porque era um movimento muito grande. E, então, ele disse assim: “as principais paróquias em São Paulo estão envolvidas por este movimento. Eu lamento, mas não tenho possibilidade de me opor a isso”.

Quer dizer que ele se sentiu diante de um fato consumado, de ver paróquias e paróquias, quer dizer, milhares e milhares de pessoas consideradas fiéis e centenas de padres envolvidos por este movimento, que para eles era combater o comunismo.

Assim como Maria venceu os turcos na batalha de Lepanto e então São Pio V instituiu a festa do Rosário, assim, agora, Maria, com o rosário, ia vencer o comunismo.

Então, para o arcebispo, era delicado chegar e dizer “olha, estão fazendo uma política com o rosário”, porque era uma utilização muito astuciosa. Era alguma coisa que tocava muito os fiéis. Porque Maria... o rosário... e tocava o lado do medo... o comunismo vem aí... e se nós não fizermos um movimento de opinião pública...

Então, nos estudos que os próprios militares fizeram do golpe. Em 74 eles comemoraram os dez anos do golpe. E, nesse caso, eles fizeram estudos jubilosos. E aí eles contam que tinham tudo para dar o golpe, já dois terços da opinião pública era favorável. Mas eles queriam uma unanimidade. E disseram “precisamos da Igreja”.

Foi, então, nessa hora, que a Igreja veio para criar essa espécie de unanimidade, sobretudo em São Paulo, porque para eles o que interessava era São Paulo e Rio. Que houvesse uma unanimidade da opinião pública. Bem, então eles conseguiram isso através dessa campanha do terço para a defesa da tradição, da família e da propriedade, e contra o comunismo.

Então esse é o clima. E dentro desse clima é que eles disseram: “Ah! Alguns, o primeiro de todos é o Carlos Josaphat, que está à frente de todo o movimento contra nós. Esse não pode ficar aí!” Bem, de modo que eles queriam que eu saísse antes do golpe, porque, se vai haver uma oposição ao golpe, nós temos que afastar os líderes. E no dia do golpe prenderam os líderes militares e os líderes políticos, além dos sacerdotes mais dedicados em trabalhar com eles. “Vocês podem mandar embora antes, é melhor”. Então foi nessa linha que eles apelaram.

²⁷⁰ Entrevista com frei Carlos Josaphat, realizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 2 de março de 2007.

5. 5. O jornal por si: o exílio e a crise maior

Por fim e com brevidade, passamos a apresentar o último tópico dessa última fase do jornal *Brasil, Urgente*. Nele esperamos trazer para a superfície desse trabalho alguns elementos que possibilitem reconstruir o tenso ambiente em que ela aconteceu. Nesse momento os diretores publicavam matérias informando aos leitores que o jornal passava por dificuldades de manutenção ainda maiores. Elas buscavam reunir, ao em torno do movimento *Brasil, Urgente*, esforços solidários de leitores para a sua manutenção. E isso foi, efetivamente, conseguido através da Sociedade Amigos do Brasil, Urgente (SABU).

A primeira matéria que apresentamos foi publicada na edição de número 40 do jornal e escrita sob o forte impacto do exílio de frei Carlos Josaphat. Ela apresenta as opiniões dos diretores do jornal sobre esse exílio. Nessas impressões imediatas, a matéria inicia com a idéia de que esse evento parecia impensável naquele momento da Igreja Católica: pós João XXIII, no papado “promissor de Paulo VI” e em pleno funcionamento de um concílio ecumênico, através do qual a Igreja elaborava uma “melhor compreensão do Cristo” e “uma atitude mais lúcida” diante do “mundo moderno”.

O exílio de frei Carlos Josaphat, segundo todos os diretores dessa fase do jornal,²⁷¹ deveu-se à ao fato de ele reunir em si um número grande de virtudes que o transformava numa liderança estratégica para as esquerdas. Dentre essas virtudes, enumeradas no artigo, vale destacar aquelas referentes à sua exemplar vida religiosa, sua formação intelectual e capacidade de liderança. A pessoa do dominicano era portadora de grande carisma. Ele conseguia ter uma ação de grande alcance através de suas palestras, homilias e de seus textos, como o livro “Evangelho e revolução social”, que defendia a legitimidade do uso da força armada, sob determinadas condições, para derrubar um eventual regime opressor. Além, evidentemente, do jornal *Brasil, Urgente*. O semanário do qual ele era, efetivamente, o principal articulista material, intelectual e moral, segundo os diretores.

Os dirigentes do jornal concordaram também, com a convicção de que a Igreja Católica e a Ordem Dominicana cederam às pressões do poder econômico. As críticas

²⁷¹ Os diretores eram Ruy do Espírito Santo, Dorian Jorge Freire, Josimar Moreira de Mello, Fausto Figueira de Mello e José Reinaldo Barbosa.

foram muito ácidas. E a defesa do frade seguiu numa seqüência muito grande de elogios a ele.

Segue fragmento do artigo.

Diretores de Brasil, Urgente: Frei Carlos foi exilado

“Aconteceu mesmo depois de João XXIII. No pontificado tão promissor de Paulo VI. A Igreja Católica, em meio ao seu Concílio Ecumênico, cujo objetivo é o seu rejuvenescimento, o retorno às suas origens, uma melhor compreensão do Cristo, uma atitude mais lúcida em face do mundo moderno, cedeu diante do poder econômico, recuou diante da força do dinheiro e do prestígio político, silenciou em face do arbítrio, transigiu com o erro, se acomodou, tolerou, foi conivente. A viagem de frei Carlos é um episódio desalentador. A verdade precisa ser conhecida em toda a sua extensão e nós, diretores de BRASIL, URGENTE, vamos dizê-la”. Assim iniciou suas declarações, neste histórico depoimento, o jornalista Dorian Jorge Freire, um dos diretores deste jornal.

A história

“O teólogo dominicano passou a ser combatido e odiado porque pregou cristianismo. Perseguido pela sua absoluta fidelidade ao Cristo, a cujo serviço dedica a sua existência. Intoleráveis aos poderosos, a bravura incomum do apóstolo, a sua inteireza moral, a sua excelente cultura, a sua admirável qualidade de líder. O seu prestígio nacional. A sua fidelidade total aos Evangelhos, à pátria e ao seu povo. Incômodo passou a ser o padre indomável, humilde diante dos pequeninos, altivo em face dos poderosos. Intolerável à pregação audaciosa contra as riquezas mal adquiridas e mal acumuladas. Intolerável a sua luta pelo advento de uma democracia social para substituir o *status quo* iníquo. Intolerável a sua batalha contra a espoliação do Brasil pelo imperialismo, contra a exploração do homem pelo homem, contra a impostura publicitária da imprensa venal, contra o farisaísmo que desintegra a Igreja. Tudo foi tentado para silenciá-lo. Adulações, ameaças, calúnias, tentativa de subornar o jornal que ele fundou e ate hoje lidera e orienta. Tudo inútil. Nem frei Carlos recuou, nem BRASIL, URGENTE está à venda. Outro expediente utilizaram: esmiuçaram sua obra de escritor, os seus sermões, as suas aulas, à cata de uma heresia, de um deslize de um cochilo. Nada. Tudo o que encontraram está conforme a mais ortodoxa doutrina cristã. Inútil tentar em Roma condenar erros não cometidos, leviandades inexistentes. O poder econômico não desistiu. Era preciso calar a voz do pregador, tirar do povo cristão o seu líder autêntico e insubornável. Bateram com suas moedas vis às portas milenares de Roma e elas se abriram, de par em par. Impossível aos órgãos oficiais da Igreja o anátema ao grande dominicano. Possível, e bem possível, obter do Estado do Vaticano, através de seu Secretário de Estado, uma ordem esdrúxula: a expulsão de frei Carlos do Brasil. E a determinação foi feita. E a ela se submeteu, sem protesto nem repugnância, numa docilidade tão dolorosa quanto suspeita, a Ordem Dominicana. Num servilismo que só encontra similar naquele do próprio Vaticano, em face da pressão dos grupos econômicos. E foi uma correria

infreme. O mestre-geral da Ordem expediu o documento de expulsão. O provincial do Brasil, na ânsia de prestar serviços e garantir o *placet* à sua recente eleição, correu a executá-la. Esqueceram que o lema Dominicano é a palavra “*veritas*” e, numa explicação tão cerebrina como falsa, reuniram inverdades para explicar uma capitulação. Disseram-se desvinculados nascidos nos seus conventos e quiseram desvincular do jornal o próprio frei Carlos, seu fundador e diretor durante 25 números. Consumou-se agora a grande vergonha. Frei Carlos foi expulso do Brasil e, fiel ao seu voto de obediência, partiu. A Ordem Dominicana, que se apresenta como vanguardeira, respira tranqüila. A Igreja, *idem*. O poder econômico foi atendido. Que importa o que amanhã, sobre todos estes pequenos personagens, diga o julgamento da história? Pilatos lavou as mãos e terá um sono tranqüilo. O sono dos que não têm consciência. A congregação dominicana não foi nem mesmo original: a Ordem que recuou para entregar frei Cardonnel recua agora e enjeita frei Carlos. A luta vai continuar, contudo. Frei Carlos continuará sendo o nosso líder, na Europa, na Ásia, na África ou nos cárceres de uma nova inquisição que se levante. E continuaremos a dizer que a Igreja não foi criada pelo Cristo para ser ópio do povo, nem para vender-se por 30 dinheiros. Continuaremos sustentando que uma ordem, que é a negação do amor, é a negação do Cristo. Que importam o secretário do Vaticano, o mestre-geral dominicano, o provincial brasileiro? Que importam? Nesta hora não consigo senão ter uma infinita pena deles. Penados mornos que serão vomitados, dos traidores, dos hipócritas, dos falsários, dos acomodados, dos fariseus como dos doutores da lei”.

A edição seguinte, número 41, publicou um editorial, como já vimos, na qual o jornal diz reconhecer que houve exageros nesta matéria e que ela foi escrita num momento de grande impacto para todos os seus membros, afirmando, também, que todos os membros diretores do jornal eram católicos.

A questão da partida de frei Carlos foi tema das entrevistas que realizamos com dois ex-diretores do jornal. Elas confirmaram o forte impacto provocado a todo o grupo do jornal. Eles compreendiam que um poderoso jogo de poder foi o responsável pelo exílio. O cotidiano com o dominicano, nos último dois anos, dera a todos a convicção de que, se ele partia, era porque ele não tinha alternativa. Todos confiavam naquele em quem reputavam a condição de fundador do jornal *Brasil, Urgente*. Ainda, compreendiam que seu exílio deveu-se à sua eficiente e densa liderança religiosa e política, daquele tenso momento.

Frei Carlos Josaphat, na entrevista que realizamos para essa pesquisa, mantém a convicção de que foram os membros da elite econômica e política os responsáveis pelas

pressões que o levaram a sair do país. Quando perguntado a respeito das causas do exílio, afirmou:

A ida foi uma imposição dos que preparavam o golpe: capitalistas de São Paulo, que pressionaram a nunciatura apostólica. E a nunciatura, então, comunicou à Santa Sé e a Santa Sé mandou que eu saísse do Brasil. É da Igreja pressionada pelos capitalistas preparadores do golpe. Todo aquele movimento que era então o embate, o movimento que era em IPES, movimentos culturais que preparavam o golpe, ele entrava em contato com todos aqueles que poderiam exercer uma influência para ter padres favoráveis ao golpe e afastar os padres desfavoráveis ao golpe, ou neutralizá-los.

A Secretaria de Estado do Vaticano pressionou a Ordem Dominicana?

Isso, exatamente. E pressionou em termos de dizer assim: “olha, vocês vão mandar, porque senão nós somos obrigados a intervir”. Isso por parte da Secretaria de Estado. Quer dizer que é uma ordem mesmo. Agora, eu nunca quis explorar isso, porque não há razão. Eu sempre digo: “Olha, eu fui convidado a sair, fui levado a sair”, sem entrar em coisas. Mas a explicação histórica é essa. Então, sobretudo, grandes capitalistas, benfeitores da Igreja...

Como ocorreu a pressão dos capitalistas brasileiros por sobre a Igreja?

No seguinte sentido: “que nós, que somos católicos, estamos muito tristes, sempre trabalhamos para a Igreja, sempre ajudamos a Igreja, de ver um padre na linha comunista”. Quer dizer, é uma pressão, nunca o capitalista faz uma pressão assim dizendo “deixo de ajudar”, isso não. É gente importante, você pensa assim em termos do Conde Matarazzo, o conde da Sé Apostólica, ele é conde romano, conde da Santa Sé, tem o Santíssimo Sacramento em casa, entende? Tinham alguns dominicanos italianos que eram capelães deles, entende? Então é nesse sentido é uma pressão feita pelo capitalismo e por essa ponta católica do capitalismo que se sentia em condições...

Essa entrada pela direita que a Igreja recebia...

Isso. E tanto que não havia, por exemplo, propriamente uma divisão dentro da Igreja. Porque isso tudo era feito à surdina, isso tudo é feito à maneira de lobby, do lobismo. Quer dizer que ninguém está sabendo, a pessoa vai lá e se queixa amistosamente ao núncio apostólico... Então o que eles queriam é de um lado que houvesse padres como o padre Peyton, que veio para fazer a campanha do Rosário...

(...)

Então, esse é o clima. Dentro desse clima é que eles disseram “ah, alguns, o primeiro de todos é o Carlos Josaphat, que está à frente de todo o movimento contra nós. Esse não pode ficar aí!” Bem, de modo que eles queriam que eu saísse antes do golpe, porque, se vai haver uma oposição ao golpe, nós temos que afastar os líderes. E no dia do golpe prenderam os líderes militares e os líderes políticos. E os sacerdotes

mais dedicados em trabalhar com eles, vocês podem mandar embora antes, é melhor. Então foi nessa linha que eles apelaram.

A ordem exigindo que frei Carlos deixasse o Brasil partiu da Secretaria de Estado do Vaticano e foi dirigida ao Mestre Geral, que é o superior de toda a ordem dominicana, ele, por sua vez, transmitiu a ordem através de uma carta para o superior imediato do frei Josaphat, que a transferiu para o próprio.

A Secretaria de Estado afirmou que interviria diretamente, caso o dominicano não saísse.

Então, o primeiro contato que eu tive foi com o provincial, que estava quase terminando o mandato, que é o frei Mateus Rocha. Ele me chamou e mostrou a carta do mestre geral que a gente tem. Agora, eu não sei se ele arquivou essa carta. A carta do mestre geral. Essa carta (...) precisaria de ver no arquivo da província (...) ,ai seria um achado seu, porque ninguém leva em conta essa carta. E essa carta que fazia essa escalada, da Santa Sé, Mestre da Ordem...é o superior geral da ordem, o provincial e eu. E eu então aceitei, depois que ele falou, “olha, querem que eu mande você, mas eu não quero mandar, vamos estudar isso aqui, você vai, vai estudar e etc.” Então, esse dado...

Então, aí o Mateus disse: “Olha, sou seu amigo, sou seu irmão, veja a situação em que me encontro, mas você pode resolver isso. Temos aqui a melhor solução, ou menor mal, você ir livremente, sem que haja um mandato. E você veja, vá estudar, escolha aonde é que você quer ir lá na Europa, e você vai fazer...” eu não tinha doutorado em teologia, “você vai fazer doutorado em teologia. E depois que passar essa onda”... porque ninguém... sabia o que ia acontecer com precisão.

Era possível até que a direita não ganhasse o golpe. “Se essa confusão aí... eles dão o golpe, o governo abafa o golpe, aí nós podemos fazer tudo melhor, entendeu?”²⁷² De modo que a idéia dele, do Mateus, era uma interrogação total quanto ao futuro! “Mas, você vai, não está perdendo tempo, porque está estudando, está formando”. Eu tinha até a idéia – o Darcy Ribeiro, que era o reitor da Universidade²⁷³, que neste momento estava como chefe da casa civil, tinha oferecido para que nós²⁷⁴ tivéssemos uma faculdade de teologia na Universidade de Brasília. E que eu seria o futuro diretor. Entendeu? Então havia um lado...

Nesse momento, ele²⁷⁵ estava como reitor provisório. Oficialmente nem é uma nomeação: “Frei Mateus reitor”. Você vendo a lista de reitores não tem o nome dele. Porque o Darcy... foi uma coisa confidencial... passou

²⁷² Notar que eles acreditavam aconteceria um golpe ou uma tentativa, pelo menos.

²⁷³ Universidade de Brasília.

²⁷⁴ Os dominicanos.

²⁷⁵ Frei Mateus Rocha.

*pra ele a reitoria, porque ele tinha capacidade de equilibrar um pouco, fazer uma diplomacia no meio dos professores. Um homem desinteressado de tudo, não é? Entende? Então, nesse momento ele devia ser o reitor em Brasília e nós chegamos a construir uma casa em Brasília. Chegamos a construir...*²⁷⁶

Diante do dado de que o golpe de Estado estava prenunciado já em fins de 1963. É possível lançar uma mera conjectura sem lastro documental para explicar o exílio de Frei Carlos: é provável que a Ordem Dominicana estivesse pensando em proteger um de seus melhores quadros de uma realidade política que se anunciava tensa. Essa possibilidade pode co-existir com a pressão exercida para que o Josa partisse do Brasil.²⁷⁷

Não dispomos de mais referências acerca do exílio de frei Carlos Josaphat.

Na edição 45 o jornal publica o artigo “Um jornal a salvar”, de Dorian Jorge Freire. Ele coloca para o público as “aperturas” do jornal. Acredita que o *Brasil, Urgente* já pertencia à história do Brasil. Já na primeira frase do texto, Dorian diz não acreditar na sobrevivência do jornal. Ela depende do grau de politização do povo. E não havia informações seguras sobre essa questão. É um artigo singular, que inicia num tom pessimista. Entretanto, termina no otimismo existencial: não sabe se o jornal sobreviverá mas o combate vale, por si, as penas por ele impostas.

Um jornal a salvar – Dorian Jorge Freire

Não aposto na sobrevivência de BRASIL, URGENTE, dada a ausência de informações seguras sobre o exato grau de politização de nosso povo. Resistirá na medida em que atinja, malgrado todas as deficiências, inclusive as próprias, um maior número de pessoas sensíveis à sua pregação.

Este jornal que um pequeno número vem fazendo para um público cada vez maior, este jornal que cobre o território brasileiro e chega às quatro partes do globo, sobreviva ou desapareça, já entrou na história.

²⁷⁶ Existe no arquivo do convento de Belo Horizonte fotos da construção desse convento em Brasília que abrigaria os frades que fossem trabalhar na futura faculdade de teologia da Universidade de Brasília.

²⁷⁷ BOTAS publica um documento datado de 27 de outubro de 1963, resultado de uma reunião do capítulo provincial, em Belo Horizonte, assinado pelos frades Alexandre Oscar Lustosa, vigário provincial, Mateus Rocha, ex-provincial, Francisco de Araújo, André Muniz de Resende, Elizeu Lopes e Domingos Maia Leite. Esse documento, segundo os frades, busca desfazer equívocos. Informa que Josaphat contou com autorização de seus superiores para participar das atividades do jornal. “Mas as tomadas de posição do jornal são da responsabilidade de sua direção, constituída por um grupo de leigos e não envolvem a pessoa de Frei Carlos Josaphat nem, menos ainda, a Ordem Dominicana.” (p. 252) O documento informa ainda que a partida de Frei Carlos para a Europa para fins de estudo para atender “às necessidades culturais da província brasileira”, havia sido definida no capítulo da Província em 1960.

Pertence à história do Brasil, como à história francesa ou européia pertencem *Sept* e *Sprit* ou como à história latino-americana a Revista *Mensaje*, dos jesuítas chilenos. Mesmo porque jamais houve, na vida brasileira (terá havido algo parecido na história de qualquer povo? Um jornal com as características deste.

É fruto das contradições do capitalismo. Quando a ordem vigente arrolhou a imprensa através do IBAD, IPES embaixadas e agências de publicidade, controlou a sua opinião, surgiu a idéia de BRASIL, URGENTE. Trabalhada de cidade em cidade, de casa em casa, por um grupo liderado por frei Carlos Josaphat.

Não foi fácil o seu nascimento. O que sobrava em entusiasmo, faltava em dinheiro. O primeiro atingindo os menos capazes financeiramente. Logicamente, os mais sedentos de justiça social, sob cuja inspiração o jornal iria aparecer.

E apareceu, tornado “quase possível” por 8 mil acionistas. Gente de todas as condições sociais. Não tinha embasamento para surgir. Mas surgiu.

E circula há 45 semanas, sem condições efetivas de existência. Aparecendo, muitas, vezes, com a sua morte clínica já decretada. O gato teria 7 fôlegos. BU: 77. Na azáfama de fazê-lo, não se sabe se já atingiu o 77º fôlego, se está para alcançá-lo ou se já superou a sua hora h.

Vai batendo recorde. Desmoralizando planejamentos e cálculos. Zombando do bom senso. Fazendo em tudo pioneirismo autêntico.

Nasceu do entusiasmo. O entusiasmo foi diminuído na proporção do crescimento das dificuldades. Mas continuou livre. Uma concessãozinha asseguraria tranqüilidade por meses, mas todos recusam a paz do charco. Não teríamos optado por esta luta, namorássemos a segurança.

O jornal não continua hoje tão independente quanto no seu primeiro número. De número para número, cresce a sua independência. É hoje mais livre do que ontem e amanhã o será mais do que hoje. É a sua sina.

Acerta, tem errado. Mas não se detém. Não perde a cabeça em face de aplausos. Nem lhe falta humildade para reconhecer erros, confessá-los e... prosseguir.

Para a sua vida, todos contribuem. Jornalistas abrem mão de 50 e 70 por cento de seus salários, para que o jornal sobreviva. Funcionários fazem o mesmo. Todos se submetem esportivamente ao regime de “vales”. O que importa que não se cale a voz da coragem.

Pessoas de todas as profissões acorrem ao seu jornal, para garanti-lo. Roubam horas do seu descanso, para que a resistência vá adiante. BU merece.

Para cada inimigo que surge, poderoso e iracundo, aparecem dez amigos, humildes mas denodados, e a batalha continua.

Chovem apelos para que resistamos. Vêm de todas as partes. Mossoró e Abaeté. Souza e Araguari. De um mosteiro em Paris, por todos nós, frei Carlos reza.

Jornais não confessam sua verdadeira atuação. É de praxe escondê-la, para obter favores. BRASIL, URGENTE confessa suas aperturas. Mesmo quando os bancos ameaçam protestar (e protestam) os seus títulos. Confessa a dificuldade e lança o seu SOS. Ou a ajuda chega rápida ou a festa de José termina.

Continuará? Repito que ignora as exatas possibilidades do povo, como desconheço os planos de meu Deus. De qualquer forma, BU já é uma epopéia. Acordou consciências. Esqueceu e esfriou mornos. Inseriu a comunidade cristã num irreversível processo de luta.

O resto é como todos nós, povo.

Algum dia a história será contada. Não para apontar os seus inimigos e pormenorizar perfidias. Não só. Especialmente para dizer dos outros. Daqueles que lutam a sua luta. Conhecidos e anônimos. Daqui e de longe.

De uma coisa há certeza: os que depois de batalhar por BRASIL, URGENTE dormem tranquilos, na convicção de que fizeram o que competia fazer, não de envergonharão, amanhã, daquilo que a história contar.

Por tudo isto, leitor, este jornal deve ser salvo. Pela sua sobrevivência, estamos fazendo o máximo dentro das possibilidades que não são grandes. Você estará fazendo tudo? Nós queimamos muitos navios: você terá incendiado ou enlouquecido a última embarcação?

A edição de número 46 publicou o artigo “BU: salvação e perdição de muitos”, escrito por um próximo colaborador, padre Milton Santana, que fala dos méritos da denúncia do jornal e, ainda, diz que “a linha do cristianismo de *Brasil, Urgente* é tirada do Evangelho, dos Doutores da Igreja, Santos Padres, Encíclicas sociais” (*sic*). Acreditando que os tempos eram de revolução, termina afirmando que aqueles que não acordarem com a pregação do jornal “talvez acordem frente ao ‘PAREDON’, ou, quem sabe, nas chamas que atormentavam o infeliz rico do Evangelho, negligente para com os sofrimentos de Lázaro. Não quiseste ouvir os profetas, disse Pai Abrahão, ao mau rico que sofria na eternidade” (*sic*).

Capítulo 6

O Jornal *Brasil, Urgente*: uma conclusão

*Dissestes que se tua voz
Tivesse força igual
À imensa dor que sentes
Teu grito acordaria
Não só a tua casa
Mas a vizinhança inteira...*

Dado Villa-Lobos/Renato
Russo/Marcelo Bonfá

Através da leitura da coleção do jornal *Brasil, Urgente*, investigamos uma importante expressão de uma parcela das forças vivas da política brasileira do seu período de circulação. Incursionamos num ambiente cristão cujo imperativo ético impunha a rejeição e a ação militante pela superação das estruturas sociais, políticas e econômicas. A sociedade brasileira daquele momento se organizava, tendo a política como um de seus eixos estruturantes de maior efervescência. Nesse contexto, a militância surgia como um dos principais imperativos do momento.

O catolicismo não passou imune por esse grande ambiente político de matrizes diferenciadas. Setores dessa tradição religiosa elaboraram uma compreensão da realidade política que os fizeram situar-se entre as forças de esquerda. Entre esses católicos encontramos membros do episcopado, do clero e do laicato, cujas ações e compreensões de si, da política e da religião pedem que o estudioso os situe dentro de um universo maior de referência. No caso, eles devem ser situados dentro do ambiente de disputas e tensões do Brasil após meados da década de 1940.

Esses setores promoveram uma mudança religiosa singular cujo alcance é difícil de se definir por força de sua grande amplitude e por ainda serem escassos os trabalhos sobre o tema.²⁷⁸ Essa mudança é um tema sempre muito relevante, por oferecer

²⁷⁸ Essa carência também é identificada por Daniel Aarão Reis Filho. Ele propõe o reconhecimento da pluralidade das esquerdas, por um lado, e, por outro, que também seja reconhecido que nos estudos das esquerdas brasileiras há uma “ênfase desmesurada no Partido Comunista”. Nas pesquisas sobre as

contributos que superam a mera história de um movimento contido no interior de uma instituição. O seu estudo oferece possibilidades de investigação sobre a realidade política, social e econômica da sociedade toda do período em que ela se efetivou. Sobre essa nossa afirmação, vale fazer a citação de Dominique Julia:

As mudanças religiosas só se explicam, se admitirmos que as mudanças sociais produzem, nos fiéis, modificações e desejos tais que os obrigam a modificar as diversas partes de seu sistema religioso. Há uma continuidade de ida e volta, uma infinidade de reações entre os fenômenos religiosos, a posição dos indivíduos no interior da sociedade e os sentimentos religiosos desses indivíduos.²⁷⁹

Fizemos a opção de colocar no corpo deste trabalho as propostas do jornal dentro de eixos temáticos como meio para que ele ofereça duas contribuições: a primeira constitui-se em possibilitar a sua compreensão como instrumento de militância que se orientava, sobretudo, pelas encíclicas papais, e a segunda, por sua vez, procura revelar o ambiente de tensas disputas em que o jornal estava inserido e como ocorria sua inserção.

Como demonstrado, o *Brasil, Urgente* é uma expressão importante do catolicismo de esquerda e surge a partir do seu cotidiano de militância. A greve de Perus impôs a necessidade de as forças de esquerda terem veículos de imprensa como um elemento tático. Ele surge, portanto, como instrumento de militância. Essa sua condição fundante definiu toda a sua trajetória e foi o seu objeto de sentido.

O semanário constituiu-se numa expressão da esquerda católica, que, por sua vez, veio realizar o imperativo do padre Júlio Maria, no início do século XX, de que o catolicismo deveria se abrir para o mundo moderno. Ao clero cumpria sair das sacristias e aos leigos caberia perder a frivolidade. Ambos deveriam partir para a ação.

Acerca dos três eixos temáticos da esquerda católica, que trabalhamos no primeiro capítulo foram verificados também no semanário *Brasil, Urgente*, cumpre-nos dizer: 1) a fidelidade à grande tradição, 2) a consciência histórica e a consciência da história e 3) a revolução cristã. Os 55 números do jornal foram fundados nesses três eixos temáticos.

esquerdas brasileira, ele identifica a carência de estudos sobre esses setores do catolicismo, “sobretudo a partir dos anos 60.” CF. FILHO em FORTES, 2005. p. 174

²⁷⁹ DOMINIQUE em LE GOFF e NORA. s/d. p. 106.

Sobre a fidelidade à grande tradição do cristianismo católico, pudemos verificar que o jornal nunca propôs uma ruptura com o modelo episcopal do catolicismo e tampouco retirou a autoridade máxima dos papas. Ele fez um grande esforço de interpretar os pronunciamentos papais, fazendo-os sempre corroborar as propostas do jornal diante de sua realidade política e econômica.

Devemos destacar o papado de João XXIII. As encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, de seu pontificado, vieram ao encontro, numa impressionante afinidade, com as assertivas do *Brasil, Urgente* e da esquerda católica. Através desses dois documentos, sobretudo, essa esquerda e esse jornal, uma de suas expressões, se legitimaram e se fundamentaram.

Em sua busca de se legitimar nos documentos papais, o jornal publicou a série de “reportagens históricas” com as quais lidamos no capítulo 4.5. Essas reportagens são exercícios admiráveis de uma dupla legitimação: o jornal legitima-se elaborando uma legitimação da autoridade pontifícia. Em nenhum de seus números encontramos uma avaliação negativa do papado como instituição ou de algum papa. Mesmo que alguma opinião expressa por algum pontífice estivesse em descompasso com as propostas do jornal, ele seguia a estratégia de dizer que essa opinião deveria ser situada no seu tempo e, portanto, era legítima para aquele realidade histórica específica.

A série “reportagens históricas” ocupou-se com o tema da doutrina social da Igreja Católica diante das questões econômicas, políticas e sociais. Seu esforço foi o de convencer seus leitores de que a preocupação social é constituinte do catolicismo. Portanto, sua intenção era demonstrar que: 1) a doutrina social insere-se numa longa tradição e 2) o *Brasil, Urgente* e a esquerda católica elaboravam a fiel interpretação dessa tradição. Esse movimento não elabora uma teologia autônoma. Busca, sobretudo, aplicar o magistério católico romano.

A primeira reportagem histórica, como vimos, afirma que as encíclicas sociais nasceram com a América. Ela informa que a expansão européia nesse continente e na África aconteceu impondo sérios problemas morais, como a escravização dos nativos. Diante desses problemas, o papa Paulo III preocupou-se com a escravidão dos mouros e dos índios. A reportagem cita, ainda, os papas Urbano VIII, Bento XIV, Pio VII e

Gregório XVI que, ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, defenderam a necessidade de se proscrever a escravidão.

Além desse primeiro tema, ligado ao trabalho, importa lembrar outros publicados por essas reportagens, como o capitalismo bancário na doutrina da Igreja e a condenação do liberalismo econômico como amoral. No primeiro, a doutrina social condena a usura e no segundo o acúmulo de riquezas, com a conseqüente pauperização de um número cada vez mais crescente de empobrecidos.

Em nível local, o *Brasil, Urgente* também segue buscando se aproximar dos prelados brasileiros. Dentre esses destacam-se dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, dom Jorge Marcos de Oliveira e as referências a dom Hélder Câmara. Mesmo em situação de crise, a autoridade do episcopado era mantida, como no caso da nota publicada pela CNBB.

Cabe-nos dizer que esse jornal procurou fundar-se na tradição tomista do catolicismo. Sobre essa inserção encontramos referência em muitas matérias. Dentre elas destacamos a intitulada “O santo e a greve”, apresentadas no capítulo 5.2, e escrita por frei Carlos Josaphat. Nela o dominicano relata um evento ocorrido em fins de 1958, por ocasião de um movimento grevista. Nesse evento, o advogado Mário Carvalho de Jesus afirmou que “Combater a injustiça é preparar o caminho da paz. Quebrar um falso acordo é um ato de virtude”. Segundo Josaphat, esse militante havia sido fiel ao pensamento de Santo Tomás de Aquino sem o conhecer. O frade o procurou e o informou acerca de sua involuntária fidelidade ao santo dominicano. As referências a Tomás de Aquino se fazem, sobretudo, nas questões acerca da “Caridade”.²⁸⁰

Avaliamos que o jornal *Brasil, Urgente*, e em medida análoga, a esquerda católica, confirma a vitória do modelo romano de Igreja, cujo processo de efetivação no Brasil aconteceu, pelo menos, a partir do movimento dos bispos reformadores que desaguou na chamada “Questão Religiosa”,²⁸¹ ainda no Império.

A vitória desse modelo se revela no esforço do jornal em se orientar, em suas lides, fundando-se nas assertivas papais. Ele legitimava os pontífices no mesmo ato em

²⁸⁰ Cf. AQUINO, 2004.

²⁸¹ Sobre esse tema ver VILLAÇA, 1974.

que ele se legitimava, buscando amparo na autoridade dos seus discursos. Portanto, ele se insere na tradição de militância do catolicismo brasileiro, em cujo arco é possível encontrar continuidades na “Questão Religiosa”. O *Brasil, Urgente* reconhecia nos papas a condição de intérpretes mais autorizados dos Evangelhos e da tradição cristã católica. Ele nunca propôs ser um movimento divisionário ou que pensasse em outras estruturas para a instituição do catolicismo romano. Pelo contrário, estabeleceu combate pela mais eficiente interpretação dessa tradição.

Nessas lides, o jornal procurou demonstrar que os setores conservadores não eram fiéis à tradição. Em muitos momentos, lemos matérias informando que esses setores consideravam que o papa João XXIII era um inocente útil e que suas encíclicas estavam na linha justa de Moscou. Ainda, o jornal afirmava que os setores de direita tentavam deslegitimar o papa Paulo VI, acusando-o de seguir “na mesma linha de João XXIII”.

Sobre o eixo temático “história e consciência histórica”, cabe-nos dizer que todo o jornal é um grande exercício da efetivação dessas duas formas de consciência. A condição de instrumento de combate e de fomentador de uma postura ativa diante das realidades econômicas, sociais e políticas que o jornal se propôs realizou a idéia da consciência histórica. Nela, como vimos no capítulo 1.3.1., o cristão se vê como um promotor das mudanças históricas no sentido da superação de estruturas desprovidas de equidade. O cristão se compreende como sujeito histórico. E o cristianismo é referência para toda a história sem se degradar ou confundir com algum período específico.

A consciência da histórica efetivou-se, sobretudo, no reconhecimento de que a história possui uma autonomia em relação à compreensão religiosa da realidade. Ela não caminha de maneira necessária para um bom final. A política, portanto, existe em seus próprios termos. Ela se ocupa nas lides de acesso ao poder e à manutenção desse poder conquistado. Ao cristão, cabe, portanto, inserir-se nelas.

O diálogo com o marxismo e a superação dos discursos antimarxistas fundados no *a priori*, se constituem num outro registro que encontramos no jornal *Brasil, Urgente*. A idéia de que esse diálogo é necessário é comum no ambiente da esquerda católica e foi motivado e orientado pela idéia da consciência da história. Esse diálogo importa-nos na medida em que se refere à consciência de que uma macroteoria explicativa e propositiva

da realidade é historicamente legítima. Cabe ao cristão dialogar com essa teoria e nesse diálogo refletir acerca dos equívocos na história e reconhecer que o marxismo apenas pôde exercer fascínio por sobre multidões porque o cristianismo sobrevalorizou o “outro mundo” em detrimento “deste”. Essa abertura é uma das efetivas aberturas ao mundo moderno, através do diálogo com uma de suas principais expressões.

Devemos dizer que, além do catolicismo de esquerda, a idéia-força revolução cristã também povoou o meio protestante.²⁸² Esses movimentos religiosos não fugiram do comum dos movimentos sociais da segunda metade do século XX brasileiro, que operavam com vistas a essa potente idéia-força como o meio irresistível e eficiente para a necessária superação das estruturas econômicas, políticas e sociais.

Segundo Hannah Arendt, o século XX apresentou um horizonte que desenhava a guerra e a revolução como as mais efetivas possibilidades. As guerras encontrariam o fim na revolução que, por sua vez, se efetivaria na última das guerras: a guerra revolucionária. Essas duas realidades encontram-se num ponto em comum: a violência. Essa, por sua vez, compõe os grandes mitos fundantes do ocidente.²⁸³

A guerra e a revolução constituem todavia as suas duas soluções políticas básicas.²⁸⁴ Elas sobreviveram a todas as justificativas ideológicas. Numa constelação que opõe a ameaça de aniquilamento através da guerra à esperança da emancipação da espécie humana por meio da revolução.²⁸⁵

O mito de um novo princípio permeou o horizonte político do século XX. A revolução, ou a guerra revolucionária, constituía-se no único ato capaz de produzir a redenção da humanidade. Ela seria capaz de produzir o novo realmente novo através da violência que funcionaria em duas realizações fundantes: 1) a destruição efetiva das velhas estruturas e 2) a função de rito de passagem para a nova realidade que superaria em tudo a anterior. Essas duas possíveis realizações da revolução a transformaram na grande idéia-força, no grande ato produtor de encantos, dos movimentos políticos reivindicatórios. Dentre eles se encontram as esquerdas católica e protestante.

²⁸² Além dos exemplos dados ao longo de nosso trabalho, ver SHAULL, 1985, sobretudo o capítulo “Revolução”. Podemos falar também de uma esquerda protestante.

²⁸³ Cf. ARENDT, 1971.

²⁸⁴ Do século XX.

²⁸⁵ ARENDT, 1971, p. 11.

Só podemos falar de revolução quando ocorre mudança no sentido de um novo começo, onde a violência é empregada para constituir uma nova forma de governo completamente diferente, para conseguir a formação de um novo corpo político onde a libertação da opressão visa, pelo menos, a constituição da liberdade.²⁸⁶

Segundo Arendt,²⁸⁷ a partir da modernidade, os homens começaram a duvidar de que a pobreza era inerente à condição humana. Sobre a igualdade, uma das idéias fundantes da modernidade, é saudável lembrar que ela também permeou o meio rural brasileiro e foi um dos pilares das Ligas Camponesas, segundo Francisco Julião. Esse líder compreende que as ligas não surgiram no Brasil, mas nas guerras camponesas da Alemanha nos séculos XV e XVI.²⁸⁸ Elas datam de muitos séculos e “as mais célebres, pelo papel que desempenharam e pelas guerras a que deram origem, durante quase cem anos (séculos XV e XVI) foram as ligas camponesas da Alemanha”.²⁸⁹ A tradução da Bíblia e o seu uso comum permitiram que os camponeses se identificassem com o que liam, por um lado, e, por outro, compreendiam que os poderes constituídos ao seu em torno não possuíam correspondência no texto bíblico. A idéia de igualdade desses camponeses elabora-se a partir da interpretação da realidade social e econômica elaborada a partir da interpretações do texto bíblico

Esse movimento de interpretação e de identificação permitiu-lhes dar um salto qualitativo em suas autocompreensões. Compreenderam que o sagrado se identificava com eles e não com “os príncipes e barões feudais”. Essa leitura impôs aos camponeses alemães uma reinterpretação radical da realidade que viviam. Logo, as condições dos camponeses ganharam o estatuto de coisa injusta. E a violência contra a condição de oprimidos, por seu lado, tornou-se coisa justa. Esse movimento contribuiu para o sentimento de igualdade entre os nascidos surgidos na história como um evento necessário à modernidade.

Vale a citação seguinte de Francisco Julião:

²⁸⁶ ARENDT, 1971. p. 34.

²⁸⁷ ARENDT, 1971.

²⁸⁸ JULIÃO, 1962.

²⁸⁹ JULIÃO, 1962. p. 13. (Após essa afirmação, ele cita em nota de rodapé a referência de F. Engels – “Guerras Caponesas na Alemanha”).

Escravidados pelos príncipes e barões feudais, por um lado, e por outro, sujeitos ao dízimo da Igreja e ao foro pelo uso da terra, cada ano mais pesado, tudo isso causado pelo insucesso constante das colheitas, os camponeses terminaram por se rebelar, lançando mão das mais distintas formas de luta. Toda sorte de injustiças e de opressão pesavam sobre eles. Os servos da gleba mal tinham o direito de respirar o oxigênio que a natureza criou, eram usados até como meio de transportes pelos nobres. Como se faz com o burro e com o cavalo. A fome dizimava populações inteiras, como dizima hoje os nordestinos do Brasil, menos por causa da seca, do que pela estrutura econômico-social que esmagava o povo e exige sacrifícios inenarráveis do campesinato.

(...)

A tradução da Bíblia do latim para o alemão acelerou o processo revolucionário porque permitiu ao homem do povo, impregnados de sentimentos religiosos, ler em seu próprio idioma e entender as escrituras sagradas.

A Bíblia traduzida deu motivo a que fossem percebidas inúmeras contradições entre o que pregava e o que praticavam aqueles que, invocando o nome de Deus, se faziam seus ministros ou se diziam seus seguidores.

É indubitável que a Reforma trouxe proveitosos resultados políticos para a humanidade, como é certo que isso se deve, fundamentalmente, à participação dos camponeses da Europa Central, naquele tempo. A Reforma teve caráter político-econômico, mas se apresentou, sobretudo, como forma de luta religiosa.

Foi assim que o camponês alemão ficou sabendo que Cristo era um homem pobre, humilde, sem dinheiro; que andava de sandálias e a pé, como ele; que não tinha terras que não cobrava foro nem dízimo de ninguém; que dizia ser mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que o rico entrar no céu; que, ao contrário dos cardeais e bispos, não vivia nos palácios com os ricos, e sim no campo com os miseráveis; que Deus dissera a Adão e Eva que a terra era deles para ser distribuída indistintamente entre todos aqueles que quisessem ser seus inquilinos; que cada um deveria ganhar o pão com o suor de seu rosto; que o próprio Cristo, apesar de manso de coração, usou do chicote contras os mercadores do templo, que aproveitavam a religião para usufruir bens materiais e fazer negócios, que o demônio, certa vez, lhe ofereceu todas as riquezas deste mundo para que modificasse as suas idéias, mas Ele preferiu ficar com os humildes.²⁹⁰

Julião, sendo contemporâneo da esquerda católica, participava do período onde o grande ambiente de esquerda, embora não homogêneo, tinha algumas matrizes em comum, como a idéia da contribuição da literatura religiosa para os movimentos políticos. O religioso e a sua literatura tornam-se um lugar produtor de fundamentos políticos e econômicos para a superação do catolicismo como um lugar hegemônico de

²⁹⁰ JULIÃO, 1962. p. 13, 14 e 15.

manutenção das realidades vividas, do conservadorismo. Até mesmo setores comunistas compreenderam esse novo estatuto cristão.²⁹¹

Nesse ambiente político, no qual afirmava-se a iminência de um processo revolucionário,²⁹² o jornal *Brasil, Urgente* publica diversas matérias sobre esse tema. Elas possuíam em comum a idéia de superação de estruturas. Ganhou notável destaque a questão da reforma agrária. Entretanto, o jornal não apresenta um modelo, uma estratégia para a revolução brasileira ou uma única compreensão.

Os textos sobre o tema revolução que o semanário publicou giravam em torno de três compreensões, representadas por Frei Carlos Josaphat, que trabalhamos no capítulo 1.3.3., por Alceu Amoroso Lima e por Vítor Rego. Entretanto, nenhuma dessas compreensões organizou-se num edifício conceitual bem definido. A revolução era, antes de tudo e sobretudo, um princípio que encantava as consciências.

Sobre Josaphat, podemos citar o artigo “Conceito de Revolução”, escrito pelo padre Milton Santana, que apresentamos no capítulo 5.4. desse trabalho. Ele trata da fundação do “Centro de Estudos e Ação Frei Carlos Josaphat Pró-Realidade Brasileira” e faz um condensado da idéia de frei Carlos acerca da revolução. Esse evento, segundo Santana, deve ser promovido por “amor ao próximo”.

Esse “amor” propõe a revolução como “primordialmente a mudança radical das estruturas econômico-político-sociais”. A violência armada aparece como “o recurso extremo para remover uma estrutura iníqua e possibilitar o início de uma renovação social radical e duradoura”. Esse último recurso apenas seria necessário se os cristãos fossem inertes e cúmplices “de regimes injustos e opressores”.

A violência armada não é uma condição necessária segundo o pensamento do dominicano. Entretanto, ela pode acontecer conforme a licitude. Sobre essa compreensão, que parte do pensamento de São Tomás de Aquino, padre Milton Santana cita frei Carlos Josaphat:

O regime tirânico vem a ser a ditadura, quer da direita, quer da esquerda, na qual o bem comum, isto é, o conjunto de vantagens, serviços e

²⁹¹ Sobre essa afirmação, vale lembrar a matéria do Jornal do Povo, do PCB de Belo Horizonte, MG, da qual tratamos no capítulo 1.3.3.

²⁹² Sobre esse tema vale conferir também PRADO JUNIOR, Caio. 2004.

riquezas nacionais, é administrado em vista de quem governa, ou seja, quer o chefe ou chefes políticos, quer as classes dominantes que eles representam. Neste caso a rebelião tem como causa primeira a tirania, a usurpação do bem nacional e a manutenção dos privilégios indevidos. A revolta contra essa situação de injustiça estabelecida é lícita sempre que não acarretar maior mal para o povo, levando, por exemplo, a um morticínio ou a uma desordem social mais calamitosa do que o regime anterior.

Josaphat compreendia que, naquele momento histórico, a “tirania” como os regimes ditatoriais “quer da direita, quer da esquerda”, onde o bem comum é administrado para os fins de quem governa e não de todos os governados. É lícito derrubar esse regime com o uso da violência. Entretanto, esse uso é o último ao qual se deve lançar mão. O dominicano, orientado ainda pelo seu confrade medieval, elabora as condições para que esse recurso seja feito com justiça. Essa idéia acerca das condições está presente também em Paulo de Tarso, conforme vimos no capítulo 1.3.3.

O uso da violência é o último recurso enquanto que a luta pelas reformas de base deveria ser o primeiro empenho do cristão. A equipe do jornal acreditava que, através delas, a transformação estrutural aconteceria, em que pese o dado de acontecer de maneira mais lenta.

Alceu Amoroso Lima escreveu uma carta para o jornal²⁹³ onde informa que o modelo de revolução no qual acreditava como o mais eficiente e devido para a consciência cristã seria aquele que, “como exigia Pio XI na encíclica *Quadragesimo Anno*”, promovesse uma reforma tão profunda que pudesse superar a antítese radical entre os extremos da sociedade brasileira. A dissociação crescente desses extremos, com a renúncia de Jânio Quadros, constituía-se no maior drama político e social do Brasil, segundo esse pensador militante e católico.

Alceu não propõe a revolução nos mesmos estatutos que Josaphat; não lança mão dos recursos últimos. Revolução, para ele, significava a progressiva radicalização da democracia através das reformas.

Vitor Rego, por sua vez, possui uma compreensão da revolução que destoa sobremaneira de Josaphat e de Amoroso Lima. Ele não considera que esse grande evento

²⁹³ Carta publicada na edição de número 6, de 21 de abril de 1963. Ver capítulo 3 desse trabalho.

seja uma exigência evangélica, mas um resultado do próprio processo dialético da história. Na sua avaliação, o meio rural brasileiro²⁹⁴ seria o lugar do qual a revolução surgiria como fenômeno irresistível.

Durante a sua missão de mídia militante, de instrumento de combate, o jornal *Brasil, Urgente* lidou com os três eixos nos quais fundaram-se os movimentos da esquerda católica.

Entretanto, ele não ultrapassou a condição de experimento. Não teve tempo de se maturar. As lides com as quais ele se envolveu absorveu suas energias numa dupla frente de combate: 1) o político e 2) o de sua sobrevivência. Viveu o último ano da democracia brasileira pré-golpe de 1964 numa intensidade de combate e num esforço para garantir a sua circulação de tão grande empenho e exaustão que a reflexão acerca de si tornou-se muito frágil. Ou, talvez, o ato militante carregue em si uma auto-reflexão-operante que não conseguimos identificar para poder interpretar.

A esquerda católica também teve apenas o tempo de ser um grande experimento. Seus textos, como os que trabalhamos no primeiro capítulo, mantiveram a condição de ensaios dessa nova compreensão da fé cristã, por um lado, e da história e da fé cristã diante da história, por outro. Esse movimento não chegou a elaborar uma teologia que tivesse uma ossatura própria. Seu mérito está na novidade de suas compreensões ensaísticas elaboradas num catolicismo que era, até então, de matriz hegemonicamente conservadora. O empenho para trazer a revolução para dentro do universo legitimador e de assertivas do catolicismo exigiu uma complicada engenharia intelectual. E esse foi um dos grandes feitos da esquerda católica: seu esforço de cristianizar a revolução.

Antes de encerrar esse nosso trabalho, devemos tratar da liderança exercida por frei Carlos Josaphat Pinto de Oliveira. A leitura que fizemos do jornal e as entrevistas que realizamos com Maria Olímpia França e com Ruy do Espírito Santo²⁹⁵ revelaram-nos que o frade exercia uma liderança bastante intensa sobre o grupo do jornal. Essa intensidade pôde ser melhor mensurada após o seu exílio, quando o semanário apresentou uma sensível mudança em seu conteúdo e teve agravadas as suas dificuldades de manutenção

²⁹⁴ O meio rural era chamado de “campo”, o homem do meio rural de “camponês”.

²⁹⁵ Fundadores e diretores do jornal *Brasil, Urgente*.

material. Nesse momento, fez-se necessária a fundação da Sociedade Amigos do Brasil Urgente (SABU). Nesse momento de crise, os diretores do jornal publicaram textos de apoio ao frade exilado, nos quais reafirmam a sua condição de “fundador” e de “líder” do movimento *Brasil, Urgente*.

O dominicano possuía uma operosidade admirável e, além do *Brasil, Urgente*, exercia uma militância também através de cursos de formações e conferências. As suas homilias na Igreja de São Domingos, em São Paulo, eram eventos que reuniam centenas de pessoas. Encontramos referências que afirmavam que elas chegavam reunir cerca de mil pessoas, dentre as quais estavam intelectuais e lideranças políticas nacionais, que, de passagem por São Paulo, iam assistir as suas pregações.

O exercício de sua atuação religiosa e política não se circunscrevia apenas no ambiente católico. Efetivamente, ele se situava entre as principais lideranças políticas do país. Dentre os exemplos que confirmam essa afirmação, vale-nos dizer que ele participou de importantes eventos políticos, como o ato da fundação do Congresso Brasileiro pelas Reformas de Base, proferindo a conferência “Reformas de base e consciência cristã”. Ainda, sobre o alcance de sua ação, vale a citação a seguir, da sessão “Notas e Informações” da edição de número 47, de 2 a 8 de fevereiro de 1964, que publicou a nota intitulada “Depoimentos”:

A Editora Fulgor vai lançar, em livros, uma série de depoimentos sobre a realidade política e social do Brasil. Os depoentes serão entrevistados por uma equipe de grandes jornalistas. Deporão o presidente **João Goulart**, governador **Miguel Arraes**, deputados **Leonel Brizola**, **Paulo de Tarso**, **Francisco Julião** e **Almino Afonso**, bem como **Frei Carlos Josaphat**, **Carvalho Pinto** e **Luis Carlos Prestes**.²⁹⁶

A descrição mais pormenorizada e compreensiva da trajetória de Frei Josaphat e o seu papel na esquerda católica do período manifesta-se para nós como uma tarefa ainda por se realizar pelos historiadores. Esse é um vazio historiográfico, cujo preenchimento oferecerá valiosos contributos para a compreensão do período, tanto para a história do catolicismo quanto para a história política brasileira.

²⁹⁶ Grifos no original.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Memento dos vivos – a esquerda católica no Brasil*. [S. L.] Tempo Brasileiro. 1966.
- AFFONSO, Almino. *Raízes do golpe – da crise da legalidade ao parlamentarismo – 1961 – 1963*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- ALMOND, Mark. *O livro de ouro das revoluções – movimentos políticos que mudaram o mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- ALVES (1), Márcio Moreira. *A igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. *O cristo do povo*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.
- ALVES, Rubem. *O enigma da religião*. 3ª edição. Campinas: Papyrus, 1984.
- AQUINO, Tomás. *Suma Teológica – fé, esperança e caridade*. Volume V. II Seção da II Parte – Questões 1 a 56. São Paulo: Loyola, 2004. No nosso caso, a Caridade, da questão 23 até a questão 46.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- _____. *Da revolução*. Lisboa: Moraes Editores, 1971.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis. – a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- AZZI, Riolando. *O estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994. (História do Pensamento Católico no Brasil)
- _____. *A crise da cristandade e o projeto liberal*. São Paulo: Paulinas, 1991. (História do Pensamento Católico – II)
- _____. *A neocristandade – um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994. (História do Pensamento Católico no Brasil – V).
- _____. (a) *O Início da restauração católica no Brasil (1920 – 1930)*. Em Síntese – Nova Fase. N. 10. V. IV. Maio / Agosto de 1977.
- _____. (b) *O início da restauração católica no Brasil (1920 – 1930) II*. In Síntese – Nova Fase. N.11. Setembro / Dezembro de 1977.
- BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *O governo Kubitschek – desenvolvimento econômico e estabilidade política*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- BEOZZO, José Oscar. *Cristãos na universidade e na política*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização*. In Holanda, Sérgio Buarque de (org.) *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- BERGER, Peter L. *O dossel sagrado – elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.
- _____. *A construção social da realidade*. 7ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BERMAN, Marshal. *Tudo o que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- BLOCH, March. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 10ª Edição. Brasília: Editora UnB. v. 1 e v. 2, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. *A bênção de abril – Brasil, Urgente: memória e engajamento católico no Brasil (1963-1964)*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade – lembranças de velhos*. 6ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *As revoluções utópicas dos anos 60 – a revolução estudantil e a revolução política na Igreja*. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2006. (1ª em edição 1972).
- BRUNEAU, Thomas C. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CADERNOS DE HISTÓRIA DA IGREJA NO BRASIL I. *Dom Antônio de Macedo Costa – Bispo do Pará – Arcebispo Primaz (1830-1891)*. São Paulo: Loyola, 1982.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. PIERUCCI, Antônio Flavio de Oliveira e SOUZA, Beatriz Muniz de. *Igreja Católica: 1945 – 1970*. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III – O Brasil Republicano. 4º Volume – Economia e Cultura (1930 – 1964). 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

- _____. *Igreja e desenvolvimento*. São Paulo: CEBRAP / Ed. Brasileira de Ciências Sociais, 1971.
- CAMURÇA, Marcelo. *Ciências sociais e ciências da religião: polêmicas e interlocuções*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- CARDONNEL, Jean et alii. *Cristianismo e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- CARDONNEL, Thomas, VAZ, Henrique e SOUZA, Herbet José de. *Cristianismo hoje*. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1962.
- CARDOSO, Ciro F. et BRIGNOLI, Héctor P. *Os métodos da história*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- _____. et VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Dos governos militares a Prudente – Campos Sales*. Em FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano, Volume 1: estrutura de poder e economia (1889 – 1930). 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CARNEIRO, J. Fernando. *Catolicismo, revolução e reação*. Rio de Janeiro: AGIR, 1947.
- CARONE, Edgard. *A República Velha (evolução política) – Corpo e Alma do Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971
- CARONE, Edgard. *A República Velha (Instituição e Classes Sociais) – Corpo e Alma do Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas – o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- _____. *Os Bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- CASALI, Alípio. *Elite intelectual e restauração católica*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CEHILA. *Para uma história da Igreja na América Latina – o debate metodológico*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

- CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *A Revolução no trópico*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos – Presidência da República, 1962.
- CHARBONNEAU, Paul Eugène, *Cristianismo, sociedade e revolução*. 2ª Ed. Herder, 1967.
- CODATO, Adriano Nervo e OLIVEIRA, Marcus Roberto de. *A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, p. 271 – 302 – 2004.
- CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE PUEBLA – TEXTO OFICIAL. São Paulo: Edições Paulinas, s/d.
- CORÇÃO, Gustavo. *Os paladinos da justiça social*. Em O Estado de São Paulo. Domingo, 18 de agosto de 1963.
- _____. *Em tempo e contratempo*. Em O Estado de São Paulo. Domingo, 11 de agosto de 1963.
- _____. *Estranhas declarações*. Em O Estado de São Paulo. Sábado, 24 de agosto de 1963.
- _____. *A socialização da estupidez*. Em O Estado de São Paulo. Sábado, 17 de agosto de 1963.
- _____. *Mosaico*. Em O Estado de São Paulo. Sábado, 31 de agosto de 1963.
- _____. *Uma página de Maritain*. Em O Estado de São Paulo. Domingo, 25 de agosto de 1963.
- _____. *Mudanças e mudanças*. Em O Estado de São Paulo. Domingo, 1 de setembro, de 1963.
- _____. *Mosaico*. Em O Estado de São Paulo. Sexta-feira, 16 de agosto de 1963.
- COSTA, J. B. Portocarreto. *Ação Católica – conceito, programa e organização*. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC, 1937.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil (O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

- COSTA, Marcelo Timótheo da. *Um Itinerário no Século – mudança, disciplina e ação* em Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio; São Paulo, 2006.
- CRESPI, Franco. *A experiência religiosa na pós-modernidade*. Bauru: Edusc, 1999.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas – 1951 – 1954*. São Paulo: Editora Ática, 1992. 2ª Edição.
- DELLA CAVA, Ralph. *Igreja e Estado no Brasil do século XX – sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro*. Em *Novos Estudos CEBRAP* 12 / Abril – Maio de 1975.
- DERRIDA, Jacques e VATTIMO, Gianni (org.). *A religião*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- DESRROCHE, Henri. *Sociologia da esperança*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- DUSSEL, Henrique. *Teologia da Libertação – um panorama do seu desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ENGELS, F. *As guerras camponesas na Alemanha*. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Livraria Martins Fontes. s/d.
- EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno – encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Editora UFMG: 2000.
- ELIADE, Mircea e COULIANO, Ioan P. *Dicionário das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____ *Imagens e símbolos*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____ et KITAGAWA, Joseph M. *Metodologia de la historia de las religiones*. Buenos Aires: Paidós, 1967.
- _____ *Mito do eterno retorno*. São Paulo: Mercúrio, 1992.
- _____ *Mito e realidade*. 5ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- _____ *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____ *Tratado de história das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. 4ª ed. Global Editora: São Paulo, 1981.

- ESPINOZA, Baruch de. *Tratado Teológico Político*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1989.
- FERREIRA, Jorge. *A democracia no Brasil (1945 – 1964)*. São Paulo: Atual, 2006.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.) *Usos e abusos da história oral*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- FERREIRA, Pedro Roberto. *Imprensa política e ideologia – orientação socialista*. São Paulo: Editora Moraes, 1989.
- FEUERBACH, Ludwig. *A Essência do cristianismo*. 2ª edição. Campinas: Papyrus, 1997.
- FIERRO, Alfredo. *O evangelho beligerante*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.
- FILHO, Daniel Aarão Reis, *As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições*. Em FORTES, Alexandre, *História e perspectivas da Esquerda*. São Paulo / Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo / Argos, 2005.
- FILORAMO, Giovanni e PRANDI, Carlo. *As ciências das religiões*. São Paulo: Paulus: 1999.
- FINLEY, Moses I. *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FLORIDI, Ulisse Alessio. *O radicalismo católico no Brasil – para onde vai o catolicismo progressista no Brasil*. São Paulo: Hora Presente, 1973.
- FRANCA, Leonel, SJ. *A crise do mundo moderno*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1951.
- FREI BETTO. *Batismo de sangue – os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____, MENESES, Adélia Bezerra de, JENSES, Thomaz (Orgs.). *Utopia urgente – escritos em homenagem a frei Carlos Josaphat nos seus 80 anos*. São Paulo: Casa Amarela: EDUSC, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002 (26ª edição)
- FREIRE, Roberto. *Eu é um outro – autobiografia*. Salvador: Maianga, 2002.
- FREIXO, A., MUNTEAL, O. e VENTAPANE, Jacqueline. *O Brasil de João Goulart*:

- um projeto de nação. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC Rio, 2006.
- FURTER, Pierre. *Dialética da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GALIMBERTI, Umberto. *Rastros do sagrado*. São Paulo: Paulus, 2003.
- GANDILLAC, Maurice. *Gêneses da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- GÓMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- GUESTEL, C van. *A Igreja e a questão social*. Rio de Janeiro: Agir, 1956.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- FGV / CPDOC. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930 – 1983*. BELOCH, I. ABREU, A. A. Rio de Janeiro: Forense Universitária: FGV/CPDOC: Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, 1984.
- FIGUEIREDO, Jackson. *Reação do bom senso – contra o demagogismo e a anarquia militar*. Rio de Janeiro: Edição do Anuario do Brasil, 1922.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos – o breve século XX – 1914 1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- _____.|e outros|. *História do marxismo – o marxismo na época da segunda internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HOORNAERT, E. *Formação do Catolicismo Brasileiro – 1550 – 1800*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____., AZZI, R. e outros. *História da Igreja no Brasil – ensaio de interpretação a partir do povo - primeira época*. 4ª Ed. São Paulo: Edições Paulinas; Petrópolis: Vozes, 1992.
- IGLÉSIAS, Francisco. *História e ideologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.
- JAMES, William. *A vontade de crer*. São Paulo: Loyola, 2001.
- JULIA, Dominique. *Religião: história religiosa*. Em LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. S/L. Livraria Francisco Alves editora, S/D.
- JÚNIOR, Arnaldo Érico Huuf. *Vozes da ortodoxia - o sínodo de Missouri e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil: processos de formação e relações nos contextos da I*

- Guerra Mundial e do final do Regime Militar*. (Doutorado em Ciência da Religião). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, UFJF, Juiz de Fora, 2006.
- JOSAPHAT, Frei Carlos. *Estruturas a serviço do espírito*. Petrópolis: Vozes, 1968.
- _____. *Evangelho e revolução social*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2002. (Edição comemorativa dos 40 anos da obra). Também trabalhamos com as edições de 1962 e 1963, editadas pela Livraria Duas Cidades).
- _____. *O sermão da montanha*. São Paulo: Duas Cidades, 1967.
- _____. *O evangelho da unidade e do Amor*. São Paulo: Duas Cidades, 1966.
- JULIÃO, Francisco. *O que são as ligas camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- KADT, Emanuel de. *Católicos radicais no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- LAGE, Francisco (padre). *O padre do diabo*. Rio de Janeiro: EMW Editores, 1988.
- LAMOUNIER, Bolivar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República - uma interpretação*. In FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. 2º Volume. Sociedade e Instituições (1889 – 1930). Rio de Janeiro – São Paulo: DIFEL, 1977.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª ed. Campinas: editora UNICAMP, 2003.
- LEME, Dom Sebastião. *Carta pastoral do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro (Legado Pontifício) e dos Arcebispos e Bispos do Brasil Por Ocasão do Concílio Plenário Brasileiro. 1939*.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.
- LUSTOSA, Frei Oscar F. *A Igreja Católica no Brasil República*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.
- _____. (organização e seleção) *Igreja e política no Brasil – do partido católico à L.E.C. (1874 – 1945)*. Coleção Cadernos de História da Igreja no Brasil. São Paulo: Loyola: CEPEHIB, 1983.
- LIMA, Alceu Amoroso. *João XXIII*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1966.

- _____. *Memórias improvisadas*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *Notas para a história do centro Dom Vital*. Introdução e organização Riolando Azzi. Rio de Janeiro: EDUCAM: Paulinas, 2001.
- LÖWY, Michel. *A Guerra dos Deuses – religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. Cristianismo da libertação e Marxismo da 1960 a nossos dias. Em RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil – partidos e movimentos após os anos 1960*. Volume 6. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.
- MARIA, Júlio, CSSR. *A igreja e o povo*. São Paulo: Loyola, 1983.
- MATOS, Henrique Cristiano José. *Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas Gerais, entre 1922 e 1936*. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil – 1916 / 1985*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1964.
- MICHELET, Jules. *História da revolução francesa – da queda da bastilha à festa da federação*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- MONTERO, Douglas Teixeira. *Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado*. Em FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira. Tomo III. 2 Volume. Sociedade e Instituições (1889 – 1930). Rio de Janeiro – São Paulo: DIFEL, 1977.
- MOURA, Odilão. O.S.B. *Idéias católicas no Brasil – direções do pensamento católico brasileiro no século XX*. São Paulo: Editora Convívio, 1978.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- MOURA, Sérgio Lobo e ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. *A Igreja na Primeira República*. In FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira. Tomo III. 2 Volume. Sociedade e Instituições (1889 – 1930). São Paulo: Difel, 1977.
- NEVES, Lucília de Almeida. *CGT no Brasil – 1961 – 1964*. Belo Horizonte: Veja, 1981.
- NEVILLE, Robert Cummings (org.). *A condição humana – um tema para religiões*

- comparadas. São Paulo: Paulus, 2005.
- PIMENTA, Dom Silvério Gomes. *Carta pastoral sobre o socorro ao summo pontífice*. Marianna: Typ. Archiepiscopal, 1916.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. Em FAUSTO, Boris. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. 1 Volume. Estrutura de Poder e Economia (1889 – 1930). 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- OTTO, Rudolf. *O sagrado*. Lisboa: Perspectivas do Homem / Edições 70: 1992.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. “*Libertação*”: idéia-força da “Esquerda Católica”. Em GÓMEZ DE SOUZA, L. Alberto. (Org.). *Relativismo e transcendência*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: EDUSC, 2007. p. 31 - 45.
- _____. *Estruturas de Igreja e conflitos religiosos*. In SANCHIS, Pierre, *Catolicismo: modernidade e tradição*. São Paulo: Edições Loyola, 1992
- _____. *Religião e Dominação de Classe – gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- Ridenti, Marcelo S. “Ação Popular: cristianismo e marxismo”. In: Reis Filho, Daniel Aarão e Ridenti, Marcelo (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: ed. da UNICAMP, 2002, p.213-282.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *O PCB: os dirigentes e a organização*. In História Geral da Civilização Brasileira; t;3, v. 3. O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964). GOMES, Ângela Maria de Castro et alii. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.
- RUBIO, Alfonso García. *Unidade na pluralidade – o ser humano à luz da fé e da reflexão cristã*. São Paulo: Paulus, 2001.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 –1964)*. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982. 13 edição.
- SANTO ROSÁRIO, Irmã Maria Regina do, o.c.d. (Laurita Pessoa Raja Gabaglia). *O cardeal Leme – (1882 – 1942)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio editora, 1962.
- SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*. Em Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril

- Cultural, 1978.
- SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- SCHAULL, Richard. *De dentro do furacão – Richard Schall e os primórdios da Teologia da Libertação*. Coleção Protestantismo e Libertação. São Paulo: Ed. Sagarana; CEDI; CLAI; Progra. Ec. De Pós-Grad. Em Ciências da Religião, 1985.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *A Modernização Autoritária: do golpe militar à redemocratização. 1964 / 1984*. Em *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- SILVA, José Ariovaldo da. *O movimento litúrgico no Brasil – estudo histórico*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- SILVA, Wellington Teodoro da. *O Catolicismo Militante em Juiz de Fora (História e Oralidade)*. Em MIRANDA, Beatriz V. D. e PEREIRA, Mabel Salgado. *Memórias Eclesiásticas – documentos comentados*. Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora – CEHILA / Brasil – Núcleo Minas Gerais. Editora UFJF: Juiz de Fora, 2000.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 4ª edição.
- TARSO, Paulo de. *Os cristãos e a revolução Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.
- TILLICH, Paul. *A era protestante*. São Paulo: Ciências da Religião, 1992.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil*. São Paulo: Editora Grijalbo: 1968.
- VAZ, Henrique Cláudio de Lima, SJ. *A grande mensagem de S. S. João XXIII*. Em Síntese Política, Econômica, Social. Ano V, Abril – Junho de 1963, número 18.
- _____ (a) *Cristianismo e consciência Histórica*. Revista Síntese, Política, Econômica e Social. Número 8. Ano III. Outubro – Dezembro de 1960.
- _____ (b) *Cristianismo e Consciência Histórica*. Revista Síntese Política, Econômica e Social. Número 9. Ano III. Janeiro – Março de 1961.
- VILLAÇA, Antônio Carlos. *A Igreja e a Independência*. Jornal do Brasil – Caderno B. 29/04/1972.
- _____. *História da questão religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro:

Francisco Alves, 1974.

_____. *O Pensamento Católico no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

VOVELLE, Michel. *Imagens e Imaginário na História – fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2ª Edição Revistas.

_____. *Economia e Sociedade*. Volume 1. 4ª ed. Brasília: Ed. UnB: São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

Periódicos

Jornal Brasil, Urgente. Trabalhamos com todas as edições desse jornal, iniciamos com a edição de número 1, de 31 de março de 1963 e concluímos com a edição de número 55, de 28 de março a 3 de abril de 1964. Coleção localizada no convento dos dominicanos de Belo Horizonte, MG.

Jornal do Povo, 02 de setembro de 1947. *Os católicos devem meditar sobre as palavras do padre Lebret*. Coleção Linhares. Biblioteca Central da UFMG.

Internet

http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_constiui%E7%E3o_1934.htm
(consultado no dia 03/08/2006 – à 01:00 h.)

http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_liga_eleitoral.htm
(consultado no dia 03/08/2006 às 01: 05 h.)

http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_constituicao_1934.htm
(Consultado no dia 03/08/2006 à 01:12 h.)

<http://www.dominicanos.org.br/textos/artigos/fcarlos/credo%20social1.htm>

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=183&Itemid=315>
(Consultado em 28/05/2007, às 20:00 h.)

Fragmento de entrevista com Osvaldo Lima Filho, realizada por Aspásia Camargo, Dulce Pandolfi e Eduardo Raposo. Disponível em:

http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/depoimentos/Oswaldo_Lima_Filho.asp
(Consultado no dia 19/07/2007, às 16:45 h.)

Fragmento de entrevista com Almino Affonso feita pelo jornal Valor Econômico
disponível em:

<http://www.senado.gov.br/sf/noticia/senamidia/principaisJornais/verNoticia1.asp?ud=20060331&datNoticia=20060331&codNoticia=181979&nomeOrgao=&nomeJornal=Valor+Econ%F4mico&codOrgao=47>

(Consultado no dia 19/07/2007 às 17:00 h.)

<http://www.pucsp.br/paulofreire/>

(Consultado no dia 29/09/2007 às 11:45 h.)

Retirado de <http://www.carlos.marighella.nom.br/1960.htm> no dia 08 de janeiro de 2008,
às 00:13 h.

Entrevistas

Entrevista com frei Carlos Josaphat, gravada no dia 2 de março de 2007, no convento dos dominicanos em Belo Horizonte, MG.

Entrevista com Maria Olympia França, gravada no dia 14 de maio de 2007, no consultório da entrevistada, em São Paulo, SP.

Entrevista com Ruy Cezar do Espírito Santo, gravada no dia 14 de maio de 2007, na casa do entrevistado, em São Paulo, SP.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)